



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG
Doutorado em Geografia

TESE DE DOUTORADO

**GOVERNANÇA DAS ÁGUAS EM SUAPE: POR ENTRE TERRITÓRIO,
CRESCIMENTO E PODER LOCAL.**

Enildo Luiz Gouveia

Prof. Dr. Pedro Costa Guedes Vianna
(Orientador)

João Pessoa – PB, 16 de Março de 2017.

**GOVERNANÇA DAS ÁGUAS EM SUAPE: POR ENTRE TERRITÓRIO,
CRESCIMENTO E PODER LOCAL**

Enildo Luiz Gouveia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG da UFPB sob orientação do Professor Dr. Pedro Costa Guedes Vianna, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

G719g

Gouveia, Enildo Luiz.

Governança das águas em suape: por entre território, crescimento e poder local / Enildo Luiz Gouveia. - João Pessoa, 2017.

215 f. : il. -

Orientador: Pedro Costa Guedes Vianna.

Tese (Doutorado) - UFPB/ CCEN

1. Geografia. 2. Águas – Governança. 3. Suape.
4. Poder Local. 5. Crescimento. 6. Território. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 91(043)

Mangue, Candeias
Águas claras
Rio Negro
Águas da vida que segue

Pois Candeias é o mar avançando
E o sonho se desfazendo
Enquanto o poder público vira as costas
O povo fica a ver navios.
(Enildo)

“Governança das Águas em Suape: Por entre Território, Crescimento e Poder Local”

por

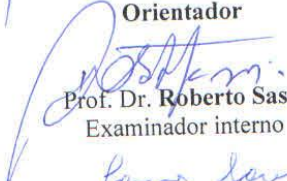
Enildo Luiz Gouveia

Tese apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

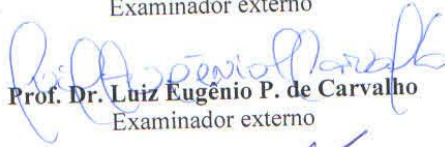
Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

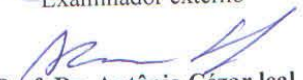
Aprovada por:


Prof. Dr. Pedro Costa Guedes Vianna
Orientador


Prof. Dr. Roberto Sassi
Examinador interno


Prof. Dr. Jonas Otaviano Preça de Souza
Examinador externo


Prof. Dr. Luiz Eugênio P. de Carvalho
Examinador externo


Prof. Dr. Antônio César leal
Examinador externo

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado e Doutorado em Geografia

Março/2017

SUMÁRIO

Agradecimentos	07
Resumo	08
Abstract	09
Lista de Figuras, Quadros, Tabelas, Mapas e Siglas	10
Apresentação	13
Objetivos e Hipóteses	15
Metodologia	16
Introdução	24
Capítulo I: Referencial Teórico	32
1.1 A Governança das Águas	
1.1.1 Breve descrição do sistema francês de Gestão das Águas.	
1.1.2 Breve descrição do sistema brasileiro de Gestão das Águas.	
1.2 Poder Local	
1.2.1 Democracia, Cidadania e Direitos.	
1.2.2 Os Conselhos/Comitês	
1.3 Crescimento (econômico, urbano, industrial...) ou Desenvolvimento?	
1.4 (A)cerca do(s) Território(s)	
Capítulo II: Caracterização da área de estudo	62
2. História, dinâmica e Impactos Socioambientais.	
2.1 As Paisagens de Suape e os recursos hídricos;	
2.2 Situação quantitativa e qualitativa dos Recursos Hídricos Superficiais;	
2.3 Dinâmica e Impactos Socioambientais.	
Capítulo III: Suape - do contexto das ideias iniciais à instalação do CIPS.	99
3. As propostas de políticas de dinamização do/para o Nordeste;	
3.1 Os Planos Nacionais de Desenvolvimento e os Planos Diretores de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste – PNDE	
3.2 O Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE	
3.3 O Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos – PROHIDRO	
3.4 Da concepção do CIPS a sua instalação	
Capítulo IV: A Emergência da Governança das Águas.	123
4. A Gestão dos Recursos Hídricos: evolução e conflitos	
4.1 As emergências da Governança das Águas no Brasil;	
4.2 A Política Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco – PERH;	
4.3 A participação social e o Poder Local.	
Capítulo V: A Governança das Águas em Suape.	143
5. Comitês de Bacias Hidrográficas e Conselhos: a gênese das arenas de participação.	
5.1 Os Comitês e Conselhos na RMR e em Suape;	
5.1.1 Descrição dos Comitês e Conselhos investigados: configuração do Poder Local em Suape.	
5.2 Governança das Águas: Participação em eventos e ações e análise das atas dos COBHs, COMDEMAS e CMDRS.	
5.2.1 A participação e a percepção no âmbito dos Comitês de Bacia (GL – 2 e Ipojuca);	
5.2.2 A participação e a percepção no âmbito dos COMDEMAS e CMDRS;	
5.3 Análise das entrevistas	
Capítulo VI: Considerações Finais	185
Anexos	192
Apêndices	200
Referências	201

AGRADECIMENTOS

Agradecer é correr o risco de esquecer involuntariamente de alguém que contribuiu para a realização da jornada pessoal e acadêmica. Sendo assim, peço desde já desculpas se eventualmente possa cometer este erro.

Primeiramente quero agradecer a Deus pela permissão da minha existência através da minha Mãe Maria José Gouveia. Nos meus estudos ela sempre foi uma voz e presença motivadora.

A toda a minha família e especialmente a minha esposa Ana Cláudia pela paciência durante estes anos. Da mesma forma, aos meus amigos/as que se alegraram comigo e partilharam também os momentos difíceis.

A Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP por contribuir no meu crescimento de fé e militância, mantendo viva uma fagulha de esperança em meio às tormentas.

Ao meu orientador Professor Doutor Pedro Vianna por acreditar no meu potencial e se disponibilizar a enfrentar este desafio. Também quero agradecer a todos os professores que participaram da minha banca de defesa, pela responsabilidade que assumiram.

Outras pessoas foram fundamentais para que eu pudesse conciliar a difícil rotina de trabalho e estudos: Cláudia Abreu (Secretaria de Educação do Estado), José Carlos (IFPE/Campi Garanhuns), Adauto e Wedno (IFPE/Campi Recife), Padre Cláudio Sartori e Padre Alexandre Magno, entre outros. Agradeço também aos presidentes e secretários dos COBHs e Conselhos que acompanhei nesses anos especialmente: Sandra Ferraz (Jaboatão), Edson Piaba (Sanharó), Daniella (Cabo de Santo Agostinho), Eliane (Cabo de Santo Agostinho). E também, a todas as pessoas que espontaneamente se dispuseram a participar das entrevistas.

Por fim, agradeço as pessoas que disponibilizaram informações, materiais e documentos para esta pesquisa. Pela dedicação de uma fração de seus tempos corridos para ajudar a realização deste doutorado.

RESUMO

A presente pesquisa ao tratar da Governança das Águas em Suape trilhou o caminho da complexidade socioambiental envolvendo os recursos hídricos, pois a realidade apresentada perpassa por questões tanto naturais quanto socioeconômica e culturais. O objetivo principal é compreender a atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas (GL 2 e Ipojuca) e dos Conselhos Municipais (de Meio Ambiente e de Desenvolvimento) neste processo de Governança das Águas trazendo uma discussão sobre o Território, o Crescimento e o Poder Local, conceitos e categorias fundamentais para o entendimento da problemática. Para tanto, acompanhamos estes Comitês e Conselhos durante o período 2014 – 2016, onde participamos de várias ações, reuniões e, através da aplicação de entrevistas com representantes dos diversos segmentos presentes, pudemos ter uma compreensão mais aprofundada da Governança das Águas em Suape, identificando suas fragilidades e potencialidades deste processo. Suape designa aqui a Microrregião de Suape composta pelos municípios do Cabo de Santo e Ipojuca, municípios que por sua vez compõem a Região Metropolitana do Recife – RMR, e que desempenham importante papel na economia pernambucana, principalmente em função da instalação do CIPS - Complexo Industrial e Portuário de Suape iniciada na década de 1970. É uma área litorânea que apresenta interface com a zona da mata sul de Pernambuco possuindo elementos naturais e socioeconômicos destas duas zonas geográficas. O Crescimento (econômico, demográfico, urbano e industrial) em Suape, tem como principal motor o CIPS que, desde sua concepção e, sobretudo a partir de 2007, tem provocado debates em torno dos impactos socioambientais verificado na área, principalmente com relação às transformações ocorridas na paisagem especialmente àquelas ocorridas próximas a foz dos rios Ipojuca e Massangana, com a retirada e aterro de áreas outrora ocupadas por manguezais, deslocamentos de populações tradicionais etc. Este Crescimento, associado à própria dinâmica da RMR, para a qual Suape representa importante manancial de abastecimento de água, contribuindo com mais de 50% da oferta hídrica, fez aumentar a demanda por este recurso. Dessa forma, com o aumento da pressão sobre os recursos hídricos estratégicos de Suape, é preciso entender então, qual o papel que o Poder Local tem tido na Governança das Águas, notadamente sobre as águas superficiais visto que o Estado de Pernambuco, de modo geral, não possui reservas de água subterrânea representativas para o abastecimento. A análise do processo de Governança das Águas em Suape está imersa num contexto de diversos Territórios que conferem ao tema relações conflituosas. Estão presentes na área os Territórios dos Municípios do Cabo de Santo e de Ipojuca, os Territórios das Bacias Hidrográficas (GL 2 e Ipojuca) e o Território do CIPS. Ou seja, trata-se de uma dinâmica que se dá por entre Territórios. Assim, torna-se fundamental entender tais relações a partir do Poder Local, aqui considerado como principal elemento da Governança das Águas, nos espaços que legalmente foram e são estabelecidos juridicamente, ou seja, os Comitês de Bacia Hidrográfica e os Conselhos Municipais.

Palavras-Chaves: Governança das Águas, Suape, Poder Local, Crescimento, Território.

ABSTRACT

The present research on Water Governance in Suape has paved the way for socio-environmental complexity involving water resources, since the presented reality runs through natural, socioeconomic and cultural issues. The main objective is to understand the actions of the Watershed Committees (GL 2 and Ipojuca) and the Municipal Councils (Environment and Development) in this process of Water Governance bringing a discussion on Territory, Growth and Local Power, concepts and categories that are fundamental for understanding the problem. In order to do so, we monitor these Committees and Councils during the period 2014 – 2016. We participated in various actions, meetings and, through the application of interviews with representatives of the various segments present where we could have a deeper understanding of Water Governance in Suape, identifying Weaknesses and potentialities of this process. Suape designates here the Suape Microregion composed by the municipalities of Cabo de Santo Agostinho and Ipojuca, places that in turn form the Metropolitan Region of Recife (RMR), and which play important role in the Pernambuco economy, mainly due to the installation of the Industrial Port Complex of Suape (CIPS) started in the 1970s. It is a coastal area that presents an interface with the southern forest zone of Pernambuco possessing natural and socioeconomic elements of these two geographical areas. The growth (economic, demographic, urban and industrial) in Suape, has as main engine the CIPS that, since its conception and, especially since 2007, has provoked debates on the socio-environmental impacts verified in the area, mainly with respect to the transformations especially those occurring near the mouth of the Ipojuca and Massangana rivers, with the removal and landfill of areas formerly occupied by mangroves, displacements of traditional populations, etc. This growth, coupled with the very RMR dynamics, for which Suape represents an important source of water supply, contributing with more than 50% of the water supply, increased the demand for this resource. Thus, with the increasing pressure on strategic water resources of Suape, it is necessary to understand, therefore, what role Local Government has played in Water Governance, especially on surface waters since the State of Pernambuco, in general, does not have representative groundwater reserves for water supply. The analysis of the process of Water Governance in Suape is immersed in a context of several Territories that give the theme conflictual relations. The territories of the municipalities of Cabo de Santo Agostinho and Ipojuca, the territories of the Hydrographic Basins (GL 2 and Ipojuca) and the territory of CIPS are present in the area. That is, it is a dynamic that takes place between territories. Thus, it becomes fundamental to understand such relations from the Local Power, considered here as the main element of Water Governance, in the spaces that legally were and are established, that is, the River Basin Committees and the Municipal Councils.

Keywords: Water Governance, Suape, Local Power, Growth, Territory.

Lista de Quadros, Figuras, Siglas, Tabelas, Anexos e Apêndices.

Imagem da capa – Foz do Rio Jaboatão/Pirapama/Ponte do Paiva: disponível em <www.cabovivo.com.br/wp-content/uploads/2013/01/ponte-do-Paiva.jpg>

APAC – Agência Estadual de Águas e Climas

ANA – Agência Nacional de Água

AD Diper – Agência Estadual de Desenvolvimento Econômico

BANDEPE – Banco do Estado de Pernambuco

BIRD – Banco Interamericano para a reconstrução e desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDS – Banco Nacional do Desenvolvimento Social

CIPS – Complexo Industrial e Portuário de Suape Governador Eraldo Gueiros

COBH – Comitê de Bacia Hidrográfica

COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente

COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento

CEPAL – Comissão de estudos econômicos para a América Latina

CONSU – Conselho de Usuários (Açudes e Barragens)

CMMAS – Conselhos Municipais de Meio Ambiente

COMDEMA Ipojuca

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos

DBO – Demanda Biológica de Oxigênio

DEA – Disponibilidade específica de água

DS – Desenvolvimento Sustentável

DLIS – Desenvolvimento Local Integrado Sustentável

D.I – Distrito Industrial

DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra a Seca

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental

ETA – Estação de Tratamento de Água

FINOR – Fundo de Investimento para o Nordeste

FIDENE – Fundo de investimento para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste

FT – Fósforo Total

FDS – Fundo de Desenvolvimento industrial de Suape

GIRH – Gestão Integrada de Recursos Hídricos

GL 2 – Grupo de Pequenos Rios Litorâneos

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IFPE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IET – Índice de Estado Trófico

IBEU – Índice de Bem Estar Urbano

IFOCS – Instituto Federal de Obras contra a Seca

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ICRH – Índice de criticidade de recursos hídricos

IPA – Índice de pobreza da água
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ONU – Organização das Nações Unidas
OD – Oxigênio Dissolvido
ONG – Organização Não Governamental
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PHA – Plano Hidroambiental do Ipojuca
PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos
PERH – Política Estadual de Recursos Hídricos
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de áreas integradas do Nordeste
PROHIDRO – Programa de Aproveitamento dos Recursos Hídricos
PRODEPE – Programa de desenvolvimento de Pernambuco
PRODINPE – Programa de desenvolvimento da indústria naval e de mecânica pesada associada do estado de Pernambuco
PRODEAUTO – Programa de desenvolvimento do setor automotivo do Estado de Pernambuco
PRDNE – Plano Regional de Desenvolvimento para o Nordeste
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNDE – Plano Diretor do Desenvolvimento econômico e social do Nordeste
PISF – Projeto de Integração do São Francisco
PECCIPS – Programa Ecológico Cultural do CIPS
RDs – Regiões de Desenvolvimento
RMR – Região Metropolitana do Recife
SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SEMAS – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade
TFT – Taxa de Fecundidade Total
TMI – Taxa de Mortalidade Infantil
T.I – Tecnologia da Informação
TES – Território Estratégico de Suape
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UP – Unidade de Planejamento (hídrico)
ZCIT – Zona de Convergência Intertropical
Anexo 1 – Sistema francês de gestão dos recursos hídricos
Anexo 2 – Informativo PSA em foco
Anexo 3 – Informativo Águas do Ipojuca
Anexo 4 – Informativo Águas do Sul
Apêndice 01- Modelo de Entrevista
Figura 01 - Bacias Hidrográficas transfronteiriças na América do Sul
Figura 02 - Aquíferos transfronteiriços compartilhados na América
Figura 03 - Esquema básico da gestão territorial da água na França
Figura 04 - Organograma da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil
Figura 05 – Área de Estudo
Figura 06 - Aspecto dos Morros ou Colinas da Zona da Mata em Gurjaú (canavial e mata atlântica)
Figura 07 - Aspecto da Planície Costeira na praia de Itapuama – Cabo de Santo Agostinho
Figura 08 - A Bacia de Pernambuco e suas subdivisões
Figura 09 - Unidades de Análise da Bacia do Ipojuca (destaque para a UA 4)

Figura 10 - Sistema de Aquíferos de Pernambuco
Figura 11 - Posição estratégica de Suape em relação a América do Sul e ao Mundo
Figura 12 - Potencialidades e Disponibilidade Hídrica Superficial por Unidade de Planejamento Hídrico em Pernambuco
Figura 13 - Capacidade de acumulação das barragens em Suape (milhões de m³)
Figura 14 – IBEU – Índice de bem estar urbano da RMR
Figura 15 - Nucleação da RMR no início da década de 1980
Figura 16 - Principais parceiros comerciais do CIPS
Figura 17 - Principais produtos movimentados em Suape (2010) e projeção (2030)
Figura 18 - Estrutura da governança na RMR
Figura 19 - Evolução da criação do COBHs no Brasil
Figura 20 - Distribuição dos COBHs no Brasil
Figura 21 – Composição do COBH Metropolitano Sul – GL 2
Figura 22 – Composição do COBH Ipojuca
Figura 23 – Reunião do COBH Ipojuca realizada em Bezerros - PE
Figura 24 – Reunião do COBH Ipojuca realizada em Bezerros - PE
Figura 25 – Reunião do COBH GL - 2
Figura 26 – Ação do Dia Mundial da Água promovida pelo COBH GL - 2
Figura 27 - Reunião do COBH GL – 2
Figura 28 – Reunião do COMDEMA Cabo de Santo Agostinho
Figura 29 – Reunião do COMDEMA (Ipojuca)
Figura 30 - Reunião do CMDRS
Figura 31 – Tempo de participação dos entrevistados nos COBHs e Conselhos
Figura 32 - Nível de Instrução dos entrevistados
Figura 33 – Percurso reflexivo: Emergência de uma questão metropolitana na Governança das Águas
Quadro 1 – Síntese Metodológica
Quadro 2 – Modelos de Gestão Pública
Quadro 3 – Aspectos dos poços nas bacias sedimentares de Pernambuco
Quadros 4 e 5 – Qualidade das águas no rio Ipojuca
Quadro 8 – Qualidade da água no Rio Jaboatão
Quadro 9 – Principais acontecimentos e impactos socioambientais ocorridos em função da instalação do CIPS
Quadro 10 – Síntese dos indicadores demográficos
Quadro 11 – Matriz histórico-geográfica de Suape
Quadros 12 e 13 – Entrevistas com o COBH GL 2 e com o COBH Ipojuca
Quadros 14 e 15 – Entrevistas com o COMDEMA Cabo de Santo Agostinho e com o
Quadro 16 – Entrevista com o CMDRS
Tabela 01 – Quantitativo de entrevistados por segmento

APRESENTAÇÃO

A realidade dos recursos hídricos na Região Metropolitana do Recife – RMR e particularmente na Região de Suape, tem merecido destaque em virtude das sucessivas crises de abastecimento, do aumento da demanda, do nível de degradação das águas das configurações estruturais e institucionais sobre a gestão desses recursos a partir da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH (1997) e da Política Estadual de Recursos Hídricos – PERH (1998).

O crescimento (econômico, urbano, demográfico etc) verificado em Suape lança uma reflexão sobre a situação dos recursos hídricos nesta região, visto que a mesma é fundamental para a garantia do abastecimento de água na RMR. Dessa forma, busca-se avançar no entendimento desta realidade a partir da análise do processo de Governança das Águas que inclui tanto os aspectos físico-naturais-ambientais como os aspectos humanos, políticos, econômicos, institucionais etc, razão pela qual, a discussão aqui presente, tenta trilhar os passos da Complexidade Socioambiental, ou hidrossocioambiental. Por isso, as páginas iniciais deste trabalho explicam as hipóteses, os objetivos e o caminho metodológico adotado.

O presente trabalho está estruturado em seis capítulos onde:

- O primeiro capítulo traz uma discussão teórica e conceitual sobre a Governança das Águas, do Crescimento, do Poder Local e do Território que são os conceitos-chaves deste trabalho;
- O segundo capítulo traz uma caracterização da área de estudo, ou seja, da região de Suape composta pelos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca e pelo Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros – CIPS. Esta caracterização traz também uma síntese da dinâmica socioambiental e dos impactos ocorridos na área a partir da instalação do CIPS;
- O terceiro capítulo apresenta um resgate histórico e contextualiza as principais políticas de desenvolvimento para o Nordeste, Pernambuco e Suape, bem como, as principais iniciativas ligadas a questão dos recursos hídricos, que ajudam a entender o quadro atual e a concepção e instalação do CIPS;

***GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.***

- O quarto capítulo apresenta a Emergência da Governança das Águas no contexto da RMR, mas também, trazendo um pouco da realidade na América Latina. O capítulo traz ainda uma caracterização institucional de como está estruturado o Sistema Nacional e Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e como estes facilitam ou dificultam a ação do Poder Local no processo de Governança das Águas;
- Já no quinto capítulo apresenta os resultados do acompanhamento das reuniões, ações dos Comitês e Conselhos observados no período 2014 – 2016, bem como, das entrevistas aplicadas no mesmo período com alguns membros que espontaneamente e sem obrigação de identificação nominal, aceitaram contribuir com a pesquisa. Nesse capítulo aponta-se as fragilidades e potencialidades da Governança das Águas em Suape a partir do Poder Local;
- Por fim, o capítulo sexto, traz as Considerações Finais sobre todo o processo vivenciado. Elenca-se alguns desafios específicos à Governança das Águas em Suape, bem como, são sugeridos caminhos para a superação.

Assim, procura-se com este trabalho contribuir para o entendimento e resolução de alguns problemas relativos aos recursos hídricos na região de Suape, particularmente sobre a Governança das Águas.

Objetivo Geral

Compreender o processo de Governança das Águas na região de Suape a partir da atuação dos Comitês de Bacia e dos Conselhos de Desenvolvimento e de Meio Ambiente nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Específicos

- Identificar e analisar as relações entre os Recursos Hídricos e o Crescimento do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca a partir do processo histórico das políticas adotadas para o Nordeste, Pernambuco e instalação do CIPS;
- Acompanhar e analisar as deliberações e ações dos Comitês/Conselhos a partir das atas, reuniões e ações e sua relação com o poder público e os órgãos definidores das políticas para o CIPS e para os municípios de Suape;
- Construir e propor alternativas de superação para as possíveis fragilidades na Governança das Águas na Microrregião de Suape, a partir dos Comitês de Bacias e dos Conselhos de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Hipóteses

Diante da constatação de que a área ao sul da metrópole é uma área “estudada/projetada” ou prevista como zona de expansão de uso dos mananciais (reserva hídrica) para abastecimento público de Recife e RMR e o estabelecimento do CIPS (que fez aumentar a demanda), há uma possibilidade latente de conflito no âmbito da Governança das Águas.

A definição de base territorial para atuação do COBH Metropolitano Sul – GL 02, fruto da unificação dos COBHs Pirapama e Jaboatão, enfraquece a atuação do Poder Local e, por conseguinte, da Governança das Águas, fortalecendo o interesse da metrópole e do CIPS;

Os Comitês/Conselhos tem dado pouca atenção as questões de âmbito regional relativas à Governança das Águas e as questões ambientais prevalecendo o enfoque pontual e

localizado, o que contribui para que estes espaços tenham pouco respaldo e conhecimento por parte da sociedade e pouco poder de intervenção.

Metodologia

A discussão sobre Governança das Águas embora tenha um caráter político no sentido que envolve relações, articulações e interesses diversos entre diferentes atores, pauta-se também sobre uma realidade física-natural que diz respeito a disponibilidade ou não dos recursos hídricos sobre em função dos quais se estabelece a Governança. Nesse debate estão inseridos também as questões ambientais e os conflitos por uso.

Embora a discussão da Governança esteja no domínio político-institucional a opção por esta perspectiva de análise resulta de alguns questionamentos iniciais:

1º Por que é necessária a Governança das Águas?

Como consequência do primeiro questionamento, emerge um segundo questionamento:

2º Se há uma Governança ou (des) Governança das Águas quais as causas e consequências decorrentes? Quem são e como agem seus atores?

A resposta da primeira questão remonta a existência e disponibilidade do recurso água, que depende de certas condições física-naturais e antrópicas. Remonta também, a existência de uma condição democrática que valorize a participação, além disso, as exigências da legislação sobre recursos hídricos e sua efetividade enquanto instrumento da governança.

Em relação ao segundo questionamento, embora a resposta esteja sobre o domínio político e institucional, o ato da Governança das Águas assenta-se também sobre os recursos hídricos, ou ainda melhor, em obediência a Lei Federal 9.433 de 1997, sobre a Bacia Hidrográfica definida como unidade territorial de análise.

Independente de qual referencial se tome como ponto de partida da análise da Governança das Águas, inevitavelmente precisa-se considerar os aspectos físico-naturais e sociais e suas relações espaçotemporais, o que reforça seu caráter socioambiental.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Portanto, para tentar alcançar esta análise e objetivos a síntese da metodologia encontra-se no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Síntese Metodológica

Objetivos Específicos	Passos Metodológicos	Observação
Identificar e analisar as relações entre os Recursos Hídricos e o Crescimento do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca a partir do processo histórico das políticas adotadas para o Nordeste, Pernambuco e instalação do CIPS;	Pesquisa bibliográfica junto a órgãos como: SUDENE, CONDEPE/FIDEM, CPRH, ANA, BNDS, AD-Diper, IBGE e Prefeituras (Planos Diretores, Agenda 21 etc).	O recorte temporal é a partir da década de 1950 quando as primeiras ideias de construção de Suape foram lançadas.
Acompanhar os Comitês/Conselhos analisando as atas, reuniões e ações discutidas e deliberadas e sua relação com o poder público e os órgãos definidores das políticas para o CIPS e para os municípios de Suape;	Participação como ouvinte das reuniões e ações promovidas pelos Comitês/Conselhos para observação <i>in loco</i> da dinâmica de funcionamento, identificação dos membros por segmento e aplicação da entrevista com no mínimo um representante por segmento e por Comitê/Conselhos.	No período de 2014-2016 visto que, em contatos prévios, observou-se a falta de regularidade nas datas de reuniões.
Construir e propor alternativas de superação para as possíveis fragilidades na Governança das Águas na região de Suape a partir dos Comitês de Bacia e dos Conselhos de Desenvolvimento e Meio Ambiente.	- De posse das entrevistas, foi feita uma análise das respostas a partir do agrupamento de respostas por segmento e também por tipo de Comitê (bacia hidrográfica ou de Desenvolvimento e Meio Ambiente); - Ao analisar as respostas foi feita uma tabulação com a identificação das fragilidades e potencialidades identificadas e também, com as sugestões.	

Para esta pesquisa, foi adotada a perspectiva de investigação dentro do que se estabelece como Geografia Socioambiental (MENDONÇA, 2001) visto que a dinâmica natural e a dinâmica da sociedade são necessárias à compreensão da problemática em questão. Um estudo nesta perspectiva, segundo o autor, “deve emanar de problemáticas em que situações conflituosas, decorrentes da interação entre a sociedade e a natureza, explicitem degradação de uma ou de ambas.” (MENDONÇA, 2001, p. 124).

Neste sentido, Amorim (2012) diz que a busca constante da integração entre fenômenos físiconaturais e as diversas configurações socioespaciais sempre foi um traço da ciência geográfica desde sua sistematização e que, sob a fundamentação epistemológica da

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

teoria da complexidade e do retorno da Geografia ao estudo da totalidade, tem-se procurado superar a fragmentação.

Com base nisto, tem-se a perspectiva de que toda discussão envolvendo os recursos hídricos insere-se no debate ambiental e, portanto, numa dinâmica complexa das variáveis socioambientais - complexidade socioambiental, que nem sempre estão explicitadas. Tal caráter confere um desafio de se conseguir entender a função e o comportamento destas variáveis (condições naturais, Crescimento econômico, urbano e industrial, atuação do Poder Local, Governança etc) frente as pressões sobre os recursos hídricos (disponibilidade, aumento da demanda, poluição etc) sem contudo, deixar de considerar as especificidades locais, neste caso, da região de Suape ou simplesmente Suape (daqui em diante) que engloba os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca e o Complexo Industrial e Portuário de Suape Governador Eraldo Gueiros – CIPS.

Concordamos com Manson & Sullivan (2006) para os quais, a complexidade também se aplica as particularidades e especificidades uma vez que, seus aspectos gerais não desprezam a necessidade de estudar as especificidades.

A complexidade para Linderberg (2006) seria uma alternativa ao pensamento reducionista (que só vê as partes) e ao globalista (que só vê o todo). Em outras palavras, trata-se de uma redução consciente, da união da simplicidade com a complexidade. Para a autora, este discurso em busca da integração não é exatamente novo na Geografia uma vez que a mesma identifica na organicidade telúrica de Ratzel, na combinação de fenômenos de Vidal la Blache e na combinação de complexos de Cholley e Reclus, elementos da complexidade (LINDERBERG, 2006).

Moreno (2002) acrescenta que o complexo é o conjunto, composto onde seus componentes são irreduzíveis uns aos outros, sendo que a única coisa a qual se aplica verdadeiramente o termo complexo, é a realidade mesma. A complexidade não reduz o complexo ao simples ou a totalidade ao holismo. Ela é uma noção lógica, política e epistemológica antes que quantitativa.

A partir de Marín & Jiménez (2002) destaca-se algumas categorias do pensamento complexo como a Organização, a Emergência e o Dialógico. A Organização traz em seu campo semântico a ordem, a desordem e o sistema, na tentativa de ligar as partes ao todo, o todo às partes e as partes entre si. O princípio da Emergência expressa as novas qualidades que surgem e que não estão presentes em nenhuma das partes. Já o princípio Dialógico busca unir ideias que se excluem mutuamente, mas que são inseparáveis numa mesma realidade¹.

Para Gomes & Espindola (2007) estudos complexos insere-se no que os autores denominam de interdisciplinaridade sistêmica. Dessa forma, a complexidade teria raízes na Teoria Geral dos Sistemas, na Cibernética e na Teoria da Informação da década de 1950, ocupando o campo das inter-relações aberto após a comprovação da realidade dinâmica a partir da biologia, da física quântica, da termodinâmica e da relatividade (SOUZA, 2013; SALES, 2004; GOMES & VITTE, 2010; MANSON & SULLIVAN, 2006).

A complexidade na Geografia Socioambiental ocupa espaço importante a partir do século XX e XXI ocupando o lugar da análise integrativa de base naturalista verificada, por exemplo, em Humboldt e Dockuchaev. A complexidade nem sempre está explícita nos trabalhos científicos, englobando também os de caráter geográfico, mas sempre está presente, sobretudo nos estudos ambientais, a exemplo, da noção de Entropia e de Ritmo já consagrados nesses estudos (GOMES & ESPINDOLA, 2007).

Reforçando este pensamento Gomes & Vitte defendem que:

A chamada *Ciência* (grifo do autor) da Complexidade refere-se a um termo conotativo que especifica uma forma particular deste panorama. Sua afirmação no panorama do conhecimento pode ser caracterizada como uma ‘nova ciência’ não apenas por apresentar novas abordagens para o estudo da complexidade do mundo, mas principalmente por desenvolver novos métodos científicos para o estudo de suas regularidades, regras e padrões, agora não mais como Leis eternas. (GOMES & VITTE, s.d, p. 11)

¹ Outros princípios são: a Recursão; o Hologramático; o de Auto-Eco-Organização e o de Borrosidad - para o qual não encontramos uma tradução – mas significa superação das bivalências. (MARÍN & JIMÉNEZ, 2002, pp. 116-119)

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

As bases da complexidade surgem também a partir da emergência de uma crise ambiental que tem sua origem na crise do conhecimento ocidental e ocidentalizado, ou seja, na visão de mundo cartesiano (LEFF, 2007; LEFF, 2010; MORIN, 2007). Suas implicações epistemológicas sugerem uma prática interdisciplinar que não prioriza o todo em detrimento de suas partes.

A categoria geográfica do Território, no caso de Suape o termo mais adequado seria Territórios, pois o mesmo é base de sustentação das dinâmicas tanto das Bacias Hidrográficas envolvidas neste estudo (Bacia do Ipojuca e Bacia GL – 02), quanto dos municípios e dos Comitês de Bacia – COBH, e também do CIPS, pressupõe o olhar que procura entender os processos de configuração desses Territórios envolvidos. Portanto, a narrativa aqui presente, está configurada como uma narrativa *Por entre Territórios* e seus entes administrativos e de gestão envolvidos ou não, na dinâmica da Governança das Águas em Suape. Sendo assim, tem-se a confluência de Territórios naturais e sociopolíticos que se ajustam, se adaptam e são afetados em função do *Crescimento* que tem como motor principal, o CIPS.

A caracterização da área de estudo é feita neste trabalho a partir da Análise da Paisagem, considerando-se seu quadro atual e influência nos recursos hídricos (qualitativa e quantitativa), bem como, os impactos decorrentes do processo histórico de Crescimento e ocupação da área que auxiliam a compreender a dinâmica apresentada neste trabalho. A paisagem é uma realidade complexa, de formas físicas e culturais (SAUER, 2006) e “(...) os elementos que a constituem participam de uma dinâmica comum que não corresponde obrigatoriamente à evolução de cada um dentre eles tomados separadamente” (BERTRAND, 2004, p. 148).

Para análise da Governança das Águas em Suape fizemos o recorte a partir do Poder Local focado nos dois Comitês de Bacias com atuação legal na área que são: Comitê Metropolitano Sul – GL 2 e o Comitê da Bacia do Ipojuca. Nesses comitês buscou-se acompanhar em primeiro lugar: Atividades (capacitações, atos comemorativos etc) e as Reuniões como forma de entrosamento a dinâmica do comitê, identificação dos membros (usuários, poder público, sociedade civil) e posterior aplicação das entrevistas. Nas ocasiões em que não foi possível a participação, obtivemos acesso as atas e informativos diversos, inclusive de períodos anteriores ao analisado.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Outro recorte adotado foi em relação aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento e de Defesa do Meio Ambiente, a saber: COMDEMA – Ipojuca; COMDEMA – Cabo de Santo Agostinho e CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - do Cabo de Santo Agostinho. O acompanhamento desses Conselhos justifica-se por dois motivos: o primeiro é que os representantes do município nos COBHs são em geral, membros dos COMDEMAs e em segundo lugar, no âmbito dos municípios, são estes os espaços que concentram o debate em torno das questões ambientais e dos recursos hídricos. Assim, sobretudo no âmbito dos municípios, a questão dos recursos hídricos se dá na interface com a gestão ambiental.

Tanto nos Comitês quanto nos Conselhos aqui analisados, a atuação da Sociedade Civil no Poder Local e na Governança das Águas teve uma atenção especial visto que, sua atuação nestes espaços, além de ser uma prerrogativa legal, indica ou não, uma maior compreensão e comprometimento da população com as questões ambientais e dos recursos hídricos.

A partir desse acompanhamento foi possível estabelecer contato com os membros dos Comitês e Conselhos e, mediante exposição dos objetivos da pesquisa, houve o aceite voluntário para participar da entrevista.

As entrevistas cujo modelo está disponível no Apêndice 01, são no modelo semiestruturado com questões subjetivas (abertas) que buscaram identificar a opinião que cada segmento tem sobre o Comitê ou Conselho (organização, funcionamento, participação etc) e também, identificar o nível de conhecimento sobre a problemática hídrica e articulação que os segmentos tem com outros espaços e entidades que discutem a questão ambiental e dos recursos hídricos frente ao processo de crescimento na área de abrangência. No total foram realizadas 18 entrevistas sendo: 3 para o COBH Metropolitano Sul, 3 para o COBH Ipojuca, 3 para o COMDEMA Cabo de Santo Agostinho, 4 para o COMDEMA de Ipojuca (incluindo a entrevista com membro do CIPS) e 3 com o CMDRS do Cabo de Santo Agostinho, e 2 com membros da APAC (sendo que uma das entrevistas não obtivemos retorno). A quantidade de entrevistas por Comitê/Conselhos variou em função da disponibilidade dos membros em participar da entrevista e da própria participação e funcionalidade dos Comitês/Conselhos, visto que

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

uns apresentaram maior número de participantes e de ações e reuniões enquanto que outros estiveram praticamente inativos.

Nas entrevistas, a identificação nominal do/da voluntário/a membro dos Conselhos/Comitês não foi obrigatória, entendemos que dessa forma, haveria mais liberdade para as respostas principalmente do seguimento Poder Público. Em função das dificuldades encontradas para realização das entrevistas diretamente com os membros, e também, em alguns casos, por solicitação do próprio voluntário/a, algumas entrevistas foram enviadas por email sob o compromisso destes em ser ele/ela o respondente e não outrem.

O recorte temporal 2014 – 2016 foi feito a partir de duas questões centrais: A primeira em obediência ao cronograma estabelecido para o doutoramento. Em segundo lugar, observou-se durante os contatos e visitas, que um recorte temporal anterior a este, seria impraticável, pois, os Comitês, assim como os Conselhos por razões que serão explicadas posteriormente, tem pouco ou nenhum registro. Dessa forma neste período participamos de 3 atividades do COBH Ipojuca (uma capacitação e duas reuniões), 4 atividades do COBH Metropolitano Sul (duas reuniões, um evento do Dia Mundial da Água e um evento sobre o Dia do Rio), 11 atividades do CMDRS (reuniões ordinárias), 3 atividades do COMDEMA de Ipojuca (reuniões) e 2 atividades do COMDEMA do Cabo de Santo Agostinho (reuniões). Paralelamente a isto, ocorreram diversos contatos pessoais, telefônicos e virtuais (email, whatsapp) com os presidentes e/ou secretários executivos destes Comitês/Conselhos aos quais obtivemos de forma geral, um amplo acesso.

Para a análise das entrevistas, onde as informações coletadas são fundamentalmente qualitativas, procurou-se obedecer aos critérios elencados por Chizzotti (2009) para estes tipos de dados, a saber: fiabilidade, ou seja, independência em relação as convicções ideológicas do autor; credibilidade que é a garantia relacionada a exatidão e quantidade efetuada; constância interna que é a independência dos dados em relação as acidentalidades e; transferibilidade que é a possibilidade das conclusões serem estendidas para outros contextos.

***GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.***

Para isto, foi feita inicialmente uma tabulação para análise comparativa das respostas entre os diferentes segmentos (Usuários x Poder Público x Sociedade Civil) de um mesmo Comitê/Conselho, destacando as divergências e convergência entre estes e, posteriormente, feitas algumas inferências e considerações.

Ressalte-se que neste trabalho estão presentes três tipos de Comitês/Conselhos: os COBHs (Metropolitano Sul e do Ipojuca), os COMDEMAS (do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca) e o CMDRS (do Cabo de Santo Agostinho). No CMDRS bem como nos COMDEMAS, não existe a categoria Usuários.

Por fim, a revisão bibliográfica permeia toda a duração deste trabalho. Ela tem por finalidade o aprofundamento teórico que nos ajuda na identificação dos princípios utilizados na formulação das estratégias de crescimento com repercussões em Suape e em relação aos recursos hídricos. Esta fundamentação teórica buscou aprimorar o conhecimento sobre os conceitos chaves deste trabalho que são: Governança das Águas, Território, Crescimento e Poder Local. Esta etapa contemplou a análise de documentos técnicos (Plano Diretores, EIA/RIMA, Lei do Uso e Ocupação do Solo, Agendas 21, Planos de Bacia, Diagnóstico de Água e Saneamento, entre outros) que orientam as políticas de crescimento e utilização da água, elaborados e publicados pelos municípios, órgãos estaduais e federais como: secretarias específicas (de desenvolvimento econômico, de meio ambiente, de planejamento), Empresa Suape que é a responsável pela administração do CIPS, Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa - CONDEPE/FIDEM, Agência Estadual de Desenvolvimento Econômico - AD-DIPER, Companhia Estadual de Saneamento – COMPESA, bem como, Agência Nacional de Águas – ANA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, entre outros.

INTRODUÇÃO

A história humana guarda profunda relação com a busca pelo abastecimento de água para os assentamentos humanos. Ao mesmo tempo, as preocupações com a garantia da quantidade e qualidade deste recurso também está presente, mesmo nos momentos em que as questões ambientais sequer estavam em discussão.

No Brasil, durante os primeiros anos de colonização, houve certo conflito de visões e hábitos em relação à água entre os colonizadores e os indígenas que aqui habitavam. Comum entre ambos era o fato de encarar este líquido como fundamental para suas vidas e atividades.

Regos, rodas d'água, monjolo, chafarizes, bicas, casas de banho, canais, arquedutos, canoeiros-pipa (em Recife e Olinda), aguadeiros, bilhas, cântaros, moringas etc, são alguns exemplos de como os primeiros habitantes lidavam com o desafio de conseguir água e armazená-la em quantidade com qualidade. Por outro lado, a cultura do desperdício também estava presente, principalmente por parte dos colonizadores. (ANA, 2007)

A importância da água no desenvolvimento dos primeiros povoamentos está representada, por exemplo, nos termos que os indígenas utilizavam para designar as Águas (ieté – água verdadeira; icem – água doce; icatu – água boa; icaraí – água santa) e para ferramentas e utensílios relativos à água de forma que estes termos foram incorporados aos nomes de alguns destes povoamentos (ANA, 2007). A água também era e ainda é, carregada de simbologias e significados místicos e religiosos em várias aldeias e rituais das religiões afrobrasileiras e cristãs. Assim, a água é muito mais que água e que recursos hídricos.

Com relação a água doce, é conhecida a disponibilidade do Brasil em relação aos demais países do mundo. Tendo aproximadamente 12% dos recursos hídricos mundiais, e com mais 90% do território sob uma rede de drenagem que nunca seca (REBOUÇAS, 2003), a exceção do semiárido nordestino, o país apresenta desigualdades na distribuição natural deste recurso e no abastecimento humano. Isto gera algumas

particularidades como o fato de que, mesmo em regiões que possuem excedente hídrico, haver crises no abastecimento.

Tomando especificamente a região Nordeste, as condições naturais da distribuição de água são apresentadas por MARTINS *et al.* (2012) que destacam:

No Nordeste brasileiro, a existência de solos rasos e do embasamento cristalino, o qual pode ser frequentemente visto à superfície, a alta evaporação e um regime de precipitações caracterizado pela alta variabilidade espaço-temporal resultam em déficit no balanço hídrico para quase todos os meses do ano, o que significa dizer que em muitos meses a vazão que escoam nos rios é nula. (...) Na Região Nordeste ocorre grande quantidade de rios classificados com criticidade quantitativa devido à baixa disponibilidade hídrica dos corpos d'água. Muitos rios localizados em regiões metropolitanas apresentam criticidade quali-quantitativa, tendo em vista a alta demanda de água existente e a grande quantidade de carga orgânica lançada aos rios. (MARTINS, et al., 2012, pp. 102-104)

Nota-se que a questão da água não passa apenas pela disponibilidade natural, mas também, por questões de ordem política, jurídica, social etc. Além das dificuldades no abastecimento, sobretudo nos grandes centros urbanos, acrescenta-se a ausência de saneamento básico que além de contribuir com a deterioração da qualidade das águas, traz consigo, uma série de doenças de veiculação hídrica. Por outro lado, há no país uma “cultura” do desperdício de água. Práticas de irrigação e domésticas, além de deficiências na infraestrutura de distribuição e as ligações clandestinas contribuem para que haja perdas superiores a 40% da água produzida para consumo².

Sobre o processo de Gestão dos Recursos Hídricos, Jouravlev (2003) analisando o cenário de alguns países na América Latina, descreve como características especiais da água a: Mobilidade e incerteza que dificultam o direito de propriedade; Economias de escala em seu armazenamento, transporte e distribuição; Diversidades de uso; Interdependência geral dos usuários; Natureza unidirecional, assimétrica e anisotrópica (algumas propriedades físicas dependem da direção em que são medidas) entre os usos e usuários num sistema integrado. O autor defende que a água deve ser aproveitada com uma visão nacional como forma de garantir as estratégias e evitar os conflitos entre

² Em Pernambuco calcula-se que cada pernambucano desperdiça em média 15.872 litros/ano, ou 79 litros por dia. A produção diária de água por habitante é de 175,6 litros. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Edição de 07/06/2014).

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

zonas excedentes e zonas deficitárias. Uma fragmentação por jurisdição local provocaria a transferência de externalidades entre as unidades, aumentando os conflitos etc.

Jouravlev (2003) destaca como funções fundamentais ou substantivas da gestão da água: Aplicação da legislação; Alocação da água (definição e modificação das condições de acesso); Controle da contaminação; Identificação, avaliação e monitoramento tanto em quantidade quanto em qualidade; Inventário, registro e cadastro dos usos e usuários assim como, a fiscalização do aproveitamento; Elaboração de planos de recursos hídricos; Avaliação de projetos e aprovação de obras; Determinação das áreas protegidas; Administração de conflitos vinculados ao uso da água.

A adoção da bacia hidrográfica como unidade territorial de gestão dos recursos hídricos representou um avanço (no Brasil a partir da Lei 9.433/1997) e de acordo com Jouravlev (2003) a adoção da bacia hidrográfica dá-se por quatro razões principais:

1. Porque é a principal forma terrestre dentro do ciclo hidrológico responsável pela captação e que concentram as águas oriundas das precipitações;
2. As características físicas da água geram um nível alto de interrelações e interdependência entre usos e usuários;
3. Nível de interdependência que interatuam num processo permanente e dinâmico entre os sistemas físico e biótico;
4. Interrelações e interdependência entre os sistemas físicos, bióticos e socioeconômicos em nível de território da bacia hidrográfica;

Pode-se afirmar que a Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil tem um longo caminho percorrido. Mas, considera-se o primeiro grande documento relativo a esta temática, o Código das Águas de 1934. Depois dele, várias leis, decretos e organismos foram criados, com a finalidade de melhor gerir este recurso, até que, com a edição da Constituição Federal de 1988, orientou-se para a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que culminou com a Lei 9.433 de 1997 estabelecendo a Política Nacional de Recursos Hídricos (VEIGA, 2007).

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Ao se tratar de questões que envolvem a água ou os recursos hídricos, faz-se necessário transcender a materialidade dos mesmos, para melhor compreensão da complexa teia de significados e relações presentes. A abordagem perpassa diversos aspectos jurídicos, institucionais, econômicos, naturais, sociais, ambientais, políticos e culturais, sem os quais, tem-se uma visão compartimentada acerca deste recurso. Nesse sentido, ao discutirmos no presente trabalho a questão da Governança das Águas, buscou-se compreender estes aspectos relacionados. Embora se tenha como ponto de partida a atuação do Poder Local, o Território e o Crescimento (urbano, industrial, econômico) em Suape, a intenção foi obter uma visão mais integrada da problemática existente na região relacionado estes conceitos com outras discussões igualmente importantes.

A problemática em torno dos recursos hídricos torna-se ainda mais relevante e complexa quando acrescentamos à análise o fenômeno do Crescimento (urbano, industrial, demográfico). Em um país que busca alcançar seu “lugar ao sol” no rol de países considerados desenvolvidos, a adoção de políticas que buscam impulsionar a economia, não raramente destoa dos preceitos de preservação, conservação dos recursos naturais e culturais. Apesar de se propagandear o pretense Desenvolvimento Sustentável – DS (local, integrado etc), o que tem prevalecido é o enfoque econômico como critério de adoção e avaliação da efetividade de tais políticas.

A região de Suape composta pelos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, juntamente com o grupo de municípios que faz parte do Território Estratégico de Suape – TES (oito municípios no total incluindo os dois citados) tem experimentado um processo de Crescimento que foi impulsionado principalmente a partir de 2007. Tal impulso deve-se, sobretudo ao Complexo Industrial e Portuário de Suape Governador Eraldo Gueiros, mas conhecido pela sigla CIPS. O Crescimento não só alterou a configuração econômica dos municípios com consequentes transformações na paisagem, como provocou incremento populacional e por consequência, aumentou a demanda por água. Assim, a região que já contribui com o abastecimento de parte da Região Metropolitana do Recife – RMR, passou também a demandar mais água das bacias GL 2 e Ipojuca, o que provocou, dentre outras questões, um aporte maior deste recurso e o estabelecimento de perspectivas futuras de ampliação tendo em vista a proximidade com bacias hidrográficas importantes.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

As transformações tanto econômicas quanto ambientais, bem como, as consequências sociais causadas verificadas em Suape, tem sido objeto de estudo de vários autores de áreas de conhecimento distintas. Destacamos aqui como exemplos mais recentes os estudos de Moretti & Cox (2016) sobre os impactos socioambientais do CIPS do qual destacamos a fala a seguir:

“Com o rio aberto o peixe entrava e descia, o camarão entrava e descia, o siri ficava no mangue. Agora tudo secou, como é que mato, capim açu dá em mangue? Eu vou lhe mostrar aqui, tirou a água do mangue, deu nisso. As ostras aí, só tem as cascas, tudo morta, porque a água esquentou, a maré não enche e nem seca, porque mangue é o que: a maré entra, enche e seca, que é para manter vivo os crustáceos, mas tudo seco, tudo tapado, como é que vai criar os crustáceos? Não pode, não tem condições, e mais, tem o desmatamento dos mangues, estão acabando com os mangues. [...] Acabaram com o mangue, acabaram com a mata, ali mesmo, era derrubando a mata e os saguis caindo dentro do rio, tudo por conta dos empreendimentos.” (Entrevistado A, em 11/12/2012, MORETTI & COX, 2016).

Outros trabalhos como os de: Medeiros & Godoy (2015) sobre os impactos sociais dos grandes projetos; Marques (2014) sobre o sofrimento social na área do CIPS; Vasconcelos (2012) sobre os desafios do planejamento da RMR; Reis *et al.* (2011) sobre os impactos na biodiversidade em função do CIPS; estudos sobre segurança alimentar e impactos socioambientais (SILVA, 2011); estudos sobre a governança dos conflitos socioambientais (SANTOS, 2011); o trabalho de Alves (2011) traz um olhar geográfico sobre a história do Porto de Suape e o de Monteiro (2011) traz uma análise específica sobre a principal empresa instalada, a Refinaria Abreu e Lima. Estudos sobre território, identidade e conflitos socioambientais em comunidades tradicionais (ALBUQUERQUE & RAIMUNDO 2013). Ainda os estudos sobre a gestão dos recursos hídricos e os aspectos ambientais em Suape (GOUVEIA, 2010); estudos sobre controle social nas políticas ambientais (SOUZA, 2010); estudos sobre a política ambiental e o poder local no Cabo de Santo Agostinho (BARROS, 2009) e estudos sobre a questão da ocupação urbana e habitação (BARROS, 2004), dentre outros. Todos estes trabalhos guardam relação direta ou indireta com a presente pesquisa, pois acrescentam elementos à complexidade que se institui em torno da Governança das Águas, do Território, do Poder Local e do Crescimento verificado em Suape.

A discussão aqui presente em torno da Governança das Águas é uma discussão hídrica e socioambiental, ou hidrossocioambiental, onde a categoria geográfica Território

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

(municipal, do CIPS, das bacias hidrográficas etc) tem papel fundamental para a elucidação da problemática. O Território é palco da dominação (sobre a natureza e sobre a sociedade) das ações governamentais e econômicas. Ele “ocupa um lugar central na evolução do conceito de governança. Desde a idade média a governança é baseada no território” (RICHARD & RIEU, 2009, p. 228). Sendo assim, concordamos com Porto-Gonçalves (2011, p. 81) quando o mesmo afirma que:

Para dominar a natureza, como mandam os fundamentos da sociedade moderno-colonial, é preciso que se domine os homens (e mulheres) sem o que a natureza não pode ser dominada... Assim, *des*-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os. Não deixa de ser uma atualização do princípio romano – *divide et impera* – mais profunda ainda, na medida em que, ao *des*-envolver, envolve cada um (dos desterritorializados) numa nova configuração societária, a capitalista.

Nesse contexto a discussão sobre a Governança das Águas em Suape leva em consideração também a questão da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil e em Pernambuco. Os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos hídricos e a organização dos COBHs (âmbito das bacias hidrográficas) e Conselhos (âmbito dos municípios) são igualmente fundamentais para o entendimento, visto que toda a reflexão se faz em função do processo de Crescimento (econômico, urbano, industrial, demográfico) verificado em Suape que tem no CIPS seu principal motor.

Para Braga et. al. (2008, p. 23) um dos desafios da gestão dos recursos hídricos no Brasil deve-se “tanto para a gestão da demanda quanto ao aumento e garantia da oferta de água em regiões hidrográficas com baixa disponibilidade e melhoria da qualidade da água com a redução da poluição doméstica e industrial.”³

O conceito de Governança como será visto no Capítulo I, tem origem conservadora e torna-se discurso presente na agenda política internacional e nacional, a partir da década de 1990, como pré-requisito para a consolidação das políticas neoliberais. Leal (2012)

³ Tradução do autor.

***GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.***

nos diz que Governança remete na literatura internacional ao conceito de ‘*empowerment*’. Dessa forma, afirma a autora:

Os ideários e padrões de governança têm sido resultantes de engenharias políticas heterogêneas e se suportado em princípios conceptivos distintos, quase sempre antagônicos e sujeitos, frequentemente, a crises de legitimação eleitoral e a descontinuidade das ações do setor público municipal. (LEAL, 2012, p. 73)

A Governança remete a “eficiência do Estado na execução da política pública” (FIGUEIREDO, 2016, p. 4) para a qual a participação da sociedade civil é necessária. No caso da Governança das Águas, esta participação se dá no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas – COBHs, sendo que em Suape acrescentamos os Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMAS e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, visto que o Poder Local não pode ausentar-se da Governança das Águas, e estes são os espaços existentes mais adequados para a análise.

Sobre a participação da sociedade, Figueiredo (2016) destaca uma das suas limitações que, segundo a autora, implica num reducionismo que impõe limites a esta participação. Como exemplo, a autora cita o fato de que esta representação é feita por indicação de uma entidade, que possua estatuto etc. Em sua avaliação, este tipo de exigência limita a participação de grupos que, politicamente e acrescentaríamos estruturalmente, são menos articulados. Assim, afirma a autora: “a participação esperada hoje é aquela que descarta a legitimidade dos dissensos e dos conflitos de classe e que afirma através da resolução negociada nas arenas de decisão.” (FIGUEIREDO, 2016, p. 10).

Os problemas da Governança das Águas são múltiplos e remetem a própria efetivação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. Sobre esta questão, Braga et. al (2008) já assinalava que:

***GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.***

O grande desafio que se coloca para a implementação de Singreh em um país federativo como o Brasil é a existência, na mesma bacia hidrográfica, de rios administrados pelos Estados e pela União. A autonomia dos Estados cria situações, como a bacia do Rio Paraíba do Sul, onde o Comitê para Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul (Ceivap) decidiu cobrar pelo uso da água, o CNRH aprovou o valor e a União implementou o custo para rios no seu domínio no ano de 2003. O Estado do Rio de Janeiro, por sua vez, implementou a cobrança em rios no seu domínio em 2004, e o Estado de São Paulo somente em 2007, e o Estado de Minas Gerais ainda não implementou uma taxa sobre os rios no seu domínio do Paraíba do Sul bacia do rio. Esta assimetria coloca em risco o sistema. (BRAGA et al; 2008, p. 28).⁴

O direito à água, para o consumo e atividades indispensáveis, é encarado no rol dos direitos humanos fundamentais. Desde a Convenção de Genebra em 1949, passando por conferências específicas, sendo incluindo em 2002 pela ONU – Organização das Nações Unidas dentre os direitos humanos, fato do qual o Brasil discordou por entender ser uma ameaça a soberania nacional sobre suas reservas (PILAR & RIBEIRO, 2012). A esse direito fundamental acrescenta-se o direito e também o dever de participar da sua gestão contribuindo para um quadro de boa Governança.

A Governança das Águas em Suape presente neste trabalho leva também em consideração o contexto da própria Região Metropolitana do Recife – RMR, região esta que depende do fornecimento de água captado em Suape, ou seja, o CIPS e os próprios municípios concorrem pela mesma água. Por sua vez, é a RMR a mais populosa e urbanizada região do Estado de Pernambuco, responsável por mais de 60% do PIB estadual. A Governança das Águas no contexto metropolitano requer a superação da visão fragmentada e concorrencial por parte dos municípios, ou seja, uma visão que ultrapasse os limites de seus territórios. (BRITTO & FORMIGA-JOHNSSON, 2009)⁵.

Assim, para compreender a Governança das Águas em Suape, faz-se necessário entender também, a dinâmica hídrica e urbana da RMR.

⁴ Tradução do autor

⁵ Tradução do autor

CAPÍTULO I

REFERENCIAL TEÓRICO

O fenômeno do Crescimento (econômico, urbano, industrial) em Suape registrado principalmente entre os anos 2000 e 2012 esteve relacionado com o momento pelo qual passava o país, e em especial, com o momento em que a região Nordeste e particularmente o Estado de Pernambuco passavam. Embora o período áureo tenha passado em função da crise econômica e política pelo qual atravessa o país (e também mundial), Suape continua a ser o principal polo de crescimento do Estado.

A instalação/consolidação do CIPS tem suscitado várias questões acerca da compreensão dos condicionantes e rebatimentos deste fenômeno, seja em nível local, estadual, regional e até mesmo nacional.

Os anos 2000 – 2012 representaram um acréscimo de empreendimentos de grande porte com geração de receitas e emprego que contribuíram para recolocar o Estado de Pernambuco em posição de destaque na economia regional.

Para melhor compreender este processo e sua influência/interferência na Governança das Águas em Suape, no presente trabalho são discutidos os conceitos/categorias Governança das Águas, Crescimento (Econômico, Urbano e Industrial), Território e Poder Local, conceitos/categorias estas que, situados na relação com o presente estudo, permitem entender esta dinâmica de Suape e fornecem mais elementos teóricos para aprofundarmos o estudo.

A partir do desenrolar da pesquisa foram definidos os conceitos e categorias chaves do trabalho que mostraram-se necessários, dada a persistência e atualidade com que vem sendo propagandeados pelos governos (estadual e municipal, sobretudo), pelos atores locais e pela população em geral, bem como, sua presença como objeto de estudos acadêmicos e técnicos de diversas áreas do conhecimento.

1.1 A Governança das Águas

Conceito central deste trabalho, a Governança das Águas envolve o debate em torno da água em todas as dimensões da vida. Embora a importância e preocupação com este recurso (a água) remontem ao início da própria história da humanidade, e no Brasil, tenha-se desde o início do século passado, dada atenção a sua proteção, é com a emergência da questão ambiental a partir da década de 1970, que a água, assim como outros recursos naturais, passa a ter maior presença nas agendas públicas, acadêmicas etc.

Seria desnecessário repetir aqui todo o debate que engloba a questão da água. Muito se tem falado sobre escassez, poluição, saneamento, qualidade etc. No entanto, aqui será discutido com maior profundidade a questão da Governança das Águas, conceito muito recorrente e que, ao mesmo tempo, tem sido ignorado ou colocado em segundo plano por significativas parcelas da população e pelo próprio poder público.

Governança, Gestão, Governabilidade, Governo são conceitos que em muitas ocasiões tem sido colocado como sinônimos. Na verdade, estes conceitos estão interrelacionados, existindo entre eles algumas diferenças sutis que precisam ser pontuadas.

O conceito Governança, conforme Richard & Rieu (2009), é um conceito polissêmico que surge nos anos 80 e 90 do século passado e foi usado pela primeira vez na França. Embora Governança e Governo tenham etimologicamente a mesma origem, vindos do latim ‘gubernare’ e do grego ‘kubernân’ significando “pilotagem de navio”, representam atualmente questões distintas. Os autores identificam que no fim dos anos setenta e principalmente durante os anos oitenta, a noção de ‘governança mundial’ ou de *global governance* (grifo do autor) é usado no campo das relações internacionais para representar o conjunto das regras comuns implementadas para chegar a uma globalização estruturada. No mundo anglo-saxão a governança visava um estado mínimo saindo do campo da empresa para entrar no da política pública de âmbito territorial. Com a ascensão da temática ambiental, este se tornou um campo muito fértil para discutir a governança. (RICHARD & RIEU, 2009)

Osmont (1992) identificou que o conceito de Governança surge no âmbito do Banco Mundial como forma de impor a liberalização econômica aos países, através do discurso da eficácia e da transparência do poder público e dos ajustes estruturais e reformas propostas para que os países pudessem alcançar o desenvolvimento. Para tanto, a estabilidade política e a boa gestão econômica seriam condições necessárias.

Diniz (1999, *apud* VILLAR, 2015) fez uma diferenciação entre Governabilidade e Governança mostrando que enquanto a Governabilidade refere-se mais as questões gerais e sistêmicas do exercício do poder como regime político, forma de governo, relação entre os poderes e sistemas partidários, a Governança é a capacidade governativa em sentido amplo que passa pela capacidade estatal de implementar as políticas. A governança refere-se ainda aos mecanismos e procedimentos que lidam com a dimensão participativa e plural da Sociedade, o que pressupõe maior capacidade de interlocução e flexibilidade sem, no entanto, abrir mão dos instrumentos de controle e supervisão.

Governança das Águas pode ser definida como o conjunto de “sistemas políticos, sociais, econômicos e administrativos disponíveis para aproveitar e gerenciar os recursos hídricos, e distribuir os serviços hídricos nos distintos níveis da sociedade” (GWP, 2002, p. 02).⁶

É preciso salientar que a preocupação por parte dos governos em proteger e legislar sobre a água é antiga. No direito romano, por exemplo, havia o princípio que assegurava ao dono do terreno a propriedade da água encontrada em escavações. Todavia, nem toda água subterrânea ou superficial era privada, isto dependia do terreno onde fosse encontrada (VIEGAS, 2008).

De acordo com Villar (2012) há uma diferença entre Gestão e Governança. Enquanto Gestão refere-se ao conjunto de ações que disciplinam as relações de uso da água diante de um contexto socioambiental, a Governança refere-se aos arranjos estruturais formais e informais com capacidade de interferir na gestão dos recursos hídricos. A Governança, portanto, determina como a gestão será estruturada e efetivada.

⁶ Tradução do autor.

Muñoz (2009) coloca a governabilidade como sinônimo de Governança. Neste sentido, a governabilidade da água refere-se a toda a variedade de sistemas políticos, sociais, econômicos e administrativos que foram desenvolvidos para regular o desenvolvimento e a gestão dos recursos hídricos e a prestação de serviços de água, em diferentes níveis da sociedade. O conceito de governabilidade aplicado à água refere-se à capacidade social de mobilizar energias de forma coerente para o desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos. Nessa definição, inclui-se a capacidade de formulação de políticas públicas socialmente aceitas, orientadas ao desenvolvimento sustentável do recurso hídrico e de implementação efetiva pelos diversos atores envolvidos.

O nível de governabilidade de uma sociedade em relação à gestão da água, de acordo com Muñoz (2009) é determinado pelas seguintes considerações, entre outras:

- O grau de acordo social (implícito ou explícito) com respeito à natureza da relação entre água e sociedade;
- A existência de consensos sobre as bases das políticas públicas que expressam essa relação;
- A disponibilidade de sistemas de gestão que possibilitam a implementação e o acompanhamento das políticas de modo efetivo, em um marco de sustentabilidade.

Em resumo, a governabilidade envolve a capacidade de gerar as políticas adequadas e de colocá-las em prática. Essas capacidades passam pela construção de consensos, pelo desenvolvimento de sistemas de gestão coerentes (regimes associados a instituições, leis, cultura, conhecimentos, práticas) e pela administração adequada do sistema (que leva em conta a participação e aceitação social e o desenvolvimento de competências).

A governabilidade da água se distingue, em seu sentido mais amplo, como uma ação que envolve todas as organizações e instituições sociais, políticas e econômicas consideradas importantes para o desenvolvimento e gestão das águas. Em virtude das complexidades do uso da água na sociedade, gerenciá-la de maneira efetiva e equitativa significa envolver todos os usuários do recurso e todas as instâncias responsáveis pela administração e proteção do mesmo. (MUÑOZ, 2009)⁷

⁷ A história política recente do Brasil mostra como a Governabilidade está atualmente resumida a relação entre os poderes da República. A destituição da presidente Dilma Rousseff mostrou como a

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Camargo (2003, p. 307) especifica que:

Governança não é o mesmo que *governo*. Pode, em casos extremos, haver governança sem governo e governo sem governança. *Governo* sugere uma autoridade formal, dotada de poder de política, que garante a implementação de políticas instituídas. *Governança* refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns e partilhados, que abrangem tanto as instituições governamentais quanto mecanismos informais, de caráter não-governamental, mas que só funcionam se forem aceitos pela maioria ou, mais precisamente, pelos *principais atores* de um determinado processo. Em outras palavras, governança é um fenômeno mais amplo do que governo. (grifos da autora)

Acrescenta a autora que Governança depende da vontade política e que “A governança inclui como ponto importante a consistência das normas jurídicas e sua efetividade, isto é, os resultados que induz a alcançar” e que a Governança, é algo que precisa ser entendida “como o conjunto de instrumentos que fortalecem a capacidade de governar e de expandir os instrumentos de gestão, ampliando a eficácia dos resultados e a mobilização dos atores mais estratégicos.” (CAMARGO, 2003, pp.312- 315).

No cenário mundial a governança das águas se fundamenta em: A) Atuação dos atores internacionais; B) Direito Internacional do Meio Ambiente e das Águas Doces; e, C) Mecanismos de Financiamento (VILLAR, 2015). Neste nível as relações são muito mais complexas por envolverem a autonomia territorial de cada país enquanto que muitas vezes, há recursos naturais compartilhados. Dessa forma, embora um dos princípios retirados na Conferência de Estocolmo (princípio 21º) reconheça o direito soberano dos países sobre seus recursos naturais, este princípio ressalva que este uso não pode causar danos aos outros países. Já na Conferência Rio 92 dentre os princípios aprovados está o 19º que diz ser “dever de notificar previamente, fornecer informações e realizar consultas no caso de atividades que possam gerar efeitos transfronteiriços” (VILLAR, 2015).

No âmbito da América Latina destacam-se as diversas iniciativas da Governança das Águas. Villar (2015) cita que um estudo realizado pela OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - em 2012 destacou que, na América Latina

Governabilidade tem sido encarada como capacidade de sustentação que o governo (Executivo) tem no/com os demais poderes (Legislativo e Judiciário). O episódio mostrou ainda, como é difícil conseguí-la diante de um parlamento de tradição pouco republicana.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

os problemas são de lacunas na coordenação. Tais lacunas são divididas em sete categorias, a saber:

- Administrativas – que mostram desajustes entre as fronteiras hidrológicas e administrativas (entre os exemplos citados está o Brasil);
- Informação – que mostra a assimetria de informação entre as diversas instâncias e órgãos governamentais, atores locais e usuários vinculados às políticas (idem);
- Políticas – fragmentações das funções relacionadas à água entre os ministérios e secretarias (idem);
- Capacidades - falta de conhecimento técnico, capacidade científica ou infraestrutura para configurar as políticas públicas;
- Financiamento - falta ou instabilidade dos investimentos destinados a promover as políticas;
- Objetivos - Dificuldade em adotar metas convergentes;
- Prestação de Contas - Dificuldade para garantir a transparência, falta de participação e controle social (entre os países está o Brasil).

O estudo mostrou ainda que os princípios das políticas hídricas adotadas remetem a Declaração de Dublin elaborada por ocasião da Conferência Sobre Água e Meio Ambiente ocorrida em 1992 (VILLAR, 2015). Estes princípios constituíram a base dos modelos de gestão – GIRH – Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, sendo que, a aplicação da GIRH depende de um contexto de boa governança, que por sua vez é pautada nos seguintes valores de: Participação, Transparência, Equidade; Efetividade e Eficiência, Estado de Direito; *Accountability*; Coerência, Responsivo; Integração e Considerações éticas.

A GIRH necessita ainda de uma estrutura que se apoia em três pilares (VILLAR, 2015): A) Ambiente Propício (envolve políticas para metas de uso, proteção e conservação das águas, Legislação – transformação das políticas em lei, Financiamento); B) Funções Institucionais (criação de uma estrutura organizacional e, capacitação institucional); C) Instrumento de Gestão (avaliação dos recursos hídricos, planos de GIRH que pode ser em vários níveis inclusive no de Bacia Hidrográfica, Eficiência no Uso da Água – que inclui a gestão da demanda e da oferta, Inclusão social para promoção da

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

conscientização pública, Resolução de conflitos, Instrumentos regulatórios para alocar a água – que inclui os padrões de qualidade e o enquadramento dos recursos hídricos, Instrumentos econômicos para alocar a água e, Gestão da Informação.

O estudo de Villar (2015) traz ainda, uma análise das iniciativas conjuntas de países na América Latina na tentativa de uma boa governança das águas. Vale destacar que a América Latina possui 63 bacias hidrográficas transfronteiriças (Figura 01) e 29 aquíferos transfronteiriços (Figura 02) dos quais, 11 são compartilhados pelo Brasil.

No Brasil, o sistema de Gestão das Águas tem por inspiração o sistema francês, cujos objetivos perpassam pela descentralidade e pelo compartilhamento de responsabilidades e decisões, tendo como elemento territorial principal a Bacia Hidrográfica, além da adoção do princípio Poluidor-Pagador. A constituição brasileira de 1988 e a edição da Lei 9.433 de 1997, que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos, são marcos do atual sistema vigente e é a partir dela que os Estados da federação passaram a elaborar/revisar/atualizar suas legislações específicas.

Vasconcelos (2009) apresenta algumas diferenças entre os sistemas inglês e francês de gestão da água, incluindo o saneamento, além de destacar as experiências na América Latina com os casos do Chile, México e Argentina. Para o autor, além de ser mais antigo (o sistema francês data dos anos 1920 e o inglês dos anos 1980) na França o nível administrativo é o local e a regulação se dá nos processos, além do fato de ser pública a propriedade dos ativos.

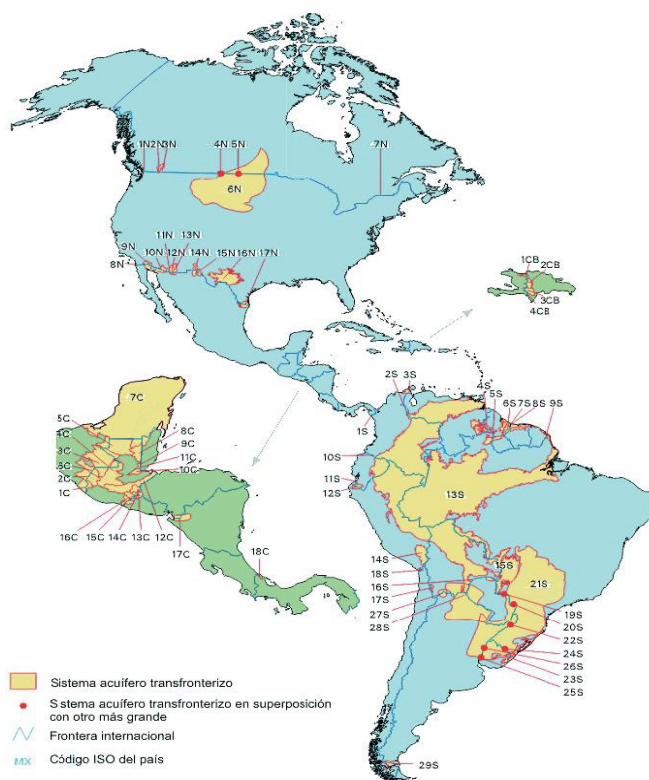
**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Figura 01 – Bacias Hidrográficas transfronteiriças na América do Sul



Fonte: UNEP, 2012 *apud* VILLAR, 2015.

Figura 02 - Aquíferos transfronteiriços compartilhados na América



Nas últimas décadas consolidou-se a convicção de que a gestão dos recursos hídricos deve ser objetivo de uma abordagem integrada. Isso significa que as decisões orientadas para mitigar a pobreza, para promover o desenvolvimento econômico, para garantir a segurança alimentar e para proteger a saúde da população, preservando ao mesmo tempo os ecossistemas vitais, devem se basear na melhor compreensão de todos os sistemas de gestão da água (MUÑOZ, 2009).

1.1.1 Breve descrição do sistema francês de Gestão das Águas

No caso da França, Richard & Rieu (2009) destacam que através de uma Lei de 1964 foram criadas as agências financeiras de bacias hidrográficas, cujo sistema de encargos tornou-se um marco na governança e que entre outras questões, baseia-se no sistema de cooperativas de gestão da água e no princípio poluidor-pagador. Em 1992 entrou em vigor a Lei sobre as Águas que estabeleceu a gestão planejada e organizada por bacia e sub-bacia ou distritos hidrográficos. A gestão planejada garante ações coletivas com base nos Planos Diretores de Planejamento e Gestão da Água (SDAGE) e os Esquemas de Planejamento e Gestão da Água (SAGE) e também, a existência das Comissões Locais da Água. Outra lei de 2006, designada como Lei sobre a água e ambientes aquáticos, ampliou o alcance jurídico das SAGE e o papel dos estabelecimentos públicos territoriais de bacia – EPTB. Os EPTBs foram criados em 1982 e constituem-se como sindicatos mistos, agrupando regiões, departamentos e comunas, atuando em diferentes setores da gestão da água (MAGALHÃES JÚNIOR, 2007).

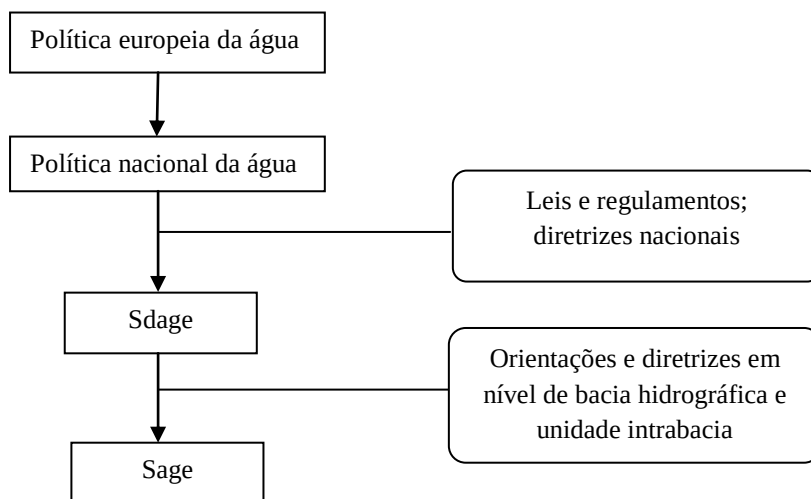
O autor explica que a experiência francesa possui 5 níveis institucionais no sistema de gestão da água, a saber: Nível nacional – coordenado pelo Ministério da Ecologia e Desenvolvimento Sustentável; Nível de bacias hidrográficas – constitui o eixo central do sistema e engloba os comitês de bacias, agências de água e as representações regionais do ministério da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável; Nível das unidades espaciais intrabacia – aquíferos, rios, lagos etc; Nível das unidades políticas – regiões, departamentos e comunas; Nível não governamental – comissões consultivas e associações civis de consumidores e usuários (MAGALHÃES JÚNIOR, 2007).

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

O sistema francês (Figura 03) é considerado eficiente, pois consegue adaptar sua estrutura legal e institucional ao longo do tempo em função das demandas sobre uma maior participação e flexibilidade nas escalas espaciais. Por exemplo, as CLE – comissões locais da água, criadas em 1992, são compostas por 50% de representantes das coletividades territoriais, 25% do Estado e 25% dos usuários da água, no entanto, o número de membros varia de acordo com os interesses e capacidades locais de participação dos atores envolvidos. Elas atuam em nível de sub-bacias, aquíferos, trechos de curso d’água ou sobre qualquer outra “unidade hídrica considerada homogênea para suas metas de gestão” (MAGALHÃES JÚNIOR, 2007, p. 232). Uma descrição detalhada do sistema francês de Gestão dos Recursos Hídricos com seus atores e responsabilidades pode ser vista no Anexo I deste trabalho.

Ainda segundo o autor, a originalidade da experiência francesa deve-se a combinação de quatro fatores: a atuação do Estado como guardião dos interesses públicos; o papel dos comitês de bacia como colegiados de gestão participativa; as agências da água e o sistema de cobrança pelo uso da água (MAGALHÃES JÚNIOR, 2007).

Figura 03 – Esquema básico da gestão territorial da água na França



Fonte: Magalhães Júnior, 2007.

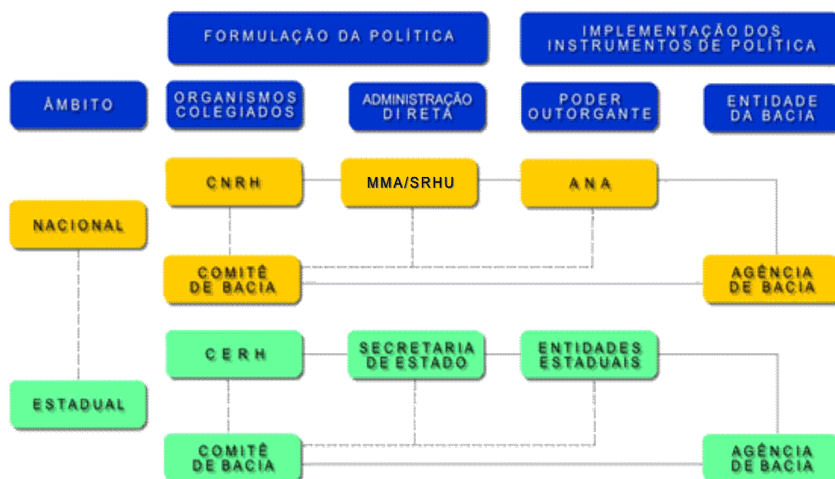
Embora o sistema francês seja a inspiração para o Brasil, é necessário considerar as diferenças não só do ponto de vista temporal, visto que o sistema francês é mais antigo, mas também, aspectos relacionados às dimensões territoriais dos dois países, diferenças socioeconômicas e tecnológicas, a diversidade natural (sobretudo hídrica) e cultural e os

aspectos políticos e da tradição associativa da população, que são fundamentais na organização e funcionamento dos sistemas.

1.1.2 Breve descrição do sistema brasileiro de Gestão dos Recursos Hídricos

Baseado nos mesmos princípios que regem o sistema francês, o sistema brasileiro (Figura 04) se dá efetivamente a partir da edição da Lei 9.433 de 1997, que instituiu seu Plano Nacional de Recursos Hídricos e posteriormente, o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – SNGREH.

Figura 04- Organograma da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil



Fonte: www.mma.gov.br/agua/recursos-hidricos/sistema-nacional-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos

Viegas (2008) ao tratar historicamente sobre legislação das águas no Brasil, destaca que o Código Penal brasileiro (Decreto-Lei 2.848/1940) instituiu três crimes em relação à água: usurpação de água (art. 161), envenenamento de água potável (art. 270) e corrupção ou poluição de água potável (art. 271).

Na implantação do sistema brasileiro, Santos & Medeiros (2009, p. 83) identificam que “A exemplo do que aconteceu no plano internacional, o Brasil, em final dos anos noventa, instituiu um modelo de gestão que associa a condição da água como bem público ao princípio que a mesma possui valor econômico”.

E destacam:

A constituição da Política das Águas e a institucionalização do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – SINGREH no Brasil ocorrem em um contexto político que se caracteriza pela consolidação de processos de redemocratização como também de implementação de reformas de cunho gerencialista situação que, em doses variadas, se reproduziu em países latino americanos. (SANTOS & MEDEIROS, 2009, pp. 83-84)

A Constituição brasileira de 1988 (artigo 20) reconhece como bens da União: os lagos, rios e qualquer corrente de água em terras de seu domínio, que banhem mais de um Estado ou que sirva de fronteira com outro país, que se estendam a território estrangeiro ou dele provenham. Já os Estados tem a dominialidade sobre as águas e rios circunscritos ao seu território. Nesse sentido, embora o município seja um ente federativo, não existem rios municipais. O município participa do SINGREH apenas como consumidor e prestador, direto ou indireto de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, mas não é um ente gestor (SANTOS & MEDEIROS, 2009).

A adoção da Bacia Hidrográfica como elemento espacial para a gestão é outro traço comum entre os sistemas francês e brasileiro. Assim como, a necessidade da formação dos Comitês de Bacia Hidrográfica – COBHs e das Agências de Bacia. Os COBHs são por excelência o espaço legal de participação social.

Tanto na França como no Brasil há a necessidade de adaptação e flexibilização dos sistemas às realidades locais. Da mesma forma, exige-se cada vez mais uma capacidade de negociação diante dos interesses em jogo.

Uma das questões mais controversas é a questão da Cobrança pelo Uso da Água. Tanto no Brasil como na França, existem problemas em sua implantação/compreensão. Mas, no Brasil, em função das condições já explicitadas, bem como, da “jovialidade” de seu sistema de gestão, isto tende a ser mais acentuado. Nesse sentido, Viegas (2008) destaca:

***GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.***

O desafio é que a cobrança pela água não constitua forma de causar ainda mais desequilíbrio social. Não pode servir como mecanismo que dificulte o acesso das populações carentes à água. Reconhece-se, contudo, que essa é uma tendência esperada, já que a ‘mercantilização’ da água está cada vez mais evidente, o que implica tratá-la como um produto acessível àqueles que podem pagar por ele. Para obstar que isso ocorra, é primordial que o Estado valorize a água como elemento essencial para a dignidade humana, direito fundamental que deve ser oportunizado a todos, independente de sua condição social.

Concordamos com Santos & Medeiros (2009) ao dizer que:

Não existe um modelo único de boa ou efetiva governança. De fato para ser efetivo o sistema de governança deve ser adequado as particularidades sociais, econômicas e culturais de cada país. Entretanto, equidade social e sustentabilidade estão entre os essenciais recomendados pelo GWP (2003) para uma boa governança e, coerentemente, para a eficiência da gestão integrada dos recursos hídricos.

A Lei das Águas no Brasil passa por uma fase de indefinição estrutural em virtude da implementação parcial do modelo de gestão gerencialista que coloca em dúvida a compatibilidade entre o princípio universalizador do direito fundamental a água e a condição de bem público dotado de valor econômico. O mundo globalizado acirra as diferenças, privatiza a política e ainda faz-nos sentir partícipes desse processo. Deste modo, a Lei das Águas não pode ser concebida exatamente como fruto de conquistas democráticas, ainda que tenha sido concebida em pleno processo de redemocratização (SANTOS & MEDEIROS, 2009).

Desta forma,

O paradigma que a institui só pode ser compreendido no processo de construção da hegemonia de princípios que convertem recursos ambientais em bens econômicos. Ademais, ainda que se reconheça a importância dos Comitês de Bacia Hidrográfica como importantes fóruns de debate, uma análise crítica do papel desempenhado pelos comitês nos processos decisórios que envolvem a gestão das águas, tem também revelado uma grande distância entre a retórica e a realidade, oriunda das dificuldades, e para os mais pessimistas, da impossibilidade de acomodação da realidade de um país como o Brasil, marcado por desigualdades sociais e econômicas, em um modelo único que, supostamente, serviria para qualquer “corpo” de bacia (SANTOS & MEDEIROS, 2009, p. 89).

1.2 Poder Local

Ao se discutir Poder Local inevitavelmente outros conceitos como Democracia e Cidadania surgem. Na perspectiva deste trabalho, o Poder Local será tratado no campo da atuação do/nos Conselhos Municipais (de Desenvolvimento e também de Defesa do Meio Ambiente) e Comitês de Bacias Hidrográficas em Suape. Estes Conselhos/Comitês tem por característica a garantia da participação de diversos segmentos da sociedade.

Dowbor (2016) reconhece que no Brasil, o Poder Local coincide com o município e também o bairro, o quarteirão, podendo ser chamado também de Espaço Local. Este Poder Local, segundo o autor, é um instrumento de gestão poderoso, mas insuficiente.

Já Oliveira (2003) entende o Poder Local como o conjunto das forças sociais, políticas, econômicas e culturais e como a relação política entre estes diferentes sujeitos. Para ele “(...) a atuação de sujeitos sociais coletivos na administração pública busca também construir uma correlação de forças mais equilibrada entre Estado e sociedade, com o propósito de fiscalizar e controlar a ação pública estatal.” (OLIVERIA, 2003, pp. 103-104)

Gohn (2004, p. 63) nos explica que:

Nos anos 90 do século XX o poder local passou a ser visto, de um lado, como sede político-administrativa do governo municipal, e mais especificamente, de suas sedes urbanas – as cidades; e de outro, como dinamizador das mudanças sociais por meio das novas formas de participação e organização popular. (...) O poder local foi redefinido como sinônimo de força social organizada, enquanto forma de participação da população, na direção do que tem sido denominado *empowerment* ou “empoderamento” da comunidade, isto é, a capacidade de gerar processos de desenvolvimento auto-sustentável, com a mediação de agentes externos – novos educadores, principalmente ONGs do Terceiro setor.

Para Júnior, Azevedo & Ribeiro (2004) a ideia de Poder Local é um projeto internacional como parte da agenda liberal, onde a descentralização e o protagonismo urbano, assim como o aumento da participação da gestão local, visam evitar uma crise de governabilidade das cidades e para alinhar as forças locais para aproveitarem as

oportunidades criadas pela globalização, sendo uma de suas características, o aumento da competitividade urbana.

A participação social é um traço característico do Poder Local em sociedades democráticas. No Brasil, esta participação passa a ser mais presente a partir da redemocratização do país em meados dos anos 1980. Após 21 anos da ditadura militar, os movimentos sociais, Ongs etc, passam a poder atuar mais livremente, sem a censura dos militares.

Segundo estudiosos a participação da sociedade civil organizada tem crescido a partir da “terceira onda de democratização” (OLIVEIRA, 2003, p. 99) ocorrida sobretudo na América Latina. O sociólogo Liszt Vieira (2001) mostra que a participação das Ongs dentro da Organização das Nações Unidas – ONU, por exemplo, cresceu a partir de 1972. Esta participação tem importância crescente e entre outros documentos que elas ajudaram a elaborar está o PNUMA – Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. Assim também foi significativa a participação da sociedade civil na Conferência RIO-92, considerada a maior e mais importante Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente realizada pela ONU até os dias atuais.

No Brasil, o estudo feito por Elenaldo Teixeira (2001) identificou que a atuação em prol do meio ambiente:

já se verifica na década de 1970, quando se criam grupos para a defesa da Amazônia e surgem as ‘comunidades rurais alternativas’ (...) e também na preparação da Conferência da Terra –ECO 92 ... o movimento ecologista sai de uma posição de denúncia e de um discurso idealista e genérico para a realização de projetos concretos, interferindo de modo cada vez mais intenso e crítico nas instâncias institucionais, por intermédio dos Conselhos de Meio Ambiente (TEIXEIRA, 2001, pp. 136-137)

Outro fator que determina este aumento é o fato de o Brasil possuir inúmeros e abundantes recursos naturais, como a floresta amazônica e as reservas de água doce superficiais e subterrâneas, o que tem atraído os olhares e a preocupação dos países ricos, de diversas ONGs – Organizações não governamentais e demais entidades da sociedade civil. Um exemplo deste crescimento é a Lei 10.257 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades) que dentre outras questões prevê no artigo 45 que “Os

organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade...” Outras leis, incluindo a Lei 9.433/1997 e leis estaduais e municipais vieram a se somar a esta, prevendo a ampla participação da sociedade civil.

1.2.1 Democracia, Cidadania e Direitos

Como foi dito anteriormente, um dos campos onde a participação social é mais significativa está relacionado às questões ambientais. Neste sentido, Norberto Bobbio (2004) relacionou o progresso da humanidade ao progresso da conquista e consolidação dos direitos ao longo da história. A questão ambiental surge exatamente num momento histórico de acentuado progresso tecnológico e de intensas alterações no meio ambiente planetário, além da permanência de condições de vida desumanas principalmente o hemisfério sul.

Analisando a evolução do conceito de Cidadania e considerando a diversidade de compreensões sobre o assunto é possível afirmar que não exige um modelo ou conceito único de Cidadania. Mesmo nas sociedades ocidentais ou ocidentalizadas onde questões como Democracia e Direitos são ao menos, questões teorizadas, a concretização do cidadão responsável e participante e em pleno gozo dos seus direitos, é muito heterogênea, sobretudo num momento em que o principal ator das garantias dos direitos, o Estado, encontra-se enfraquecido frente a expansão do fenômeno da globalização e do neoliberalismo.

Para existir o cidadão é imprescindível a existência da Democracia, e esta, varia de país conforme a cultura, a religião e os interesses das elites locais. Portanto, não existe um modelo-padrão para a Cidadania, nem que perdure estaticamente ao longo dos tempos.

Por sua vez, a Democracia pressupõe a existência de Direitos. Com relação a isto, Bobbio (2004) escreveu que os Direitos variam com as condições históricas que por sua vez, estão em constante mudança. Da mesma forma “A cidadania não é uma essência, mas uma construção histórica, que está intimamente ligada às lutas pela conquista dos direitos do cidadão moderno” (VIEIRA, 2001).

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

O horizonte jurídico reconhece, de acordo com Luigi Bordin (2001), o desdobramento da Cidadania em três momentos: Cidadania Política; Cidadania Civil e Cidadania Social.

O primeiro momento é a Cidadania Política que corresponde ao direito de escolher os próprios representantes. Em tese este direito para ser exercido de forma plena não deveria resumir-se ao ato de votar, mas, a partir da utilização de mecanismos legais e representativos da sociedade, traçar um acompanhamento da atuação ética dos seus “escolhidos”. Esta cidadania está “ligada aos direitos políticos que garantem a participação tanto ativa como passiva no processo político” (VIEIRA, 2001, p. 42).

O segundo momento é a Cidadania Civil que corresponde a capacidade de estipular contratos e da garantia de convivência pacífica. Está “ligada aos direitos civis que são os direitos necessários para o exercício das liberdades” (VIEIRA, 2001, p.42).

E o terceiro momento é a Cidadania Social que corresponde às condições que o Estado deve oferecer para garantir a integridade da existência individual. Ligada aos direitos sociais “corresponde a aquisição de um padrão mínimo de bem-estar e seguranças sociais que devem prevalecer na sociedade” (VIEIRA, 2001, p. 42). O Estado que detém um funcionamento regular de tais condições, o Sistema de Garantias, é considerado um Estado de Direitos, ou melhor, um Estado de Cidadãos.

É sempre bom lembrar que estes desdobramentos tem fins apenas didáticos, pois não é possível pensar o exercício da cidadania plena, estando esta fragmentada e o indivíduo órfão de uma de suas partes.

Segundo Bordin (2001, p. 39) faz-se necessário entender que a Cidadania Política e Civil não dependem de condições materiais, e sim, de “regras instrumentais que não atribuem recursos, mas definem modalidades de ação para que cada um possa usar para realizar seus fins privados”, não havendo aí necessariamente uma ideia implícita de justiça. O mesmo não ocorre com a Cidadania Social que requer não apenas o reconhecimento de Direitos, mas também, as condições práticomateriais oferecidas pelo Estado para sua execução. O problema é que, no atual estágio de submissão que se encontra o Estado aos interesses das grandes corporações capitalistas (Mercado), a

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Cidadania Social é a mais afetada, pois percebemos que as conquistas políticas no caso específico do Brasil, não têm sido acompanhadas de conquistas sociais significativas.

Nesse sentido, Teixeira (2001, p. 35) indaga como é possível inserir num processo de participação, por exemplo, os excluídos, que não tem condições mínimas de sobrevivência “(...) quanto mais de informações e condições psicológicas para tomar parte num processo demorado, complexo, sem possibilidades de atendimento imediato de suas necessidades?”. Scherer-Warren (1999, p. 60) acrescentava: “Como inseri-los na luta por direitos de terceira geração” se em países como o Brasil, os de primeira geração não estão ainda consolidados?

Sem dúvida cabe ao Estado Nacional a tarefa de assegurar a Cidadania no âmbito de suas “fronteiras”. Sobre a fragilidade atual do Estado nesta tarefa, Vieira (2001, p. 24) escreveu:

(...) o processo de globalização vem enfraquecendo os Estados Nacionais, que perdem a capacidade de formular políticas nacionais autônomas e de garantir os princípios clássicos da ordem estatal internacional fixadas no Tratado de Vestfália em 1648 – Territorialidade, Soberania, Autonomia e Legalidade.

A persistência das desigualdades sociais assinala também uma instabilidade política apresentando por vezes, movimentos de expansão e de retração no que refere aos direitos e a própria Democracia.

Afora esta instabilidade, as conquistas de direitos devem obrigatoriamente ser seguidas de conquistas sociais significativas, o que evidentemente não vem acontecendo. A realidade hoje apresenta uma preocupação excessiva em não contrariar o Mercado, satisfazendo todos os seus anseios, e não poucas vezes, desagradando os interesses nacionais.

1.2.2 Os Conselhos/Comitês

A onda de redemocratização no Brasil encontrou na constituição de 1988 um aparato legal que prevê a garantia da participação social como instrumento da própria Democracia. Multiplicam-se pelo país os Conselhos/Comitês com diversas linhas de atuação e discussão, muito embora, em vários casos, sobretudo no nível municipal, a implantação de alguns conselhos específicos, como saúde e educação, seja feita por força de lei, visto que sem os quais, o município fica sem repasse dos recursos federais e estaduais.

Os Conselhos/Comitês são espaços que em sua maioria priorizam a paridade entre governo e sociedade, mas sua implantação, estrutura e funcionamento, ficam de certa forma, condicionados a boa vontade do poder público.

Júnior, Azevedo & Ribeiro (2004) identificaram que a gestão democrática deve estar centrada em três características: maior responsabilidade dos governos municipais em relação às políticas públicas e às demandas dos seus cidadãos; o reconhecimento de direitos sociais; a abertura de canais para a ampla participação cívica da sociedade. Sendo preciso considerar também que diferenças históricas podem gerar culturas cívicas diferenciadas, ou seja, diferentes padrões de interação entre a sociedade e o governo.

Para Gohn (2004) a função dos conselhos é controlar, fazer propostas e contribuir com a gestão. Os conselhos não são órgãos executivos nem substituem o parlamento, são uma instância democrática participativa. No âmbito do município, a autora nos diz que a gestão urbana pública municipal, planejada a partir das demandas sociais, deverá buscar equilibrar a equação: necessidade – oportunidade – recursos disponíveis de forma democrática, a partir da construção de consensos gerados pelo diálogo em que o eixo condutor seja os direitos dos cidadãos e o bem-estar coletivo comum.

Silva (2002) apresenta o Quadro 2 abaixo mostrando as principais diferenças nos modelos de gestão pública, situando a participação direta da população nesse contexto.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Quadro 2 - Modelos da gestão pública

Gestão Pública Tradicional	Gestão Pública Participativa
Base decisória: • Tecnocrática. • Discurso de participação. • Centralização.	Base decisória: • Técnicos/sociedade. • Prática de participação. • Descentralização.
Definição de prioridades: • Centralizada pela burocracia. • Baseada nas prerrogativas do Executivo	Definição de prioridades: • Descentralizada com a participação da sociedade. • Inversão de prioridades.
Conflitos de interesses: • Barganhas e conchavos. • Predomínio dos interesses privados.	Conflitos de interesses • Negociação e convergência de interesses setoriais e sociais. • Predomínio dos interesses coletivos.
Utilização dos recursos públicos: • Falta de transparência. • Patrimonialismo. • Ausência de critérios.	Utilização dos recursos públicos: • Transparência. • Otimização. • Definição de critérios.
Base de sustentação: • Cidadania igual a voto. • Relações privadas e clientelismo. • Manutenção do <i>status quo</i>. • Burocracia	Base de sustentação: • A cidadania é construída e o voto é um elemento da cidadania. • Redes sociais e participação direta. • Políticas estruturadoras. • Transformação econômica, política e cultural.

Fonte: Silva (2002, *apud* OLIVEIRA, 2003 p. 110)

Apesar das garantias legais para a participação social Dowbor (2016, p.25) assinala que:

A criação de instrumentos participativos ao nível municipal enfrenta no Brasil dificuldades particulares: o próprio desenvolvimento caótico da atividade empresarial criou um nomadismo econômico que é dos mais altos do mundo. (...) esta rotatividade domiciliar prejudica, evidentemente, a criação de uma consciência comunitária e reforça a indiferença pelo que acontece com a rua, o bairro, o município. É preciso romper este círculo vicioso.

E acrescenta,

A ideia que aqui desenvolvemos é simples: quando as decisões se tomam longe do cidadão, correspondem muito pouco às suas necessidades. Assim, a dramática centralização do poder político e econômico que caracteriza a nossa forma de organização como sociedade, leva em última instância, a um divórcio profundo entre as nossas necessidades e o conteúdo do desenvolvimento econômico e social (DOWBOR, 2016, p. 5).

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Os Conselhos/Comitês considerados neste trabalho já foram especificados na metodologia. Dada a especificidade dos recursos hídricos, onde a base da gestão integrada é a bacia hidrográfica, cujo território não se conforma com o dos municípios, dois Comitês: o Metropolitano Sul e do Ipojuca, contemplam a participação de vários municípios e, portanto, tem responsabilidades para além de Suape. No caso do Território, do Crescimento e do Meio Ambiente, os Conselhos/Comitês são em geral de âmbito municipal.

Para Jucá (2012) apesar da evolução positiva no conteúdo dessa participação pública, principalmente nos grandes centros urbanos, não se observa uma correspondente evolução por parte das instituições públicas no atendimento das demandas, o que tem levado ao esvaziamento das arenas de consulta pública. A razão fundamental é simples – a capacidade de investimento dos governos locais é mínima. Em sua pesquisa o autor identifica que há maior capacidade de articulação e de investimentos em municípios com população acima de 100 mil habitantes.

Este dado apresentado pelo autor ilustra as dificuldades da participação social nos pequenos municípios brasileiros, onde, além dos entraves listados, o executivo e o legislativo municipal, exercem um maior poder de influência direta na vida das pessoas, gerando muitas vezes o medo da perseguição política e a dependência financeira, o que dificulta a participação.

Além disso, conforme Moura & Jatobá (2012)

(...) A maioria dos municípios tem igualmente dificuldades para cumprir com suas atribuições legais devidos aos baixos níveis de sua receita tributária e à sua insuficiente capacidade institucional para formular e implementar políticas, assim como realizar a gestão ambiental. Dessa maneira, muitos municípios não querem assumir as responsabilidades ambientais atribuídas a eles pela Constituição em virtude da sobrecarga com funções para o cumprimento das quais não possuem os recursos necessários. Isso tem causado o deslocamento de algumas atribuições para os Estados, às vezes, por meio de acordos ou instrumentos fiscais.

1.3 Crescimento (econômico, urbano, industrial...) ou Desenvolvimento?

Crescimento e Desenvolvimento figuram em muitos discursos como sinônimos. Alcançá-los é sem dúvida o maior desafio enfrentado pelos países periféricos. Cabe então aprofundar as diferenças existentes entre esses conceitos.

Para Veiga (2010) a necessidade de distinguir Crescimento Econômico de Desenvolvimento surge a partir da década de 1960 ao se perceber que o intenso crescimento de alguns países (entre eles o Brasil) na década anterior, não foi seguido de melhorias na qualidade de vida. Isto foi consolidado a partir de quando a ONU passou a publicar os relatórios de desenvolvimento humano e o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

Na concepção de Sen e de Mahbud ul Haq (s.d, *apud* VEIGA, 2010, p. 85) criadores do IDH:

Só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer na vida. E são 4 as mais elementares: ter vida longa e saudável; ser instruído; ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e capacidade de participar da vida da comunidade.

Veiga (2010) afirma que o crescimento econômico verificado pós revolução industrial foi antes de tudo, fruto do casamento entre ciência e tecnologia no final do século XIX e não das fábricas, operários e máquinas.

No período conhecido como Guerra Fria (pós-segunda Guerra Mundial até meados da década de 1980) tanto o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, quanto o denominado bloco comunista, liderado pela extinta União Soviética, apostaram numa política de industrialização para alcançar o desenvolvimento. De forma que o Liberalismo e o Socialismo tornaram-se duas faces ideológicas da moeda chamada Desenvolvimento quando este é associado ao progresso da industrialização (VEIGA, 2010).

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Na aplicação das políticas de industrialização e de dinamização das economias, vale destacar uma das principais teorias que foram empregadas no Brasil, que é a Teoria dos Polos de François Perroux.

De acordo com Andrade (1987) a Teoria de Perroux assinala que o desenvolvimento não se propaga de forma difusa pelo espaço, mas que se concentra em certos pontos, criando desequilíbrio em relação às áreas vizinhas, propagando-se posteriormente, a partir desses núcleos, pelas diversas áreas.

Ainda de acordo com Andrade (1987) esse polos são designados por Perroux de Polos de Crescimento, com intensidades variáveis, daí se expandindo por diversos canais com efeitos terminais variáveis sobre o conjunto da economia. Eis sua gênese:

(...) ele surge devido ao aparecimento de uma indústria motriz, considerando como tal aquela indústria que, antes das demais, realiza a separação dos fatores da produção, provoca a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompõe tecnicamente as tarefas e a mecanização. (...) Este crescimento acelerado, porém, não é permanente, mas se faz sentir por certo período após o qual sofre um decréscimo relativo. Assim, observa-se que os efeitos motrizes da indústria não são permanentes e que, em consequência, uma indústria que hoje provoca o aparecimento de um pólo, se ela não se renova, não dá margem ao surgimento de uma série de outras indústrias que mantenham a dinamização por ela desencadeada, fará com que o pólo desapareça gradativamente, que sua função polarizadora vá sendo absorvida por outros centros, por outros pólos (ANDRADE, 1987, pp. 58-59).

A Teoria de Perroux baseia-se no modelo de planificação russo. Os russos escolheram pontos favorecidos pela posição geográfica ou pelos recursos naturais para instalar indústrias de base (ANDRADE, 1987).

Vale destacar que para Perroux o Polo de Crescimento não se identifica com o Polo de Desenvolvimento pois “o desenvolvimento é a combinação de mudanças mentais e sociais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e duravelmente, seu produto real global” (PERROUX, s.d *apud* ANDRADE, 1987, p. 30).

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Embora sua Teoria estivesse centrada na indústria, Perroux admitia também a criação de polos das atividades primárias. Já em relação a escala de abrangência, ele identifica três tipos de polos: polo-nação; polo-região; polo-cidade (ANDRADE, 1987).

No que tange a aplicação da Teoria dos Polos de Desenvolvimento em países subdesenvolvidos, as dificuldades devem-se a: ausência de uma rede urbana, deficiência de vias de transportes e de comunicação. (ANDRADE, 1987). As condições que favorecem o Crescimento e o Desenvolvimento seja ele de orientação liberal ou socialista tem suscitado debates e a implantação de ações e projetos diversos. O que nos permite dizer se trata de Crescimento ou Desenvolvimento é principalmente a questão da distribuição da riqueza, da melhoria na qualidade de vida, da permanência a longo prazo do padrão de produção e dinamismo e também, do respeito aos limites de exploração dos recursos naturais e da diminuição dos impactos socioambientais, daí o surgimento do termo Desenvolvimento Sustentável - DS e suas variações como Desenvolvimento Local Integrado Sustentável – DLIS, por exemplo.

Com o advento da problemática e do debate ambiental, surgem a partir da década de 1970 tentativas de superação do padrão de crescimento, com propostas de alternativas no sentido de conseguir alcançar o desenvolvimento com qualidade de vida sem comprometer a qualidade e a quantidade dos recursos (minerais, biológicos e ecológicos) do planeta. Surge então a ideia do Desenvolvimento Sustentável - DS que tem sido reiterado como uma alternativa ao modelo predador de desenvolvimento. Embora haja amplo debate sobre o conceito, sua abrangência, limitações e metodologia, parece não existir no curto prazo, a possibilidade de consenso entre seus defensores e críticos.

Esta discussão é importante para esta pesquisa, pois, em Suape, o discurso do DS, sobretudo em sua versão como Desenvolvimento Local Integrado Sustentável, tem sido amplamente utilizado pelo poder público municipal e pelos demais agentes que compõem o Poder Local.

Assim, para Brundtland (1991 *apud* MOTA, 2009, p. 42)

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Para Mota (2009) a sustentabilidade do desenvolvimento tem limites impostos pelo atual estágio da tecnologia, pelo uso coletivo dos recursos naturais e pela capacidade da biosfera em absorver os impactos das atividades humanas e econômicas. Já Veiga (2010) diz que a aceitação universal da noção de sustentabilidade se deve as suas fraquezas, imprecisões e ambivalência, uma vez que, reúnem sobre si posições teóricas e políticas contraditórias e até mesmo opostas, seu sentido é definido no debate teórico e na luta política. E acrescenta dizendo que a sustentabilidade não é, e nunca será, uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética, como qualquer positivista gostaria que fosse “(...) ela sempre será contraditória, pois nunca poderá ser encontrada em estado puro” (VEIGA, 2010, p. 165).

Ainda segundo o autor (VEIGA, 2010) a noção de DS veicula o crescimento econômico com o meio ambiente. A compreensão desta veiculação passa por três âmbitos: A) Comportamentos humanos, econômicos e sociais (objetos das teorias econômicas e ciências sociais); B) Evolução da natureza (objeto da biologia, da física e da química); C) Configuração social do território (objetos da geografia humana, ciências regionais e da organização do espaço).

Para alcançar a sustentabilidade do desenvolvimento, Murray Gell-Mann (1996 *apud* VEIGA, 2010) apontou sete transições que são:

1. Estabilização da população;
2. Práticas econômicas de cobrança de custos reais, crescimento com qualidade, vida a partir dos dividendos da natureza e não do seu capital;
3. Tecnologia de baixo impacto ambiental;
4. Eliminação da extrema pobreza através da distribuição equitativa de renda;
5. Instituições globais e transacionais fortes;
6. Público bem informado sobre os desafios múltiplos e interligados do futuro;

7. Unidade na diversidade, cooperação e competição não violenta entre tradições culturais diferentes e coexistência com os organismos que compartilham a biosfera com os seres humanos (esta última transição é a mais difícil e importante de todas, segundo o autor).

No planejamento do desenvolvimento devem-se considerar as seguintes dimensões de acordo com Sachs (s.d. *apud* MOTA, 2009): sustentabilidade social (justiça social, distribuição de renda); sustentabilidade econômica (condições locacionais e gestão eficiente dos recursos); sustentabilidade ecológica (uso adequado dos recursos dos diversos ecossistemas); sustentabilidade espacial (distribuição equitativa dos aglomerados urbanos e econômicos); sustentabilidade cultural (soluções criativas, ecodesenvolvimento); sustentabilidade ambiental (respeito a capacidade de suporte, de resistência e de resiliência dos ecossistemas); sustentabilidade da política nacional (democracia, direitos humanos); sustentabilidade política internacional (cooperação entre as nações, garantia da paz).

Mota (2009) faz uma diferenciação entre Sustentabilidade Forte e Sustentabilidade Fraca onde, a Sustentabilidade Forte é quando o capital natural e manufaturado são complementares e não substitutos. A preservação destes é condição para alcançar a sustentabilidade. A sustentabilidade do capital natural passa pela: manutenção das taxas de exploração dos recursos hídricos e florestais, respeitando a capacidade de regeneração; os desperdícios devem levar em consideração a capacidade de suporte do meio ambiente; e compensar a degradação dos recursos não-renováveis com o desenvolvimento de recursos renováveis que os substituam.

Já a Sustentabilidade Fraca é quando o capital natural deve ser consumido na medida em que é compensado com capital manufaturado e pressupõe que a exploração do capital natural tem de ser contabilizada no sistema de contas nacionais.

Nos últimos anos tem se propagado a concepção e utilização dos Indicadores de Sustentabilidade, como forma de avaliar a eficiência das políticas de um determinado local. Nesse sentido, Bellen (2006, p. 47) chamou a atenção para a questão da escala, quando se leva em consideração tais indicadores:

***GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.***

Existe uma grande diferença entre as diversas esferas em que se mede a sustentabilidade – mundial ou global, nacional, regional, local ou comunitária – resultado dos mais diversos fatores culturais e históricos, que implicam os valores que predominam nessas esferas. Muito embora não se possa evitar esse aspecto, deve-se reconhecer que ele está sempre presente e procurar torná-lo o mais explícito possível.

O autor considera que quanto mais agregado for um indicador mais distante das particularidades, o que se configura um dilema, pois a avaliação da eficiência de um política dita sustentável requer justamente a consideração de múltiplos aspectos e agentes (BELLEN, 2006).

No âmbito de Suape e adjacências a análise do momento atual pelo qual passa o CIPS e dos indicadores sociais e econômicos, sobretudo do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, não permite a caracterização de um processo de Desenvolvimento, muito menos de caráter Sustentável e de longo prazo. Os dados socioambientais e também econômicos que apresentaremos e discutiremos posteriormente reforçam nossa afirmação.

1.4 (A)cerca do(s) Território(s)

No atual momento histórico de uma escalada global do sistema capitalista, onde as diversidades espaciais são submetidas à homogeneização do capital, o Território emerge como categoria geográfica que tem tido particular atenção, pois é em função do Território que as políticas de ordenamento, desenvolvimento, de recursos hídricos e ambientais tem sido traçadas e implementadas.

Estas políticas tem tido particular interesse em Suape onde a instalação e efetivação do CIPS tem provocado rebatimentos imediatos na organização territorial dos municípios e na utilização/proteção/gestão dos recursos naturais, particularmente dos recursos hídricos.

Portanto, o entendimento da dinâmica instituída pelo CIPS passa também pela questão do Território, particularmente pela forma como se dá sua gestão por parte do poder local.

O conceito de Território remonta a Friedrich Ratzel que o relaciona diretamente ao Estado e as condições naturais como o solo. Para Ratzel (1988) o Estado é tido como o único grupo capaz de controlar uma extensão territorial contínua.

Moraes (2000) diz que nos processos histórico-concretos de formação dos Territórios, que são variados, os territórios são reconhecidos como construções bélicas ou militares. São também construções jurídicas que requerem reconhecimento interno e externo e, são também, construções ideológicas quando se difunde na população o sentimento de pertencimento. Estes tipos podem ocorrer de forma associada. Diz ainda o autor que “Os territórios, tal como mencionado, são antes de tudo entidades políticas, cuja, manifestação na órbita do capitalismo não pode ser dissociada da figura do Estado (MORAES, 2000, p. 42)”.

Para Filho (2011) a questão do Território emerge a partir da adesão lenta e gradual ao processo da economia de mercado no mundo globalizado, onde o país passa a oferecer as condições necessárias para a realização do capital.

Sobre as condições para a realização dos investimentos (e do capital) por parte das empresas, em função de fatores competitivos, o autor escreve:

Outro aspecto é revelado pelo processo de deslocamento da referência Estado-nação para a referência território, processo esse facilitado pela diluição relativa das fronteiras nacionais. A valorização da referência território, e de seus respectivos atores, aparece como resposta ou contrapartida ao processo de globalização e abertura dos mercados nacionais, visto que as medidas desreguladoras são tomadas no plano macro, mas suas repercussões (boas ou más) manifestam-se no plano micro, ou territorial. (FILHO, 2011, p. 41)

Ainda de acordo com o autor, o Território tornou-se “lôcus de realização dos rendimentos crescentes, ou da identidade local, contrapondo-se às ameaças globais e o

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

mesmo passa a ocupar um lugar central no destino das regiões” (FILHO, 2011, pp. 45-46).

Para Porto-Gonçalves (2011) o Território é uma categoria analítica que nos remete à inscrição da sociedade da natureza e, por isso somos obrigados a considerar as relações sociais e de poder que estão imbricadas na relação das sociedades com a natureza. No tocante a problemática ambiental, esta ganha maior consistência quando analisada a partir do Território, das territorialidades e dos processos de territorialização.

(...) O território se torna, por tudo isso, uma categoria central para dar conta do desafio ambiental contemporâneo, na medida em que ele comporta, na sua materialidade, a tensão entre diferentes modos de apropriação do espaço. A economia mercantil, pela lógica abstrata que a comanda – a do dinheiro –, implica uma dinâmica espacial que *des*-envolve os lugares, regiões e seus povos e cultura e, deste modo, instaura tensões territoriais permanentemente. (PORTO-GONÇALVES, 2011, pp. 38-129)

Andrade (2004) disse que a questão do Território está vinculada à análise de categorias como Espaço e Tempo, principalmente no momento atual em que há a superposição de estruturas de escalas diferentes como a nacional e sua ideia está sempre ligada a ideia de poder. O autor afirma ainda:

A formação de um território dá as pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. Assim, o Brasil, que possui desde o período colonial um grande espaço, durante séculos não o transformou em território, por meio do exercício da sua gestão, só vindo a tentar fazê-lo a partir dos meados do século XIX... (ANDRADE, 2004, p. 20)

A territorialidade pode ser vista “tanto como o que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado”. (ANDRADE, 2004, p.20)

Valcárcel (s/d, p. 527) falando da territorialidade diz que cada grupo humano dotado de certa estabilidade é definido por uma extensão ao qual se identifica que constitui seu território, sendo este reconhecido ou disputado por outros grupos humanos. O autor acrescenta ser o Estado a principal e mais relevante forma de território.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Para Jucá (2012) o Território é o recorte espacial a se considerar quando, as cidades sendo os centros das alterações ambientais das atividades antrópicas, não são territórios autônomos, pelo contrário, são espaços de produção e troca que se estruturam como uma rede e a rede urbana e sua dinâmica, são fatores privilegiados para a compreensão das transformações do Território.

O Território é encarado ainda, na visão de Raffestin, como decorrente da produção do espaço constituindo-se como um campo de poder, ou ainda, Território de luta (AMBROZIO, 2013). Nesta visão, segundo o autor, “o território se encontra diminuído dos efeitos da ação do Estado em favor de numerosas dimensões ou multiespacialidades de poderes.” (AMBROZIO, 2013, p. 3)

Para Haesbaert (2016) a categoria Território requer cuidados em sua análise, sobretudo num momento em que vários outros campos do saber a utilizam. O autor alerta para o que ele chama de armadilhas do território que em síntese, segundo o autor, são quatro: o território desistoricizado/naturalizado que equivaleria a uma abordagem do Território sem o tempo; o território desmaterializado; o território apenas como categoria analítica excluindo a prática; e o território representado apenas pelo poder estatal. Esta reflexão de Haesbaert (2016) alerta para não se correr o risco de ampliar ou restringir demais o Território atribuindo-lhe ou negando-lhe características, o que por sua vez, pode atuar muito mais como um complicador que um explicitador de determinada problemática.

Neste estudo é colocado que o mesmo tem uma narrativa Por entre Territórios. A Governança das Águas em Suape, o Crescimento e o Poder Local, por envolverem relações de poder e negociação, são tomados em função do(s) Território (s) existentes sejam eles tratados na realidade concreta (limites do CIPS, limites municipais e limites das bacias hidrográficas) ou abstrata/afetiva (relações de pertencimento das populações que estabelecem suas territorialidades).

CAPÍTULO II

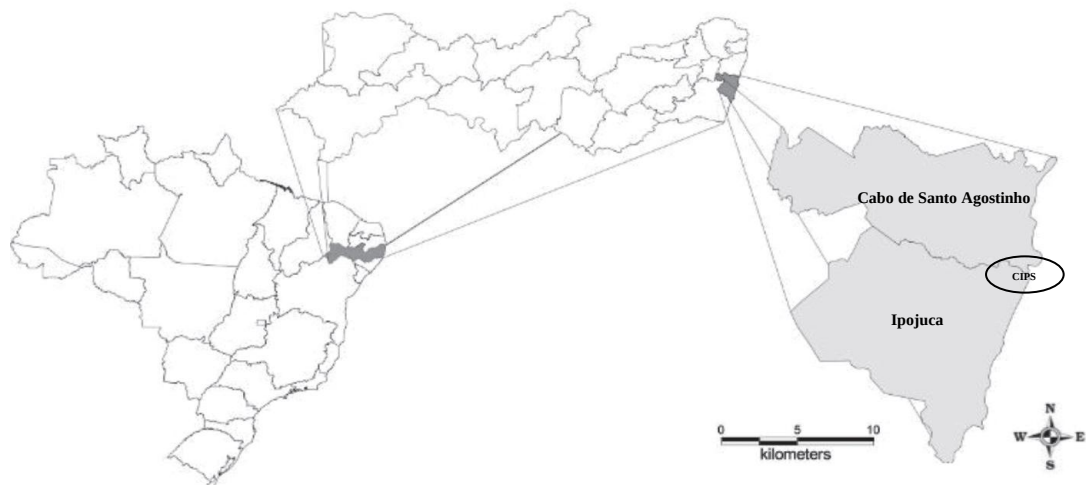
CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

2. História, Dinâmica e Impactos Socioambientais

Os recursos hídricos disponíveis na área de Suape⁸ e adjacências possuem importância estratégica para dar suporte às atividades do CIPS e principalmente para o abastecimento da RMR. Sendo assim, os recursos hídricos assumem um papel fundamental, mas nem sempre explícito, na definição da viabilidade das políticas adotadas, doravante chamadas de políticas de desenvolvimento. Este caráter nem sempre explícito sobre a importância dos recursos hídricos como vetor na definição destas políticas, termina por prejudicar a compreensão tanto dos técnicos quanto da população em geral, a respeito da realidade dos recursos hídricos e, conseqüentemente, enfraquece também o processo de Governança das Águas.

A área de estudo corresponde a Microrregião de nº 19 de Pernambuco, denominada de Microrregião de Suape (CONDEPE, 2004). Ela compreende a porção Sul da Mesorregião Metropolitana do Recife, composta pelos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (Figura 05):

Figura 05 – Área de estudo



Fonte: Modificado de Ribeiro et. al. (2013)

⁸ Suape era o termo utilizado pelos indígenas que habitavam a área para designar os rios tortuosos que provocavam incerteza sobre seu percurso. Daí Suape receber o significado dado pelos índios de “caminho incerto”. Disponível em: basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=396

***GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.***

Suape faz parte da Região de Desenvolvimento Metropolitana do Recife – RD 12 que foi juntamente com as demais RDs instituída através da Lei 12427 de 2003. É uma Microrregião que faz limite com a Mesorregião da Mata Sul de Pernambuco e por isso, a paisagem conserva características desta como a presença da monocultura da cana-de-açúcar, traço predominante desde os primórdios da colonização.

Além das belezas naturais, sobretudo em sua faixa litorânea, com a presença de praias como Calhetas e Porto de Galinhas, Suape possui vasta riqueza histórica e cultural que contribui para que a atividade turística tenha grande importância para os municípios.

2.1 As Paisagens de Suape e os Recursos Hídricos

Para entendermos a dinâmica socioambiental de Suape, podemos dividir o aspecto natural de sua paisagem em duas unidades: A 1ª é representada pelos Morros ou Colinas da Zona da Mata e a 2ª corresponde a Planície Costeira. Por outro lado, os aspectos socioeconômicos e culturais, podem ser divididos em duas grandes áreas correspondentes a dois grupos de atividades/ocupação: O 1º é Industrial e Turística e o 2º corresponde a zona Canavieira e de Proteção Ambiental.

Esta divisão da paisagem é meramente metodológica uma vez que para o entendimento do processo de Governança das Águas em Suape, faz-se necessário compreender a interrelação dessas unidades e atividades ao longo da história do crescimento e ocupação no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca.

No caso de Suape, parte dos Morros ou Colinas da Zona da Mata encontram-se ocupadas pela cana-de-açúcar, por remanescentes de Mata Atlântica (incluindo as áreas de proteção ambiental (Figura 06) e também, pela ocupação urbana. Por outro lado, a Planície Costeira (Figura 07), além de ocupação urbana, encontramos os principais equipamentos turísticos

***GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.***

Figura 06 – Aspecto dos Morros ou Colinas da Zona da Mata em Gurjaú (canavial e mata atlântica)



Fonte: O autor, 2017

Figura 07 – Aspecto da Planície Costeira na praia turística de Gaibu - Cabo de Santo Agostinho



Fonte: O autor, 2017

Esta análise da paisagem a partir da integração de seus elementos físico-naturais e socioeconômicos e culturais é destacada por Carl Troll (1997) que nos chama atenção para os aspectos visíveis e não visíveis da paisagem. Para ele, a paisagem possui um conceito fisionômico ou formal e um conceito funcional (fisiológico e ecológico). O

enfoque funcional é o resultado da observação de que todos os geofatores, inclusive a economia e a cultura, se encontram em interação (TROLL, 1997).

De forma semelhante Casseti (s.d), Sauer (2006), Bertrand (2004) e Vitte (2007) utilizando conceitos como fisiologia da paisagem e morfologia da paisagem entre outros, convergem para a necessidade do estudo da paisagem integrar tanto os aspectos físico-naturais como socioculturais.

O quadro natural e humano aqui apresentado em síntese ressalta os aspectos geológico-geomorfológicos, climáticos, vegetacionais e hidrográficos/hidrológicos como os mais importantes condicionantes da disponibilidade hídrica, além dos aspectos socioambientais.

Inicialmente cabe destacar que a zona costeira brasileira compreende uma faixa de 8,5 mil km de extensão, sendo sua largura variável. Possui um conjunto de ecossistemas que se estendem por uma área de aproximadamente 388 mil km². Em 2006 a faixa litorânea concentrava-se 25% da população totalizando cerca de 42 milhões de pessoas, sendo 89% de população urbana e a densidade média de 90 hab./km²(CHAVES, 2006). Dos ecossistemas que cobrem a zona costeira destacam-se as Baías e Estuários com 31,8% de cobertura, Praias e costões com 27,6%, Lagunas e banhados costeiros com 18%, Manguezais com 13,6%, Dunas e Falésias com 9%.(CHAVES, 2006).

Pernambuco possui uma zona costeira que representa cerca de 4% do seu território, onde vivem 43,8% da população. O crescimento industrial, populacional e turístico tem alterado sua configuração. Com base na situação geográfica e política, o litoral pernambucano foi delimitado em 21 municípios, distribuídos numa faixa de 187 km que se estende desde o município de Goiana, ao norte, até o município de São José da Coroa Grande, ao sul (MUEHE, 2006). Na subdivisão do litoral feita pelo referido autor, Suape situa-se no Setor 3 que engloba todos os municípios litorâneos ao Sul do Recife, exceto Jaboatão dos Guararapes.

Destaca-se ainda que Suape situa-se no litoral Sul da RMR na interface com a Zona da Mata Sul de Pernambuco e neste sentido, possui características socioambientais destas duas macrozonas pernambucanas.

2.1.1 A unidade dos Mares de Morros ou Colinas da Zona da Mata e a Unidade da Planície Costeira

Os Mares de Morros ou Colinas da Zona da Mata correspondem ao aspecto do relevo que mais se destaca na paisagem da área em estudo. De acordo com o RIMA – Relatório de Impacto Ambiental da barragem do Engenho Maranhão (no Rio Ipojuca) realizado em 2010 pela ABF Engenharia para a COMPESA, os morros ou colina são feições individualizadas do cristalino, com topos arredondados e declives suaves além de espesso manto de intemperismo. Sua individualização deve-se a atuação da drenagem que provoca o recuo das vertentes e também, pelo escoamento superficial do clima úmido. Destacam-se ainda nesta unidade, os Tabuleiros associados às bases planas ou quase planas dos interflúvios apresentando-se de forma alongada e limitados pelas vertentes entre estes e as planícies aluviais.

Ab'Sáber (2003) caracterizou de forma geral esta feição brasileira que o autor chamou de Domínio Tropical Atlântico (que se estende da zona da mata nordestina até o sul do país) a partir de sua fisiografia. Dentre as características o autor destacou: decomposição das rochas cristalinas ou cristalofilianas entre 3 a 8 metros e podendo chegar a 60 metros de profundidade; presença de *red yellow podzolics* ou latossolos (vermelhos, amarelados) – argissolos, sobre cobertura elúvio-coluvial; superposição de solos em função das últimas flutuações quaternárias; equilíbrio sutil dos processos morfoclimáticos, pedológicos, hidrológicos e biogênicos sujeito a desequilíbrio imediato em função de ações antrópicas.

A presença de sedimentos com profundidade variáveis deve-se as Formações Cabo, Ipojuca e Estiva que são representados por rochas conglomeráticas, arenitos e argilitos cortados e recobertos por rochas vulcânicas (basaltos, traquitos e riolitos) que afloram na forma de derrames e diques com respostas diferentes a ação intempérica (ASSIS, 1999).

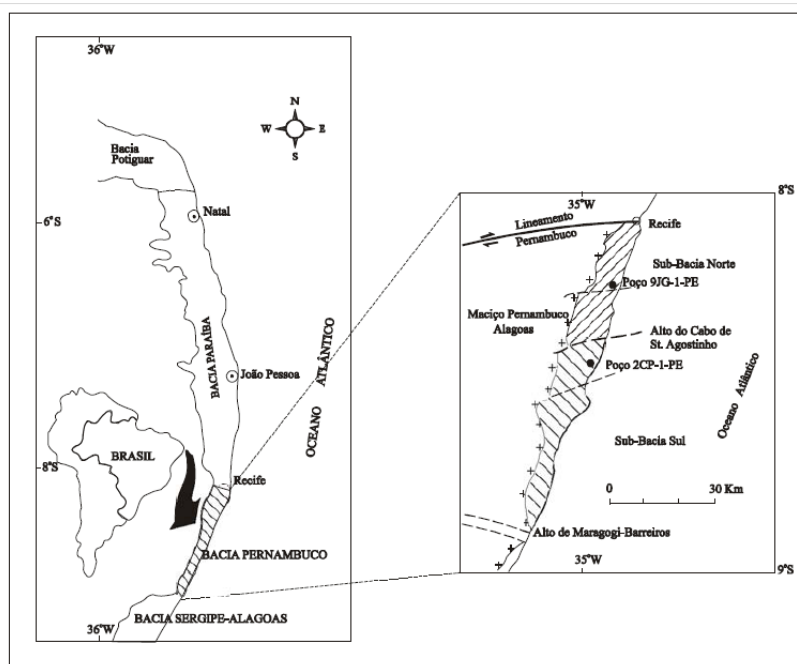
Com base em Lima Filho (1998) a zona costeira pernambucana é dividida em três unidades macro-geológicas (Figura 08) que são: O Embasamento Cristalino de idade pré-cambriana, a Bacia de Pernambuco do cretáceo/terciário e as Coberturas

Sedimentares do terciário e quaternário. Suape compreende basicamente a segunda e terceira unidade.

Em relação a unidade da paisagem representada pela Planície Costeira, observa-se que a mesma é preponderantemente estreita, apresentando diversas formações como restingas, estuários, praias e manguezais com influência fluvial e marítima (CPRH, s.d, p. 24). São formações quaternárias e terciárias em relevo plano de baixa altitude onde se apresentam também os terraços marinhos (holocênicos) e tabuleiros (ASSIS, 1999).

Com relação ao aspecto climático da região, o clima do litoral nordestino está sob a influência das Correntes de Leste, da Convergência Intertropical – ZCIT e da Frente Polar (ROSS, 2006). Dentre os fatores globais que interferem diretamente sobre circulação atmosférica do Nordeste estão as temperaturas da superfície dos oceanos – TSM do Atlântico Tropical e do Pacífico Equatorial (NOBRE, 2012). Girão; Corrêa & Guerra (2006) no contexto climático da RMR, explicam que esta região está sob a influência da massa tropical atlântica que sofre perturbações ocasionadas pelo deslocamento da ZCIT, dos Vórtices Ciclônicos da alta troposfera, da própria frente polar e dos Sistemas Ondulatórios de Leste ou simplesmente Ondas de Leste, que associados, ocasionam índices de moderados a fortes na precipitação.

Figura 08 - A Bacia de Pernambuco e suas subdivisões.



Fonte: Lima Filho (1998)

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

O clima Tropical Litorâneo é o que predomina na Zona da Mata e Litoral pernambucanos com chuvas predominantes de outono-inverno, pluviosidade na faixa dos 2000 mm/ano e temperaturas variando entre 25° e 30° com uma amplitude térmica anual na faixa dos 5°. Dessa forma, temos pouca variação térmica e a predominância de altas temperaturas, sobretudo, na primavera-verão. O aspecto pluviométrico do clima de Suape é o mais importante, pois, assim como ocorre nas demais bacias hidrográficas do Estado, o volume e a vazão dos rios de sua rede de drenagem aumentam no período das chuvas mais intensas, fazendo variar quantitativamente a disponibilidade. O regime de chuvas ocorre com maior intensidade nos meses de abril a julho (NOBRE, 2012).

O quadro da vegetação pode ser definido em dois grandes grupos: a floresta subperenifólia e as formações litorâneas. O primeiro grupo está caracterizado por ser uma vegetação densa e alta na faixa de 20 – 30 metros e que em grande parte cedeu lugar para a cultura da cana-de-açúcar. Sua ocorrência está geralmente associada aos tabuleiros e aos solos areno-argilosos. O segundo grupo possui uma grande diversidade sendo os principais tipos encontrados: a restinga, os manguezais, as formações de praia e os campos de várzea (flúvio-lagunar). Dos tipos existentes na zona do CIPS, em virtude de sua instalação, os mangues foram os mais atingidos. Na área ocorrem as espécies *Rhizophorae mangle*, o mangue vermelho, *Laguncularia racemosa*, *Conocarpus erectus* e *Avicennia SSP* que atuam como estabilizadoras do substrato. Suas raízes proporcionam abrigo para uma fauna muito rica adaptadas às condições do estuário (MUEHE, 2006). De acordo com Chaves (2006) os mangues atuam ainda na prevenção da erosão, retenção de sedimentos e nutrientes, exportação de biomassa e fonte de nutrientes.

É importante salientar que a proteção dos mananciais de Suape, ao menos das barragens (Bitá e Utinga, Pirapama, Gurjaú e Engenho Maranhão) utilizadas para o abastecimento público e industrial e demais atividades, passa justamente pela fiscalização e limitação de ocupações e desmatamentos⁹ da vegetação do entorno destes reservatórios (mata atlântica) o que reforça a importância da vegetação para a manutenção da disponibilidade hídrica e da qualidade de suas águas.

⁹ De acordo com o Plano Diretor do Cabo de Santo Agostinho, 45% de seu território são destinados à proteção de mananciais.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Suape situa-se entre as Unidades de Planejamento Hídrico - UP do Estado de Pernambuco¹⁰ UP – 15 e UP -03. A UP – 15 compreende o grupo de pequenos rios litorâneos denominado de GL- 2 enquanto que a UP - 03 compreende a bacia do Rio Ipojuca (mas apenas o baixo curso banha Suape).

Os principais rios que compõem a GL- 2 são o Pirapama, Gurjaú, Jaboatão e Duas Unas. A GL-2 está inserida nas Zonas da Mata e litoral de Pernambuco. Possui aproximadamente 77% de sua área sobre o domínio das rochas do embasamento cristalino pré-cambriano e os sedimentos são representados pela Bacia Sedimentar do Cabo.

A Bacia do Ipojuca possui grande extensão e perpassa as regiões do Sertão e do Agreste, passando pela Zona da Mata Sul até chegar ao litoral. Isto condiciona uma diferenciação de regime ao longo do seu curso. De acordo com a ANA (2015) a bacia hidrográfica do Ipojuca apresenta criticidade qualitativa e quantitativa.

O Plano Hidroambiental da Bacia - PHA (SRH, 2010 – Tomo I Volume 2) com base no Plano Diretor da bacia elaborado em 2002, subdividiu a bacia em quatro unidades de análise, sendo a UA 04 (Figura 09) a unidade que está situada no baixo curso, e, portanto, abrange também a área de Suape tendo como rios principais, o Bita e o Utinga.

O caráter predominante intermitente da bacia do Ipojuca tem como causa, além da variação climática, o fato da bacia do Ipojuca possuir 97% dos seus mais de 3500 km² de área dominada por rochas cristalinas e cristalofilianas do pré-cambriano, dificultando a ocorrência de água subterrânea. Os 3% restante da área da bacia são de sedimentos de depósitos aluviais e de afloramentos da Formação Cabo (PERH, 1998).

Na área em estudo existem duas principais zonas estuarinas: Estuário do Rio Jaboatão (compartilhado com o Pirapama) e o Estuário do Ipojuca (onde se encontra também a foz dos rios Massangana, Tatuoca e Merepe). Neste último estuário foi instalado o núcleo central do CIPS.

¹⁰ Este planejamento é decorrente da implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos que está detalhada no capítulo IV desta tese.

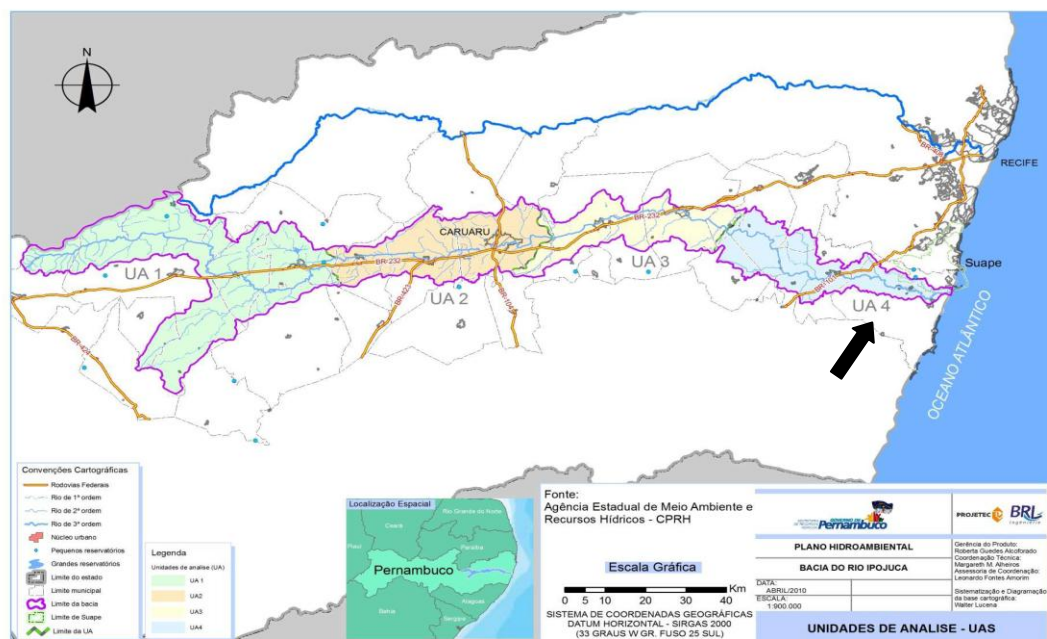
**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Com relação a água subterrânea, de forma geral em Pernambuco (Figura10) sua ocorrência é influenciada pela geologia em função do Embasamento Cristalino que não propicia a ocorrência de grandes mananciais para o abastecimento.

Em Suape ocorre a presença, conforme CPRM (2007) das formações Cabo, Ipojuca e Algodóais, com as seguintes características:

As Formações Cabo, Algodóais, bem como o Grupo Barreiras e as Coberturas Quaternárias são compostas de sedimentos arenosos e areno-argilosos constituindo aquíferos intersticiais. A Formação Estiva, composta de calcários, não constitui aquífero, bem como as rochas vulcânicas da Formação Ipojuca que poderiam constituir aquífero fissural, mas, a pequena vazão dos poços e a má qualidade das águas anulam sua exploração como aquífero.

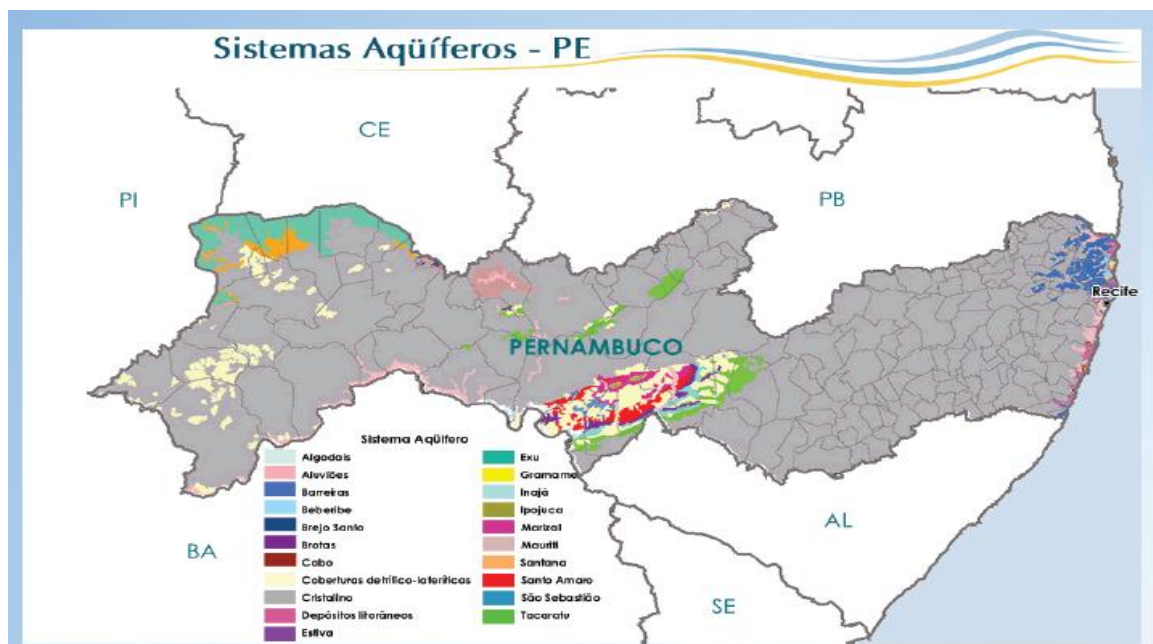
Figura 09 – Unidades de Análise da Bacia do Ipojuca (destaque para a UA 4)



Fonte: SRH, 2008

O referido estudo considera ainda que a formação Cabo é o principal e maior desses aquíferos e se estende desde Ipojuca até a planície do Recife no limite com o lineamento Pernambuco, com espessura variável de até 2.900 metros. Dessa forma, os recursos hídricos subterrâneos de Suape não são representativos tanto em quantidade quanto em qualidade

Figura 10 – Sistema de Aquíferos de Pernambuco



Fonte: SRH, 2008

As vazões mais representativas estão situadas nas bacias sedimentares como representado nos dados dos poços presentes no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Aspectos dos poços nas bacias sedimentares de Pernambuco

Bacia Sedimentar	Vazão Média (m ³ /h)	Profundidade Média (m)	Nível Estático Médio (m)	Nível Dinâmico Médio (m)	Número de poços
Araripe	3,2	61,0	17,4	36,0	351
Cabo-Ipojuca	4,9	50,8	6,1	20,5	395
Pernambuco-Paraíba	19,7	71,2	8,9	27,3	214
Jatobá	6,9	104,4	21,1	36,3	760

Fonte: SRH, 2008

2.1.2 As áreas Industriais e Turísticas e as áreas Canavieiras e de Proteção Ambiental.

A história de Suape possui uma estreita relação com o período colonial onde a cultura canavieira é a principal herança da ocupação. Apenas no século XX é que se dá a diversificação de sua economia com as iniciativas de industrialização a partir do D.I do Cabo de Santo Agostinho e, sobretudo, com a instalação do CIPS. Em consonância com esta diversificação da economia está o crescimento do setor turístico principalmente no município de Ipojuca com a instalação de vários hotéis e resorts e melhorias no acesso viário. Como consequência parte do crescimento populacional se deu em áreas outrora designadas para a proteção ambiental e cultural (Engenhos Rosário, Utinga de Cima, Jurissaca, por exemplo) como no Parque Estadual Armando Holanda e no entorno das nove reservas de mata atlântica existentes na área.

No Cabo de Santo Agostinho a ocupação se deu já em janeiro de 1500 por ocasião da chegada do navegador espanhol Vicente Pinzón que batizou o local de Santa Maria de La Consolación (CONDEPE/FIDEM, s.d). No entanto, sua colonização começou a se efetivar a partir de 1571 com a construção do engenho Santa Madre de Deus feita por João Paes Barreto. Fato relevante também foi a construção na cidade da segunda estrada de ferro do país, a estrada de ferro do Nordeste em 1858. O município possui 447,9 km² e situa-se acerca de 34 km da capital (BARROS, 2004). Sua população estimada para 2015, segundo o IBGE/Cidades era de 200.546 habitantes.

Já com relação ao município de Ipojuca, sabe-se que em 1584 já havia moradores e que em 1608 fora criado o distrito de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca. Em 1857 a povoação possuía um vigário de nome Gaspar Neto. O município possui 527,3 km² e situa-se acerca de 50 km da capital (FIPE, 1991; CONDEPE/FIDEM, s.d). Sua população estimada, segundo o IBGE/Cidades para 2015 era de 91.341 habitantes.

A partir de meados do século XX, Suape passa por um processo de industrialização com a Instalação do Distrito Industrial do Cabo de Santo Agostinho (em 1961 através da Lei 4283) e posteriormente, com a implantação do Complexo Industrial e Portuário de Suape – CIPS (a partir de 1973 pelo Decreto 2845), ocupando áreas dos dois municípios. Do ponto de vista da história econômica, demográfica, urbana e industrial,

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

estes dois acontecimentos, e a presença da monocultura canavieira, são os mais relevantes, sendo o CIPS o mais importante deles por causa da sua atualidade e por ter uma influência que ultrapassa os limites do Estado.

O CIPS instalou-se numa área de 13.000 hectares que pertenciam a diversos engenhos e que foi desapropriada. Esta área vai do Pontal do Cupe em Ipojuca à foz do Rio Jaboatão em Jaboatão dos Guararapes perfazendo 352 km². Da área inicial reservada ao CIPS, 57 km² seria para a instalação do distrito industrial articulado ao porto e o restante, destinado a zonas residenciais, agrícolas, de turismo, lazer e preservação cultural e ecológica. (ROCHA, 2000)

Da área total do CIPS, 62% estão no Cabo de Santo Agostinho e 38% em Ipojuca. Mas, vale ressaltar, que apesar de situar-se em terras destes dois municípios, o CIPS tem autonomia sobre seu Território, onde sua gestão é feita pelo governo do Estado através da Empresa Suape, uma empresa estadual criada em 1978 pela Lei 7763.

O CIPS é inspirado no conceito de integração portuária, sobretudo nos exemplos do porto de MARSEILLE-FOS (França) e de KASHINA (Japão), possuindo capacidade para realizar operações de “*transshipment*” que é a transferência de cargas para as instalações portuárias sem a internalização alfandegária da carga para posterior distribuição para outros países. (CONDEPE/FIDEM, 2008). É um porto tipo *hub port* = porto-concentrador e um porto marítimo capaz de concentrar cargas e linhas de navegação através de grandes navios, para posterior distribuição das cargas por navios de menor porte (SRH, 2010).

Em 2010 o governo do Estado de Pernambuco lançou o projeto Suape-global com a pretensão de transformar o CIPS num polo de atração de indústrias de petróleo e gás, naval e *offshore* contemplando todas as etapas que envolvem desde a pesquisa, passando pela exploração, transporte etc. Vale destacar que a principal empresa deste ramo instalada no CIPS é a Refinaria Abreu e Lima com investimentos de mais de US\$ 12 bilhões e geração de 30 mil postos de trabalho durante a sua construção (CONDEPE/FIDEM, 2011).

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

O CIPS é ainda importante polo da indústria naval com previsão de instalação de seis estaleiros, sendo o maior deles, o Estaleiro Atlântico Sul orçado em mais de 2 bilhões de reais e com uma geração de 5000 postos de trabalho. (CONDEPE/FIDEM, 2011). Na área do CIPS está contemplado também o Polo Petroquímico cujo principal empreendimento é a Petrobras Química S.A – Petroquisa.

O CIPS beneficia-se de sua posição estratégica em relação aos principais mercados regionais e também internacionais (Figura 11).

Figura 11 - Posição estratégica de Suape em relação a América do Sul e ao Mundo



Fonte: Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=792008&page=7>

É interessante a observação feita por Diniz & Rocha (2015) sobre a importância do CIPS no tocante aos dois municípios onde está localizado. Os autores destacam que os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca vem alterando suas legislações urbanísticas para atender as demandas impostas pelo CIPS:

Nesse esforço institucional, alteram-se parâmetros urbanísticos de modo a permitir a instalação de empreendimentos voltados a esse público, ampliando os limites urbanos municipais, modificando o perfil ocupacional de zonas rurais ou de transição. Parâmetros urbanísticos são flexibilizados, abrindo caminho para taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento mais generosos – para os empreendedores –, para superfícies menos permeáveis e para gabaritos e densidades ocupacionais bem mais elevados. (p.488)

2.2 Situação quantitativa e qualitativa dos Recursos Hídricos Superficiais

A hidrografia e a hidrologia de Suape são condicionadas pelos aspectos naturais já descritos (geologia, geomorfologia, clima e vegetação) e também pelo processo de ocupação (industrial, turística, canavieira etc). Em função dos objetivos desses estudos, este aspecto é o que tem destaque maior uma vez que é em função da complexidade de relações existentes em torno destes, que se estabelece a Governança das Águas.

Tomando como referência a macrodivisão hídrica nacional estabelecida pela ANA – Agência Nacional de Águas, Suape encontra-se na Região Hidrográfica do Atlântico Oriental que abrange apenas 1/3 do Estado de Pernambuco. Esta região hidrográfica tem como característica principal, o condicionante imposto pela semiaridez na maior parte dos rios que a compõem. Sua disponibilidade superficial corresponde a 0,1% do país e sua vazão média 774 m³/s o que representa apenas 0,43% da média nacional. No entanto, sua densidade demográfica corresponde a quatro vezes mais que a média nacional (ANA, 2015; ANA, 2013).

Embora no Estado de Pernambuco a Região Hidrográfica do Nordeste Oriental compreenda basicamente o litoral e a Zona da Mata, boa parte dos seus rios tem nascentes no interior (Agreste) do Estado, onde os condicionantes da semiaridez já se fazem presentes.

Algumas obras de infraestrutura hídrica se destacam atualmente na Região Hidrográfica do Atlântico Oriental por objetivarem a solução ou amenização dos problemas relacionados principalmente ao abastecimento humano. São elas: PISF – Projeto de Integração do São Francisco que levará água do Rio São Francisco até as bacias dos rios temporários no semiárido (Estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba); a Adutora do Agreste em Pernambuco que atenderá setenta municípios e contará também com um aporte de água do PISF; e o Cinturão das Águas no Ceará entre outras. (ANA, 2015)

Em relação ao balanço quantitativo da Região Hidrográfica do Atlântico Oriental, aproximadamente 98% dos principais rios estão em situação considerada como muito crítica, crítica ou preocupante. Com relação ao balanço qualitativo, o principal problema

é o lançamento de esgoto *in natura*, sobretudo nas grandes regiões metropolitanas. (ANA, 2015)

Note-se que a pouca disponibilidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos em Pernambuco gera, portanto, situações de escassez expressa em diferentes aspectos que segundo o PERH (1998, p. 19):

Quanto à escassez, ela se manifesta sob três aspectos distintos: espacial, temporal e qualitativo. No aspecto espacial, a escassez de água decorre de fatores físicos e hidrometeorológicos, que variam segundo os espaços territoriais. No aspecto temporal, a escassez é consequência das variações no escoamento entre anos, meses, estações, dias e mesmo entre escalas de tempo menores. No aspecto qualitativo, a escassez se manifesta em função das necessidades específicas dos usuários e da aptidão da água para os diversos fins.

Segundo a ANA (2010) apenas 28% dos municípios brasileiros tinham condições de abastecimento satisfatórias para as demandas futuras. No Estado de Pernambuco 80% dos volumes aproveitáveis estão localizados nas bacias do litoral e Zona da Mata. Já o Agreste e Sertão o volume aproveitável chega a 20%. No horizonte de 2025 a expectativa é que apenas 8% dos municípios pernambucanos apresentem abastecimento satisfatório. Considerando a demanda prevista para o Estado em 2025 o total é de quase 88 m³/s sendo a irrigação responsável por 65% deste total. (SRH, 2008)

A RMR tem sofrido com problemas de abastecimento durante muitos anos e, em especial, naqueles em que as precipitações são abaixo do esperado. Estes problemas são em função do grande adensamento populacional, da topografia de algumas áreas, da poluição dos corpos hídricos, das ocupações irregulares, da deficiência no sistema de distribuição (em função da idade das tubulações que tem provocado rupturas constantes e consequente desperdício), além das captações irregulares, contribuindo para que Pernambuco tenha um índice de perdas de 54,7% (o terceiro maior percentual ficando atrás de SE e RN), bem acima da média nacional que é de 36,9% (SNSA, 2014). Ferreira, Ramos & Bernardes (2015) falam em uma cultura do racionamento existente

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

na capital, sendo Recife a cidade que mais consome água engarrafada no país. Além disso, possui a maior quantidade de poços tubulares¹¹.

Com a entrada em funcionamento total do Sistema Pirapama (situado no Cabo de Santo Agostinho) em 2011, houve um incremento de 50% na oferta de água para a RMR beneficiando cerca de 3 milhões de pessoas. Com isto, o drama do abastecimento na RMR foi aliviado¹². De acordo com a COMPESA a capacidade de produção mensal de água na RMR (sem a barragem do Engenho Maranhão) é de 27.000.000 m³.

Considerando os aspectos históricos e quantitativos, os recursos hídricos de Suape tem sido praticamente a única alternativa para ampliação significativa da oferta de água para os diferentes usos da RMR. O fato da região alimentar o abastecimento do Recife desde o ano de 1918 com a barragem de Gurjaú, o Sistema Pirapama e a construção da Barragem do Engenho Maranhão (na Unidade de Análise - UA 4 do Rio Ipojuca) atestam esta afirmativa.

A figura 12 mostra as disponibilidades das principais bacias do Estado de Pernambuco destacando a bacia do Ipojuca e a GL- 2 e as bacias imediatamente próximas. Assim, observa-se comparativamente que, não apenas estas duas bacias tem uma maior disponibilidade, como, se necessário, pode-se avançar ou interligá-las com as bacias do GL- 3 que compreende exclusivamente o município de Ipojuca e/ou com a bacia do Rio Sirinhaém.

¹¹ Ver reportagem globo.com/rede-globo/jornal-hoje/v/recife-e-a-cidade-com-maior-numero-de-pocos-em-operacao-no-pais/4291158/

¹² Disponível em www.compesa.com.br/saneamento/abastecimentodeagua <acesso em 04/06/2015>

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Figura 12 - Potencialidades e Disponibilidade Hídrica Superficial por Unidade de Planejamento Hídrico em Pernambuco¹³

UNIDADE DE PLANEJAMENTO	POTENCIALIDADE 10000 ³ m ³ /ANO	VOLUME APROVEITÁVEL		DISPONIBILIDADE ATUAL PRÓPRIA	
		10000 ³ m ³ /ANO	%	10000 ³ m ³ /ANO	%
UP 1 Goiana	376,86	301,49	80	107,55	36
UP 2 Capibaribe	632,30	505,84	80	431,53	85
UP 3 Ipojuca	484,39	387,51	80	94,62	24
UP 4 Sirinhaém	1.096,82	877,46	80	164,71	19
UP 5 Rio Una	1.821,83	1.457,46	80	294,33	20
UP 6 Mundaú	195,52	156,42	80	12,32	08
UP 7 Ipanema	226,12	180,90	80	22,95	13
UP 8 Moxotó	161,46	41,97	26	72,46	100
UP 9 Pajeú	635,14	330,27	52	170,32	52
UP 10 Terra Nova	89,56	55,53	62	38,44	69
UP 11 Brígida	237,15	66,40	28	93,52	100
UP 12 Garças	42,89	12,00	28	17,57	100
UP 13 Pontal	29,33	8,21	28	11,47	100
UP 14 GL-1	786,82	629,46	80	160,29	25
UP 15 GL-2	653,43	522,74	80	225,42	43
UP 16 GL-3	141,91	113,53	80	10,83	10
UP 17 GL-4	308,74	246,99	80	27,37	11
UP 18 GL-5	77,58	62,06	80	5,96	10
UP 19 GL-6	34,06	27,25	80	8,51	31
UP 20 GI-1	129,93	67,56	52	3,95	06
UP 21 GI-2	2,52	1,30	52	0,42	32
UP 22 GI-3	42,89	22,20	52	2,67	12
UP 23 GI-4	40,37	29,89	74	5,08	14
UP 24 GI-5	10,41	5,39	52	0,65	12
UP 25 GI-6	11,04	5,71	52	0,49	09
UP 26 GI-7	10,41	5,39	52	0,71	13
UP 27 GI-8	11,98	6,20	52	0,81	13
UP 28 GI-9	12,93	6,69	52	0,48	07
UP 29 F.de Noronha	3,74	0,09	02	0,09	100
TOTAL	8.308,13	6.198,44	74	1985,52	31

Fonte: Alterado de SRH (2008, p. 10)

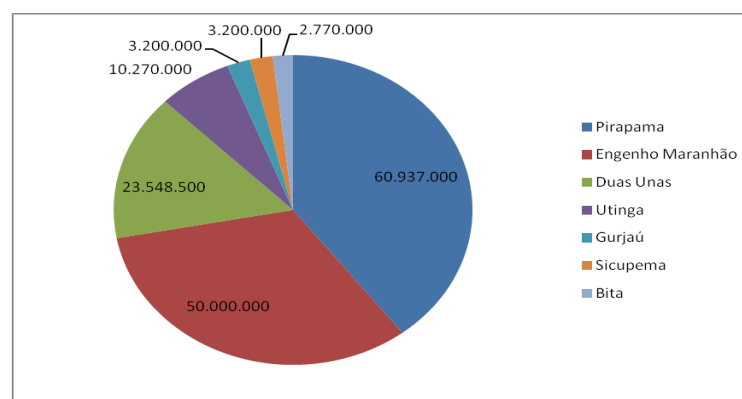
O aporte de água em Suape vem fundamentalmente das barragens de Bitá e Utinga (Rio Ipojuca compreendendo o Sistema Suape), das barragens de Pirapama, Gurjaú e Sicupema e da barragem de Duas Unas (todas na GL – 2) conforme figura 13. No entanto, coexistem captações menores, inclusive de água subterrânea, que se destinam principalmente ao abastecimento público e a rede hoteleira. Dessa forma, em termos quantitativos, o aporte de água depende fundamentalmente, não apenas em Suape, mas em toda a RMR, dos sistemas das grandes barragens existentes e programadas, como no caso da barragem do Engenho Maranhão que está em construção.

Note-se ainda que a barragem de Duas Unas (pertencente ao Sistema Tapacurá) situa-se fora de Suape (no município de Jaboatão dos Guararapes), mas pertence ao Território Estratégico de Suape - TES e a GL – 2 contribuindo substancialmente para o abastecimento da RMR.

¹³ De acordo com o PHA – Plano Hidroambiental da bacia do Ipojuca: *Potencialidade Hídrica*: volume anual médio escoado na bacia hidrográfica; a *Disponibilidade atual própria ou efetiva* é volume anual de água que se encontra efetivamente à disposição dos usuários. Geralmente a disponibilidade efetiva é menor que a disponibilidade instalada, pois as vazões captadas são inferiores à vazão ótima.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Figura 13 – Capacidade de acumulação das barragens em Suape (milhões de m³)



Fonte: Elaborado a partir de SRH, 2007; ABF Engenharia, 2010.

Como a figura 13, o Sistema Pirapama é o maior de todos os sistemas na área de Suape. Suas obras foram concluídas em 2011 e sua capacidade de produção de água é de 5.130 litros (5,13 m³/s) e está interligado ao sistema de grandes anéis que abastecem a RMR. Além disso, fazem parte do Sistema Pirapama: Reservatório Jordão com capacidade para acumular 90 mil metros cúbicos de água; Subadutora do Jordão; Reservatório de Ponte dos Carvalhos com capacidade para acumular 17 mil m³ de água; Subadutora de Pontes dos Carvalhos; Reservatório do Cabo de Santo Agostinho com capacidade para acumular 5,5 mil m³ de água; e a Subadutora do Cabo¹⁴.

Já o Sistema Suape composto atualmente pelas barragens de Bitá e Utinga responde por 6% do volume distribuído na RMR e entrou em operação no ano de 1999. Esta capacidade será ampliada quando a barragem do Engenho Maranhão for concluída, o que não foi possível estimar ao longo da pesquisa. Sua função principal é o abastecimento do CIPS. O sistema conta com uma ETA – Estação de Tratamento de Água localizada no CIPS e que possui capacidade para tratar 1600 l/s, mas que atualmente trata apenas metade disto, ou seja, 800 l/s¹⁵. Ainda sobre o Sistema Suape destaca-se que:

¹⁴ Disponível em servicos.compesa.com.br/abastecimento-de-agua/

¹⁵ Idem

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

A captação, tratamento e distribuição de água em Suape são processados pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA). Diversas unidades do porto que demandam água bruta, cerca de $1,42\text{m}^3/\text{s}$ por mês, são atendidas pela COMPESA. O fornecimento de água tratada é feito pela mesma companhia, através de uma Estação de Tratamento de Água, localizada em Suape, concebida para tratar $1,6\text{m}^3/\text{s}$ em uma primeira etapa e $3,2\text{m}^3/\text{s}$, em final de plano, quando todo o complexo estiver em pleno funcionamento. (PLANO MESTRE DE SUAPE, 2013, p. 28)

O Sistema Gurjaú, formado pelas barragens de Gurjaú e Sicupema teve o início de sua operação em 1918. Ele contribui com 9% do volume na RMR. A ETA de Gurjaú tem capacidade de tratar 1000 l/s.¹⁶

A barragem de Duas Unas faz parte do Sistema Tapacurá (que engloba também a barragem homônima localizada em São Lourenço da Mata e, portanto, fora da área do presente estudo) responde por 36% do volume para a RMR. O sistema entrou em operação em 1975¹⁷.

O controle e monitoramento da qualidade das águas das bacias hidrográficas no Estado de Pernambuco é feito pela CPRH – Companhia Estadual de Meio Ambiente. Com base no relatório da qualidade das águas das bacias hidrográficas de 2014, os usos principais das águas da bacia do Rio Ipojuca são: Abastecimento público; Recepção de efluentes domésticos; Recepção de efluentes agroindustrial e industrial. O monitoramento da qualidade de suas águas é feito através de quatorze estações distribuídas ao longo do rio. Aqui destacaremos as estações IP – 90, 95, 97 e 99 por se situarem dentro da área em estudo.

Para as estações IP – 90 e 95 foram realizadas duas coletas pela CPRH sendo uma em abril/2014 e a outra em junho do mesmo ano. Os resultados estão nos Quadros 4 e 5, abaixo:

¹⁶ Disponível em servicos.compesa.com.br/abastecimento-de-agua/

¹⁷ Idem

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Quadro 4 – Qualidade da água no Rio Ipojuca IP -90

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IPOJUCA - ESTAÇÃO: IP-90													
Parâmetro	Unid.	Data e Hora das Coletas											
					09/04 13:00		11/06 13:00						
Temperatura	°C				31		28						
pH	-				7,1		7,5						
OD	mg/L				2,9		5,5						
DBO	mg/L				7,3		1,3						
Turbidez	UNT				20		20						
Fósforo Total	mg/L				0,09		0,03						
Amônia	mg/L				0,23		0,15						
Coliformes Termotolerantes	NMP/100mL				1400		2300						
Condutividade Elétrica	µS/cm				339		213						
Salinidade	ups				0,2		0,1						
Sólidos Totais	mg/L				241		181						
Daphnia	FD ₅₀				1		1						
Classe na CONAMA 357/05													
Classe	-				2		2						
Índices e Indicadores de qualidade													
OD saturação	%				39		70						
Qualidade	-				P		MC						
IET rio	-				ME(57)		OL(52)						
IOA	-				BO(55)		BO(65)						
Ecotoxicidade	-				NT		NT						
Risco de salinidade	-				B		B						
Pluviometria em Ipojuca - Fonte: APAC													
Total mensal	mm	91	207	133	341	315	307	123	183	232	225	25	76
Média histórica	mm	85	128	226	288	222	329	289	180	105	44	36	42

Avaliação de qualidade: NC= não comprometida, PC= pouco comprometida, MC= moderadamente comprometida, P= poluída e MP= muito poluída
 IOA: OT= ótima, BO= boa, AC= aceitável, RU= ruim e PE= péssima
 IET: UO= ultraoligotrófico, OL= oligotrófico, ME= mesotrófico, EU= eutrófico, SE= supereutrófico e HE= hipereutrófico
 Ecotoxicidade: NT= não tóxica, T= tóxica
 Risco de salinidade do solo: B=baixo, M=médio, A=alto, MA=muito alto
 Período chuvoso em negrito. Fonte: PERH
Valores em negrito e sublinhado não conformes com a classe de enquadramento segundo a Resolução CONAMA Nº 357/05

Fonte: CPRH, 2014

Quadro 5 – Qualidade da água no Rio Ipojuca IP -95

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IPOJUCA - ESTAÇÃO: IP-95													
Parâmetro	Unid.	Data e Hora das Coletas											
					09/04 13:50		11/06 13:30						
Temperatura	°C				32		29						
pH	-				6,8		7,3						
OD	mg/L				1,3		4,0						
DBO	mg/L				19,8		1,2						
Fósforo Total	mg/L				0,24		0,15						
Amônia	mg/L				0,30		0,30						
Coliformes Termotolerantes	NMP/100mL				50000		24000						
Condutividade Elétrica	µS/cm				369		223						
Salinidade	ups				0,2		0,1						
Daphnia	FD ₅₀				1		1						
Classe na CONAMA 357/05													
Classe	-				2		2						
Índices e Indicadores de qualidade													
OD saturação	%				18		52						
Qualidade	-				MP		P						
IET rio	-				EU(62)		EU(60)						
Ecotoxicidade	-				NT		NT						
Risco de salinidade	-				B		B						
Pluviometria em Ipojuca - Fonte: APAC													
Total mensal	mm	91	207	133	341	315	307	123	183	232	225	25	76
Média histórica	mm	85	128	226	288	222	329	289	180	105	44	36	42

Fonte: CPRH, 2014

Para as estações IP - 97 e 99 a CPRH realizou apenas uma coleta que foi feita no mês de abril 2014. Os resultados encontram-se nos Quadros 6 e 7 abaixo.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Quadro 6 – Qualidade da água no Rio Ipojuca IP -97

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IPOJUCA - ESTAÇÃO: IP-97														
Parâmetro	Unid.	Data e Hora das Coletas												
					10/04									
					11:58									
Temperatura	°C				27									
pH	-				8,2									
OD	mg/L				6,0									
DBO	mg/L				2,7									
Fósforo Total	mg/L				0,15									
Amônia	mg/L				0,53									
Nitrito	mg/L				ND									
Nitrato	mg/L				ND									
Coliformes Termotolerantes	NMP/100mL				2600									
Condutividade Elétrica	µS/cm				28740									
Salinidade	ups				19,7									
Turbidez	UNT				2,5									
Fotobactéria	FD _i													
Clorofila a	µg/L				5,74									
Classe na CONAMA 357/05														
Classe	-				1SB									
Índices e Indicadores de qualidade														
OD saturação	%				75									
Qualidade	-				P									
Estuário e mar	-				AAA									
Pluviometria em Ipojuca (SUAPE) - Fonte: APAC														
Total mensal	mm	61	176	166	83	342	306	140	205	182	157	33	73	
Média histórica	mm	85	128	226	288	222	329	289	180	105	44	36	42	

Avaliação de qualidade: NC=não comprometida, PC=pouco comprometida, MC=moderadamente comprometida, P=poluída e MP= muito poluída
Estuário e mar: BAA=baixa ação antrópica, AAA=alta ação antrópica
Risco de salinidade do solo: B=baixo, M=médio, A=alto, MA=muito alto
Ecotoxicidade: NT=não tóxica, T=tóxica
Período chuvoso em negrito. Fonte: PERH
Valores em negrito e sublinhado não conformes com a classe de enquadramento segundo a Resolução CONAMA Nº 357/05

Fonte: CPRH, 2014

Quadro 7 – Qualidade da água no Rio Ipojuca IP -99

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IPOJUCA - ESTAÇÃO: IP-99														
Parâmetro	Unid.	Data e Hora das Coletas												
					10/04									
					10:25									
Temperatura	°C				27									
pH	-				8,2									
OD	mg/L				5,7									
DBO	mg/L				2,1									
Fósforo Total	mg/L				0,19									
Amônia	mg/L				0,18									
Condutividade Elétrica	µS/cm				49600									
Coliformes Termotolerantes	NMP/100mL				<200									
Salinidade	ups				36,3									
Turbidez	UNT				10									
Classe na CONAMA 357/05														
Classe	-				1 SL									
Índices e Indicadores de qualidade														
OD saturação	%				72									
Qualidade	-				P									
Estuário e mar	-				AAA									
Pluviometria em Ipojuca (SUAPE) - Fonte: APAC														
Total mensal	mm	61	176	166	83	342	306	140	205	182	157	33	73	
Média histórica	mm	85	128	226	288	222	329	289	180	105	44	36	42	

Avaliação de qualidade: NC=não comprometida, PC=pouco comprometida, MC=moderadamente comprometida, P=poluída e MP= muito poluída
Estuário e mar: BAA=baixa ação antrópica, AAA=alta ação antrópica
Ecotoxicidade: NT=não tóxica, T=tóxica
Período chuvoso em negrito. Fonte: PERH
Valores em negrito e sublinhado não conformes com a classe de enquadramento segundo a Resolução CONAMA Nº 357/05

Fonte: CPRH, 2014

Nas considerações sobre os dados acima, e também das outras estações onde foram feitas coletas, destacamos algumas conclusões feitas pela CPRH que constatou maiores inconformidades nos parâmetros de Fósforo Total - FT, Oxigênio Dissolvido – OD,

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Demanda Biológica de Oxigênio – DBO e de Coliformes Termotolerantes em função dos lançamentos de esgoto doméstico. Em relação ao IET – Índice do Estado Trófico predomina o estado Eutrófico. Na IP -95 (que está localizada a jusante da Usina Salgado em Ipojuca e próxima ao CIPS) e em outras estações, os valores de OD foram considerados críticos (OD <2mg/L) para as águas doces. Dessa forma, a CPRH conclui que há “há necessidade de priorizar ações de controle e fiscalização das fontes responsáveis pelo estado atual das águas da bacia do rio Ipojuca”. (CPRH, 2014, p. 82)

Com relação a bacia GL – 2, os principais usos de suas águas são para: Abastecimento público; Recepção de efluentes domésticos; Recepção de efluentes industriais e agroindustriais. O monitoramento do Rio Jaboatão e do Rio Duas Unas é feito através de nove estações distribuídas ao longo desses rios. Dessas, apenas uma estação encontra-se dentro da área do presente trabalho que é a estação JB – 75 (zona estuarina) localizada no bairro de Pontezinha no Cabo de Santo Agostinho. Ao todo foram realizadas três coletas nos meses de janeiro, março e maio de 2014. Os resultados para a referida estação estão no Quadro 8 abaixo.

Quadro 8 – Qualidade da água no rio Jaboatão (bacia GL – 2) JB - 75

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JABOATÃO - ESTAÇÃO: JB-75													
Parâmetro	Unid.	Data e Hora das Coletas											
		16/01 11:50		12/03 11:30		22/05 11:20							
Temperatura	°C	27		27		26							
pH	-	6,9		7,1		6,9							
OD	mg/L	0,9		1,3		≤0,5							
DBO	mg/L	31,9		10,1		20,2							
Fósforo Total	mg/L	0,37		0,34		0,32							
Amônia	mg/L	ND		3,89		2,25							
Coliformes Termotolerantes	NMP/100mL	11000		50000		90000							
Clorofila a	µg/L												
Turbidez	UNT	4,0		6,1		20,0							
Nitrito	mg/L	ND		ND		ND							
Nitrato	mg/L	0,05		ND		ND							
Condutividade Elétrica	µS/cm	1069		464		363							
Salinidade	ups	0,6		0,2		0,2							
Classe na CONAMA 357/05													
Classe		1 SB		2		2							
Índices e Indicadores de qualidade													
OD saturação	%	11		16		6							
Qualidade	-	MP		MP		MP							
IET - rio	-	-		SE(64)		SE(64)							
Risco de salinidade	-	-		B		B							
Estuário e mar	-	AAA		-		-							
Pluviometria em Cabo de Santo Agostinho (Barragem Gurjaú) - Fonte ITEP - LAMEPE													
Total mensal	mm	127	222	185	227	336	314	152	218	252	317	62	63
Média histórica	mm	105	131	217	245	298	294	344	192	125	47	41	71

Avaliação de qualidade: NC=não comprometida, PC=pouco comprometida, MC=moderadamente comprometida, P= poluída e MP= muito poluída
Risco de salinidade do solo: B=baixo, M=médio, A=alto, MA=muito alto
Período chuvoso em negrito. Fonte: PERH
Valores em negrito e sublinhado não conformes com a classe de enquadramento segundo a Resolução CONAMA N° 357/05

Fonte: CPRH, 2014

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

De forma geral, as conclusões do monitoramento identificaram que o IET supereutrófico foi a condição predominante. Além disso, valores elevados de Coliformes Termotolerantes e Fósforo Total indicando a presença de efluente doméstico na maior parte do trecho que foi monitorado. Assim, a CPRH conclui que “evidencia-se a necessidade premente de controle e fiscalização das fontes responsáveis pelo estado atual das águas da bacia do rio Jaboatão”. (CPRH, 2014, p. 66).

Um fato estranho neste monitoramento da CPRH é a não existência nos relatórios, de dados detalhados sobre a qualidade da água do Rio Pirapama que compõe a GL – 2 e é fundamental para o abastecimento da RMR. No entanto, no site da CPRH¹⁸ observa-se que, além das estações já citadas na GL -2 existem as estações PP 42, 68, 75 e 80 ambas no Rio Pirapama e em seu afluente, o rio Gurjaú onde há apenas referência ao IET e o risco de salinidade. Nessas estações o IET variou de eutrófico a mesotrófico enquanto que o risco de salinidade manteve-se baixo¹⁹.

Pelo fato de análises mais atualizadas não estarem disponíveis no site da CPRH, os dados apresentados nos Quadros 4, 5, 6, 7 e 8 são por demais ilustrativos uma vez não permitem maiores considerações sobre o real estado da qualidade das águas nas bacias GL – 2 e do Ipojuca o que sem dúvida, dificulta o entendimento da dinâmica nestas bacias, principalmente quando se sabe que, há variações nos parâmetros por ocasião dos períodos de maior ou menor intensidade das chuvas.

A COMPESA também realizou monitoramento da qualidade da água para consumo humano, mas apenas nos seus reservatórios, barragens e ETAs. O último relatório foi produzido em 2015 e observou os parâmetros utilizados neste monitoramento (cor, turbidez, coliformes totais, e-coli e cloro residual) obedecendo a Portaria 2914/11 do Ministério da Saúde.

¹⁸ Disponível em:

<www.cprh.pe.gov.br/Controle_Ambiental/monitoramento/qualidade_da_agua/bacias_hidrograficas/resultados_monitoramento_bacias/grupo_de_bacias_gl2/41786%3B69830%3B480301020303%3B0%3B0.asp> acesso em 05/10/2016 às 10:38 horas.

¹⁹ Para um detalhamento dos parâmetros de qualidade da água acessar os dados disponíveis em <www.cprh.pe.gov.br/Controle_Ambiental/monitoramento/qualidade_da_agua/bacias_hidrograficas/indicadores_e_indicadores/41786%3B62721%3B4803010201%3B0%3B0.asp>

2.3 Dinâmica e Impactos Socioambientais

A dinâmica da área de estudo possui relação direta com o processo de ocupação e crescimento econômico-urbano-industrial de Suape. Dessa forma, as intervenções no meio natural, bem como, os impactos decorrentes seguem a lógica da economia pernambucana ao longo da história. Até meados do século XX a área de Suape possuía uma ocupação discreta e a cana-de-açúcar era a atividade econômica predominante e responsável pelas transformações paisagísticas existentes (substituição da mata atlântica pela monocultura em larga escala). A partir da década de 1940 e, sobretudo, a partir de 1970 as intervenções foram aceleradas alterando mais intensamente a paisagem e repercutindo os impactos socioambientais.

Os impactos observados estão concentrados próximos aos estuários dos rios com soterramentos de manguezais, retirada de vegetação natural, dragagens, alterações físicas e biológicas nos corpos hídricos, processos erosivos e sedimentológicos etc. A montante dos estuários temos a presença cana-de-açúcar, ocupações urbanas e retirada dos morros ou colinas para construção de galpões e empresas de diversos ramos.

Sobre os impactos na zona costeira e suas especificidades, Andrigetto Filho (2004) chamou a atenção para o fato de:

A zona costeira se caracteriza, portanto, por sua tridimensionalidade, pelo encontro das águas (doces e salgadas) com a terra e a atmosfera, e por sua “fluidez”, de água e de ar, mas também de gente, embarcações, mercadorias e significados. Como espaço físico, é de certa forma indeterminado, já que a definição de limites físicos passará sempre por uma escolha social mais ou menos arbitrária. É antes um território culturalmente construído do que um espaço fisicamente dado. (p. 189)

O estudo encomendado pelo Governo do Estado na época das primeiras instalações do CIPS, denominado de PECCIPS – Plano Ecológico e Cultural do CIPS, sobretudo seu volume relativo a Síntese Ecológica (CONDEPE, 1983) apresentou dados referentes as áreas mais próximas do núcleo central do CIPS dividindo esta área em três zonas, atestando o seguinte:

- A zona I – Baía de Suape e Cabo de Santo Agostinho – tem características muito parecidas com a zona II;

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

- Na Zona II – rios Massangana e Tatuoca - há pouca variação de temperatura e o pH oscila entre 6,9 e 8,35 com baixo teor de Oxigênio Dissolvido – OD; Esta zona apresenta ainda, moluscos com alto valor nutritivo e muito sujeitos às alterações na qualidade da água;
- A zona III tem pouca variação de temperatura com variações de salinidade. Já o pH apresenta variações nas estações seca e na chuvosa.

O estudo identificou que “a destruição da vegetação em geral, dos mangues em particular, acarretaria a ruptura de uma cadeia alimentar que termina na maioria das espécies de valor comercial e no próprio homem” (CONDEPE, 1983, p. 23). E ainda que, as maiores consequências da instalação do CIPS foram alterações na topografia e hidrologia. As topográficas se referem à alteração do traçado do arrecife de Suape e dos canais fluviais e aterros nas áreas de mangues. Por consequência, as hidrológicas são também modificadas, no que tange a influência marinha e ao hidrodinamismo e à salinidade, OD, turbidez.

O estudo reconhecia ainda a sua limitação no dimensionamento dos impactos em função de que, à época, não haver detalhamento sobre o plano de máxima ocupação territorial, ou seja, o plano piloto (CONDEPE, 1983, p. 24).

Braga, Uchoa & Duarte apontaram no final da década de 1980 que os treze estuários da costa pernambucana apresentavam níveis de destruição distintos apresentando, no caso do Beberibe uma destruição quase completa e, no caso do Sirinhaém que fica próximo a Suape, uma destruição de menor intensidade (BRAGA, UCHOA & DUARTE, 1989).

Neste trabalho, os autores reforçam os dados que apontam a supressão de manguezais em função da instalação do CIPS, destacando que: Em 1974 havia no complexo estuarino de Suape 2.874 hectares de manguezais. Em 1988 haviam 598 hectares suprimidos e 27 hectares estavam em processo avançado de degradação. Ou seja, em quatorze anos foram suprimidos ou degradados aproximadamente de 22% dos manguezais (BRAGA, UCHOA & DUARTE, 1989).

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

O estudo também apontou áreas de recomposição de manguezais, mas destaca que, dentro da área de jurisdição do CIPS, 60% dos manguezais estavam degradados, tendo como principais causas as obras de aterramento, dragagens e represamentos (BRAGA, UCHOA & DUARTE, 1989).

A importância dos manguezais passou a ser considerada a partir do conceito de *outwelling* desenvolvido por Odum e Teal nos manguezais da Flórida - EUA na década de 1960, conceito este que contribuiu para a ideia dos manguezais como suporte para a rede trófica e sustento para as pescarias nos estuários. (LANA, 2004)

Outro estudo realizado por Pessoa et al. (2009) analisou o impacto da dinamitação da linha de recifes e posterior dragagem da baía de Suape sobre a comunidade de zooplânctônica dos estuários do Rio Tatuoca e Massangana. Os autores identificaram o aumento da salinidade, mudança no ciclo das marés, entre outros impactos, o que provocou na área estuarina o predomínio de comunidade nerítica, ou seja, oriunda da parte oceânica.

Já o estudo de Koneing *et al.* (2002) analisou os impactos do CIPS na comunidade fitoplânctônica no estuário do Rio Ipojuca. A autora destaca que com a construção do molhe para atracagem dos navios, a comunicação dos rios Ipojuca e Merepe com o mar foi bloqueada o que ocasionou inundações à montante. Para minimizar a situação foi feita uma abertura no recife para penetração do mar e como consequência, verificou-se um retardo de mais de duas horas na maré dinâmica, onde a baixa-mar dura em média oito horas e a preamar 4 horas apenas. Estas alterações transformaram o estuário do Rio Ipojuca numa laguna dada a pouca profundidade em função do assoreamento e da deposição de sedimentos. Em função disto, o aumento da salinidade, da turbidez e a diminuição da transparência na água dificultaram o desenvolvimento dos fitoplânctons, que são o primeiro elo da cadeia trófica e que contribuem para a produção primária e fonte de alimentos para animais.

Embora a Empresa Suape tenha realizado alguns estudos visando dimensionar e compensar os impactos ambientais decorrentes da construção e ampliação das instalações do CIPS, vários outros estudos desenvolvidos no âmbito das Universidades e Organizações Não Governamentais tem paulatinamente mostrado as limitações desses

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

estudos realizados pela Empresa Suape. Almeida (2003) analisou as deficiências dos estudos de impactos ambientais – EIAs no Brasil e especificamente em Suape destacando que:

A maioria dos portos brasileiros de maior porte foi construída no início do século XX, e por isso não foram submetidos à análise ambiental para sua implantação. O licenciamento ambiental dos mesmos foi realizado posteriormente sob condições específicas, já que o processo estabelecido atualmente exige a consideração da alternativa de não realização do empreendimento na elaboração do EIA, o que seria impossível. (ALMEIDA, 2003, p. 17)

A autora identificou que em 1975 o I Plano Diretor de Suape previa a existência de 30 mil hectares de zonas agrícolas e florestais que por questões financeiras foram reduzidas para mil hectares,. Também estava prevista a existência de 6 mil hectares de zonas de preservação ecológica (ALMEIDA, 2003)²⁰.

Posteriormente ao I Plano Diretor de Suape foram desenvolvidos ao longo da implantação vários estudos e ações com foco socioambiental. No entanto, conforme Almeida (2003) as recomendações desses estudos feitas até aquele momento não foram acatadas em sua maioria e que tais documentos podem ser encarados muito mais como legitimadores do funcionamento do CIPS que propriamente documentos de melhoria da qualidade ambiental.

Destacamos aqui o Programa Águas de Suape lançado em 2015 que tem como objeto o Riacho Algodoados (GL 2) que corta a área central do CIPS e como objetivo sua recuperação e também, a identificação e preservação das nascentes. O programa prevê três ações: Projeto Nascentes, Projeto Jardins Filtrantes e o Pannel de Qualidade Ambiental dos Recursos Hídricos. Na implantação o Programa tem a parceira do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, mas sua concepção é da Empresa Suape sem qualquer participação de outros organismos ou entidades ambientais e de recursos hídricos atuantes na área.

²⁰ De acordo com a Empresa Suape 59% do território do CIPS são de áreas de preservação ambiental. Possui atualmente mais de 1000 hectares de mangue, restinga e mata atlântica em recuperação. Informações disponíveis em <www.suape.pe.gov.br/pt/meio-ambiente/desenvolvimento-com-sustentabilidade>. Acesso em 15/01/2017.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Moretti & Cox (2016) apresentam no (Quadro 9) abaixo a síntese das principais intervenções feitas em função da instalação do CIPS e os impactos socioambientais decorrentes:

Quadro 9: - Principais acontecimentos e Impactos socioambientais ocorridos em função da Instalação do CIPS.

ANO: INTERVENÇÃO/ACONTECIMENTO	IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS
1977: Início de desapropriação das primeiras terras, que viriam a totalizar os 13.500 hectares atuais.	- Retirada de parte da população do local de onde garantiam fonte de renda e sobrevivência; - Não pagamento correto das indenizações; - Não cumprimento da transferência de moradores para moradia em outras áreas.
1979: Dragagem do istmo de Cocaia formando a ilha de Cocaia;	- Alteração no fluxo das águas provenientes do Rio Tatuoca (em sua foz); - Impactos diretos sobre a pesca no estuário do Rio Tatuoca.
1979: Aterro do trecho entre o arrecife e o continente, bloqueando a foz do Ipojuca para construção do Parque de Tancagem;	- Bloqueio da foz do Rio Ipojuca, alterando toda a dinâmica do fluxo de água do referido rio. - Impacto direto sobre organismos aquáticos que se utilizavam da foz do Rio Ipojuca para reprodução. - Impactos diretos sobre a disponibilidade de pescados.
1982 – 2013. Implantação de rodovias e ferrovias (atividades que vem se desenvolvendo até os dias atuais).	- Supressão e aterramento de grandes áreas de mangue e restinga presentes na área de abrangência do CIPS. - Impactos diretos sobre a fauna e flora local.
1996 e 1997: Início das obras de dragagem e abertura do cordão de arrecifes; Abertura de 300m na linha de arrecifes para permitir acesso aos futuros cais internos a serem construídas nas fozes dos rios Tatuoca e Massangana;	- Aumento da turbidez da água no estuário dos rios Massangana e Tatuoca; - Alteração no fluxo e padrão de escoamento da água na foz dos rios Massangana e Tatuoca, ao criar um segundo local para saída da água proveniente desses rios; - Impactos diretos sobre a disponibilidade de pescados;
1997: Dragagens dos canais e bacias de navegação; Abertura do canal de navegação – Tatuoca;	- Aumento da turbidez da água no estuário dos rios Massangana e Tatuoca; - Impactos diretos sobre a disponibilidade de pescados.
2005: Estaleiro Atlântico Sul (acesso provisório por meio de enrocamento).	- Supressão de manguezal para implantação do estaleiro. - Barramento direto no rio Tatuoca, sendo o escoamento da água, atualmente, feito por meio de tubulações. - Alteração no movimento das marés e interação da mesma com o rio Tatuoca; - Impactos diretos sobre a disponibilidade de peixes e crustáceos. - Prejuízo as atividades produtivas tradicionais dos habitantes da ilha de Tatuoca (pesca artesanal, captura do camarão, do caranguejo, da ostra, etc.).
2011: Início da Dragagem para implantação do Estaleiro Promar.	- Aumento da turbidez da água dos rios Massangana e Tatuoca; - Supressão de manguezal e restinga na área; - Abertura de uma bacia de manobras para os navios construídos no futuro estaleiro, alterando o padrão de circulação da água no local; - Impactos sobre a disponibilidade de pescados na área; - Impactos sobre o fluxo de turistas no bar do “biu”,

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

	localizado na ilha de Tatuoca, próximo ao local da dragagem
2012-2014: Dragagem do Canal de Acesso Externo	- Disposição do material dragado em bota fora oceânico, aumentando turbidez; -Aumento da turbidez da água na área de dragagem.

Fonte: Alterado de Moretti & Cox (2016, p. 103)

Não se pode dizer que os planejadores de Suape não sabiam dos impactos que seriam gerados na dinâmica natural e socioambiental. Clóvis Cavalcanti um dos mais renomados economistas pernambucanos acompanhou todo o processo de instalação do CIPS e liderou na década de 1970 um grupo multidisciplinar de estudiosos não tão otimistas com o empreendimento. Este grupo ousou levantar questões socioambientais num momento em que no Brasil estas questões sequer engatinhavam dentro das políticas de governo.

No documento intitulado “Desenvolvimento a todo custo e a dimensão ambiental: o conflito do complexo industrial-portuário de Suape, Pernambuco” Cavalcanti (2008) relata alguns embates travados através da imprensa entre seu grupo e os defensores de Suape e destaca que a área possuía elementos naturais muito convidativos e dotada de uma beleza cênica particular, ao ponto de, em 1836 Charles Darwin destacar sua linearidade e simetria. Destaca ainda que não houve consulta prévia sobre o projeto e, como estratégia de desacreditizar os opositores, alguns cientistas, técnicos e políticos chegaram a acusá-los de ser contra o progresso de Pernambuco (CAVALCANTI, 2008).

Passados alguns anos da concepção do projeto do CIPS e sua efetivação, podemos verificar que estas duas visões em relação ao CIPS (Otimismo governamental x ambientalismo crítico) continuam a suscitar estudos e debates na atualidade. Os estudos realizados por Pérez & Gonçalves (2012) destacam os conflitos envolvendo os antigos moradores de Suape (área central e entorno) e a Empresa Suape (administradora do CIPS). De acordo com os autores, no ano 2000 eram 25 mil moradores distribuídos em 27 engenhos que sofriam pressão para sair de suas terras. Os que permanecem tem seu modo de vida alterado drasticamente e enfrentam limitações impostas pela Empresa como: proibição de construir novas moradias, reformar suas casas, ampliar suas plantações etc. (PÉREZ & GONÇALVES, 2012)

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Lemos & Jesus (2015) realizaram um estudo sobre os conflitos por terras no Engenho Massangana no município do Cabo de Santo Agostinho e que fica dentro da área central de Suape e é tombado desde 1984 como Monumento Histórico de Pernambuco. As terras desse e de outros engenhos foram adquiridas em 1973 pela Cooperativa Tiriri (fundada na década de 1960) junto ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Na década de 1980 a Cooperativa vendeu todas as terras para a Empresa Suape. Os autores afirmam que esta negociação não foi/é transparente e que as primeiras desapropriações começaram em 1977 e desde então, as pressões/restrições sobre os antigos/novos moradores só aumentaram.

Da mesma forma, Silveira (2010) em seu trabalho junto as comunidades no entorno do CIPS identificou dois grandes grupos de conflitos: o primeiro representado pelos conflitos agrário-fundiários e o segundo, o que a autora especifica como conflitos socioambientais onde entre estes se encontram conflitos relacionados ao controle sobre os recursos naturais (terra, água, biodiversidade) e a destruição dos manguezais entre outros.

Situação semelhante é apresentada por Albuquerque & Raimundo (2013) ao analisarem os impactos sobre as áreas de comunidades tradicionais, como as da comunidade 11 Negras situada no Cabo de Santo Agostinho onde são verificadas queimadas para posterior terraplanagem e instalações de galpões empresariais, e desmatamentos, que descaracterizam e reduzem o Território da comunidade.

Cabe destacar que parte dos moradores dos Engenhos dentro da área de Suape passou por capacitações que envolveram processo de alfabetização e cursos técnicos para que os mesmos fossem empregados de Suape. No entanto, assim como a maioria dos empregos gerados, os que foram oferecidos aos moradores desses engenhos eram empregos temporários voltados para as atividades de construção, terraplanagem etc e que, como veremos adiante, foram gradativamente eliminados por causa da conclusão das principais obras (Estaleiros, Refinaria). Dessa forma, cabe destacar, por exemplo, o aspecto levantado por Marques (2014) em relação ao sofrimento mental e social dos moradores da Ilha de Tatuoca que foram capturados pela ficção do emprego formal e hoje se encontram desempregados e desterritorializados. A autora destaca no seu trabalho algumas falas de moradores da Ilha nas quais há os relatos das estratégias de

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

sobrevivência desses moradores quando, antes de Suape, os mesmos plantavam, colhiam frutos e pescavam (peixes e caranguejos), atividades estas que hoje estão limitadas e difíceis de serem reproduzidas gerando um quadro de exclusão social. Ainda de acordo com o estudo, os moradores de Tatuoca relatam que as águas de cacimbas que os mesmos utilizavam para as atividades cotidianas estão secando em função dos diversos aterros feitos pelo CIPS.

Scott; Santos & Souza (2013) reforçam as mudanças ocorridas em função da migração para Suape no período das grandes obras (2007-2012) e como este processo repercutiu na questão de gênero atingindo principalmente as mulheres jovens. As autoras identificaram choques culturais e desconfiança entre os moradores para com os “baianos”²¹ e uma tendência de aumento da população masculina diferentemente do que ocorria em outras cidades do Estado.

No caso dos impactos em relação ao Território e aos Recursos Hídricos, Filho (2010 p.84) ressalta a dificuldade em se dimensionar a problemática e destaca que:

O impacto do complexo industrial transcende o âmbito da gestão municipal, assim como a escala estadual e regional. Existe um descompasso temporal e espacial reforçado pela ausência de uma unificação na e da base informacional resultante de uma superposição de regionalizações e recortes espaciais. O conflito entre a regionalização do IBGE, por um lado, em relação a regionalização por bacias hidrográficas, de outro lado, além da própria base municipal, colabora para uma impossibilidade de compreensão da totalidade.

Embora os municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca possuam algumas especificidades, não é possível compreender sua dinâmica dissociando-os da dinâmica da RMR. Neste sentido, sobretudo os aspectos sociais e econômicos possuem relação direta com o processo de urbanização da RMR que atualmente possui 14 municípios e cerca de 3,7 milhões de habitantes e uma área de 2.774 km².

O trabalho organizado por Souza, Bitoun & Ribeiro (2015) com a participação de diversos estudiosos de diversas áreas do conhecimento através do Observatório das Metrópoles, traçou uma análise aprofundada e atual dos principais indicadores e processos na RMR, bem como, do estágio atual de governança metropolitana. Para os

²¹ Segundo as autoras, Baianos é um termo usado tanto especificamente quanto genericamente a todos os trabalhadores que vieram de outros estados para trabalhar em Suape.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

autores, após um período de estagnação nas décadas de 1980 e 1990, a partir de meados 2000 a RMR passa a vivenciar um novo ciclo de dinamização econômica através de grandes empreendimentos (O CIPS é um deles com o anúncio da construção da Refinaria Abreu e Lima) feitos pelo governo federal. Este “novo” processo favoreceu os municípios periféricos (Ipojuca em especial) enquanto que Recife vem perdendo espaço relativo na composição do PIB estadual. A partir deste trabalho apresentamos a seguir os principais aspectos da dinâmica de Suape em relação aos indicadores socioeconômicos, demográficos e ambientais.

Para o período 1991- 2010 as taxas de fecundidade total - TFT e de mortalidade infantil - TMI do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (Quadro 10) comparados com Recife foram respectivamente de acordo com Lyra & Vasconcelos (2015):

Quadro 10 – Síntese dos indicadores demográficos

Indicadores	Municípios					
	Cabo de Santo Agostinho		Ipojuca		Recife	
	1991	2010	1991	2010	1991	2010
TFT	2,6	1,7	3,4	2,5	2,3	1,4
TMI	55,4	17,2	66,9	22,8	42,8	15,6
Esp. de Vida	63,5	73,7	60,8	71,4	65,6	74,5
Índice de envelhecimento	14,9	32,4	13,2	22,3	25,7	56,6

Fonte: Lyra & Vasconcelos (2015)

Os autores destacam que na RMR as maiores reduções na mortalidade infantil foram justamente no Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. No período analisado (1991-2010) estes municípios também detinham o maior número de população jovem, visto que os imigrantes estão em sua maioria na faixa entre 25 - 49 anos. Com relação as migrações, os autores destacam que em função do CIPS os saldos migratórios variaram no mesmo período de 486 a 5940 para o Cabo de Santo Agostinho e de 110 a 2231 para Ipojuca. (LYRA & VASCONCELOS, 2015)

Ainda sobre a Mortalidade Infantil, o Nordeste em 2007 tinha um percentual de 35,6% e Pernambuco 38,4% (LEÃO, 2011). Para o Cabo de Santo Agostinho os dados são de

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

2010, onde o município possuía 17,2% e Ipojuca no mesmo ano 22,80%. (CONDEPE, s.d.). O quadro 11 a seguir apresenta a síntese comparativa de alguns indicadores.

Quadro 11 – Síntese de Indicadores (Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Pernambuco, NE e Brasil)

Municípios Pernambuco Brasil	Indicadores					
	Índice Gini (2010)	PIB per capita em R\$ (2012)	IDH-M (2010)	Expectativa de vida (2010)	Tx. Geométrica anual de cresc. da população (2010)	
					Urbana	Rural
Cabo de Santo Agostinho	0,53	31.742	0,686	73,74	2,24	-0,7
Ipojuca	0,5	138.273	0,619	71,44	4,01	0,98
Pernambuco	0,464	13.138	0,673	72,32	1,06	
Nordeste	0,540 (2007)	6.029 (2006)	*	69,7 (2007)	1,1 (2007)	
Brasil	0,498 (2013)	22.646	0,744 (2013)	73,3 (2012)	1,64 (2000)	

Elaborado a partir de: IBGE (Pnad 2012, SIS_2014), PNUD 2013, CONDEPE/FIDEM (Perfis Municipais do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca - 2014, Banco de Dados do Estado de Pernambuco)

*Não encontrado.

Embora a taxa de crescimento populacional ao ano da RMR venha decaindo (passou de 1,6% a.a entre 1991-2000 para 1,2% a.a entre 2000-2010) os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca apresentaram entre 2000 – 2010 as taxas de 1,9% a.a e 3,1% a.a respectivamente.

Com a conclusão de parte dos grandes empreendimentos, a partir do final de 2012 começou um processo acelerado de desmobilização de trabalhadores o que tem repercutido na dinâmica populacional dos dois municípios que integram Suape, bem como, dos municípios circunvizinhos que compõem o Território Estratégico de Suape. No entanto, embora as evidências empíricas sejam notáveis (grande quantidade imóveis desocupados e que antes estavam em sua maioria alugados para empresas, reduzida presença cotidiana dos “baianos”) não foi possível identificar até a conclusão deste trabalho, estudos que expusessem melhor os números desta dinâmica.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

De acordo com Rosa & Oliveira (2015) a RMR contava com cerca de R\$ 78,5 bilhões para investimentos no período 2007-2016, o que representa 75,3% de todo investimento previsto para o Estado. Deste valor, R\$ 58,3 bilhões serão destinados a empreendimentos no Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Isto reforça a importância de Suape no contexto da economia pernambucana e sua capacidade de canalizar/concentrar investimentos.

Em relação ao Produto Interno Bruto – PIB, os dados da CONDEPE/FIDEM apontam que em 2011 Ipojuca tinha uma participação no PIB estadual de 9,16% e o Cabo de Santo Agostinho uma participação de 5,17%. A título de comparação, estes números no ano de 2006 eram 7,8% e 5,10% respectivamente. Tal crescimento no período 2006-2011 deve-se a consolidação dos investimentos e obras no CIPS, sobretudo da Refinaria Abreu e Lima.

Quanto a composição setorial do PIB os setores da Indústria e dos Serviços para Ipojuca tinham em 2012 uma participação de 99,83% (32,01% e 67,82% respectivamente) e no Cabo de Santo Agostinho estes setores participavam com 99,75% (55,31% e 44,44% respectivamente). Com exceção do Cabo de Santo Agostinho onde a atividade industrial superou o setor de serviços em 2012, na RMR a composição do PIB deve-se fundamentalmente as atividades terciárias.

Ainda sobre o comportamento do PIB, Ribeiro *et. al.* (2013) analisaram comparativamente o crescimento em Suape, Pernambuco, Nordeste e Brasil no período 2005-2010 para o qual foram apresentados os seguintes percentuais: Suape (12,31%), Pernambuco (11,36%), Nordeste (10,38%) e Brasil (9,84%). As taxas de crescimento do PIB pernambucano e de Suape foram ascendentes no período 2002-2013, mas a partir de 2014 passa a ocorrer uma desaceleração desse crescimento e em 2015, o PIB passa a ter sucessivas quedas²².

Em relação aos indicadores sociais, vale destacar que o IDHM – índice de desenvolvimento humano municipal do Cabo de Santo Agostinho variou de 0,427 em 1991 para 0,686 em 2010. Já o de Ipojuca, foi de 0,332 em 1991 para 0,619 em 2010,

²² Ver <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/03/em-2015-pib-de-pernambuco-teve-maior-queda-dos-ultimos-28-anos.html>

isto os coloca à frente da maioria dos municípios do Estado, mas, no caso de Ipojuca, ainda abaixo da média estadual que era 0,673 em 2010.

O comportamento da renda per capita é ainda mais expressivo, pois no caso de Ipojuca, há uma enorme disparidade sendo superior a mais de dez vezes a média do Estado. O Quadro 11 abaixo traz uma síntese dos principais indicadores para Suape, Brasil, Nordeste e Pernambuco.

De modo geral os dois municípios seguem a tendência nacional de melhoria nos principais indicadores sociais e econômicos. Os maiores avanços são constatados na educação e na expectativa de vida e as maiores distorções ocorrem na renda per capita e no índice Gini que são justamente, indicadores da concentração de renda onde os avanços não foram tão significativos.

Santos (2015) analisou o comportamento do IBEU – Índice de Bem-Estar Urbano local que contempla as dimensões mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos urbanos (entre eles o fornecimento de água) e infraestrutura urbana na RMR. O IBEU varia de 0 a 1 sendo que os valores mais próximos de 0 correspondem aos piores índices enquanto que os valores mais próximos de 1, tem-se os melhores índices. O autor identifica que das 15 regiões metropolitanas brasileiras que foram pesquisadas, a RMR ficou entre as três piores na dimensão atendimento de serviços coletivos urbanos (0,363). Quando se considera apenas o serviço de atendimento de água, a RMR fica na quinta pior situação. O autor destaca ainda que esses valores podem ainda ser piores uma vez que a metodologia do IBGE para o IBEU considera, por exemplo, o atendimento a água as residências que estão regularmente ligadas a rede de distribuição, não considerando, portanto, o regime de intermitência no abastecimento que é tão presente na RMR sobretudo nas áreas de morros do Recife.

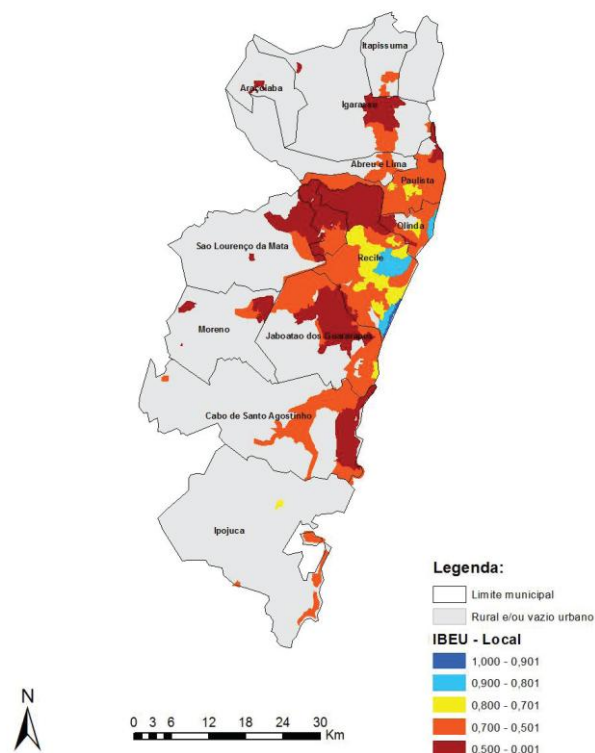
A figura 14 apresenta o IBEU da RMR e nota-se que, os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, nas áreas avaliadas, ou seja, basicamente os núcleos centrais das cidades e o litoral, incluindo as áreas do CIPS, apresentam IBEU baixos o que demonstra que seus indicadores não acompanham no mesmo ritmo o *boom* econômico que se verificou, e de certa forma ainda se verifica, nestes municípios.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Diante do dinamismo assumido pelo CIPS e também, em função da conjuntura política e econômica, estes projetos têm sofrido ajustes em suas proposições e algumas de suas projeções ou não foram alcançadas ou foram rapidamente superadas. Isto tem proporcionado constantes alterações na configuração territorial dos municípios como forma de adequação direta ou indireta às necessidades oriundas da instalação de novos empreendimentos. Destacamos aqui, principalmente as alterações feitas na paisagem dominada pelos Mares de Morros (feição geomorfológica predominante na zona da mata pernambucana) para dar lugar aos grandes galpões de logística, empreendimentos imobiliários, e também, para as vias de acesso rodoviárias e ferroviárias necessárias ao escoamento de matéria prima e da produção e ao transporte dos trabalhadores.

Figura 14 – IBEU da RMR

**Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU - Local)
Região Metropolitana de Recife - 2010**



Fonte: Santos (2015)

Destacamos ainda que o licenciamento ambiental do CIPS data de 1999, ou seja, mais de 20 anos após sua concepção. Mas, diversos termos aditivos vem sendo solicitados,

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

principalmente em relação a retirada de áreas de manguezais e outras vegetações nativas para expansão do CIPS.

Assim, Silva & Silveira (2013, p. 118) afirmam:

(...) Podemos perceber, entretanto, que a noção de progresso envolvida nas práticas de re (des)ordenamento do território costeiro, em Pernambuco, cria seu próprio fatalismo. O discurso que vende a industrialização inconseqüente do litoral como *necessidade* é o mesmo que, em um passado recente, vendeu a carcinocultura e há 500 anos continua vendendo a agroindústria da cana-de-açúcar.

Suape configura-se ainda hoje como o polo de maior crescimento na economia pernambucana e seus impactos ultrapassam os limites dos municípios onde o CIPS está instalado. Todavia, sua dinâmica tem submetido os Territórios a constantes adaptações em função dos empreendimentos do presente e também futuros. Em função disto, os impactos socioambientais estão presentes no cotidiano da paisagem e das pessoas o que suscita várias discussões dentre elas, a forma como se estabelece a Governança das Águas diante de um contexto acelerado de alterações em sua dinâmica natural e socioambiental.

CAPÍTULO III

SUAPE: DO CONTEXTO DAS IDEIAS INICIAS À INSTALAÇÃO DO CIPS

A concepção e instalação do CIPS em Suape não foi obra do acaso. Um empreendimento deste porte foi estrategicamente disputado e negociado diante de estratégias de planejamento distintas pensadas ao longo do tempo no âmbito do governo federal e estadual.

A busca pelo crescimento faz pensar sobre seus condicionantes ou determinantes e também sobre seus objetivos. Tanto na perspectiva liberal-capitalista quanto na socialista, a participação do Estado mostra-se fundamental. De forma geral, a perspectiva liberal-capitalista defende um Estado que não interfira diretamente nos rumos da Economia de Mercado deixando que esta por si só, alcance os objetivos do crescimento. Mas, contraditoriamente, é o Estado que tem sido acionado como ente garantidor das condições de expansão e manutenção do capital, ao mesmo tempo em que, é o responsável pela garantia de melhores condições de vida para a população. Recorre-se ao Estado como aquele que possui maior capacidade de estabelecer as condições para a produção, reprodução e acumulação do capital e, uma vez estabelecidas estas condições, exige-se que o Estado não interfira mais.

Crescimento (econômico, urbano, industrial) e Desenvolvimento (estratégico, sustentável) são dois conceitos que muitas vezes são colocados como equivalentes. Embora a literatura mostre que há diferenças, ambos tornaram-se presentes como objetivos das políticas adotadas em todos os níveis de planejamento. Não raras vezes a utilização de um destes conceitos seguidos de adjetivos mais “politicamente corretos” (integrado, sustentável, estratégico, local etc) não reproduz de fato os reais interesses e finalidades.

O relatório do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013) considera como os três motores do desenvolvimento: A) Existência de um Estado proativo orientado para o desenvolvimento; B) Capacidade de integração aos mercados mundiais e, C) Inovação sustentada da política social.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

O Estado orientado para o desenvolvimento é aquele que possui um governo ativista e, frequentemente, uma elite política que encara o desenvolvimento econômico rápido como o seu principal objetivo. Enquanto que a elevada taxa de crescimento e a melhora na qualidade de vida da população conferem a classe política sua legitimidade (PNUD, 2013).

O PNUD (2013) retoma a discussão das diferenças entre Desenvolvimento e Crescimento. Nos relatórios de 1993 e 1996 discutiu-se que a relação entre crescimento e desenvolvimento humano não é automática. O documento destaca que a maioria dos arranques no crescimento não resultou de grandes reformas econômicas, e a maioria das reformas econômicas não gera um arranque no crescimento. É preciso que se tenha uma política em favor dos pobres que contribua para o investimento na saúde e na educação, a criação de mais postos de trabalho dignos, a prevenção da sobre-exploração e do esgotamento dos recursos naturais, a garantia do equilíbrio de gênero e da distribuição equitativa de riqueza, e a prevenção da desnecessária deslocação de comunidades. Ainda segundo o PNUD (2013) permitir a representação e a participação é um dos pré-requisitos políticos para os países em desenvolvimento, bem como, enfrentar os desafios ambientais.

Enquanto o conceito atual de desenvolvimento tem uma abrangência maior incluindo a melhoria dos indicadores sociais e econômicos, o crescimento (urbano, industrial, econômico) historicamente remete apenas a economia, ou seja, crescer não significa obrigatoriamente distribuir renda.

Para Cardoso (2007) Estado e Mercado são historicamente, os dois grandes atores do desenvolvimento das nações. Ele identifica que no pós-guerra as ideias de Keynes fundamentaram a intervenção do Estado nas economias a partir de dois modelos: O modelo do Estado de Bem-Estar Social, nos países já desenvolvidos e o Estado Desenvolvimentista na América Latina e Ásia.

Analisando o percurso do desenvolvimento, o autor destaca que quanto mais tardio foi o desenvolvimento de um país, maior foi a intervenção do Estado que assume o papel de regulador, financiador, planejador e empresário (CARDOSO, 2007). Neste processo, o racionalismo construtivista embasou a visão utilitarista do Estado não respeitando

limites impostos pela natureza e pela história, nem fomentou a participação social. Esse período compreende do pós-segunda guerra até a crise do petróleo nos anos 1970 (CARDOSO, 2007).

No caso da economia do Brasil, Brum (2000 *apud* CARDOSO, 2007) destaca 4 fases no seu desenvolvimento. A primeira fase corresponde a fase Primário-exportadora (1500-1930); A segunda, corresponde a tentativa de um desenvolvimento nacional e autônomo (1930 – 1964); Já a terceira fase, corresponde a ideia de um Desenvolvimento associado e dependente (1964-1990); e por último, a quarta fase corresponde a inserção na economia global assinalada a partir de 1990. Vale destacar ainda que, o início da fase desenvolvimentista dá-se com o lançamento do Plano de Metas em 1950 por Jucelino Kubitschek (CARDOSO, 2007).

Notadamente pós-segunda guerra mundial o Brasil passou a investir nas chamadas políticas de desenvolvimento regional. As ideias da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe foram colocadas como alternativa de superação das desigualdades regionais, sendo o Estado o principal ator de intervenção na economia. Procurava-se tirar o Brasil do grupo de países subdesenvolvidos e para isto, entre outras coisas, era necessário investir em infraestrutura (energética e de transportes), diversificar a economia etc.

É importante notar que o debate entre Desenvolvimento e Crescimento sempre esteve em pauta, isto porque o país necessitava urgentemente inserir-se na economia mundial e ao mesmo tempo, detinha indicadores sociais muito ruins.

Porto-Gonçalves (2011) em uma definição crítica-ambiental sobre o conceito atual de desenvolvimento mostra que se trata de um nome-síntese para dominação da natureza. Uma vez que ser desenvolvido é ser urbano, industrializado, ou seja, é afastar-se de tudo que é natural e aproximar-se dos constructos humanos como a cidade, a indústria. O autor acrescenta que esta ideia está presente tanto nos liberais, capitalistas, quanto nos social-democratas e socialistas.

Lisboa (2007) analisando especificamente a estratégia capitalista para alcançar o crescimento/desenvolvimento afirma que:

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

A partir da segunda guerra, o capitalismo procurou descortinar novos mercados que pudessem representar possibilidades de realização da produção de mais-valia. Ao se mobilizar, o sistema de produção procurou abrir novas áreas para a redução de custos de circulação e comunicação, quer dizer, novos espaços de realização do trabalho, num processo que impôs a contração das distâncias espaciais em relação ao tempo de modo a maximizar a lucratividade do capital. (p. 115)

As tentativas de colocar o Brasil numa posição de destaque até meados de 1980 terminaram por aprofundar as desigualdades regionais, provocando grandes deslocamentos populacionais, sobretudo oriundos do Norte-Nordeste em direção ao Sul-Sudeste. Mesmo com a criação de algumas iniciativas, estas se mostraram insuficientes para resolver o atraso histórico (FILHO, 2011).

No Brasil no período de 1945 a 1973 o desenvolvimento foi concebido como sinônimo de crescimento econômico, sendo o bem estar social uma decorrência natural deste. É recente a ideia de que o crescimento econômico está ligado ao aumento do produto nacional implicando melhor eficiência do sistema produtivo e que o desenvolvimento leva em consideração o bem-estar da sociedade, diminuição dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade etc. (CARDOSO, 2007)

No entanto, as diversas tentativas de inserir o país no mundo industrializado e também na economia de mercado, apesar de pontualmente ter produzido algum efeito positivo, não conseguiram alavancar os indicadores de qualidade de vida e de distribuição de renda no país, bem como, reduzir as disparidades regionais.

Um dos maiores expoentes na defesa de políticas de desenvolvimento e descentralização regional chegou a afirmar que:

Temos a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista [...] Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito (FURTADO 1974 *apud* BRANDÃO, 2012, p. 201).

Uma questão fundamental presente neste debate é o caráter do desenvolvimento/crescimento econômico no que tange ao direcionamento das riquezas

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

produzidas. Há os que afirmam que as políticas adotadas aprofundaram as desigualdades e fortaleceram as elites econômicas. Dessa forma, Cano (1997) destacou que:

Em que pese o esforço de industrialização periférica realizado, as frustrações daqueles que imaginavam que essa desconcentração diminuiria sensivelmente os padrões de divergência econômica e social em termos da média nacional aumentaram ainda mais nos anos noventa, diante dos nefastos efeitos que as políticas neoliberais estão causando ao país e a suas regiões. O agravamento da crise econômica e social daí decorrente exige exame ainda mais que breve - do fenômeno migratório inter-regional recente, pois essas migrações têm-se constituído em 'amortecedor social', dada a reduzida dimensão de nossa política social e o escamoteamento (oficial e das elites) que se faz sobre a política de reforma agrária. (CANO, 1997, p.101)

Lisboa (2007) destacou ainda que

A ideologia do desenvolvimento gestada no Brasil desde o final do século XIX, no propósito de definir o modelo da economia brasileira obteve bastante vigor ao sustentar a retórica do crescimento econômico. Os interesses de grupos de poder foram assegurados e os planos foram elaborados ao alcance dos lobismos de grupos que exerceram pressão em torno dos recursos estatais distribuídos pelas políticas públicas. O que se assistiu foi a um projeto voltado à realização de políticas setoriais, conformando um modelo excludente e seletivo de desenvolvimento. (LISBOA, 2007, p. 256)

Ainda para a autora, no Brasil os diversos planos de desenvolvimento foram sugeridos e implantados sem, contudo, romper com a lógica capitalista. Em sua análise sobre a trajetória do desenvolvimento para o Nordeste identifica que

A elaboração de contradições é inerente à lógica da produção do lucro, ou seja, a maneira encontrada pelo capitalismo para se desenvolver (definida na relação capital x trabalho) resulta, inevitavelmente, em um desenvolvimento desigual, combinado e contraditório (LISBOA, 2007, p. 23)

3. As propostas de políticas de dinamização do/para o Nordeste

Monteiro (2011) nos mostra uma periodização da evolução da economia do Nordeste e de Pernambuco composta de três momentos:

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

- O primeiro diz respeito período da colonização e povoamento do Nordeste e corresponde a formação do Complexo Econômico do Nordeste com foco na exportação e algumas atividades econômicas para o mercado interno, incluindo a pecuária.
- O segundo diz respeito ao final do século XIX e primeira metade do século XX que passa a se articular com o mercado interno brasileiro, como fornecedor ou consumidor.
- O terceiro configura-se pós anos 60 do século XX e constitui o momento da consolidação da indústria pesada no país, incluindo a transferência para as regiões periféricas de parte do capital produtivo público e privado.

As etapas e periodizações são bastante genéricas e certamente alguns detalhes são deixados de lado. Como exemplo, podemos citar que a indústria açucareira contribuiu ao menos no Nordeste e particularmente em Pernambuco, já no final do século XIX, com o aparecimento de uma rede de empresas metal mecânica para lhes dar suporte

No período que vai da década de 1960 até a década de 1980 o Nordeste recebeu diversos investimentos direcionados para a diversificação e consolidação da indústria e também, para o fortalecimento da agricultura e alternativas de convivência com o semi-árido. Parte desses investimentos e iniciativas sofreu descontinuidades e/ou foram paralisados.

A despeito de tais políticas para o Nordeste neste período, Costa (1992) defendeu a ideia de que se tratou de um colonialismo interno na relação do Nordeste com a União e o Sudeste. O autor mostra que nos anos de 1960 a renda média do Brasil era de US\$ 600 e a do Nordeste US\$ 240, ou seja, 40% o que era praticamente o mesmo valor de 1949. Em 1978 este percentual era de 35% e nos anos dez anos seguintes variou entre 32% e 34%. Ele acrescenta que em 1949 a participação da indústria do Nordeste no produto industrial do país era de 9,2% e em 1975 era de 7,5%.

O documento do GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (1967), grupo que antecedeu a criação da SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste atesta a sazonalidade dos investimentos na Região. Durante os períodos de seca, os investimentos no NE aumentavam, porém, grande parte

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

desses recursos, destinava-se a ações assistencialistas. De acordo com este documento o Nordeste era a maior área de baixo nível de desenvolvimento do continente americano e que,

Assinalamos que a discrepância de ritmos de crescimento entre o Nordeste e o Centro-Sul encontra suas causas profundas em fatores reais, seja a disponibilidade relativa de recursos naturais, tais como a água e terra arável. Contudo, a agravação do fenômeno, em anos recentes, deve-se ao fato de que a essas causas primeiras vieram adicionar-se outras, de natureza econômica, ligadas à própria política de desenvolvimento do país (SUDENE, 1967, p. 24).

O documento foca o debate sobre a superação do NE como região dependente do Centro-Sul e também, nos aspectos que façam a região sair do estágio de exportadora de matéria-prima e importadora de bens de maior complexidade tecnológica. Na época também, a carga tributária, sobretudo municipal e estadual, no NE era maior que no restante do país. (SUDENE, 1967)

Sobre o processo de industrialização do Nordeste na época, comparado com o Centro-Sul o documento destaca que:

(...) Destarte, ainda que a industrialização do NE seja grandemente intensificada, não poderia por si só transformar a estrutura econômica da região com a rapidez que as condições atuais exigem. Contar com a industrialização para dar emprego às grandes massas demográficas excedentes da região semi-árida seria desconhecer a natureza real do problema e sua amplitude. Para modificar a estrutura ocupacional da região e elevar efetivamente, o padrão de vida, será necessário atacar em duas frentes simultâneas: a da industrialização, para absorver os excedentes urbanos, e a do deslocamento da fronteira agrícola e da irrigação das zonas áridas, para aumentar a disponibilidade de terras aráveis por homem ocupado na agricultura (SUDENE, 1967, p.54)

O documento elencou alguns aspectos relevantes que deveriam ser considerados num plano de industrialização do Nordeste: A) um mercado de dimensões razoáveis para um grande número de produtos manufaturados de uso correntes; B) uma oferta elástica de energia elétrica nos principais centros urbanos; C) disponibilidade de certas matérias-primas, com respeito às quais o Nordeste ocupa posição privilegiada dentro do país; D) uma oferta francamente elástica de mão-de-obra não especializada a custos mais baixos que nos centros industriais do Centro-Sul; E) que já existem no país instituições de

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

financiamentos governamentais, tais como BNDE – Banco Nacional do Desenvolvimento e o BNB – Banco do Nordeste do Brasil, legalmente obrigadas a despendar na região um volume substancial de recursos. (SUDENE, 1967)

Os investimentos feitos no Nordeste tiveram um caráter concentrador, gerando desequilíbrio intrarregional. Sobre este aspecto Costa (1992) afirmou que a concentração dos investimentos nos três principais estados da região (Bahia, Pernambuco e Ceará) fez com que em 1985 estes estados detivessem 69,5% do produto industrial da região. Sobre este caráter concentrador e o colonialismo intranacional afirmou o autor que:

Indicadores econômicos financeiros mostram que as transferências perversas da região pobre para a região rica e a evasão de recursos legalmente destinados ao Nordeste promovem a despeito do proclamado apoio da União, o continuado processo de descapitalização da região (COSTA, 1992, p. 51)

Considerando ainda o caráter concentrador dos investimentos e projetos, o principal resultado da política de desenvolvimento regional fora o aumento das diferenças intrarregionais e a concentração da indústria nas velhas capitais. Entre 1965 e 1970, sozinho, o Estado da Bahia absorveu 43,43% dos investimentos industriais beneficiados pelos incentivos administrados pela SUDENE. Enquanto isso, o Estado de Pernambuco entre 1960 e 1978, concentrou um terço dos empregos diretos prometidos por tais empreendimentos. Sendo assim, pelo menos até a década de 60 a industrialização não alterou o padrão básico do complexo de cidades brasileiras. Cada cabeça de região fora do Centro-Sul continuou a desempenhar funções de cidades-porto de interiores relativamente exclusivos e a replicar entre si estruturas similares de produção (BRANDÃO, 1985).

O processo de desenvolvimento do Nordeste espelhava-se na necessidade demandadas pelo Sudeste. Por sua vez, o Sudeste espelhava-se nas demandas dos países centrais. (SANTOS; GUALDA & CAMPOS, 2013) o que provocava uma dependência muito grande do humor econômico internacional.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Cardoso (2007) afirmou que a intervenção estatal no Nordeste esteve focada em duas concepções: a seca e a falta de infraestrutura econômica. O autor apresenta o BNB e a SUDENE como os dois principais agentes do desenvolvimento do NE no período 1960-1990.

As intervenções para tentar tirar no Nordeste do atraso em relação às outras regiões do país tiveram as seguintes fases de acordo com a SUDENE (1985a): A) Hidráulica (1880-1940); B) Apoio a produtos exportáveis (1938 – 1968); C) Desenvolvimento Planificado Nacional e Regional (1958 – 1964) e, D) Programas Especiais (1974 – 1980). De todos os programas adotados, o POLONORDESTE foi o mais longo e o mais caro.

Dentro do período compreendido pelos Programas Especiais, Brandão (1985, p. 77) ressaltou que:

Os anos 70 marcam, no Brasil, o desdobramento, sob o comando do Estado, do grande capital sobre as regiões ‘atrasadas’. Complexos especializados – como a petroquímica, e centros industriais mistos instalam-se progressivamente nos mais variados pontos do país, sem mencionar a implantação de empreendimentos agropecuários de grande porte e outros processos em curso na área rural.

Em relação às políticas de desenvolvimento para o Nordeste, Carvalho (2011) identificou quatro grandes influências teóricas nas políticas adotadas pela SUDENE: Teoria Cepalina (baseada nas ideias da CEPAL) – adotada pelo GTDN do qual Celso Furtado foi um dos articuladores; A Teoria dos Polos de Desenvolvimento de François Perroux que defendia a adoção de complexos industriais e polos de desenvolvimento rural integrado (início dos anos 1970); A Teoria do Desenvolvimento Sustentável adotado no NE no início anos 1990 com o Projeto Áridas e a Teoria do Desenvolvimento Endógeno a partir do final da década de 1990.

A instituição no plano nacional dos chamados PND – Plano Nacional de Desenvolvimento buscou alternativas de desenvolver o Nordeste, sem, contudo, romper totalmente com as estruturas responsáveis pelo atraso da região. No entanto, muitas das ideias de Celso Furtado, um dos fundadores da SUDENE e que nos primórdios ficou à

frente da Superintendência, foram combatidas pelas oligarquias rurais e/ou deturpadas pelo regime militar.

De acordo com Campos (2004) o Nordeste fora considerado como Região-Problema cuja causa quase exclusiva para o seu atraso era a água. As intervenções foram focadas na açudagem desde 1877. Em função disso, em 1909 foi criado o IOCS - Inspetoria de Obras Contra a Seca que depois passou a ser IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas e em 1945 passa a ser DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

O BNB foi criado em 1952 no governo de Jucelino Kubistchek e configurou-se como importante elemento de incentivo as obras e empreendimentos na Região. Dentre as políticas de incentivos, encontra-se o mecanismo 34/18 que precedeu o atual FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste (CAMPOS, 2004).

Segundo Silva (2011) o sistema 34/18 é uma referência ao artigo 34º da lei 3.995/1961 que permitia a dedução do Imposto de Renda²³ de pessoas jurídicas dos recursos destinados à região e ao artigo 18º da lei 4.239/1963 que estendia a dedução, através da SUDENE, para ampliar os recursos do FIDENE – Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste que fora criado junto com a SUDENE. Este sistema combinava incentivos fiscais e financeiros.

O FINOR foi aprovado pelo Decreto-Lei 1.376/74 e passou a ser administrado pelo BNB. A concepção do FINOR visando as grandes empresas, inicialmente, se articulava com a estratégia de criação dos complexos industriais. (SILVA, 2011)

O FINOR, no entanto, de acordo com Cavalcante (2003 *apud* SILVA, 2011) beneficiou os grandes empresários (sobretudo do Centro-Sul) e aprofundou a concentração de renda. Esta concentração foi verificada também internamente uma vez que os Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará receberam cerca de 60% dos incentivos fiscais (SILVA, 2011).

²³ Até 50% para empresas jurídicas e de capital nacional, depois foi estendida para empresas de capital estrangeiro.

Nesse sentido, cabe aprofundar historicamente alguns dos principais planos, programas e projetos elaborados para o Nordeste, incluindo aqueles relativos aos recursos hídricos. De forma sucinta estas iniciativas são apresentadas abaixo:

3.1 Os Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND e os Planos Diretores de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste – PDNE

O I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND deu-se no período de 1972 a 1974 e situa-se dentro do período militar que instituiu na época o chamado Milagre Brasileiro. Houve uma prioridade para a modernização da agricultura nordestina com foco na absorção da mão-de-obra local e pesquisas, colocando de lado a questão da reforma agrária.

O II PND (1974) privilegiou na região a formação de grandes complexos industriais, seguindo a Teoria dos Polos de Desenvolvimento de Francis Perroux. Alguns empreendimentos pensados e/ou instalados neste período foram: Complexo Petroquímico de Camaçari na Bahia; Complexo Industrial Integrado de Base de Sergipe; Polo Cloroquímico de Alagoas; Complexo Químico-Metalúrgico do Rio Grande do Norte; Polo Têxtil e de Confecções de Fortaleza no Ceará e, o *Complexo Industrial e Portuário de Suape - CIPS* (grifo nosso) entre outros (CARVALHO, 2011).

De acordo com Cano (1997) os objetivos do II PND era completar a estrutura industrial brasileira, substituir importações de insumos básicos e bens de capital e contornar os problemas cambiais decorrentes da crise do petróleo.

O FINOR foi durante os 20 anos subsequentes o grande responsável pelo desenvolvimento da região. Vale destacar ainda que estes planos de desenvolvimento contaram com apoio financeiro internacional, principalmente do BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento.

Entre as décadas de 1960-70 a SUDENE elaborou Os Planos Diretores de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste – PDNE. O I PDNE foi pensado

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

para o triênio 1961-63 e elegeu 11 áreas prioritárias de investimentos com foco principal no desenvolvimento da indústria e no abastecimento de água.

O II PDNE foi criado pela Lei 4.239 de 27 de julho de 1963 e sua atuação seria para o triênio 1963-65. Estava estruturado em quatro diretrizes gerais com foco na mudança da estrutura agrária e incorporação dos excedentes de mão-de-obra.

O III PDNE foi criado pela Lei 4.869 de 01/12/1965 e válido para o período de 1966-68. Este plano focou novamente na questão do abastecimento de água e irrigação e também, na identificação de polos de crescimento:

Nesse sentido, procurar-se-á identificar os pólos de crescimento da Região e de cada um dos Estados nordestinos, que serão considerados áreas prioritárias para a alocação de recursos, e aproveitar vantagens locais, particularmente ligadas aos recursos naturais, implantando grandes projetos para aproveitá-los, com o que se criarão novos pólos de dinamização da economia regional. Os projetos integrados de estudo e aproveitamento de bacias fluviais, e a criação de grandes complexos industriais a partir das disponibilidades de recursos naturais (petróleo, álcool, sal, potássio, óleos vegetais) são, para finalizar, exemplos que, somados às experiências anteriores de atuação da SUDENE, ilustram a relevância que o III Plano Diretor dará à utilização dos instrumentos teóricos e operacionais da economia espacial para os objetivos da ação. (SUDENE, 1965, p.61)

O IV PDNE foi criado pela Lei 5.508 de 11/10/1968 e válido para o período de 1969 a 1973. Ao contrário dos outros três planos, que foram trienais este foi pensado para cinco anos. A água e os solos foram eleitos prioridades e o estabelecimento de Regiões-Programas como uma estratégia de seletividade espacial.

Após o IV PDNE verificou-se um hiato nas políticas regionais com o enfraquecimento gradual da principal instituição responsável pela implementação das políticas e ações de desenvolvimento na região, a SUDENE.

A partir de 2003 com o advento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, idealizada pelo Governo Lula, a questão regional especificamente para o Nordeste volta a ser discutida. A SUDENE foi recriada e em 2011, já no governo Dilma, é posto em execução o Plano Regional de Desenvolvimento para o Nordeste – PRDNE tentando articula-se com projetos mais antigos e com o objetivo principal da

inclusão social no horizonte temporal de 2029. Entre as diretrizes do plano destaca-se a preocupação com a universalização e elevação da escolaridade. Além disso, o plano previa a modernização da indústria com investimentos em Tecnologia da Informação – TI, além de prover a infraestrutura de comunicação, de energia e urbana da região entre outras diretrizes (SUDENE, 2011).

3.2 O Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE

O POLONORDESTE foi criado pelo decreto-lei 74.794 de 1974 durante o governo Geisel e era voltado para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. (COSTA, 1992). O programa seguiu as orientações do II PND focando no desenvolvimento rural integrado como objetivo de modernizar as atividades agropecuárias considerando as especificidades da região. A seleção dos locais obedeceu a critérios de natureza ecológica (solos, clima, água) e sua posterior potencialidade de desenvolvimento rápido e efetivo. Dessa forma foram contemplados espaços dos Vales Úmidos, de Serras Úmidas, de Agricultura seca, dos Tabuleiros Costeiros, Áreas da Pré-Amazônica totalizando uma população de 7,4 milhões de habitantes e uma superfície de 457,9 mil km², posteriormente a área foi ampliada atingindo um número ainda maior de pessoas. (SUDENE/BNB, 1985c)

Dada a ausência da especificação do público-meta, o POLONORDESTE nos primeiros anos beneficiou mais os grandes e médios proprietários de terras que aos pequenos. Dos recursos investidos no programa, 70,6% foram do Banco Mundial. O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD entrou com 23,8% e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – FIDA entrou com 5,6% (SUDENE/BNB, 1985c).

3.3 O Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos – PROHIDRO

A preocupação com a questão hídrica no Nordeste remonta ao período do Império quando nas primeiras intervenções, foram construídos os primeiros reservatórios de grande porte. (SUDENE, 1985c).

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Com foco principal no semi-árido, as políticas foram sendo implementadas. O PROHIDRO foi concebido dentro das estratégias do III PND e foi constituído em 1979 mediante a exposição de motivos nº 010. Este programa iria complementar os programas já existentes como o POLONORDESTE, Projeto Sertanejo e Programa de Irrigação do Nordeste e visava instalar no semi-árido um suporte hídrico permanente para a estabilização das atividades agrícolas atingindo 800 municípios numa área de 944.596 km² o que correspondia a 82,7% do Polígono das Secas, totalizando cerca de 580 mil propriedades rurais. Seu início se deu em 1980 (SUDENE/BNB, 1985a).

Os problemas do PROHIDRO listados pela avaliação SUDENE/BNB (1985a) foram de ordem:

1. Política – falta de uma política de água para a Região que orientasse o aproveitamento dos recursos hídricos e também, a ausência de um plano de aproveitamento integrado das bacias hidrográficas e vales;
2. Inexistência de estrutura oficial de coordenação e acompanhamento do programa;
3. Limites dos recursos a fundo perdido para obras públicas;
4. Desconhecimento das dotações de recursos do programa;
5. Ausência de participação da comunidade na definição do planejamento e localização das obras, ocorrendo casos em que a obra foi feita em propriedades particulares.
6. Demora na liberação de recursos.

No entanto, a avaliação reconhece que de modo geral, o programa foi bem aceito pelas entidades governamentais da região por ter gerado um maior acesso à água. Uma das recomendações do documento era que o programa fosse expandido para todo o Polígono das Secas excetuando-se as capitais e regiões metropolitanas.

Vale destacar ainda o Programa de Fortalecimento da infraestrutura hídrica do Nordeste no período de 1992 – 1995. Assim como os demais, o programa voltou-se para o Semi-Árido e estava inserido dentro do Plano de Desenvolvimento Regional Integrado – PDRI/Nordeste orçado em mais de 3 bilhões e meio de dólares. (SUDENE, 1992)

As políticas, programas e projetos orientados para o desenvolvimento do Nordeste sobre o pretexto de retirar a região do atraso histórico e de aliviar as consequências das secas periódicas sofreram ao longo do século XX com a descontinuidade das ações, dos

recursos, da institucionalidade (centralização, descentralização) e, sobretudo, com a falta de vontade política que culminou muitas vezes no desperdício de dinheiro público e na inversão de prioridades quando, não raras vezes, os maiores beneficiados não foram aqueles definidos nos objetivos e diretrizes.

Na primeira década de 2000 o Nordeste passa a receber vários investimentos estruturadores como: Ferrovia Transnordestina, PISF, Expansão do Ensino Superior e Técnico Federal e no próprio CIPS frutos em grande parte de esforço do governo federal para dinamizar a região. Tais investimentos contribuíram para recolocar a economia do Nordeste no cenário de atração de outros investimentos incluindo os privados.

Nesse sentido, Filho (2011, pp. 36-37) ao analisar a inserção do Nordeste na economia mundial afirmou que:

É possível trabalhar a hipótese segundo a qual a região Nordeste do Brasil vem se beneficiando do processo de globalização na medida em que recebeu certo volume de investimentos privados vindos de outras partes do país. Ao lado da indústria de transformação, os setores da agricultura (irrigada) e do turismo vêm, igualmente, apresentando características de globalização já que têm conseguido atrair investimentos e consumidores internacionais. (...) pelo menos, três características que credenciam afirmar que a economia da região Nordeste brasileira tem participado do processo de globalização, são eles (i) a criação de linhas de montagem de bens de consumo final e intermediário, tais como calçados, vestuário, máquinas de costura, ventiladores, automotivos etc, voltados para o mercado nacional e internacional; (ii) a participação de empresas e segmentos nas cadeias internacionais de fornecimento, através, principalmente da indústria têxtil; (iii) a produção pelo método da terceirização, verificado na indústria de confecções.

3.4 Da concepção do CIPS a sua instalação

O Estado de Pernambuco sempre teve um papel de destaque na conjuntura política e econômica regional. Ao mesmo tempo em que foi um dos três estados que mais receberam investimentos no Nordeste, como verificado anteriormente, permaneceu sobre a forte influência de oligarquias que, somados aos problemas de descontinuidades e cortes de recursos, dificultaram seu processo de desenvolvimento.

Para a CONDEPE (1979) a dinâmica da indústria manufatureira em Pernambuco passou por 4 etapas: A) de 1949-59 – com fraco desempenho; B) 1959-70 com aumento da

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

renda do setor secundário; C) 1970-74 onde foi registrado um desempenho de 19% a.a; D) 1974-78 a taxa de produção industrial de Pernambuco caiu de 13,2% para 6,3%.

Do ponto de vista industrial, considerado como aspecto fundamental para o Estado e para o Nordeste superarem o subdesenvolvimento, em Pernambuco, sobretudo na RMR, foram criados os distritos industriais com incentivos fiscais e locacionais (construção de vias de acesso e de escoamento). Dentre os distritos industriais criados, vale destacar o do Cabo de Santo Agostinho por situa-se dentro da área de estudo.

Já em 1960 foi criada no Estado a Agência de Desenvolvimento de Pernambuco – Distritos Industriais – Comper DI que atualmente é a Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado, a AD-Diper, vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O principal mecanismo de apoio ao desenvolvimento do Estado atualmente é o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco – PRODEPE. Este programa foi instituído pela Lei nº 11.675 de 11 de outubro de 1999 e regulamentado por meio do Decreto nº 21.959 de 27 de dezembro de 1999. É voltado fundamentalmente para a indústria, centrais de distribuição e importadores atacadistas. Baseia-se no incentivo com prazo de 12 anos (para as indústrias), 15 anos (para as centrais de distribuição) e 07 anos (para as importadoras atacadistas) prorrogável por igual período. O incentivo se dá através do crédito presumido de até 95% do ICMS normal para cada período²⁴.

Informações colhidas junto a AD-DIPER esclareceram que o incentivo do PRODEPE está distribuído regionalmente como forma de incentivar outras regiões do Estado. Na RMR os incentivos não podem ultrapassar 75%, na Zona da Mata 85%, no Agreste 90% e no Sertão o percentual pode chegar a 95%.

Existem ainda outros programas de incentivos que são administrados pela Secretaria da Fazenda do Estado como: PRODINPE – Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco; PRODEAUTO – Programa de Desenvolvimento do Setor Automotivo do Estado de Pernambuco;

²⁴ Informações disponíveis em: <https://www.addiper.pe.gov.br/index.php/atuacao/incentivos-fiscais>
<acesso em 23/05/2015>

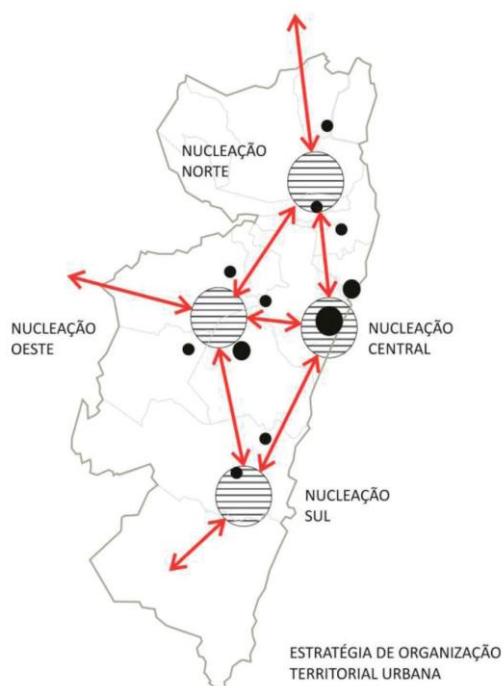
**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Programa de Desenvolvimento da Indústria de Calçados, Bolsas, Cintos e Bolas Esportivas do Estado de Pernambuco; entre outros.

Estes programas de incentivos na economia obedecem a divisão feita pela Lei 12.427 de 2003 a qual dividiu o Estado de Pernambuco em 12 Regiões de Desenvolvimento – RD. Suape é uma sub-região que compõe a RD Metropolitana.

Desde a década de 1950 que Suape figurava como uma alternativa para a economia pernambucana dentro das propostas de planejamento para o Estado e particularmente para a RMR. Na década de 1970 a RMR foi dividida em quatro nucleações: Centro, Oeste, Norte e Sul (Figura 15) e em 1975 a FIDEM elaborou o PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado da RMR, que dentre outras coisas, definiu as diretrizes para minimizar os efeitos da expansão urbana e populacional que tinha como condicionantes e impulsionadores: A) O sistema viário que liga o centro ao interior; B) As faixas de praias ao Sul e ao Norte; C) Representando o aspecto de restrição, as áreas de proteção de mananciais, sobretudo na parte Oeste (RAMALHO; MELLO & CAVALCANTI, 2015). Evidentemente que o CIPS localizado na nucleação Sul assumiu o papel de principal atrativo da expansão urbana, econômica e industrial desta nucleação.

Figura 15 – Nucleação da RMR no início da década de 1980



Fonte: Polo Metropolitano, 1981 *apud* Ramalho; Mello & Cavalcanti, 2015.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

O governo de Pernambuco assumiu a tarefa de diversificar a economia para além da parte central da RMR (Recife, Olinda e Jaboatão) e passou a planejar os polos de desenvolvimento em três frentes: ao Sul com o CIPS e o TES – Território Estratégico de Suape; ao Norte com o polo farmacoquímico e automobilístico de Goiana; e a Oeste com a Cidade da Copa que engloba além da Arena Pernambuco (estádio construído para a Copa de 2014) todo um projeto imobiliário e de serviços. (ROCHA & DINIZ, 2015).

A Microrregião de Suape recebe esta denominação em função da instalação do CIPS, que como já dissemos, alterou a dinâmica desta Microrregião. Embora o Distrito Industrial do Cabo - D.I Cabo, que foi criado no governo de Cid Sampaio (1959-63) tenha sido o primeiro a ser instalado em Pernambuco, até o período do *boom* de Suape verificado a partir do ano 2000 e especialmente pós 2007 quando teve início as obras da Refinaria Abreu e Lima, a monocultura da cana-de-açúcar e o Turismo predominavam na economia dos dois municípios que a compõem.

O D.I Cabo foi criado em 1961 através da Lei nº 4283 e instalou-se nas terras da antiga Usina José Rufino. Em virtude da instalação do D.I houve forte crescimento populacional que desacelerou com a crise econômica da década de 80. Esta crise teve como consequência a estagnação do D.I. No entanto, a população continuou na cidade que passou a funcionar como cidade dormitório. Esta mesma população passou a buscar emprego na metrópole Recife (BARROS, 2004; GOUVEIA, 2010).

O início da instalação do CIPS deu-se a partir de 1973 através do Decreto nº 2845, mas podemos afirmar, diante da cronologia apresentada nesse capítulo, que até meados da década de 1990, o CIPS que ocupa áreas tanto do Cabo como do município de Ipojuca, não provocou grandes impactos na economia pernambucana.

Para a instalação do CIPS um dos argumentos utilizados foi o da constituição da Rota Cabo que passou a ser utilizada após o fechamento do Canal de Suez no Oriente Médio. Esta rota é conhecida e utilizada desde o período das grandes navegações e faz menção ao Cabo das Tormentas e depois Cabo da Boa Esperança no sul da África. Como Recife já havia sido importante base no período da II Guerra Mundial sua posição estratégica no caminho para o EUA tornava-a forte candidata para a instalação de um Estaleiro para reparos de grandes navios, sobretudo petroleiros que intensificaram o uso desta rota a

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

partir do fechamento do Canal de Suez em 1967. Por sugestão do governador Cláudio Gueiros Leite, tal Estaleiro iria para a área de Suape, fato que só veio a ser confirmado em 2007 (ALVES, 2011).

De acordo com Andrade (1987) o Padre Lebrete em 1955 propôs a criação de um polo de desenvolvimento do Recife e como consequência disto, surgiu o Complexo Industrial e Portuário de Suape. Para atenuar o fluxo de migrantes para o Recife, ele propunha a criação de polos regionais e sub-regionais que seriam selecionadas mediante condições topográficas favoráveis e água em quantidade e qualidade.

Em 1986 foi instituído pelo Estado de Pernambuco o Fundo de Desenvolvimento Industrial de Suape – FDS através da lei 9.861 de 1986, gerido pelo extinto Banco do Estado de Pernambuco – BANDEPE, como forma de alavancar o processo de atração de indústrias para a área do CIPS.

Os recursos do FDS, de acordo com a referida lei eram constituídos por:

- I - dotações orçamentárias em valor equivalente a até cinquenta por cento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias – ICM recolhido pelas empresas localizadas no Complexo Industrial Portuário de Suape, relativamente ao empreendimento beneficiado pelo FDS;
- II - empréstimos ou recursos a fundo perdido, provenientes da União, do Estado ou de outras entidades;
- III - contribuições, doações, legados ou outras fontes de receitas a ele atribuídas;
- IV - receitas decorrentes da aplicação dos seus recursos.

De acordo com Alves (2011) a consolidação industrial de Suape deu-se nas seguintes etapas:

- A) Primeira etapa: até 1985 a previsão da instalação de industriais de Fertilizantes, Terminal exportador de cimento, Alumínio Metálico e Unidade Siderúrgica;
- B) Segunda etapa: a partir de 1985 haveria a transferência gradativa do terminal de derivados de petróleo instalado em Recife, instalação da refinaria de petróleo, instalação de indústrias sucroquímicas, construção do estaleiro, instalação do polo mecânico-metalúrgico etc.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Alves (2011) faz um resgate histórico e geográfico do CIPS (Quadro 11) situando-o no contexto de leis e projetos em nível federal.

No plano estratégico Suape 2030 divide-se sua área de influência do CIPS em 3: área de influência direta I (Cabo e Ipojuca); área de influência direta 2 (TES que antes eram 5 municípios e agora são 8 com a entrada de Sirinhaém e Rio Formoso) e área de influência indireta que engloba os estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e o restante do Estado de Pernambuco (ROCHA & DINIZ, 2015).

Quadro 11 – Matriz Histórico-Geográfica de Suape – Concepção/Construção/Consolidação

AMBIÊNCIA EXTERNA (EXTERNO-MUNDO) MOVIMENTO DE LITORALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA, ROTA DO CABO E REVOLUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA			
EXTERNO (ESCALA) NACIONAL	ESCALA LOCAL (SUAPE)		
	CONCEPÇÃO PORTUÁRIA	GESTÃO PORTUÁRIA	INFRA-ESTRUTURA
• PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO (PÓLOS DE CRESCIMENTO) • CRISE DO MODELO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA • CRISE DAS INFRAS-ESTRUTURAS	CONCEPÇÃO DO PORTO-INDÚSTRIA DE SUAPE PORTO COM RETROÁREA PARA CONSTRUÇÃO DO POLÍGONO INDUSTRIAL (COM TRÊS GERAÇÕES DE INDÚSTRIAS)	criação da empresa suape de base local para gerir o porto e o complexo industrial NORMAS DE USO DO SOLO, PLANO DIRETOR E GESTÃO AMBIENTAL EMPRÉSTIMO EXTERNO E DINHEIRO "AZUL E BRANCO"	CONSTRUÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO REDE DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES TREMINAL DE GRANÉIS LÍQUIDOS E CAIS DE MÚLTIPLOS USOS TERMINAL ROLL-ON-ROLL-OFF(RO-RO) CENTRO ADMINISTRATIVO
AMBIÊNCIA EXTERNA (EXTERNO-MUNDO) TRANSOCEANALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA, MULTILOCALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO COMERCIAL.			
EXTERNO (ESCALA) NACIONAL	ESCALA LOCAL (SUAPE)		
	CONCEPÇÃO PORTUÁRIA	GESTÃO PORTUÁRIA	INFRA-ESTRUTURA
• ABERTURA COMERCIAL • LEI DE MODERNIZAÇÃO DOS PORTOS	PORTO MULTIFUNCIONAL (LOGÍSTICO, HUBPORT).	PRIVATIZAÇÕES MODELO DE GESTÃO (EUROPEU) LAND LORD PORT INVESTIMENTOS PRIVADOS E PÚBLICO-FEDERAL SUAPE GLOBAL	TERMINAL DE CONTÊINERES PORTO INTERNO ESCAVADO GRANDES EMPREENDIMENTOS (REFINARIA E ESTALEIRO) ZPE – ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÕES

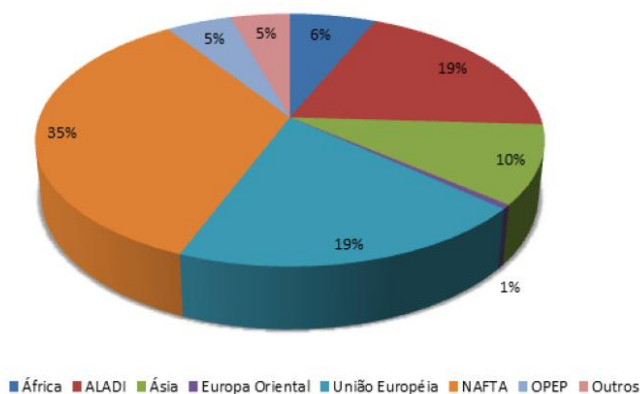
Fonte: Alves (2011)

Alves (2011) destaca ainda que:

Suape se qualifica como espaço competitivo, inserido no contexto da globalização, dos grandes fluxos nacionais e internacionais, com impactos significativos na relação porto-cidade. A recente institucionalização do projeto Suape-global, envolvendo comunidade acadêmica, empresários, organizações não-governamentais e governo, demonstra essa interface do porto com o lugar, e, assim, poderemos falar que, em certa medida, Suape não se constitui, portanto, como um entrave desprovido de territorialidades, daí seu entorno apresentar hoje um hinterlândia de oportunidades e isso o torna um espaço produtivo porque fomenta o desenvolvimento de sua hinterlândia, área de atendimento, de influência. (ALVES, 2011, pp. 17-18).

De fato, o CIPS tem ampliado gradativamente sua participação na economia regional (Figura 16) à medida que se consolidam os principais empreendimentos, as vias de acesso e as ampliações e melhorias na infraestrutura portuária.

Figura 16 – Principais parceiros comerciais do CIPS



Fonte: Plano Mestre de Suape, 2013

Embora tenha havido uma relação de endeuçamento de Suape por parte do governo estadual e, principalmente pelos municípios do Cabo de Santo Agostinho²⁵ e Ipojuca e daqueles que compõem o TES (Jaboatão dos Guararapes, Escada, Sirinhaém, Moreno, Ribeirão e Rio Formoso), desde o início de suas obras o CIPS tem recebido críticas por parte de ambientalistas e estudiosos em função dos impactos provocados pela sua construção/operação. Tais impactos são agora ampliados pelo grande número de

²⁵ Segundo informação verbal de um membro do legislativo municipal, o Cabo de Santo Agostinho em novembro de 2014, arrecadava R\$ 2 milhões/dia.

demissões verificado em função do término ou paralisação das obras dos principais empreendimentos.

Já no contexto metropolitano, temos os dados apresentados por Marinho, Leitão & Lacerda (2007) que identificaram a existência em toda a RMR de cerca de 10% de áreas de proteção de mangues e florestas sob a tutela dos governos federal e estadual. Estas áreas são de ocupação restrita e somam-se as áreas de proteção de mananciais, o que totaliza um pouco mais de 38% da área metropolitana. Os autores identificam ainda que a projeção populacional da RMR para 2030 era de 4,5 milhões de habitantes e que a região sul representava um dos locais que seriam contemplados com o incremento populacional oriundo principalmente da construção de novos conjuntos habitacionais para a classe média, fato este que tem se confirmado atualmente e que tem como principal motor de indução, o CIPS. Dos 14 novos empreendimentos imobiliários listados por Vasconcelos (2012) 5 deles são nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. Quando acrescentamos o município de Jaboatão dos Guararapes que faz parte do TES, este número sobe para 7 empreendimentos.

Em função disso, Medeiros & Godoy (2015) ao analisarem os impactos do processo de crescimento econômico em Pernambuco nos últimos anos, atestam que tem havido ocupações de áreas de proteção ambiental e de mananciais por causa do aumento da demanda e da especulação imobiliária.

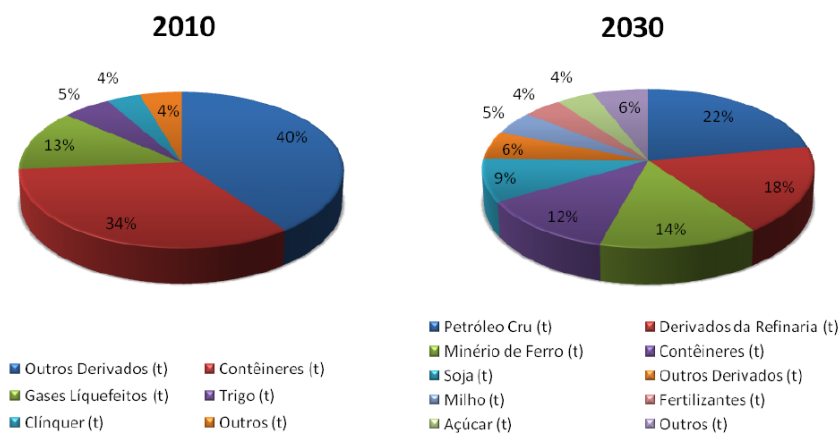
O governo do Estado no seu programa de repasses financeiros sobre a participação dos municípios referentes ao ICMS (25% da arrecadação tem que ser repassada aos municípios) e ao IPI/Exportação estabelece como pré-requisito, o desempenho em alguns indicadores socioambientais que compõem um índice denominado Índice de Participação dos Municípios – IPM . Os dados referentes ao ano de 2014 mostram que a participação do Cabo de Santo Agostinho foi de 6,2017% e Ipojuca 9,7099%, ficando atrás apenas de Recife e Jaboatão dos Guararapes (23,4657% e 9,9434% respectivamente)²⁶.

²⁶ <http://www.sefaz.pe.gov.br/RPM/Scripts/TaxasRepasse.asp?cboIndiceMunc=01/01/2014>
<acesso em 23/05/2015>

Para Silveira & Barros (2013, p. 196)

(...) O projeto desenvolvimentista do Complexo Industrial e Portuário de Suape (cips), em Pernambuco, é um exemplo relevante dessa temática que surge na história do país entre as mais claras evidências da posição que considera o meio ambiente como simples externalidade do cálculo econômico, cujo processo de produção do espaço para o capital se defronta e ameaça o direito de outros atores no que concerne à apropriação da natureza para garantia da reprodução social. (...)

Figura 17 - Principais produtos movimentados em Suape (2010) e projeção (2030)



Fonte: Plano Mestre de Suape, 2013

A fase terminal das obras dos grandes empreendimentos e a capacidade de atração de novos empreendimentos, principalmente na área de logística, atestam a consolidação de Suape como um dos mais importantes Complexos Industriais e Portuários do Brasil com repercussões na economia do Estado. Suas vias de acesso, sobretudo as rodoviárias tem sido alvo de constantes ampliações e melhorias²⁷.

Apesar do grande desemprego verificado hoje em Suape, vale destacar que este fenômeno era previsível e não ocorre, como em outros tempos, por causa de fechamento de indústrias, e sim, como já citado, pelo término ou paralisação das principais obras²⁸.

²⁷ Até o momento, as duas únicas vias pedagiadas no Estado situam-se no caminho de Suape (Rota dos Coqueiros e Rota do Atlântico).

²⁸ Outro fato importante, assinalado entre 2014 e início de 2015, sobretudo em relação aos empregos na Refinaria Abreu e Lima e no Estaleiro Atlântico Sul é que as empresas envolvidas diretamente na construção destes empreendimentos estão sendo alvo de investigação da operação Lava Jato. Como consequência, uma parte dos repasses financeiros foi bloqueada pela Justiça, paralisando as obras, o que contribui para a desmobilização de trabalhadores.

***GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.***

Sendo assim, apesar do impacto causado pelo desemprego, que se faz sentir mais acentuadamente no Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, estes dois municípios continuam a se beneficiar dos impostos oriundos das atividades desenvolvidas no CIPS.

Assim, percebe-se que o crescimento (urbano, econômico, industrial) verificado em Suape tem como elemento propulsor o CIPS e está inserido num contexto de tentativas de desenvolver a região, sendo a disponibilidade hídrica uma questão central durante o percurso histórico de implementação das políticas.

CAPÍTULO IV

A EMERGÊNCIA DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS

No capítulo primeiro foi discutido introdutoriamente os conceitos/categorias principais deste trabalho, entre eles a Governança e o Poder Local, onde tem-se o contexto inicial de onde surgem e se estabelecem estes conceitos/categorias. Por sua vez, faz-se necessário entender em que medida eles adentram o campo do debate ambiental e consequentemente, chegam ao campo dos recursos hídricos, englobando as características naturais e socioambientais imprimindo-lhes ainda mais complexidade em sua abordagem.

Por outro lado, identificou-se no capítulo terceiro que o entendimento da dinâmica de Suape precisa ser contextualizado no conjunto da RMR, pois, sem esta contextualização, tem-se uma visão fragmentada da problemática, sobretudo quando considera-se neste estudo a Governança das Águas. A urbanização impõe uma emergência no lidar com os recursos hídricos que inclui a dimensão econômica, as instituições, o planejamento do uso da terra, sobretudo nos países subdesenvolvidos, onde a migração e o crescimento demográfico por pessoas sem uma cultura da água urbana provocando a ocupação de áreas de proteção de mananciais (BARRAQUÉ & NAHRATH, 2009).

Nesse sentido, Diniz & Rocha (2015, pp. 422-423) assinalam que:

(...) o conceito de governança, dentre outros aspectos, pode-se destacar os termos que condicionam a forma como os autores envolvidos na gestão – sejam entes públicos (municipais e estaduais), privados (incorporadores, concessionários de serviços) ou movimentos sociais organizados (representando os usuários) – assumem seus papéis e meios legais pelos quais sua participação pode ser garantida para consolidar uma gestão metropolitana integradora. (...) tal conceito incorpora arranjos de formulação, implantação e coordenação de políticas públicas, nos quais as responsabilidades de organismos estatais passam a ser partilhadas com empresas e entidades da sociedade civil, tendo como característica central a pactuação e a persecução de objetivos comuns ancorados num recorte territorial determinado.

Portanto, não seria exagerado considerar que a Governança (das águas, urbana, política etc) é fruto dos arranjos e das condições políticas, sociais e institucionais gerais que

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

influenciam diretamente a gestão dos recursos hídricos. Assim, o conceito de Governança das Águas amplia o conceito de Gestão dos Recursos Hídricos uma vez que não considera apenas as condições específicas deste recurso.

Destacando mais uma vez a origem e evolução do conceito de Governança, Galindo (2009, p. 28) explica que:

O conceito de governança (governance) tem uma origem conservadora. Ele surge com base nos trabalhos de agências multilaterais, notadamente o Banco Mundial, no início da década de 1990. O termo emerge fortemente associado à concepção de ser governo. De acordo com essa formulação, a governança seria expressa na competência do Estado de executar eficientemente as políticas públicas. Ao fazer parte do debate acadêmico, a noção de governança sofre transformações no seu conteúdo, incorporando outras questões, além das relacionadas à boa performance da máquina estatal, como, por exemplo, atuação da sociedade civil como ator político. (...)

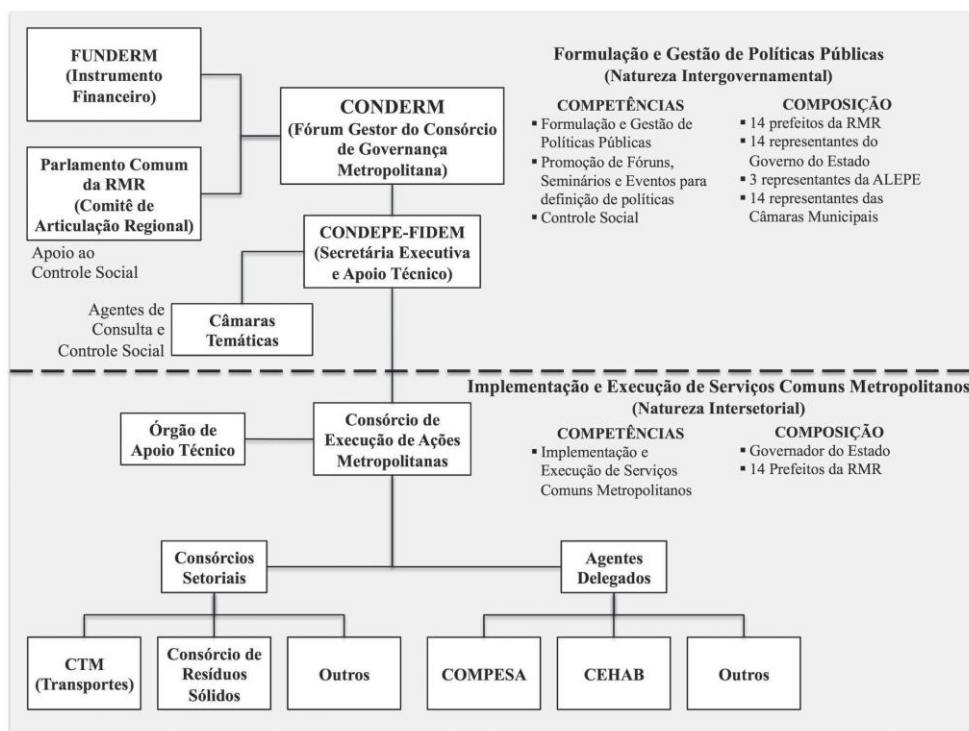
No início dos anos 1970 o modelo fordista passa a ceder lugar ao modelo de acumulação flexível e no início do século XXI, dentro da reestruturação produtiva os conceitos de governança, competitividade, inovação e sustentabilidade ganham destaque num momento de crescimento do processo de globalização, da crise econômica mundial e dos desafios ambientais (ROCHA & DINIZ, 2015).

No âmbito do poder público, o discurso do controle social no processo de Governança visava a legitimação dos interesses do capital e uma obediência a legislação apenas. Como exemplo, citamos a análise sobre a Governança metropolitana na RMR feita por Diniz & Rocha (2015) onde os autores afirmam que em todas as etapas pela qual passou a governança da RMR (Figura 18), a dimensão participativa do controle social foi secundarizada. Os autores citam como exemplo o caso do CONDERM – Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana, criado em 1994, que previa apenas a representação dos poderes executivos e legislativos dos municípios metropolitanos. Eles identificam ainda que os organismos supramunicipais são algo distante e fora do seu controle. Já com relação a atuação dos municípios na gestão metropolitana, os autores afirmam que:

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

(...) tem-se observado duas tendências na posição assumida pela maior parte das municipalidades da RMR. De um lado, vê-se uma acomodação aos ditames do governo estadual, por motivos como ausência de técnica, as limitações financeiras ou o alinhamento político incondicional com o governador. De outro, identifica-se a defesa da autonomia do poder local para negociar isoladamente a instalação de empreendimentos de grande porte (e impacto) com agentes financeiros e imobiliários. (...) (DINIZ & ROCHA, 2015, p.452)

Figura 18 – Estrutura da governança na RMR



Fonte: Diniz & Rocha, 2015.

Dessa forma, vemos que o discurso da Governança está presente em várias dimensões da vida e que se tornou recorrente, todavia nem sempre eficiente, sobretudo para os governos que querem legitimar suas ações.

No caso do presente estudo, cujo foco é a Governança das Águas, faz necessário então compreender antes como está estruturada a Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil e particularmente no Estado de Pernambuco, bem como, o papel do Poder Local neste processo. Note-se que a evolução da gestão dos recursos hídricos e da própria Governança das Águas encontra uma relação com a própria evolução da legislação ambiental.

4. A Gestão dos Recursos Hídricos: evolução e conflitos

O crescimento das demandas por água em função do avanço populacional e da urbanização, da agricultura e das atividades industriais, sobretudo a partir do século XX, associado aos impactos socioambientais verificados em todo o mundo, mas principalmente nos países mais pobres, fez surgir a necessidade de uma mudança nos padrões de consumo e uso dos recursos naturais, particularmente dos recursos hídricos.

Gradativamente surge a necessidade de uma gestão integrada que busque solucionar o quadro de escassez e comprometimento da qualidade da água. Registre-se que neste processo, a questão da territorialidade dos recursos hídricos em desconformidades com as territorialidades políticas instituídas sempre tiveram posição de destaque nos debates e proposições.

Villar (2015) estudou a evolução do direito internacional sobre as águas doces. A autora destaca que este direito se organizou sobre duas linhas principais. A primeira sobre os usos para navegação e a segunda, sobre os outros usos que incluem irrigação, abastecimento etc. Do século XIX até meados do século XX houve a predominância da primeira linha. A partir da segunda metade do século XX é que os rios passam a ser considerados de múltiplos usos contribuindo para a adoção posterior do conceito de Bacia Hidrográfica e com especial interesse sobre as águas transfronteiriças (VILLAR, 2015). Ainda segundo a autora, é a partir da Conferência de Estocolmo em 1972 que emerge a necessidade de proteção ambiental das águas. Nesta conferência se afirmou também o princípio da soberania dos Estados sobre as águas, mas, no entanto, esta soberania (princípio 21 da Conferência) não significa utilizar as águas de qualquer jeito. Ele envolve a responsabilidade de não causar danos principalmente quando se tratar de águas transfronteiriças.

Já em 1977 em Mar Del Plata na Argentina foi realizada a Conferência da ONU sobre água. O Plano de Ação aprovado nesta conferência continha algumas recomendações e resoluções que foram desde a necessidade do uso eficiente da água ao planejamento e gestão dos recursos hídricos, passando pela necessidade de pesquisas e também, de cooperação internacional, entre outros e instituiu a década Internacional da Água Potável e Saneamento que se deu entre 1980-1990. (VILLAR, 2015)

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Água e Meio Ambiente, realizada em 1992, definiram-se os princípios básicos orientadores para a gestão dos recursos hídricos onde os mesmos passam a ser considerados finitos, vulneráveis, essenciais a vida e dotados de valor econômico. (HESPANHOL, 2008)

Da mesma forma, as definições tiradas durante a Conferência Rio – 92, embora mais voltadas às questões ambientais em geral, as proposições do seu capítulo 18 terminaram por influenciar a elaboração em todo mundo de uma política de gestão para os recursos hídricos que dentre outras coisas, garantisse a participação e a proteção dos povos tradicionais, minorias étnicas e as questões de gênero entre outras.

Já na Conferência de Johannesburgo em 2002, segundo Villar (2015), a questão água foi considerada uma questão de Governança e não de escassez, ressaltando-se a necessidade de ampliação do acesso à este bem assim como, a importância do saneamento básico.

Durante a Conferência RIO + 20 ocorrida em 2012 o debate em torno das águas voltou-se novamente para o acesso e para o saneamento, e também, o combate às secas. Villar (2015) destaca que a crise econômica financeira terminou por prejudicar as negociações durante esta conferência.

Ainda no âmbito internacional, Villar (2015) destaca os principais tratados e acordos firmados em relação a Governança das Águas doces e Meio Ambiente que são listados resumidamente abaixo:

- Convenção sobre a Instalação de Forças Hidráulicas de Interesse de Vários Estados, Genebra, 1923;
- Convenção sobre as Zonas Úmidas de Importância Internacional como Hábitat das Aves Aquáticas, Ramsar, 1971;
- Convenção sobre Proteção e Utilização dos Cursos de Água Transfronteiriços e Lagos Internacionais, Helsinque, 1992;
- Convenção sobre Direito relativo à Utilização dos Cursos de Água Internacionais para Fins Distintos da Navegação, Nova York, 1997;

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Para o continente europeu a autora destaca a adoção da Diretiva Marco da Água que é norma do parlamento europeu. A Diretiva inovou e aprofundou as proposições de gestão integrada da água com obrigações aos Estados signatários da União Europeia onde os mesmos deveriam definir suas regiões hidrográficas assim como seus responsáveis tomando a bacia hidrográfica como base para a gestão. A Diretiva funciona em ciclos de seis anos e no horizonte temporal de 2015, visava garantir o bom estado das águas superficiais. (VILLAR, 2015)

Já na América do Sul a referida autora destaca as seguintes iniciativas:

- Tratado da Bacia do Prata assinado em Brasília em 1969;
- Tratado de Cooperação Amazônica, Brasília assinado em 1978;
- Tratado de Itaipu assinado no ano de 1973 em Brasília;
- Tratado de Yacyretá assinado em 1973 no Paraguai;

Tundisi (2008) mostrou que são inúmeros os tratados de cooperação em nível internacional envolvendo as águas, sobretudo as águas transfronteiriças. Ele cita, por exemplo, a cooperação na bacia do Prata envolvendo Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, e na bacia Amazônica que envolve nove países. Cita ainda a cooperação na bacia do Nilo envolvendo dez países, a do Mar Cáspio entre cinco países e o do Rio Danúbio envolvendo dez países. O autor destaca que são mais de 150 acordos de cooperação envolvendo as bacias hidrográficas transfronteiriças.

Todos estes acordos e tratados entre outras experiências sejam em nível internacional ou nacional, não tem conseguido dar conta da complexidade inerente aos recursos hídricos, no sentido que, existem vários conflitos de interesses sobre este bem envolvendo nações, povos tradicionais, comunidades ribeirinhas, empresas etc que, não obstante, tem perspectivas diferentes em relação aos usos e a preservação.

Sobre os possíveis conflitos envolvendo os recursos hídricos, Hespanhol (2008) em comentário sobre o ICRH – índice de criticidade de recursos hídricos associado a DEA - disponibilidade específica de água, ou seja, quantos metros cúbicos por habitante ano, assinalou os seguintes dados:

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Nota-se que disponibilidades próximas a 10.000 m³/hab./ano (ICRH 1 e 2) não geram conflitos significativos em termos de quantidade de água. Entretanto, disponibilidades correspondentes aos índices 4 e 5 refletem situações insustentáveis de conflitos de uso e de escassez crônica de água. As experiências de gestão têm mostrado que valores de DEA superiores a 1.700, m³/hab./ano correspondem a situações de suficiência hídrica, valores menores do que 1.700 correspondem a situações de alerta de escassez hídrica, e que valores inferiores a 1.000 refletem condições de escassez crônica de água.

Por sua vez Muñoz (2009) destaca o IPA - Índice de Pobreza da Água demonstrando que não é a quantidade de recursos disponíveis que determinam os níveis de pobreza de um país, mas sim a eficácia do uso desses recursos. Sobre os conflitos envolvendo os interesses econômicos, o autor destaca que:

Por outro lado, com respeito ao uso industrial, nas últimas décadas, o fenômeno da globalização provocou a transferência massiva da indústria manufatureira dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, estimulado nestes o maior uso industrial da água e criando uma concorrência pelo recurso entre este setor e outros (ONU, 2003). A disponibilidade de água da América Latina e Caribe é considerada uma vantagem para o desenvolvimento industrial; no entanto, é necessário fazer um uso mais racional da mesma, pois a produtividade industrial (PIB gerado pela indústria para cada m³ de água utilizado per capita) é baixa, de 5,8 dólares norte-americanos/m³ per capita, com variação de entre 0,14 e 19,8 dólares/m³ per capita, para Brasil e Panamá, respectivamente. (MUÑOZ, 2009, p.216)

De fato a maior disponibilidade de água por parte de um país é uma vantagem sobre os demais, mas a disponibilidade por si só não garante o acesso e, mesmo garantindo o acesso, precisa-se analisar a precarização deste principalmente por parte das populações mais pobres.

Composto e Navarro (2014) organizaram vários artigos que relatam diversas experiências de conflitos envolvendo os recursos hídricos na América Latina. Tais lutas envolvem quase sempre o Estado que age sob pressão dos interesses capitalistas de um lado, e de outro, as populações periféricas, de pequenos agricultores etc, e suas alternativas para lidar com os conflitos por uso e com a escassez. Nesse sentido, citam a atuação do Movimento Colombiano Rios Vivos que organiza a luta dos povos ribeirinhos contra os impactos socioambientais de construção de represas em todo território da Colômbia. Estas construções proporcionaram o êxodo rural em direção as grandes cidades entre outros impactos de ordem psicossocial, familiar, além da

violência contra algumas lideranças populares, incluindo aí, casos de assassinatos de indígenas. A organização desse movimento tem conseguido inserir na pauta de discussão nacional elementos outrora ignorados pelo governo como a segurança alimentar e segurança hídrica das populações que habitam os territórios afetados pelas represas.

Outra experiência de organização e luta é relatada por Linsalata (2014) sobre a gestão comunitária da água na zona sul de Cochabamba na Bolívia. A autora narra a Guerra del Agua ocorrida na região no ano 2000 como a primeira grande vitória popular contra os interesses transnacionais. Numa região que tem apenas 50% da população abastecida com água potável, o restante da população é obrigado a obter água através dos mercadores de água. Na zona sul de Cochabamba (que enfrenta problemas de escassez de água de ordem geográfica) a experiência de organização comunitária constrói coletivamente os poços e as redes de distribuição de água nos bairros, entre outras alternativas, de combate a má distribuição e acesso desigual a este recurso. A autora destaca a existência de mais de 200 sistemas comunitários de água que variam no tamanho e no número de famílias atendidas.

Villar (2015) traz vários outros conflitos diplomáticos envolvendo as nações sulamericanas dos quais surgiram acordos que vão desde a cooperação técnica e financeira, a produção hidroelétrica passando pela gestão dos recursos hídricos transfronteiriços.

Jouravlev (2001) já identificara que o enfoque dado aos recursos hídricos nos países da América Latina podia ser classificado em cinco grandes grupos de entidades, a saber:

1º Entidades responsáveis pela gestão de bacias interjuridicionais ou transfronteiriças que por sua vez se divide em: A) Entidades interjuridicionais em países federais, caso da Argentina, por exemplo; e, B) Entidades responsáveis pela administração de bacias transfronteiriças;

2º Entidades que se encarregam das funções substantivas (controle de contaminação, alocação de água). Em geral estas entidades não estão no nível das bacias e sim, no nível dos entes nas regiões (caso da Colômbia e México);

3º Entidades que tem por objetivo principal a melhoria na coordenação e facilitar a participação dos usuários e dos governos locais na gestão da água (caso do Brasil, Peru e Uruguai);

4º Entidades criadas para funções específicas em bacias de atenção prioritária (caso da Costa Rica, Venezuela, Guatemala, Honduras e Panamá). Neste grupo inclui-se também o Brasil com a experiência de formação dos consórcios intermunicipais de bacias;

5º Entidades voltadas principalmente para obras hidráulicas e distribuição de água aos usuários (caso do Chile e da Argentina).

Esta classificação proposta pelo autor contempla internamente uma diversidade de composição, funcionamento, alcance etc, o que apesar do esforço, não conseguiu contemplar as diversas formas e modelos de gestão dos recursos hídricos no continente.

A experiência prática tem demonstrado que não é suficiente ter acordos e tratados, entidades e/ou organismos, leis e decretos bem intencionados. A prática da gestão da água tem demonstrado a diversidade de experiências, de conflitos e de organizações que, sobretudo nos países mais pobres, representam o embate entre o Estado que busca “desesperadamente” desenvolver-se sob os pilares capitalistas, e as populações que possuem diferentes visões e significados sobre os recursos hídricos.

4.1 As emergências da Governança das Águas no Brasil

No primeiro capítulo deste trabalho foi destacado sucintamente o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos adotado no Brasil. Tal sistema tem por inspiração o sistema francês tendo como principais eixos norteadores: a descentralização, o princípio Poluidor-Pagador, a concepção de que a água é um bem público dotado de valor econômico e a adoção da Bacia Hidrográfica como elemento espacial para a gestão dos recursos hídricos.

Vale frisar, no entanto, que os modelos de gestão da água não podem ser exportados, transportados simplesmente de um país para outro de forma rígida, até porque coexistem no mesmo país enormes diferenças tanto em relação a disponibilidade de água quanto em relação as tradições e capacidades de seu aproveitamento e gestão (JOURAVLEV, 2001).

A estruturação do sistema brasileiro de gestão de recursos hídricos se deu de forma mais organizada a partir da edição da Lei Federal 9.433 de 1997 ou Lei das Águas. Anteriormente, a água figurou nas leis, códigos e acordos brasileiros sem que seu valor intrínseco e específico fosse considerado.

Daronco (2013) fez um resgate sobre a legislação das águas no Brasil desde os primórdios até a Constituição de 1988. O autor destaca que desde a constituição do Império em 1824 o tema tem sido tratado no âmbito do ordenamento jurídico do país. Por exemplo, cita o autor, que nas Ordenações Filipinas de 1603 havia um parágrafo que tratava da poluição das águas tendo em vista a possível mortandade de peixes. A proteção da pesca e a navegação, por sua importância econômica na época, sempre estiveram presentes quando se tratava de legislar sobre as águas. Segundo o autor, não havia ainda uma preocupação com a questão ambiental, a proteção das águas tinha motivação meramente econômica.

O Código Penal de 1890 trouxe um artigo que demonstrava preocupação em relação a potabilidade das águas: “Art. 162 – Corromper ou conspurcar a água potável de uso comum ou particular, tornando-a impossível de beber ou nociva a saúde. Pena: prisão celular de 1 (um) a 3 (três) anos”. (DARONCO, 2013, p.3)

Com a constituição de 1891 que originou o Código Civil de 1916 houve uma regulamentação de disciplinamento do direito privado sobre as águas. Apesar da elaboração em 1934 do Código das Águas (Decreto 24.634) onde a água passa a ser encarada como elemento para o desenvolvimento, boa parte das considerações do Código Civil de 1916 sobre as águas foram mantidas. Com a constituição de 1934, além de trazer algumas considerações ambientais, confere o domínio das águas a União e aos Estados. Além disso, reforçou o caráter do valor econômico dos recursos hídricos, questão que foi reafirmada na constituição de 1937. (DARONCO, 2013).

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

A constituição de 1946 avançou em relação a dominialidade das águas e passou a considerar a Bacia Hidrográfica como elemento para a formulação das políticas. A partir daí até o início da década de 1960 não houve grandes novidades na legislação sobre os recursos hídricos. Só em 1962 com a edição da Lei 4.132 estabelece-se a proteção do solo e dos mananciais em caso de desapropriação de terras e em 1967, com o Código Florestal (Lei 4.741) que passa a tratar da proteção da mata ciliar e florestas ao longo dos cursos de rios, terminou por contemplar a proteção dos recursos hídricos. Além disso, a Lei 5.138 de 1967 instituiu a Política Nacional de Saneamento e a Lei 6.662 de 1979 instituiu a Política Nacional de Irrigação que trouxeram referências sobre os recursos hídricos muito mais na perspectiva do desenvolvimento, da crescente urbanização etc (DARONCO, 2013).

Em 1981 é editada a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA através da Lei 6.938 e inicia-se assim uma abordagem mais integradora na questão ambiental que termina por influenciar a questão dos recursos hídricos culminando na promulgação da Constituição de 1988.

A PNMA objetivava compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente; estabelecer critérios e padrões da qualidade ambiental; e, ainda, definir normas relativas ao uso e manejo sustentável dos recursos ambientais. Todos esses instrumentos, princípios e objetivos definidos pela PNMA eram aplicáveis inteiramente ao setor hídrico, desde que não houvesse previsão legal específica em sentido contrário (DARONCO, 2013, p. 6).

Com a Constituição de 1988 se abrem perspectivas para uma gestão dos recursos hídricos que contemple entre outras questões, a participação social e a descentralização, fazendo com que a adoção da Lei 9.433 e a legislação posterior, coroassem este processo de inserção de vários segmentos da sociedade nas discussões, o que em certo sentido, vem suscitar o papel dos atores que compõem o Poder Local neste processo.

A Lei 9.433 de 1997 aprofundou a necessidade de se ter uma gestão dos recursos hídricos integrada e participativa, além de criar a PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos.. Para tanto, além do arcabouço jurídico necessitou da criação de organismos específicos e de investimentos em capacitação de agentes em todos os níveis da federação. Dessa forma, destaca-se a criação da ANA – Agência Nacional de

Águas criada no ano 2000 através da Lei 9.984 como um marco fundamental deste processo.

A ANA articula-se com diversos órgãos dentro do Ministério do Meio Ambiente, sobretudo com o CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente, e tem elaborado diversos projetos de apoio institucional, técnico e financeiro²⁹. O CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos³⁰ que conta atualmente com 57 membros para um mandato de três anos (2015-2018) é o espaço de representação e deliberação sobre os principais aspectos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Em seu artigo primeiro a Lei 9.433 estabelece os fundamentos da PNRH que são:

- I - a água é um bem de domínio público;
- II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- V - a bacia hidrográfica e a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Já no capítulo quinto, a Lei 9.433 ou Lei das Águas, estabelece os instrumentos da PNRH:

- I - os Planos de Recursos Hídricos;
- II - o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água,
- III - a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;

²⁹ Algumas das principais ações da ANA são: Estruturação do SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; PNQA – Programa Nacional de Avaliação da Qualidade da Água; PRODES – Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas; HIDROWEB – Plataforma de dados hidrometeorológicos; PROGESTÃO – Programa de apoio a gestão das águas nos estados; entre outros.

³⁰ Disponível em <www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10> Acesso em 15/09/2016 às 13:50 minutos.

IV - a cobrança pelo uso de recursos hídricos;

V - a compensação a municípios;

VI - o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos

A Lei das Águas estabelece ainda as condições para a realização do Plano de Recursos Hídricos, para a Outorga e direitos de uso dos recursos hídricos, para o Enquadramento das águas em classes segundo o uso preponderante e, do Sistema de Informações dos Recursos Hídricos. Além disso, estabelece que os Comitês de Bacia são parte integrante da coordenação do SNGRH (regulamentada pela Lei 9.984 de 2000). Enfim, a Lei 9.433 é abrangente estabelecendo um marco divisor da gestão dos recursos hídricos no Brasil. A partir dela, os Estados passaram a elaborar suas leis específicas e/ou adequarem estas as prerrogativas estabelecidas pela Lei 9.433.

Dada a grande extensão e diversidade física, política, cultural e social do Território nacional, com a presença de realidades hídras contrastantes, a implantação e o funcionamento da Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como, das Políticas Estaduais de Recursos Hídricos não é homogênea no sentido de que há Estados e Bacias Hidrográficas onde o processo já está bastante avançado, e em outros casos, o processo está dando os passos iniciais.

Sobre estas e outras dificuldades, Muñoz (2009) observa que:

O estabelecimento de um “ambiente propício” para o governo da água requer a criação de um marco de políticas, para outorgar e administrar de modo adequado o recurso hídrico de acordo com diferentes usos e regular sua qualidade. Também se requer a existência segura de capacidades adequadas e sentido de responsabilidade por parte das instituições reguladoras e administrativas que implementam as políticas. Da mesma forma, deve-se incluir uma legislação sobre os princípios a partir dos quais se deseja gerenciar a água e também sobre os direitos e benefícios relativos à esta, em especial para assegurar a sustentabilidade e para reivindicar estratégias capazes de obter o desenvolvimento e a gestão integrada do recurso hídrico, levando em consideração as necessidades dos setores excluídos. (MUÑOZ, 2009, p. 221)

Até mesmo alguns princípios da Política Nacional de Recursos Hídricos não tem tido consenso nos diversos espaços como no caso do princípio Poluidor-Pagador que segundo Hespanhol (2008, p. 131) é “...extremamente benéfico tanto em termos de

conservação de recursos hídricos, uma vez que induz a gestão da demanda, como em termos de proteção ambiental ...”.

É preciso observar que toda legislação³¹ e investimentos feitos na Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil baseia-se na garantia do equilíbrio entre demanda e oferta de água de boa qualidade e quantidade para o abastecimento, na preservação dos mananciais e na disponibilidade de água para as atividades econômicas e de geração de energia. Ou seja, a garantia de água para seus múltiplos usos.

Diante disso, a Governança das Águas “Pressupõe a atuação em rede, atuação integrada; o ganho de poder dos atores envolvidos na gestão, interagindo com os tomadores de decisões relativos aos recursos hídricos” (GRANJA & WARNER, 2006).

Assim, a emergência da Governança das Águas surge de um contexto prévio existente na Gestão dos Recursos Hídricos, razão pela qual faz-se necessário entender como está estruturada a Política de Recursos Hídricos no Estado de Pernambuco.

4.2 A Política Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco - PERH

É possível afirmar que a questão dos recursos hídricos em Pernambuco durante muito tempo seguiu, e de certa forma ainda segue, a tônica das ações de combate à seca no Nordeste brasileiro. Estas ações, descritas sumariamente no capítulo terceiro, visavam fundamentalmente possibilitar a convivência com o semiárido, aumentando a disponibilidade hídrica da região aliada a ações de incentivo a economia para assim, evitar as calamidades registradas nos períodos em que a seca era mais severa.

Já em 1978 por ocasião da adoção do PLIRHINE – Plano de Aproveitamento Integrado dos Recursos Hídricos do Nordeste no qual o Nordeste foi dividido em 24 unidades de planejamento e estas em 56 unidades de análise, o Estado de Pernambuco fora inserido em quatro unidades de planejamento. Este plano, assim como outros planos e projetos desenvolvidos no Nordeste, apesar de sofrerem descontinuidades, terminaram por

³¹ Em 2014 o Ministério do Meio Ambiente publicou a 8ª edição do Conjunto de Normas sobre Recursos Hídricos do país.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

influenciar a atual política estadual de recursos hídricos, além de deixarem uma infraestrutura que ainda hoje é aproveitada (PERH, 1998).

A Política Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco - PERH foi definida inicialmente pela Lei 11.496/1997 e pela Lei 11.427/1997 (das águas subterrâneas) e está amparada pela Constituição Estadual. Embora obedeça aos princípios da legislação federal (Lei 9.433/1997), a PERH não estabelece a criação de Agências de Águas. Ela criou a figura do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH que é o órgão máximo, consultivo e deliberativo do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado. O CRH foi instituído em 1998 e é composto por dezenove membros com mandato de dois anos (exceto para os representantes do Estado). Ele possui três câmaras técnicas, a saber: Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais e Câmara Técnica de Outorga e Cobrança. Sua composição atual (gestão 2015 – 2018) possui 30 membros sendo 15 do Poder Público, 06 da Sociedade Civil e 09 dos Usuários.

A PERH tem por objetivos:

- assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade dos recursos hídricos;
- assegurar que a água seja protegida, utilizada e conservada em padrões de quantidade e qualidade, por seus usuários atuais e futuros, em todo território do Estado de Pernambuco, garantindo as condições para o desenvolvimento econômico e social, como melhoria da qualidade de vida e equilíbrio com o meio ambiente.

Posteriormente em 2005 com a Lei 12.984 a PERH foi aprimorada e aprofundou as diretrizes, instrumentos e estrutura do sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos no Estado entre outros avanços. Uma das alterações em relação a lei 11.496 que criou a PERH é que a Lei 12.984 não prevê mais a existência do Comitê Estadual de Recursos Hídricos – CERH que seria formado por um membro de cada COBH existente. Mas o CRH é mantido.

Em 2010 o Governo do Estado criou a APAC – Agência Pernambucana de Água e Climas através da Lei 14.028. Segundo esta Lei em seu artigo 2º a APAC:

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

tem por finalidade executar a Política Estadual de Recursos Hídricos e regular o uso da água, no âmbito dos recursos hídricos estaduais e dos federais nos termos em que lhe forem delegados, bem como realizar monitoramento hidrometeorológico e previsões de tempo e clima no Estado.

A APAC é o principal órgão de suporte a gestão dos recursos hídricos do Estado. Entre suas ações está o apoio aos organismos de bacias, ou seja, aos Comitês de Bacias - COBH e aos Conselhos de Usuários - CONSU. Este apoio é estrutural e técnico uma vez que a APAC possui uma diretoria específica de gestão de recursos hídricos da qual faz parte a gerência de apoio aos organismos de bacias hidrográficas.

A APAC designa técnicos para o acompanhamento destes organismos além de oferecer capacitações periódicas. São de responsabilidade da agência também, a Outorga e Cobrança pelo uso da água além da fiscalização e do monitoramento³².

Além da APAC destaca-se o papel da CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente³³ cuja história remonta a criação em 1946 da Comissão Permanente de Proteção dos Cursos D'água (CPPCA) só vindo a ser transformada em agência no ano de 2003. Cabe a CPRH a execução da Política Estadual de Meio Ambiente incluindo aí: o controle de fontes poluidoras, a proteção e conservação dos recursos naturais, a educação ambiental e o desenvolvimento de pesquisas, além da gestão das unidades de conservação no Estado.

Enquanto a CPRH está ligada a SEMAS – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade criada em 2011, a APAC juntamente com a COMPESA está ligada a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico. Dessa forma, atribui-se aos recursos hídricos uma importância fundamental para o desenvolvimento do Estado fortalecendo o princípio do valor econômico propagados na lei federal 9.433 e na lei estadual 12.984 sobre os recursos hídricos. Ao mesmo tempo o fato de órgãos estaduais relacionados aos recursos hídricos e a questão ambiental estarem fragmentados dentro

³² Informações disponíveis em: < www.apac.pe.gov.br> acesso em 22/09/2016 às 15: 45 horas

³³ Informações disponíveis em:

<www.cprh.pe.gov.br/Institucional/historia/41780%3B69774%3B4702%3B0%3B0.asp> acesso em 22/09/2016 às 15:50 horas.

da estrutura organizacional do governo, é sem dúvida uma situação de dificuldade no diálogo e planejamento das ações destes.

4.3 A participação social e o Poder Local

Tanto em nível federal quanto no nível estadual há garantias legais de participação da sociedade no processo de gestão dos recursos hídricos e também, na gestão ambiental. O espaço onde se concretiza esta participação é composto por Conselhos e, no caso dos recursos hídricos, pelos Comitês de Bacia.

A participação do Poder Local como protagonista da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil pode ser encarada também como um elemento que dificulta a consolidação, pois, mesmo com as garantias legais de participação, ainda é tímida a presença deste segmento nos Comitês formados no Estado. O Poder Local exerce no âmbito tanto dos municípios quanto das bacias hidrográficas, o controle social necessário não só em relação aos recursos hídricos, como na esfera ambiental e nas demais esferas da vida onde as relações de negociação envolvem necessariamente, relações de poder. Sua participação é garantida na Lei 9.433 (artigo 1º) uma vez que, a partir da descentralização da gestão contemplam-se diversos atores envolvidos direta e indiretamente, mas como afirmamos anteriormente, para efeito desta pesquisa, interessa-nos em particular, a participação da sociedade civil organizada no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas e dos Conselhos de Defesa do Meio Ambiente e/ou de Desenvolvimento atuantes em Suape.

Embora o interesse maior seja sobre a Sociedade Civil, é importante também verificar o papel que as municipalidades tem tido em relação a questão dos recursos hídricos.

Jouravlev (2003) analisou o papel dos municípios na gestão dos recursos hídricos na América Latina e assinalou como um dos problemas comuns em relação aos municípios e a gestão da água em nível de bacias hidrográficas, a garantia da operatividade da representação, uma vez que, em algumas bacias o número de municípios é muito grande assim como a heterogeneidade destes.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Jucá (2012, p. 109) sobre estas dificuldades de articulação inter e intramunicipal, observa que:

(...) A ação política se dá no local e a probabilidade de ocorrência de dificuldades é multiplicada por sua diversidade. Embora não se possa excluir a possibilidade de influência do local nas políticas de maior âmbito, mesmo em estilos mais participativos de governo. Apesar disso, sabe-se que existem gargalos e obstruções próprias no fluxo das macro-políticas, suas *performances* dependem especialmente de questões políticas locais, como aquelas associadas ao território e ao meio ambiente. Esta perspectiva permite a identificação das dificuldades gestonárias locais na implementação de políticas territoriais e ambientais e isto pode servir para repensar as estratégias, o conteúdo das políticas e os fatores indutores do planejamento necessário à superação das dificuldades mencionadas (...)

De acordo com Jouravlev (2003) o aspecto mais comum desempenhado pelos municípios em relação a gestão dos recursos hídricos é o da responsabilidade em fiscalizar e detectar irregularidades, administração de áreas naturais protegidas. Em países federativos como o Brasil, a descentralização das funções fundamentais da gestão da água em nível local não é desejável nem recomendável devido as seguintes razões: a natureza essencialmente setorial dos interesses dos governos locais; ausência de hierarquia institucional dos governos locais em relação às entidades de gestão; perdas de economia de escala; maior vulnerabilidade e possibilidade de captura e politização da autoridade das águas.

Medeiros & Godoy (2015) assinalam para o contexto da RMR que:

Se por um lado, o grande fluxo de capital representa (de forma desigual, como revelam os dados oficiais disponíveis) um aumento acentuado da arrecadação municipal, ampliam-se em grau correspondente os problemas decorrentes das debilidades institucionais históricas dos municípios, o que pode inviabilizar a adequação entre o rápido crescimento econômico e as políticas sociais públicas capazes de reduzir os impactos negativos desse crescimento. (MEDEIROS & GODOY, 2015, pp. 96-97)

Situação corroborada por Souza & Bitoun (2015) ao criticar a participação dos municípios na gestão estadual e/ou metropolitana limitada aos processos legitimatórios que “ao invés de consolidar um exercício de cidadania e participação política, tem corroborado para que os municípios continuem administrando preocupados apenas com suas rivalidades e interesses isolados.” (p. 36).

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Jouravlev (2003) identificou algumas iniciativas de associativismo entre municípios para superar alguns problemas comuns em relação aos recursos hídricos. Nesse sentido, o autor cita como exemplo a experiência do Estado de São Paulo (bacia do Rio Piracicaba) e do Espírito Santo. Mas, estas experiências enfrentavam dificuldades em relação a heterogeneidade dos municípios, partidarismo político, rivalidade entre eles, altos custos de transação, negociação, coordenação, implementação e fiscalização.

No âmbito do município o foco das preocupações está centrado no abastecimento e saneamento, enquanto que os outros aspectos ficam em segundo plano. Há pouco entendimento e interesse pelo que se passa a montante ou jusante do seu território.

O descompasso existente entre os diversos Territórios envolvidos na Gestão dos Recursos Hídricos, sobretudo quando consideramos o nível municipal, onde os interesses do Território da bacia hidrográfica muitas vezes são colocados em segundo plano diante dos interesses municipais. Ou ainda, dada a grande extensão territorial da bacia, apresentando em suas áreas realidades distintas, como no caso da Bacia do Ipojuca em Pernambuco, os representantes do Poder Local podem não compreender a dimensão da sua importância em relação ao conjunto da bacia e podem ficar mais interessados naqueles problemas que atingem o seu município de atuação.

Note-se ainda que assim como no Brasil, em vários países a gestão dos recursos hídricos tem como pressuposto fundamental a participação da sociedade. Dessa forma, suscita-se o empoderamento dos seus representantes no processo de gestão como forma de garantir a legitimidade do processo e o equilíbrio das forças e dos interesses.

Portanto, tendo a existência tanto em nível federal quanto estadual de um aparato jurídico de leis e decretos específicos sobre os recursos hídricos, e também, organismos e entidades voltadas para o monitoramento, planejamento, pesquisas e treinamento sobre esses recursos, resta-nos então, aprofundarmos a natureza dos problemas ainda existentes e que se tornam um desafio à instituição de uma boa Governança das Águas.

A Governança das Águas supera a Gestão dos Recursos Hídricos no sentido de que se propõe mobilizar e considerar no processo, todos os aspectos diretos ou indiretos, que possam contribuir ou dificultar sua efetivação. Embora o foco principal continue sendo

***GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.***

a água, o sentido da Governança aponta para a análise mais complexa dada a quantidade de considerações a serem levadas em discussão.

O recorte da Governança das Águas, no caso do presente trabalho, emerge a partir do Poder Local num contexto de crescimento econômico, demográfico e de transformações na paisagem, e coloca em destaque a participação da Sociedade Civil e do Poder Público como legítimos representantes do povo e que, em tese, são os responsáveis de levar para dentro das arenas de discussão, os anseios e perspectivas da população, num espaço de correlação de forças onde o conhecimento, a mobilização, a articulação política, jurídica e institucional se dão em função dos diversos interesses presentes.

CAPÍTULO V

GOVERNANÇA DAS ÁGUAS EM SUAPE

5. Comitês de Bacias Hidrográficas e Conselhos: a gênese das arenas de participação

É crescente no Brasil o espaço dado a participação da sociedade. Depois da redemocratização do país a sociedade passou a ser consultada sobre os mais diversos temas, e sua participação garantida nos diversos espaços de discussão e decisão através de leis e iniciativas.

Ao longo dos anos o processo de garantias de participação e discussão avançou de forma que

Consolidou-se na sociedade brasileira a percepção de que os conselhos municipais constituem instrumentos de democratização da gestão pública local e de aumento da eficiência e da efetividade das políticas sociais setoriais, e, por essa razão, assistimos à sua disseminação no território nacional. (...) A criação e a disseminação dos conselhos municipais resultam da emergência no Brasil dos ideais de reforma das instituições de governo local no Brasil, cuja orientação central é a busca do aumento da participação direta da sociedade na gestão municipal e da eficiência e da efetividade das políticas públicas que vêm sendo descentralizadas desde a segunda metade dos anos 80. (JÚNIOR, AZEVEDO & RIBEIRO, 2004, p. 11-12)

Júnior, Azevedo & Ribeiro (2004) assinalam ainda a diferença existente entre os Conselhos de Gestão e os Conselhos Comunitários. Para eles, os Conselhos de Gestão estão ligados a questões temáticas enquanto que os Conselhos Comunitários estão ligados a questões específicas como no caso das Associações de Bairro. Para os autores ainda, os princípios fundadores dos Conselhos são quatro:

- I – representatividade das instituições do poder executivo (democracia representativa);
- II – compromisso político do governo em relação às decisões tomadas;
- III – organização da sociedade em associações civis (representação semidireta);
- IV – representatividade e autonomia das organizações sociais em relação ao governo.

De acordo com o IBGE (2010) a pesquisa da MUNIC 2008 identificou que 2.650 municípios brasileiros (47,6%) tinham Conselho Municipal de Meio Ambiente

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

CMMAs. Em comparação a MUNIC 2001 o número de CMMAs tinha mais que dobrado, mas, ainda é baixa a presença desse tipo de conselho quando comparado a outros como os de Saúde (98%), Assistência Social (93%) e Direitos da Criança e do Adolescente (77%) dos municípios.

Especificamente sobre os COBHs a primeira tentativa de implantar um Comitê de Bacia no Brasil foi feita em 1978 através da Portaria Interministerial nº 90 do Ministério do Interior e das Minas e Energia instituindo os Comitês Executivos Integrados de Bacia (GALINDO, 2009).

Os comitês de bacias integram os sistemas nacionais e estaduais de gerenciamento de recursos hídricos. Eles podem ser considerados Parlamentos da Água e enquanto tais:

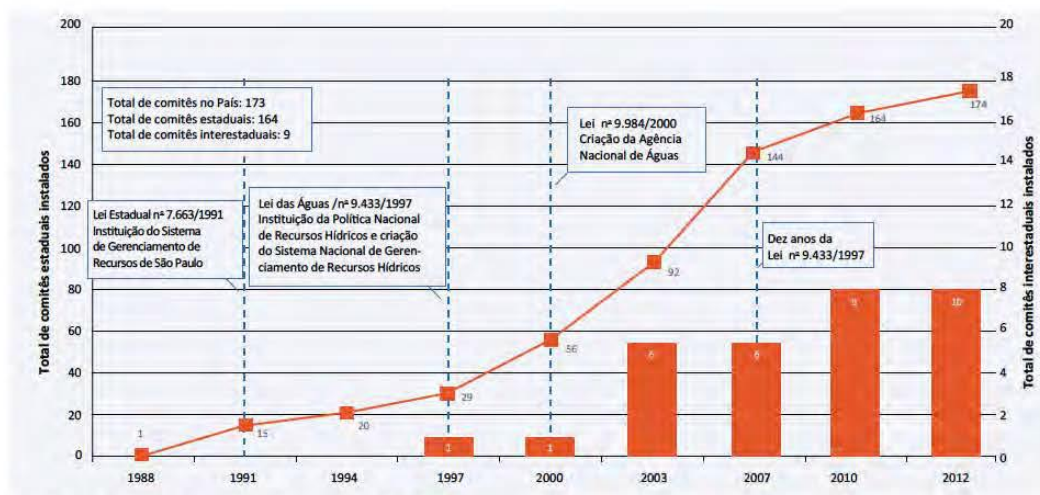
têm como objetivo a gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos, por meio da implementação dos instrumentos técnicos de gestão, da negociação de conflitos e da promoção dos usos múltiplos da água na bacia hidrográfica. Os comitês devem integrar as ações de todos os governos, seja no âmbito dos municípios, dos estados ou da União, promover a conservação e a recuperação dos corpos d'água e garantir a utilização racional e sustentável dos recursos hídricos. (ANA, 2013, p. 234)

A Lei Federal 9.433 de 1997 possibilitou não só o reconhecimento destes espaços como, a partir dela, houve um incremento considerável na criação de Comitês de Bacias (Figuras 19 e 20). O número de comitês saltou de 29 no período para 100 em 2006 e para 174 no ano de 2012. Já com relação aos conselhos estaduais de recursos hídricos, existem 26 instalados (ANA, 2013; GRANJA & WARNER, 2006).

No entanto, ainda de acordo com a ANA (2013) o primeiro COBH no Brasil é anterior a 1997. O Comitê do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul nasce no período da constituinte de 1988 mesmo sem existir um marco legal para sua atuação.

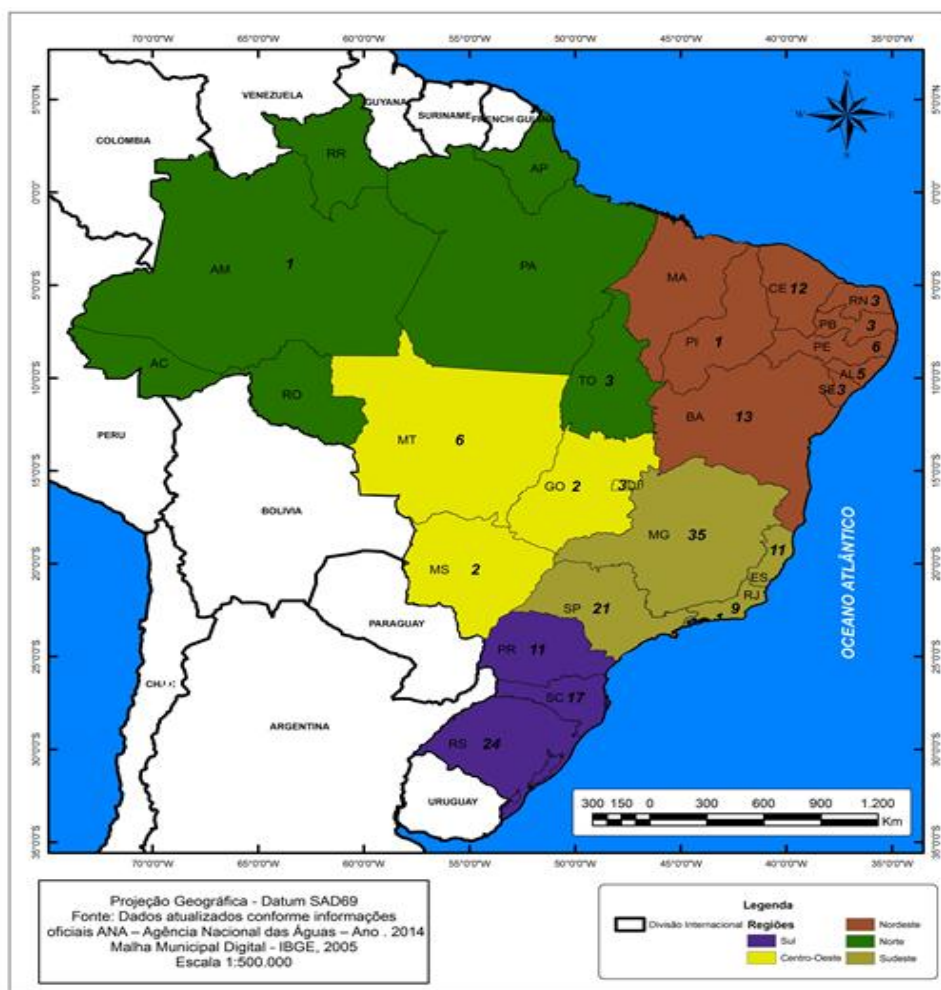
**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Figura 19 – Evolução da criação do COBHs no Brasil



Fonte: ANA (2013, p. 232)

Figura 20 – Distribuição dos COBHs no Brasil



Fonte: Moretti & Marinho (2016, p. 128)

A observação das figuras 19 e 20 nos mostra que há uma disparidade no número de Comitês instalados no país. A região Norte que possui maior disponibilidade hídrica, contraditoriamente, possui poucos COBHs, o que parece dar razão ao observado por Santos & Medeiros (2009, p. 97) ao afirmarem que “Apesar da dificuldade em traduzir a disponibilidade hídrica em números, afirma-se que, em linhas gerais, quanto maior a disponibilidade hídrica menor o nível de implementação da Lei das Águas”.

5.1 Os Comitês e Conselhos na RMR e em Suape

Um levantamento feito por Lima & Bitoun (2004) para o período de 2000 a 2001 mapeou 55 conselhos na RMR, sendo que no município do Cabo de Santo Agostinho existiam dez (o maior número da região) e Ipojuca apenas quatro conselhos. Com relação a composição, o levantamento identificou que o número de conselheiros, entre titulares e suplentes, variava de 16 a 52. Os autores identificaram ainda que havia uma predominância dos conselhos que são exigidos por leis, sem os quais, os municípios não recebem verbas federais e estaduais, como o de saúde, da criança e adolescentes, da educação.

Em relação ao meio ambiente, Lima & Bitoun (2004) afirmavam que os conselhos de meio ambiente, apesar da importância, apresentava-se de forma tímida. Em relação a composição, estes tinham 54% de segmentos não governamentais, 26% de governamentais, sindicatos 15% e entidades patronais 5%.

Fato importante de se registrar é a criação do primeiro Comitê de Bacia Hidrográfica de Pernambuco (o COBH Pirapama) sob a nova legislação pós Lei 9.433. O Rio Pirapama tem nascentes no município de Pombos e perpassa vários municípios da Zona da Mata e também, da RMR onde 2/3 dos seus municípios são banhados pela bacia incluindo o Cabo de Santo Agostinho onde foi construída a Barragem de Pirapama. (CPRH, 1998)

O COBH Pirapama foi instalado em 1º de junho de 1998. Sua composição inicial contava com 50% de representantes da Sociedade Civil, sendo que neste segmento estavam incluídos os Usuários e também, representantes do Legislativo e das Universidades. Os outros 50% de representantes eram distribuídos entre o Governo do

Estado e dos Municípios da Bacia. Entre um dos objetivos do COBH Pirapama estava a responsabilidade pelo gerenciamento do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Pirapama, a Agenda 21 da bacia. A criação do COBH Pirapama estava dentro do Projeto Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Bacia que contou com apoio técnico e financeiro do governo britânico (CPRH,1998).

O COBH Pirapama, no entanto, teve vida curta. Em 2010, ou seja, doze após sua fundação, ele foi extinto passando a integrar junto com o COBH do Rio Jaboatão, o atual Comitê Metropolitano Sul – GL 2 (pequenos rios litorâneos). Destaca-se aqui que durante a execução desta pesquisa, não foi possível identificar os motivos que levaram a dissolução do COBH Pirapama e sua incorporação junto com o COBH Jaboatão em um novo COBH.

5.1.1 Descrição dos Comitês e Conselhos investigados: configuração do Poder Local em Suape

A) O Comitê Metropolitano Sul – GL 2

O COBH Metropolitano Sul ou COBH GL- 2 foi instituído em julho de 2011 passando a agregar os COBH Pirapama e o COBH Jaboatão³⁴. Possui um estatuto social que data de 01/12/2011. Sua primeira reunião ordinária deu-se em 22/03/2012.

A última eleição do COBH foi realizada em 2015 para o quadriênio 2015-2018 (Figura 21). Neste pleito foram eleitos os membros que totalizam 29 entre os segmentos: Usuários, Sociedade Civil e Poder Público.

Fato importante sobre o COBH Metropolitano Sul é que não foi encontrado nenhum registro (atas, fotos etc) anterior a criação deste COBH, ou seja, quando existiam o COBH Pirapama e o COBH Jaboatão em separado. De acordo com informações verbais de membros do Comitê, parte significativa do acervo documental do COBH foi “extraviado” ou simplesmente “sumiu” em função de desentendimentos com a pessoa

³⁴ Informações obtidas no site da APAC e através da análise de algumas Atas de Reuniões que tivemos acesso.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

que fora o antigo secretário do COBH e que não repassou nenhuma documentação. De forma que, o registro sobre os acontecimentos anteriores a 2012, ficou prejudicado.

Figura 21 – Composição do COBH Metropolitano Sul – GL 2 para o período 2015 - 2018

Composição	
Presidente: Sandra Ferraz Wanderley – Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes	
Vice-Presidente: José Reginaldo Moraes dos Santos Filho – SINDAÇUCAR	
Secretária: Joana Tereza Aureliano – Secretaria de Meio Ambiente/SEMAS	
Data de instalação: 04 / 11 / 2011	
Nº de Membros: 30	
Nº Municípios: 09	
Mandato Atual: 2015 – 2018.	
PODER PÚBLICO	
Prefeitura Mun. do Cabo de Santo Agostinho	Daniela Cristina da Fonseca Oliveira
Prefeitura Municipal de Escada	Joelma Maria de Souza
Prefeitura Mun. de Jaboatão dos Guararapes	Sandra Maria Ferraz de Sá
Prefeitura Municipal de Moreno	Carlos Eduardo de Farias
Prefeitura Municipal de Recife	Inamara Santos Melo
Prefeitura Mun. Vitória de Santo Antão	Severino Roberto da Silva
SDEC-Sec. De Desenvolvimento Econômico	Antônio Ferreira de Oliveira Neto
SEMAS-Sec. Meio Ambiente e Sustentabilidade	Joana Tereza Aureliano
APEVISA	Roberto Coelho
ENTIDADES CIVIS	
Assoc. Parceiros do Proj. Assent. Hebert Souza	Edna Maria da Silva
Assoc. Pequenos Produtores do Engenho Jardim	José Alexandre do Nascimento
Centro Mulheres do Cabo	Marlis Schmeing
Centro de Mulheres de Pombos	Rúbia Maria da Silva
Grupo de Idosos Vida Nova	Euclides Pacheco da Silva
Instituto Brasileiro Pró-Cidadania	Valdir Pedrosa Silva
Sindicato dos Urbanitários de PE – SINDURB/PE	Amaury Vicente da Silva
Universidade Federal de Pernambuco	Sílvia Helena Lima Schwaborn
Universidade Livre do Meio Ambiente do NE UNIECO	Mario Almide Valença dos Santos
USUÁRIOS	
Assoc. dos Fornecedoros de Cana de Pernambuco	Antônio Ricardo Moura
Associação dos Pescadores de Barra de Jangada	Alberico Monteiro da Costa Junior
CEPASA – Celulose e Papel de Pernambuco S.A.	Airton Luiz da Silva Júnior
Colônia dos Pescadores Z-08 do Cabo	Josefa Ferreira da Silva
Colônia de Pescadores Z-12 de Porto de Galinhas	Josias Clementino de Jesus
Colônia de Pescadores Z-25 do Jab. Guararapes	Maria Aparecida Santana
Companhia Alcooquímica Nacional S.A.	Aguinaldo Soares do Nascimento Junior
Petrobrás – Refinaria Abreu e Lima	Camila Tolledo Santos
SINDAÇUCAR – Sindicato da Indústria Açúcar	José Reginaldo Moraes dos Santos Filho
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombos	João Francisco da Silva Filho
SINDICAPE – Sindicato dos Cultivadores de Cana PE	Francisco de Assis Dutra Melo

Fonte: http://www.apac.pe.gov.br/pagina.php?page_id=7&subpage_id=47

O funcionamento do COBH se dá basicamente com a realização de: Reuniões Ordinárias, Plenárias Extraordinárias, Reuniões da Diretoria Executiva. Dessa forma, de acordo com a análise de algumas Atas foi possível levantar que:

- Em 2012 – haviam 12 reuniões previstas, mas apenas 04 foram realizadas; 03 Plenárias foram realizadas e 03 Oficinas regionais de diagnóstico participativo, além de algumas reuniões de Grupo de Trabalho Técnico.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

- Em 2013 – foi realizada 01 reunião ordinária e 01 extraordinária; e 01 Reunião da Diretoria. Também neste ano foi instituída a Câmara Técnica do Plano Diretor de Recursos Hídricos. Entre os membros desta Câmara Técnica não constavam representantes da Sociedade Civil.
- Em 2014 – foram realizadas 03 reuniões ordinárias e 02 Plenárias Extraordinárias, além de 01 Reunião da Diretoria.

O COBH tem realizado outras atividades como: Comemoração do Dia Mundial do Rio, Oficinas de Capacitação; Visitas a nascentes etc. Algumas destas atividades serão apresentadas no relato e nos dados sobre o acompanhamento mais adiante.

Desde o início de 2016 existe um informativo (ANEXO 3) do COBH denominado “Águas do Sul” que está na sua segunda edição (a primeira foi em fevereiro e a segunda em abril de 2016) cuja função é informar as ações desenvolvidas pelo comitê e/ou pelos órgãos estaduais, Ongs e empresas nos rios da bacia.

B) O Comitê da Bacia do Ipojuca

O COBH do Rio Ipojuca foi criado no ano de 2002. Registros sobre este comitê anterior a 2012 são escassos, uma vez que, segundo informações verbais de atuais membros, boa parte dos registros foi perdida e/ou está nas mãos de pessoas que não fazem mais parte do comitê e não repassaram tais documentos. O COBH Ipojuca conta com 30 membros para a gestão no triênio 2015 – 2018 (Figura 22).

As ações do comitê são basicamente: reuniões ordinárias, reuniões da diretoria executiva, reuniões ou plenárias extraordinárias, ações comemorativas ao Dia do Rio e Dia Mundial da Água (22/03), acompanhamento do PSA – Programa de Saneamento Ambiental em implantação pelo Governo do Estado que tem financiamento do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.

O COBH possui um informativo denominado “Águas do Ipojuca” (Anexo 4) cuja última edição (22ª) foi em agosto de 2016. Destaca-se ainda o informativo mensal bilíngue (português e espanhol) “PSA em Foco” (Anexo 5) editado pela COMPESA e

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

que circula entre os membros. Este informativo é específico para divulgação das ações do Programa de Saneamento Ambiental do Rio Ipojuca.

Figura 22 – Composição do COBH Ipojuca para o período 2015-2018

Data da Instalação

30.04.2002

Resolução CRH Nº 02, de 24 de setembro de 2002 - Dispõe sobre a homologação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca.

Nº. Membros - 30

Nº. Municípios – 25

DIRETORIA ELEITA			
Mandato 2015-2018			
PRESIDENTE		VICE-PRESIDENTE	SECRETÁRIO EXECUTIVO
José Edson Lopes Piaba		Luciano Gomes da Silva Júnior	Audemário Inácio dos Prazeres Filho
Prefeitura Municipal de Sanharó		Conselho dos Usuários do Açude do Bitury	Prefeitura Municipal de Bezerros
LISTA DE MEMBROS DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IPOJUCA			
Mandato 2015-2018			
PODER PÚBLICO			
	CONDIÇÃO	ENTIDADE	REPRESENTANTE
01	Titular	I Gerência Regional de Saúde/APEVISA	Roberto Costa Coelho
02	Titular	Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH	Eduardo Elvino S. Lima
03	Titular	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	Alexandre Jorge P. de Moura
04	Titular	Prefeitura Municipal de Belo Jardim	José Andre Costa da Rocha
05	Titular	Prefeitura Municipal de Bezerros	Audemário Inácio dos Prazeres Filho
06	Titular	Prefeitura Municipal de Chã Grande	Marcelo de Lira Ferraz
07	Titular	Prefeitura Municipal de Gravatá	Fernanda Souza Leão Gayoso
08	Titular	Prefeitura Municipal de Ipojuca	Antenor Gomes Campos da Silva
09	Titular	Prefeitura Municipal de Poção	Verônica Fagundes de Almeida
10	Titular	Prefeitura Municipal de Sanharó	José Edson Lopes Piaba
11	Titular	Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDEC	Jacilene Soares Cezar
12	Titular	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS	Joana Teresa Aureliano
13	Suplente	Prefeitura Municipal de Sairé	José Herculano da Silva
14	Suplente	Prefeitura Municipal de Escada	Karoly Feledi Barbosa
15	Suplente	Prefeitura Municipal de Primavera	Evilmar Maria de Oliveira
16	Suplente	Prefeitura Municipal de Pesqueira	Jonas Celso Maia de Brito
17	Suplente	Prefeitura Municipal de Caruaru	Guilherme Mendonça Guerra
SOCIEDADE CIVIL			
	CONDICÃO	ENTIDADE	REPRESENTANTE

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

18	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sairé	Ozéias Caetano da Silva
19	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riacho das Almas	Maria de Lourdes da Silva
20	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belo Jardim	José Araújo de Lima
21	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altinho	Arlindo Gomes da Silva
22	Titular	Conselho dos Usuários do Açude do Bitury	Luciano Gomes da Silva Júnior
23	Suplente	Associação dos Filhos e Amigos de Bezerras - AFABE	Paulo Roberto Bezerra Leite
24	Titular	Associação dos Amigos do Meio Ambiente - AMA Gravatá	Silvia Sueli Gonçalves de Souza
25	Suplente	Associação Profissional dos Geólogos de Pernambuco	Ranjana Yadav
26	Titular	Instituto Brasileiro Pró-Cidadania	Juliana Santos Fino
27	Suplente	Associação dos Moradores do Bairro Santo Antônio	Maria das Graças Silva Lira
28	Titular	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	Ricardo José Araújo Miranda
29	Suplente	Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE	Luiz Henrique Leal Calado
USUÁRIOS			
	CONDIÇÃO	ENTIDADE	REPRESENTANTE
30	Titular	Acumuladores Moura S/A	Juliete Medeiros Silva
31	Titular	Associação dos Empreendedores do Parque Eco Turístico da Cachoeira do Urubu - AEPECU	Ermirio J. L. Cabral do Rego Barros
32	Titular	Associação de Pesca Esportiva e Consciência Ambiental da Escada - ASPESCAE	Marcelo Antonio W. Ribeiro Pessoa
33	Titular	Associação dos Moradores e Pescadores das Áreas de Mangue no Município de Ipojuca - PE	José Carlos da Silva
34	Titular	Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Cruzeiro do Oeste	Marcos Manoel da Silva
35	Titular	Colônia de Pescadores Z-12 de Porto de Galinhas	Josias Clementino de Jesus
36	Titular	PETROBRAS - Refinaria Abreu e Lima	Camila Tolledo Santos
37	Titular	Quilombo do Barro Branco	Maria Lucineide da Silva
38	Titular	Usina Ipojuca S/A	Manoel Almeida Ximenes

Fonte: http://www.apac.pe.gov.br/pagina.php?page_id=7&subpage_id=44

C) O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Cabo de Santo Agostinho – COMDEMA

O COMDEMA do Cabo de Santo Agostinho foi instituído pela Lei Municipal n.º 1.209 de 1978 na gestão do Prefeito José Alberto de Lima. A Lei que previa a composição do Conselho por 09 membros com mandato de dois anos e escolhidos livremente pelo prefeito do município. No mesmo ano foi elaborado e aprovado o Regimento Interno do COMDEMA que previa a reunião mensal do conselho. Em 1997 através da Lei 1.796 a indicação para a composição do COMDEMA passou a ser feita pelos próprios segmentos e o mandato destes, ficou estabelecido em 2 anos.

Apesar de ser um conselho antigo, não foram encontrados registros anteriores a 2013. Souza (2010) em seus estudos analisou o COMDEMA no período 2008-2009 e identificou que, apesar do grande número de empreendimentos que chegaram ao município no período estudado, o conselho limitou-se a organizar a I Conferência Municipal de Meio Ambiente em fevereiro de 2008, onde não foi discutido este assunto.

De acordo com a Ata da 2ª reunião do COMDEMA em 2014, o conselho se reúne bimestralmente às terças-feiras. Nessa mesma reunião foram informadas as alterações feitas no Regimento Interno que estabeleceu, dentre outras questões, a substituição dos conselheiros que tivessem duas ausências consecutivas não justificadas no decorrer de um ano ou quatro ausências alternadas no decorrer do mandato.

A primeira reunião ordinária de 2016 foi realizada no mês de abril onde se definiu a nova composição do conselho para o próximo biênio bem como, a entrada de novos membros como o IFPE e UFRPE das respectivas unidades no município.

D) O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Ipojuca – COMDEMA

O COMDEMA de Ipojuca foi criado pela Lei Municipal 1.064 de 1994 na gestão do Prefeito Alberto Costa Filho. Em relação a composição, a lei estabeleceu que a mesma teria representantes do poder público e da sociedade e que, as deliberações do COMDEMA seriam executadas pelo Departamento de Agricultura do Município.

De acordo com informações verbais colhidas durante a presente pesquisa, o COMDEMA estava paralisado desde o ano de 2009. Em 2013 a Lei Municipal nº 1.713

alterou a Lei de criação de COMDEMA. Esta alteração estabeleceu a paridade de representação (titulares e suplentes) das 22 entidades listadas na própria lei. Estabeleceu ainda o mandato de 02 anos com possibilidade de recondução e que, a ausência sem justificativa em 03 reuniões consecutivas ou em 04 intercaladas, implicaria em desligamento do membro. Com relação a execução das deliberações do COMDEMA estas ficaram a cargo da Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano.

Por ocasião da reunião do COMDEMA realizada em 16/04/2015, verificou-se que se tratava da 6ª Reunião Ordinária do conselho desde sua reformulação em 2013. Nesta reunião foi comunicado que o novo Regimento Interno havia sido aprovado na última reunião. Também foram propostos alguns temas a serem estudados e debatidos nas reuniões entre eles: Ambiente Recifal; Manguezal; Aterro Sanitário; Lixo; Nascentes; Mata ciliar.

O município de Ipojuca através da lei 1.279 de 2001 criou também o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS, mas durante a nossa pesquisa não foi possível identificar nenhuma ação ou até mesmo, a existência e funcionamento deste conselho.

E) O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Cabo de Santo Agostinho - CMDRS

O CMDRS nasceu como Conselho Municipal de Agricultura em 1992 através da Lei Municipal nº 1.633. Em nossa pesquisa não identificamos as razões, decreto ou lei que tenha estabelecido a nomenclatura atual do conselho. Ele congrega os agricultores e as cooperativas de agricultores do município, além de outros segmentos como o Poder Público, Ongs, Órgãos Técnicos Federais e Estaduais, Associações de Moradores de áreas rurais, entre outros. Suas reuniões são mensais, sempre na segunda quinta-feira de cada mês, ocorrendo no auditório da Secretaria de Agricultura do Cabo de Santo Agostinho.

5.2 Governança das Águas: participação em eventos, ações e análise das atas dos COBHs, COMDEMAS e CMDRS.

Inicialmente destaca-se um fato importante registrado em nossa pesquisa que atua como algo negativo: a ausência nos dois municípios de Conselhos de Desenvolvimento (Econômico e/ou Sustentável). Muito embora haja, como no caso de Ipojuca, uma lei que estabelece a existência desse tipo de conselho, verificou-se que nos dois municípios, a discussão e decisões econômicas passam por um colegiado geralmente composto pelo Prefeito, vice-prefeito e algumas secretarias como a de Finanças e de Planejamento. Dessa forma, mesmo diante da importância econômica de Suape, que repercute na Governança das Águas, a população está excluída do processo de decisão e até mesmo de consulta sobre os investimentos e empreendimentos que chegam ou são gerados nos dois municípios.

5.2.1 A participação e a percepção no âmbito dos Comitês de Bacia (GL – 2 e Ipojuca)

Nossa pesquisa e acompanhamento dos COBHs Metropolitano Sul (GL – 2) e do Ipojuca foi feita no período 2014 – 2016. Nesse período buscou-se: participar das reuniões ordinárias e extraordinárias dos COBHs (Figuras 23 e 24); participar de eventos, capacitações e ações diversas promovidas por estes (Figuras 25, 26 e 27); conversas presenciais com alguns representantes, entre eles os presidentes e secretários dos COBHs; acesso ao acervo de atas de algumas reuniões anteriores ao período 2014 – 2016 e/ou, das quais por dificuldades na comunicação, não foi possível a nossa participação no período da pesquisa; aplicação de entrevistas.

***GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.***

Figura 23 – Reunião do COBH Ipojuca realizada em Bezerros - PE



Fonte: O autor, 25/09/2015

Figura 24 – Reunião do COBH Ipojuca realizada em Bezerros - PE



Fonte: O autor 25/09/2015

***GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.***

Figura 25 – Reunião do COBH GL - 2



Fonte: o Autor, 28/08/2015

Figura 26 – Ação do Dia Mundial da Água promovida pelo COBH GL - 2



Fonte: O autor, 23/03/2016

Figura 27 – Reunião do COBH GL - 2



Fonte: O autor, 14/09/2016

Sobre a participação nas reuniões, ações e eventos, destaca-se que um dos problemas verificados, além da comunicação, é a ausência de muitos membros, sobretudo dos municípios mais distantes. Infelizmente esta é uma questão que se arrasta há anos. Já em 2005 por ocasião das reuniões do extinto COBH Jaboatão, Galindo (2009) identificou a ausência do poder público, notadamente do poder legislativo nas reuniões. Essa situação tem sido umas das justificativas dadas para que haja mais reuniões das Diretorias Executivas que reuniões ordinárias. Essas Diretorias Executivas em geral são compostas por 04 membros entre eles: a Presidência e a Vice Presidência e a Secretaria Executiva do COBH e o responsável da APAC pelo acompanhamento.

As pautas das reuniões, assim como as atas analisadas, tiveram majoritariamente as discussões por ordem de frequência em torno das seguintes questões:

- 1º Reclamações quando ao apoio governamental (APAC), sobretudo em relação ao transporte para locomoção dos membros para as reuniões e eventos;
- 2º Falta de estrutura do COBH que envolve questão financeira, estrutura funcional etc;
- 3º Ausência e baixa frequência de membros, ocorrendo reuniões com baixo número de membros principalmente dos representantes dos municípios;
- 4º Informes gerais (incluem-se aqui algumas denúncias pontuais envolvendo desmatamentos ou uso ilegal das nascentes e poluição hídrica, eleições dos COBHs);
- 5º Apresentação de projetos, programas e ações previstas no âmbito da bacia hidrográfica, a exemplo do Programa Águas de Suape e do PSA.

5.2.2 A participação e a percepção no âmbito dos COMDEMAs e CMDRS

Assim como nos COBHs nossa pesquisa no âmbito dos COMDEMAs (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca) e do CMDRS (Cabo de Santo Agostinho) se deu no período 2014 – 2016 e buscou a: participação nas reuniões e eventos (Figuras 28, 29 e 30) promovidos por estes conselhos; conversas presenciais com alguns membros e análise de atas de reuniões anteriores e/ou das quais por dificuldades na comunicação, não foi possível nossa participação.

Figura 28 – Reunião do COMDEMA Cabo de Santo Agostinho



Fonte: O autor, 04/09/2014

Figura 29 – Reunião do COMDEMA (Ipojuca)



Fonte: O autor, 14/04/2016

Figura 30 – Reunião do CMDRS



Fonte: O autor, 07/08/2014

Sobre a participação junto aos COMDEMAS e ao CMDRS destacamos a falta de sistemática das reuniões que, a exceção do CMDRS, não tem frequência regular o que dificulta tanto a participação dos membros quanto a nossa pesquisa. Outro fato importante, é que não se tem muita preocupação com o quórum para início das reuniões o que, por vezes, ocasionou a realização das reuniões com um número muito reduzido de pessoas.

As pautas das reuniões, assim como as atas analisadas, tiveram majoritariamente as discussões por ordem de frequência em torno das seguintes questões:

No âmbito dos COMDEMAS

- 1º Reclamações diversas em relação a falta de atuação do Poder Público Municipal;
- 2º Ausência e baixa frequência dos membros;
- 3º Denúncias de impactos com deposição de lixo em lugares inadequados, poluição sonora e do ar;
- 4º Falta de estrutura do Conselho (falta de recursos financeiros, estrutura funcional etc);
- 5º Informes gerais (incluem-se algumas ações previstas como palestras, construção de parques, campanhas municipais etc).

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Especificamente sobre o COMDEMA do Cabo de Santo Agostinho, o trabalho de Souza (2010) analisou seu funcionamento entre os anos de 2008 – 2009 e constatou que:

Os objetivos promulgados para o COMDEMA apresentam contradições quanto à realidade observada no seu funcionamento. Percebe-se uma concepção “verdista” da questão ambiental que desconsidera a questão social implicada na gestão do meio ambiente, restringindo a participação da comunidade, apenas no aspecto da recepção de informações, que por si só, é incapaz de desenvolver um processo de “consciência crítica”, essencial para o desenvolvimento de novas maneiras de pensar a formulação e a implementação de políticas públicas socioambientais. (...) ele não tem sido consultado quanto às decisões referentes à implantação de grandes empreendimentos e projetos econômicos ambientalmente impactantes capitaneados por outras secretarias do poder local e até mesmo por outras esferas governamentais em parceria com o setor privado. (p. 61)

A autora constatou ainda que no período analisado o COMDEMA limitou-se a realização da I Conferência Municipal de Meio Ambiente e que alguns membros, sequer sabiam que faziam parte deste conselho, bem como, tinham pouco conhecimento do Fundo Municipal de Meio Ambiente. (SOUZA, 2010)

Infelizmente esta realidade do COMDEMA/Cabo parece continuar e é agravada pela grande rotatividade dos conselheiros, inclusive daqueles representantes do poder público. Note-se ainda que a grande rotatividade dos conselheiros também foi registrada no COMDEMA/Ipojuca.

No âmbito do CMDRS as pautas e atas giraram em torno de:

- 1º Reclamações ao poder público por falta de apoio aos agricultores principalmente no que se refere a infraestrutura de acesso aos engenhos, maquinário etc;
- 2º Divulgação de ações e financiamentos para os agricultores;
- 3º Informes gerais (incluem-se feiras, festas alusivas etc)

O período de acompanhamento dos COBHs e Conselhos coincidiu com a realização de pleitos eleitorais em níveis nacional e estadual (eleições de 2014), em nível municipal (eleições de 2016) e no próprio nível dos COBHs e Conselhos, o que prejudicou as ações e funcionamento destes espaços e da própria pesquisa. Sobre este assunto Jouravlev (2001) já alertava sobre os perigos da politização das atividades técnicas e

também, da instabilidade dos diretores de organismos relacionados a água na América Latina. Aqui acrescentamos a politização também dos organismos relacionados às questões ambientais como os COMDEMAS. Galindo (2009) cita como exemplo o ano de 2008 que foi ano de eleições municipais, momento em que o extinto COBH Jaboatão ficou inoperante dado o afastamento de parte da diretoria executiva para concorrer às eleições.

O estudo da Master Eco-Polis (2009 *apud* SANTOS, 2011) sobre a governança do território do CIPS nos setores da economia, território e ambiente, dinâmicas urbanas e instituições apontou que:

a existência de instrumentos para a participação que não estão sendo utilizados de maneira eficaz, à medida que deixam a participação das representações sociais em segundo plano. Acrescenta-se, também, a fragmentação em todos os setores, dentro e fora dos municípios, e um dinamismo na sociedade civil que não tem tido uma visão e longo prazo (p. 48)

5.3 Análise das entrevistas

Como foi especificado na metodologia, o número de pessoas entrevistadas nos COBHs, COMDEMAS e no CMDRS variou em função da disponibilidade dos membros, uma vez que, a participação era voluntária assim como, a identificação nominal dos mesmos. Tal estratégia visou dar ao entrevistado maior liberdade para suas respostas, sobretudo daqueles que eram representantes do poder público e ocupantes de cargos de confiança.

As entrevistas foram diferenciadas por natureza de espaço de participação (COBH, COMDEMAS, CMDRS e APAC), no entanto, algumas questões foram comuns aos diferentes espaços. Quanto ao quantitativo de entrevistas que foram possíveis de ser realizadas temos: COBH GL 2 (3 entrevistas sendo uma por segmento), COBH Ipojuca (3 entrevistas sendo uma por segmento), COMDEMA/Cabo (3 entrevistas sendo 1 do Poder Público e 2 Sociedade Civil), COMDEMA/ Ipojuca (4 entrevistas sendo 2 Poder Publico e 2 Sociedade Civil), CMDRS (3 entrevistas sendo 1 de órgão técnico estadual e 2 Sociedade Civil), APAC (2 entrevistas), totalizando 18 entrevistados (Tabela 01) .

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Note-se, no entanto, que as repostas dos membros da APAC estão nos quadros do COBHs, mas os mesmos tem a função de apoio aos COBHs não ocupando vaga enquanto segmento.

Tabela 01- Quantitativo de entrevistados por segmento

Segmento	Quantitativo
Poder Público (incluindo APAC e IPA)	08
Usuários	02
Sociedade Civil	08
Total: 18	

As figuras 31 e 32 mostram o tempo de participação dos entrevistados nos COBHs e Conselhos e o nível de instrução. Nota-se que dos entrevistados (7 do total) possuem 5 anos ou mais de participação no COBH ou Conselho, o que em tese indica uma certa *expertise* dos mesmos em relação a dinâmica e funcionamento destes espaços. Outro fato importante é em relação ao nível de instrução, onde a maioria (12 do total) possui curso superior e/ou pós-graduação. Sendo que, o maior nível de instrução está quase sempre representado pelos membros dos segmentos Poder Público e Usuários, enquanto que a Sociedade Civil concentrou-se no nível médio.

Embora possamos em geral considerar um bom nível de instrução dos entrevistados (ensino médio e superior), a Sociedade Civil concentrada no nível médio (completo ou incompleto) apresenta certa dificuldade em entender os aspectos técnicos presentes nas reuniões e ações, fato que ficou comprovado também nas pesquisas, quando do estudo ou apresentação de documentos técnicos por parte dos órgãos governamentais em que, estrategicamente e/ou por falta de tempo nas reuniões, não se detalhava os termos técnicos para facilitar o entendimento por parte daquelas/as menos íntimos do conteúdo, obrigando, sobretudo parte dos membros da Sociedade Civil, a ficar na dependência de explicações de outros membros dos Comitês e Conselhos.

Figura 31 – Tempo de participação dos entrevistados nos COBHs e Conselhos

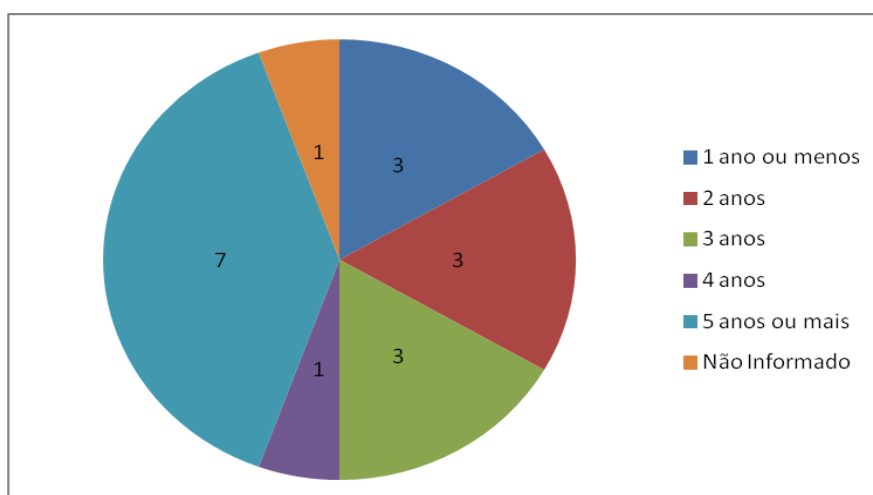
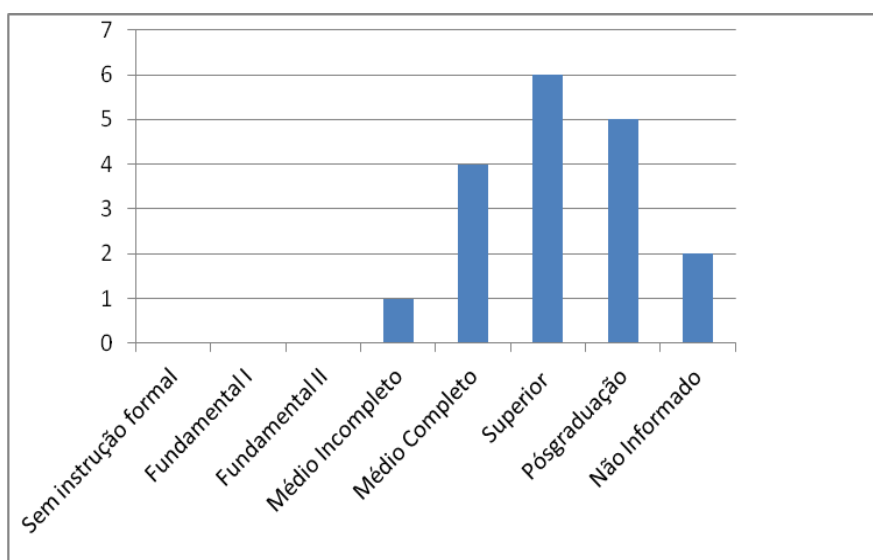


Figura 32 – Nível de Instrução dos entrevistados



Abaixo seguem os quadros com as respostas e observações assim como os comentários sobre as respostas das entrevistas. Em primeiro lugar vem os quadros das respostas e comentários dos COBHs analisados e em seguida, as respostas e comentários dos Conselhos analisados.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Quadro 12 - COBH METROPOLITANO SUL – GL 2		
Questão 1: Qual(is) são as principais dificuldades do Comitê?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Ineficiência de articulação entre os órgãos públicos; Falta de clareza por parte dos membros sobre suas funções no COBH; Falta de reconhecimento por parte dos órgãos do governo da importância do COBH sobre as ações que interferem na bacia.	
APAC	Domínio sobre os instrumentos de gestão dos recursos hídricos	
Usuários	Finanças; Planejamento das ações	
Sociedade Civil	Falta de respostas do poder público (questionamentos, transporte); Conflitos entre membros técnicos e representantes do governo.	
Questão 2: No que tange as políticas de desenvolvimento nos municípios que estão dentro da área de abrangência do COBH, como você analisa o grau de conhecimento e atuação do comitê?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	“Não há atuação dos comitês nas políticas públicas municipais. A participação dos entes é muito incipiente nas plenárias”.	Transcrição literal da resposta.
APAC	São de maior conhecimento por parte dos representantes dos municípios no COBH.	
Usuários	Há esforço do COBH, mas os municípios ainda não despertaram.	
Sociedade Civil	Faltam maiores informações e capacitação para a sociedade civil; Quando as informações chegam já estão consolidadas.	
Questão 3: Como você avalia a participação do seu segmento e dos demais dentro do Comitê (sociedade civil, poder público, usuários)?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Representatividade muito fraca.	
Usuários	Participação ativa do segmento esclarecendo algumas dúvidas aos demais membros.	O entrevistado não avaliou a atuação dos demais seguimentos.
APAC	Não atuamos como membros nos COBHs.	A APAC dá o suporte e acompanhamento apenas.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Sociedade Civil	Em geral é boa havendo cooperação do Poder Público e dos Usuários para com a sociedade civil nos esclarecimentos.	
Questão 4: Qual a relevância que a temática dos recursos hídricos tem na pauta de discussão e atuação do Comitê?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	É a temática principal.	
APAC	Sempre tem maior relevância na pauta.	
Usuários	O COBH luta pela recuperação dos recursos hídricos do Estado que sua função básica.	
Sociedade Civil	Está sempre presente (as nascentes, as matas ciliares e entorno).	
Questão 5: Na sua opinião, qual a importância que os recursos hídricos tem no processo de desenvolvimento?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Sem eles não há desenvolvimento.	
APAC	“Seu valor é relativo e depende de como os diversos fatores de desenvolvimento se relacionam no processo”	Transcrição parcial da resposta.
Usuários	Sua preservação é fundamental para todo e qualquer desenvolvimento.	
Sociedade Civil	É vital. A água é vida. É preciso proteger porque as atividades necessitam dela.	
Questão 6: Analisando o Comitê como um todo, você acha que os/as participantes tem consciência sobre a problemática hídrica-ambiental?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Todos tem consciência da problemática hídrica, mas as consequências talvez ainda não estejam internalizadas.	
APAC	Esta resposta só pode ser feita se definirmos uma escala.	
Usuários	Apesar de plural tem consciência sim.	
Sociedade Civil	“Em parte, porque é uma coisa complicada, principalmente para a sociedade civil que não tem formação acadêmica”	Transcrição literal da resposta.
Questão 7: O seu segmento participa de outros espaços de discussão sobre a questão do desenvolvimento, ambiental e recursos hídricos?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Poder Público	Sim: COMDEMAS, CRH/PE, CONSEMA, ANAMMA	
APAC		Não respondeu.
Usuários	Sim, de espaços de discussão sobre desenvolvimento sustentável.	O entrevistado não informou quais.
Sociedade Civil	Sim: Conselho Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal da Pessoa Idosa, Conselho Gestor do Hospital Otávio de Freitas.	
Questão 8: Como você analisa a relação do Comitê com os Órgãos que definem as políticas ambientais e de desenvolvimento para os municípios que estão dentro da área de atuação do COBH?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Relação inexistente.	
APAC	Assimétrica.	
Usuários	As políticas ambientais precisam de melhor definição técnica.	O entrevistado não citou nenhum órgão que tenha relação com o COBH.
Sociedade Civil	“É uma relação complicada, não vejo com bons olhos. Não há conversa entre si, não se juntam pra conversar, nem mesmo entre os próprios COBHs.”	Transcrição literal da resposta.
Questão 9: Questão aberta/livre. Que outros aspectos envolvendo os recursos hídricos e o COBH você considera importante ressaltar?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	A questão da gestão participativa e compartilhada ainda precisa de estímulo, capacitação e reconhecimento.	
APAC	Nenhum acréscimo.	
Usuários	Maior participação da sociedade e ações que privilegiem o desenvolvimento sustentável regional.	
Sociedade Civil	O COBH precisa ter conhecimento da Outorga porque muita gente usa os poços e as indústrias.	

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Quadro 13: COBH DA BACIA DO IPOJUCA		
Questão 1: Qual(is) são as principais dificuldades do Comitê?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Participação Efetiva dos membros; Desconhecimento da população do que é Comitê; Não poder receber recursos, por não ter personalidade jurídica; Membros sem capacitação; Não possuir uma agência de bacia própria.	
APAC	NÃO RESPONDIDA	
Usuários	Falta de crédito para desenvolver as atividades do comitê; Os principais membros precisam de mais tempo para se dedicar as atividades; O governo federal, estadual e municipal participe mais ativamente.	
Sociedade Civil	Ausência de apoio dos órgãos gestores	
Questão 2: No que tange as políticas de desenvolvimento nos municípios que estão dentro da área de abrangência do COBH, como você analisa o grau de conhecimento e atuação do comitê?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Pouco conhecimento, principalmente por falta de informações dos próprios membros; O Comitê poderia contribuir muito mais, nesse elo entre os Municípios da bacia e as Instituições: Municipais, Estaduais e Federal, dependendo dos seus interesses.	
APAC	NÃO RESPONDIDA	
Usuários	É preciso que os municípios atuem com maior dedicação, fazendo uma Educação Ambiental e conscientização da população; É necessário uma maior convocação para participação da sociedade civil.	
Sociedade Civil	A questão da logística dificulta o acompanhamento dessas ações por parte do COBH.	
Questão 3: Como você avalia a participação do seu segmento e dos demais dentro do Comitê (sociedade civil, poder público, usuários)?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	No COBH Ipojuca a maior participação é do Poder Público mas deveria ser da Sociedade Civil.	
APAC	NÃO RESPONDIDA.	
Usuários	Participamos da melhor maneira possível, apesar das dificuldades.	
Sociedade Civil	Participamos do COBH participando das discussões e contribuindo com dados.	

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Questão 4: Qual a relevância que a temática dos recursos hídricos tem na pauta de discussão e atuação do Comitê?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	É a principal sobretudo no período de pouca chuva. Mas tem também os resíduos sólidos e esgotos.	
APAC	NÃO RESPONDIDA	
Usuários	“Sempre para rio mais limpo onde pudéssemos usufruir de toda beleza e riqueza que ele poderá proporcionar mais”	Transcrição literal da resposta
Sociedade Civil	Altamente relevante assim como os diversos aspectos envolvidos.	
Questão 5: Na sua opinião, qual a importância que os recursos hídricos tem no processo de desenvolvimento?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	É a mola mestra. Tendo água todo e qualquer segmento terá sucesso.	
APAC	NÃO RESPONDIDA	
Usuários	É necessária a utilização dos recursos hídricos mesmo numa área de precipitação regular.	
Sociedade Civil	A água é vida, a sociedade e todas as atividades dependem dela.	
Questão 6: : Analisando o Comitê como um todo, você acha que os/as participantes tem consciência sobre a problemática hídrica-ambiental?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Sim. Mas com pouco conhecimento e capacidade de contribuição.	
APAC	NÃO RESPONDIDA	
Usuários	Sim. Todos tem consciência da importância do rio.	
Sociedade Civil	Sim. Mas nem todos dominam os aspectos técnicos/científicos da temática.	
Questão 7: O seu segmento participa de outros espaços de discussão sobre a questão do desenvolvimento, ambiental e recursos hídricos?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
APAC	NÃO RESPONDIDA	
Poder Público	Sim.	Não especificou quais.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Usuários	Sim: no PSA e em outros da revitalização das áreas de APP.	
Sociedade Civil	Secretaria de Agricultura, sindicatos e empresas.	
Questão 8: Como você analisa a relação do Comitê com os Órgãos que definem as políticas ambientais e de desenvolvimento para os municípios que estão dentro da área de atuação do COBH?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Não é fácil mas temos conseguido com muita perseverança, a exemplo do PSA.	
APAC	NÃO RESPONDIDA	
Usuários	“O comitê vem cada dia adquirindo forças e representatividade na área, pois é uma entidade que cada vez organizada, mas ela desenvolve.”	Transcrição literal da resposta.
Sociedade Civil	Relação de parceria e diálogo para a implementação das ações.	
Questão 9: Questão aberta/livre. Que outros aspectos envolvendo os recursos hídricos e o COBH você considera importante ressaltar?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Participação de Gestores Municipais; Criação de agência de bacia no Comitê; Representantes com mais poder de decisão; Maior divulgação do Comitê nas mídias.	
APAC	NÃO RESPONDIDA	
Usuários	“Que os nossos representantes políticos deixassem de se preocupar com as falcaturas e se dedicassem mais aos problemas relacionados com os recursos hídricos e ambiental.”	Transcrição literal da resposta.
Sociedade Civil	O COBH procura participar das discussões acadêmicas sobre recursos hídricos.	

Nos dois primeiros Quadros (12 e 13) são apresentadas as repostas dos entrevistados dos COBHs (GL – 2 e Ipojuca) por segmento e dos membros da APAC. A análise aponta para algumas concordâncias e divergências sobre o funcionamento dos Comitês, problemas, relações institucionais etc.

Na pergunta 1^a quando se questionou sobre **Quais principais dificuldades do Comitê**, encontramos certa similaridade nas respostas uma vez que, os três segmentos (Poder Público, Usuários e Sociedade Civil) apontam para deficiências nas relações institucionais com o poder público, na falta de clareza sobre o que é e como funciona o COBH, falta de recursos financeiros e na pouca participação dos membros. Dessa forma, verifica-se que o discurso do fortalecimento dos organismos representativos tem um longo caminho pra ser trilhado para que os mesmos possam funcionar e cumprir com o seu papel na Governança das Águas.

Na pergunta 2^a quando se questionou sobre o **Conhecimento por parte do COBH das políticas de desenvolvimento para os municípios** que compõem a bacia hidrográfica nota-se outra similaridade nas respostas onde a questão da ausência dos representantes dos municípios, a falta de diálogo e de informações sobre tais políticas predominam. Nota-se que, os municípios que fazem parte da bacia tem tomado suas decisões unilateralmente e pouco valorizam o espaço do COBH. Da mesma forma, ocorre com os órgãos de planejamento das políticas de desenvolvimento que atuam muitas vezes ignorando o papel dos COBHs ou ainda, quando os chamam para discussão, é apenas para repasses e para legitimação de decisões já tomadas em outros espaços.

Na pergunta 3^a quando se questionou sobre **A avaliação da participação por segmento dentro do COBH** a exceção do segmento Poder Público que apresentou uma autocrítica de sua participação, os segmentos Usuários e Sociedade Civil apesar de apontarem algumas dificuldades, exaltam suas respectivas participações sempre contribuindo nas discussões e buscando se informar. Destaca-se ainda que sobretudo o COBH Ipojuca abrange a segunda maior bacia hidrográfica de Pernambuco, tendo um grande número de municípios e entidades que não participam do COBH.

Na pergunta 4^a quando se questionou sobre **Qual a importância que a temática dos recursos hídricos tinha na pauta do COBH** há outra convergência nas respostas ao se

reconhecer esta temática como a principal na pauta de discussões. No entanto, as observações feitas em reuniões e atividades dos COBHs analisados, mostraram que muitas vezes, a pauta girava em torno de problemas de comunicação, financeiros e estruturais, (falta de transporte, de recursos, de apoio em geral do poder público), além da questão da representatividade. O debate sobre a importância dos recursos hídricos da bacia ficava secundarizado limitando-se muitas vezes a algumas denúncias de poluição, captação irregular etc, só sendo tema principal dos debates quando da ocasião de datas comemorativas (Dia do Rio, Semana do Meio Ambiente etc).

Para a 5ª pergunta quando se questionou sobre **A importância dos recursos hídricos para o desenvolvimento** houve mais uma vez concordância nas respostas. Destaca-se que algumas respostas são “vagas” e repetem uma visão do senso comum sobre a essencialidade da água para as atividades. Praticamente nada se falou das complexas relações, incluindo a gestão, que envolvem o uso dos recursos hídricos, como insumo das atividades econômicas e os problemas que decorrem dessas relações. Sobre esta questão Galindo (2009) ao analisar o COBH Ipojuca identificou que a preocupação na época estava na “gestão da água em si, sem estabelecer conexões com a gestão do território” (GALINDO, 2009, p.75)

Na 6ª pergunta quando se questionou sobre **A consciência por parte dos membros da problemática hídricoambiental**, nota-se que há uma diferença entre os segmentos. Notadamente o Poder Público e os Usuários afirmam que existe a consciência sobre a questão levantada, enquanto que a Sociedade Civil apresenta limitações no entendimento como descrito na fala a seguir: *“Em parte, porque é uma coisa complicada, principalmente para a sociedade civil que não tem formação acadêmica”* (Representante da Sociedade Civil do COBH GL 2). De acordo com os membros e com a observação das reuniões e atividades, nota-se que a Sociedade Civil atribui esta “menor” consciência, ao fato de nem todos terem formação acadêmica o que, para eles, dificulta o domínio de questões técnicas.

Na 7ª pergunta quando se questionou se **A entidade ou segmento participava de outros espaços de discussão sobre desenvolvimento, meio ambiente etc**, nota-se que há uma predominância de participação de todos os segmentos em outros espaços. Esta constatação é importante, sobretudo no âmbito da Governança das Águas que requer o

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

aporte de discussões que vão além da especificidade dos recursos hídricos e do território da bacia. Não foi possível verificar em que medida se dá esta participação em outros espaços, ou se a mesma é efetiva ou apenas figurativa.

Na 8ª pergunta quando se questionou sobre **A análise que o segmento faz da relação do COBH com os órgãos que definem as políticas de desenvolvimento e ambientais nos municípios participantes da bacia** (questão fundamental para a Governança das Águas) há um claro desencontro entre os COBHs analisados. Enquanto que para os segmentos entrevistados do COBH GL 2 a resposta foi crítica, ressaltando as dificuldades e até a inexistência dessa relação, para os representantes do COBH Ipojuca, apesar das dificuldades levantadas, os mesmos analisam positivamente a relação do COBH com os referidos órgãos. É possível que essa opinião tenha sido influenciada por causa das obras do PSA – Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Ipojuca que tem demandado uma maior articulação por parte da COMPESA com as prefeituras e entidades. Ressalte-se a importância de haver conhecimento e participação do COBH nesses órgãos uma vez que, toda e qualquer intervenção em algum município da bacia, haverá repercussões positivas ou negativas no âmbito da bacia como um todo. Faz-se necessário entender que o município não é um ente isolado do contexto, mesmo este tendo autonomia sobre seu Território.

A 9ª pergunta foi proposta uma **Questão livre para que os entrevistados pudessem colocar outros posicionamentos que os mesmos achassem importantes**. Nesse caso, as repostas giraram em torno de cobranças ao poder público, de desejos de um maior reconhecimento do trabalho do COBH por parte dos municípios, de uma maior conscientização e participação da Sociedade Civil etc. Nota-se ainda que alguns aspectos relacionados aos recursos hídricos da bacia hidrográfica não são de total conhecimento dos segmentos, a exemplo a Outorga e Cobrança pelo uso das águas.

A seguir (Quadros 14, 15 e 16), temos as respostas e comentários dos entrevistados nos Conselhos analisados.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Quadro 14 - COMDEMA CABO DE SANTO AGOSTINHO		
Questão 1: Qual(is) são as principais dificuldades do Conselho?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Participação dos conselheiros; articulação e falta de recursos para execução das ações.	
Sociedade Civil 1	Falta de recursos para investimentos nos projetos, programas e ações.	
Sociedade Civil 2	A verticalização da pauta, as votações que não são proporcionais, tudo vem decidido.	
Questão 2: No que tange as políticas de desenvolvimento no município, como você analisa o grau de conhecimento e atuação do conselho?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Excelente	
Sociedade Civil 1	O conselho recebe informações via secretaria de Meio Ambiente de forma muito transparente.	
Sociedade Civil 2	O conselho só sabe das coisas quando estas já estão definidas. Só uma questão legal.	
Questão 3: Como você avalia a participação do seu segmento e dos demais dentro do Conselho (sociedade civil, poder público etc)?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Está sempre presente, mas a sociedade civil deveria participar mais.	
Sociedade Civil 1	Positiva. Há um processo democrático de ouvir os diversos pontos de vista	
Sociedade Civil 2	A participação é difícil porque não se dá espaço para os segmentos a não ser para coisas menos importantes.	
Questão 4: Qual a relevância que a temática dos recursos hídricos tem na pauta de discussão e atuação do Conselho?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Quase não há discussão dessa temática porque participamos do COBH GL 2	
Sociedade Civil 1	É um tema pouco explorado no Conselho e sua discussão deveria estar inserida a questão do bom uso da água encanada.	
Sociedade Civil 2	Não se tem dado importância, fica em terceiro plano, pois se prioriza as questões postas pelo poder público.	
Questão 5: Na sua opinião, qual a importância que os recursos hídricos tem no processo de desenvolvimento?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Deveria ser tratada com mais frequência pelo conselho.	
Sociedade Civil 1	“Os recursos hídricos disponíveis é o caminho que viabiliza o processo de desenvolvimento na forma mais ampla	Transcrição parcial da

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

	possível. Até porque, sem água, não existe progresso para o desenvolvimento sócioeconômico em lugar nenhum.”	resposta.
Sociedade Civil 2	“Sempre teve. O Cabo tem um celeiro de água inclusive mineral, principalmente na parte agrícola. É preciso proteger para evitar outros males como enchentes.”	Transcrição integral da resposta.
Questão 6: Analisando o Conselho como um todo, você acha que os/as participantes tem consciência sobre a problemática hídrica-ambiental?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Sim tem, mas falta ações concretas.	
Sociedade Civil 1	Sim. Nas discussões percebe-se isto.	
Sociedade Civil 2	Sim. Mas não tem atitude.	
Questão 7: O seu segmento participa de outros espaços de discussão sobre a questão do desenvolvimento, ambiental e de recursos hídricos?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Sim. ANNAMA, COBH GL 2	
Sociedade Civil 1	Sim. Discutimos diversos temas ligados ao meio ambiente e a agricultura.	Não especificou os espaços.
Sociedade Civil 2	Sim, da FETAPE.	
Questão 8: Como você analisa a relação do Conselho com os Órgãos que definem as políticas ambientais e de desenvolvimento para o município?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	Ainda não temos uma articulação ativa.	
Sociedade Civil 1	Relações prazerosas sempre nos chamam para as discussões.	
Sociedade Civil 2	Acho que existe porque a maioria dos membros é da prefeitura.	
Questão 9: Questão aberta/livre (Que outras observações o senhor/a acrescentaria como importantes?)		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público	O conselho precisa ser mais atuante, buscar parcerias e articulações, trazer a sociedade para o debate.	
Sociedade Civil 1	“O tema recursos hídricos deve ser levado a sério por nossa geração contemporânea envolvendo os vários segmentos da sociedade, incluindo os poderes legislativo, executivo e judiciário. Nas escolas públicas e privadas, devem levar esse tema (recursos hídricos) e a sustentabilidade do planeta. Criar uma massa crítica sobre o uso correto do líquido precioso á (água) evitando assim, seu desperdício.”	Transcrição integral da resposta.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Sociedade Civil 2	“Seria bom a organização facilitasse a participação de todos, sem que o Poder Público ‘abafasse’ o processo. É preciso que o número de membros seja ímpar e que o ‘voto minerva’ não seja do Presidente/Secretário”	Transcrição integral da resposta.

Quadro 15: COMDEMA IPOJUCA		
Questão 1: Qual(is) são as principais dificuldades do Conselho?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público 1	Executar as ações propostas, definir as metas, fuga do tema nas discussões da reunião.	
Poder Público 2	“A Constante troca de conselheiros por parte do poder público e sociedade civil, a falta do fundo municipal voltado ao meio ambiente, atrapalha as ações do conselho, o desinteresse de alguns conselheiros pelo tema enfraqueceu o conselho, embora, a recente união do conselho municipal de turismo e meio ambiente, tem trazido mudanças positivas em relação ao quórum e aos temas trabalhados.”	Transcrição integral da resposta.
Sociedade Civil 1	Comparecimento do poder público (legislativo)	
Sociedade Civil 2	Falta de uma sede; repasses de recursos municipais para projetos; integração dos conselheiros. Esta última formação é que o conselho tem funcionado bem e a prefeitura tem participado.	
Questão 2: No que tange as políticas de desenvolvimento no município, como você analisa o grau de conhecimento e atuação do conselho?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público 1	Devido a sua diversidade de representação, não tem conhecimento de todas as políticas.	
Poder Público 2	Os conselheiros são bem informados, mas a atuação é pequena.	
Sociedade Civil 1	Não tem conhecimento. Quando sabe é nas audiências quando tá tudo pronto.	
Sociedade Civil 2	Não é bem informado sobre esta questão.	
Questão 3: Como você avalia a participação do seu segmento e dos demais dentro do Conselho (sociedade civil, poder público etc)?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público 1	Participa tentando fazer parcerias, esclarecendo dúvidas e ajudando nas ações.	
Poder Público 2	Há participação da sociedade civil de forma atuante. O poder público, apesar da burocracia, participa também.	

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Sociedade Civil 1	Sempre presente assim como a sociedade civil.	
Sociedade Civil 2	É bem distribuída e participativa.	
Questão 4: Qual a relevância que a temática dos recursos hídricos tem na pauta de discussão e atuação do Conselho?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público 1	Tem muita relevância já que é fundamental para muitos ecossistemas.	
Poder Público 2	Sempre estamos colocando o tema na pauta.	
Sociedade Civil 1	O conselho deveria fazer esta discussão, mas não faz.	
Sociedade Civil 2	Tem conhecimento, mas a atuação não é eficaz.	
Questão 5: Na sua opinião, qual a importância que os recursos hídricos tem no processo de desenvolvimento?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público 1	Preservar e conservar é fundamental. Necessário aliar desenvolvimento com conservação. Suape lançou o projeto Águas de Suape e visa mapear todas as nascentes da região.	
Poder Público 2	Indispensável para a vida e as cidades que tem mais água tem mais chances de se desenvolver.	
Sociedade Civil 1	“Sim. Porque no município tem muita água, mas, nós não temos água nas torneiras (abastecimento). A rede hoteleira tem que ter cisterna ou comprar água. Não temos saneamento.”	Transcrição integral da resposta.
Sociedade Civil 2	Recurso essencial e um dos primeiros requisitos para atrair o desenvolvimento.	
Questão 6: Analisando o Conselho como um todo, você acha que os/as participantes tem consciência sobre a problemática hídrica-ambiental?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público 1	Acredito que sim.	
Poder Público 2	Uma boa parte sim porque trabalham na área.	
Sociedade Civil 1	“Todos tem consciência, principalmente a sociedade civil. O poder público não tem porque a maioria dos secretários são de fora”	Transcrição integral da resposta.
Sociedade Civil 2	Sim. O conselho promove estudos/palestras de vários temas.	
Questão 7: O seu segmento participa de outros espaços de discussão sobre a questão do desenvolvimento, ambiental e de recursos hídricos?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Poder Público 1	Sim. Do conselho estadual de meio ambiente.	
Poder Público 2	Sim. De outros conselhos municipais e de conferências.	
Sociedade Civil 1	Sim. Do conselho estadual de meio ambiente, do conselho municipal de desenvolvimento sustentável (agricultores), conselho de bem estar social, saúde, conselho nacional da pesca.	
Sociedade Civil 2	Sim. Fórum ambiental do Estado, Conferências de temas ambientais.	
Questão 8: Como você analisa a relação do Conselho com os Órgãos que definem as políticas ambientais e de desenvolvimento para o município?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público 1	A relação não é próxima. O conselho não participa da tomada de decisão.	
Poder Público 2	A relação com a secretaria de meio ambiente é respeitosa e aberta.	
Sociedade Civil 1	Só algumas secretarias aparecerem (educação, saúde e meio ambiente), a de infraestrutura, planejamento, por exemplo, não aparecem.	
Sociedade Civil 2	Esta nova formação do conselho começou uma conversa com secretários e órgãos, incluindo Suape (CIPS)	
Questão 9: Questão aberta/livre (Que outras observações o senhor/a acrescentaria como importantes?)		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
Poder Público 1	Definir metas e ações a serem executadas.	
Poder Público 2		Não respondeu esta questão.
Sociedade Civil 1	“Falta maior transparência por parte do governo em comunicar aos membros e conselheiros as questões importantes, como prestação de contas.”	Transcrição integral da resposta.
Sociedade Civil 2	O legislativo municipal e estadual, a CPRH, o IBAMA, CIPOMA deveriam tá mais presente nas reuniões e nas denúncias.	

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Quadro 16: CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável		
Questão 1: Qual(is) são as principais dificuldades do Conselho?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
IPA	Estrutura física e operacional	
Sociedade Civil 1	“Manter-se vivo porque não tem apoio do poder público municipal. Falta apoio para participar das atividades, perseguição política. A política partidária atrapalha”.	Transcrição integral da resposta.
Sociedade Civil 2	“O poder público ignora o Conselho e não lhe dá credibilidade no município. No Estado o tratamento é melhor. Falta recursos financeiros (R\$ 4.000,00/ano) que não são liberados.”	Transcrição integral da resposta.
Questão 2: No que tange as políticas de desenvolvimento no município, como você analisa o grau de conhecimento e atuação do conselho?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
IPA	Bom. Mas a atuação é fragilizada.	
Sociedade Civil 1	O conselho só acompanha quando os secretários repassam. Há um desrespeito com o conselho como órgão fiscalizar.	
Sociedade Civil 2	Não há convite para o conselho ir participar.	
Questão 3: Como você avalia a participação do seu segmento e dos demais dentro do Conselho (sociedade civil, poder público etc)?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
IPA	Poder ser melhor. O poder público deveria ter maior presença.	
Sociedade Civil 1	O IPA, o Pró-Rural e as associações e cooperativas participam com frequência.	
Sociedade Civil 2	“A participação é prejudicada muito em função da interferência política municipal. Algumas associações não participam com medo de perder subsídios/benefícios e represálias”.	Transcrição integral da resposta.
Questão 4: Qual a relevância que a temática dos recursos hídricos tem na pauta de discussão e atuação do Conselho?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
IPA	“O recurso hídrico tá relacionado com a questão da qualidade de vida do agricultor, tanto para o abastecimento humano como também para a produção agropecuária.”	Transcrição integral da resposta.
Sociedade Civil 1	É tema sempre presente por ser essencial para o agricultor.	
Sociedade Civil 2	Tem havido conversas com a CPRH, mas em função do CAR.	
Questão 5: Na sua opinião, qual a importância que os recursos hídricos tem no processo de desenvolvimento?		

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
IPA	Para gerar renda e qualidade de vida.	
Sociedade Civil 1	Água é vida e está em tudo. É fundamental .	
Sociedade Civil 2	Bem que não pode faltar de jeito nenhum.	
Questão 6: Analisando o Conselho como um todo, você acha que os/as participantes tem consciência sobre a problemática hídrica-ambiental?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
IPA	Não. A temática ainda não foi levantada, o que predomina é a mecanização rural.	
Sociedade Civil 1	Não tem. Tem agricultor que usa agrotóxicos e queimadas.	
Sociedade Civil 2	Não. As discussões são mais em relação ao maquinário e no individual.	
Questão 7: O seu segmento participa de outros espaços de discussão sobre a questão do desenvolvimento, ambiental e de recursos hídricos?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
IPA	Sim. CONSEMA	
Sociedade Civil 1	Sim. SEBRAE, UFPE.	
Sociedade Civil 2	Sim. Plenárias do PRORURAL e CPRH.	
Questão 8: Como você analisa a relação do Conselho com os Órgãos que definem as políticas ambientais e de desenvolvimento para o município?		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
IPA	Com os órgãos das políticas de desenvolvimento tem relação sim, mas com os órgãos ambientais, não.	
Sociedade Civil 1	“A relação é mínima. Inclusive a secretaria de meio ambiente deveria estar no Conselho e não está”	Transcrição integral da resposta.
Sociedade Civil 2	“Não há informação prévia, a gente só sabe quando a bomba estoura.”	Transcrição integral da resposta.
Questão 9: Questão aberta/livre (Que outras observações o senhor/a acrescentaria como importantes?)		
<u>Segmento</u>	<u>Respostas</u>	<u>Observação</u>
IPA	Com o CAR - cadastro ambiental rural haverá mais informações sobre as atividades no meio rural, incluindo as ambientais.	
Sociedade Civil 1	“O poder público é ausente na sociedade em geral. Nós dependemos de políticas públicas e elas não acontecem, principalmente saneamento básico na área rural nem energia elétrica.”	Transcrição integral da resposta.
Sociedade Civil 2	Gostaria de apoio do governo municipal porque somos parceiros e não inimigos.	

Na 1ª questão quando perguntados sobre **Quais as principais dificuldades do Conselho**, há uma clara divergência entre o Poder Público e a Sociedade Civil. Enquanto o primeiro segmento elege a falta de execução das ações, sem especificar os motivos, e a pouca participação dos conselheiros, a Sociedade Civil quase que totalmente elege a falta de apoio (estrutural, financeiro e político) por parte do poder público e a rotatividade dos seus representantes nos Conselhos. Fica claro que, na visão da Sociedade Civil, a existência dos Conselhos não é bem aceita pelo poder público municipal, sendo a existência do mesmo, uma mera formalidade.

Na 2ª questão quando perguntados sobre **O nível de conhecimento e atuação por parte do Conselho sobre as políticas de Desenvolvimento para o município**, embora as respostas da Sociedade Civil sejam mais incisivas, pois, colocam a culpa pela não informação na falta de respeito do poder público municipal para com o Conselho, os representantes do Poder Público analisam que o conhecimento sobre esta questão varia de mediano a “excelente”, mas reconhecem que a atuação do Conselho é praticamente nula. Aqui se estabelece uma contradição da práxis: nem sempre conhecer implica necessariamente numa ação.

É possível que esta situação decorra do fato verificado nas reuniões e ações durante a pesquisa, onde as discussões são muito mais pontuais. Ou seja, não se tem ou não se quer estabelecer a relação entre a questão ambiental e o desenvolvimento do município, nem tampouco, sobre Governança das Águas.

Na 3ª questão quando perguntados sobre **A autoavaliação da participação do segmento que o entrevistado representava e dos demais segmentos no âmbito do Conselho**, os entrevistados analisam preponderantemente como positiva, embora haja cobranças de todos os segmentos de que esta participação precisa ser melhorada. Outro fato importante de se destacar nesta pergunta, é que as respostas do COMDEMA Ipojuca são mais uniformes o que pode em tese, demonstrar uma maior integração dos membros e segmentos. Enquanto que, por exemplo, no COMDEMA Cabo e no CMDRS tanto as entrevistas como as observações em reuniões e ações, demonstram que há uma tensão sempre recorrente entre estes segmentos, inclusive com denúncia de perseguição política e intimidação aos conselheiros.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Na 4ª questão quando perguntados sobre **A relevância que os recursos hídricos tinham na pauta do Conselho**, houve desencontros entre as respostas dos conselheiros. No COMDEMA Cabo as respostas do poder público e da Sociedade Civil foram em caminhos distintos, pois, embora o referido Conselho participe no COBH GL 2, pelas respostas da Sociedade Civil, não tem havido retorno ou debate sobre esta questão.

Já no COMDEMA Ipojuca as respostas foram mais concordantes, fato que pudemos observar também no acompanhamento das reuniões e ações. Mas os segmentos concordam que a atuação do Conselho nesta questão seja pequena.

Em relação ao CMDRS houve concordância sobre a importância do tema, isto não pode ser comprovado durante nosso acompanhamento no decorrer de um ano nas reuniões e ações. Em nenhuma dessas reuniões, o tema dos recursos hídricos entrou diretamente na pauta.

Na 5ª questão quando perguntados sobre **A importância que os recursos hídricos tem para o processo de desenvolvimento**, as respostas foram de modo geral muito vagas. No entanto, chamou-nos atenção para o fato colocado por um representante da Sociedade Civil do COMDEMA Ipojuca ao afirmar que existe muita água no município, mas os moradores não tem água nas torneiras. Isto reforça a contradição estabelecida: tem-se água, mas o acesso/abastecimento é precário, ou seja, disponibilidade não significa acesso. Destaca-se ainda que a questão do abastecimento não foi sequer levantada pelo poder público.

Na 6ª questão quando perguntados sobre **Se os participantes do Conselho tem consciência da problemática hídricoambiental**, a exceção das respostas do CMDRS (o que já havíamos detectado nas reuniões), todos os representantes de segmentos dos Conselhos afirmaram que existe esta consciência, mas, no entanto, faltava mais atitude dos conselheiros. Destacamos um fato importante aqui. A resposta de um membro da Sociedade civil do COMDEMA Ipojuca onde o mesmo afirma que *“Todos tem consciência, principalmente a sociedade civil. O poder público não tem porque a maioria dos secretários são de fora”* (Sociedade Civil do COMDEMA Ipojuca). Esta resposta demonstra algo muito presente em Suape. Na ausência de quadros técnicos locais, ou até mesmo, na ausência de alinhamento político desses com o governo

municipal, busca-se geralmente em outros municípios, sobretudo na capital, os quadros que farão o trabalho técnico no município. Dessa forma, algumas secretarias tem o quadro funcional majoritariamente de pessoas estranhas ao município e que não possuem total conhecimento da realidade deste, dificultando assim, o diálogo, o acompanhamento das demandas e o próprio processo de Governança, mesmo participando de espaços democráticos como os Conselhos.

Na 7ª questão quando perguntados sobre **A participação em outros espaços de discussão sobre o desenvolvimento, ambiental ou de recursos hídricos**, todas as respostas indicam que há uma articulação dos segmentos com estes outros espaços, os mais variados. Este é um fato importante porque amplia a capacidade de visão dos conselheiros, podendo o mesmo capacitar-se e discutir os problemas do seu município dentro de um contexto maior, o que em tese, potencializa sua capacidade de compreensão e atuação na Governança das Águas.

Já na 8ª questão quando perguntados sobre **A relação do Conselho com os órgãos que definem as políticas de desenvolvimento e ambientais para o município**, as respostas do COMDEMA Cabo e do COMDEMA Ipojuca, em função da grande presença de secretarias municipais presentes nas reuniões, foram mais positivas, embora existam críticas também. A relação mais ausente ou conflituosa foi identificada nas respostas e nas reuniões do CMDRS pelos motivos já citados nas questões anteriores.

Por fim, na questão 9ª quando perguntados sobre **Que outras questões o entrevistado achava importante acrescentar**, as respostas mostram o desejo de ter um Conselho mais atuante e mais uma vez, cobranças ao governo municipal por apoio para que o Conselho possa desempenhar suas funções, além do reconhecimento do seu papel e importância.

O acompanhamento das reuniões, ações, atas e a aplicação das entrevistas possibilitou descortinar algumas questões da prática cotidiana dos COBHs e Conselhos que podem ou não favorecer o processo de Governança das Águas. Algumas questões levantadas pelos entrevistados em síntese apontam na direção do:

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

- 1º Reconhecimento da importância desses espaços de participação;
- 2º Necessidade de melhorias na estrutura de funcionamento destes;
- 3º Desrespeito por parte do Poder Público, pois, nem sempre se faz presente ou facilita o diálogo nem oferece as condições necessárias ao bom funcionamento destes espaços;
- 4º Necessidade de um reconhecimento maior da importância estratégica que os recursos assumem no contexto do crescimento de Suape, bem como, dos instrumentos de gestão;
- 5º A contaminação destes espaços pela política partidária e pelo ciclo eleitoral que enfraquece a representação do Poder Público e gera discontinuidades nas políticas e ações;
- 6º Fortalecimento do segmento Sociedade Civil tanto numericamente quanto no empoderamento teórico e técnico;
- 7º Ausência de diálogo entre as esferas de governo e entre os órgãos que estão direta ou indiretamente ligados à questão hídricoambiental para com os COBHs e Conselhos.

Ainda sobre estas considerações, Galindo (2009) destacou a fraca participação do segmento usuários nos COBHs. Em 2007, por exemplo, das 12 vagas para este segmento apenas 2 participavam, e também a “personificação” (destaque da autora) da representação, quando mudam-se os quadros das secretarias fica o vazio (GALINDO, 2009). Além disso, a autora acrescenta outras questões sobre a relação entre os municípios, como questões legais:

Esta interface na prática enfrenta sérias dificuldades tanto para as prefeituras quanto para os COBHs devido a vários fatores: domínio legal da água ser de competência estadual ou federal; incipiente atuação dos órgãos gestores estaduais; dificuldade em operacionalizar ações articuladas envolvendo diferentes níveis de poder; os conflitos político-institucionais entre os municípios integrantes da Bacia Hidrográfica; inexistência de um órgão articulador que congregue os diversos interesses político-econômicos e sócio-culturais. Isto é ainda mais evidente nas bacias urbanas. (...) Um dos principais impasses reside na divisão de competências, que pode gerar dificuldades e conflitos para a gestão integrada, uma vez que a Constituição Federal estabelece a água como um bem público de domínio da União ou dos estados, dependendo da localização do manancial; enquanto a política de desenvolvimento urbano deve ser estabelecida e executada pelo poder público municipal. (GALINDO, 2009, pp 59-60)

A Governança das Águas sem dúvida passa pelo fortalecimento das prerrogativas e dos espaços previstos na Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos. Santos & Medeiros (2009) citaram quatro condições para a efetivação do SINGREH de acordo

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

com o Ministério do Meio Ambiente – MMA e que servem também para as observações feitas nesta pesquisa: 1ª fontes de financiamento; 2ª efetiva implementação dos instrumentos propostos; 3ª adequação dos modelos as particularidades regionais; e 4ª consolidação da articulação institucional.

Das quatro condições citadas por Santos & Medeiros (2009) acima, verificamos que, no caso de Suape, todas elas apresentam deficiências. Principalmente a primeira e quarta condição, onde não identificamos nenhuma fonte de financiamento nos COBHs e Conselhos fazendo-os depender quase que exclusivamente do apoio do poder público. Além disso, conforme as entrevistas, a articulação institucional está longe de se consolidar.

Acrescentaríamos que no caso de Suape, a articulação metropolitana é fundamental para a efetivação de uma boa Governança das Águas. Como já foi dito neste trabalho, Suape compreende o mais importante manancial para o abastecimento da RMR e para dar segurança aos investimentos presentes e futuros. Todavia, a presença oficial dos municípios nos espaços analisados ainda é discreta e limitada ao atendimento de necessidades pontuais, representando assim, uma visão fragmentada do espaço metropolitano.

Da mesma forma, a presença dos demais municípios não metropolitanos, mas, membros dos COBHs é discreta ou inexistente. Este um fato importante, pois, a Bacia Hidrográfica enquanto unidade territorial de análise e gestão compreende neste caso, realidades distintas fato já explicado no capítulo II. Assim, a não presença assídua de muitos municípios reforça o caráter isolado de muitas políticas adotadas por estes sem o diálogo necessário no âmbito da bacia para com os demais municípios à montante e à jusante, enfraquecendo o processo de Governança das Águas.

CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito já se foi dito e certamente, muito ainda se tem por falar a respeito da realidade hidrossocioambiental de Suape. As expectativas de novos investimentos na infraestrutura do CIPS e a possibilidade de retomada de obras inacabadas ou que estão operando parcialmente apontam para um cenário futuro que consolidará cada vez mais a região como principal motor da economia pernambucana. Isto é facilmente perceptível nas propagandas do governo estadual, bem como, no discurso de funcionários e dirigentes do CIPS.

Todo o contexto aqui apresentado obriga-nos a concordar com Moretti & Cox (2016) quando os mesmos atestam que o caráter puramente econômico em torno do CIPS, onde as questões sociais e naturais ficam em segundo plano. Ratificam-se hoje as preocupações levantadas por diversos intelectuais e estudiosos já na década de 1970.

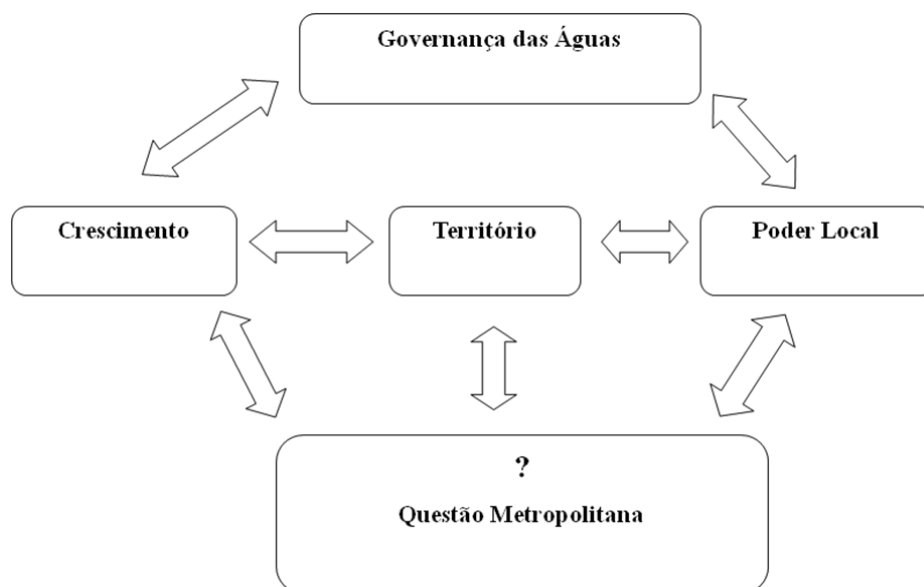
Isto é ainda mais evidente quando se afirma no CIPS que os problemas socioambientais são de pequena escala se comparados aos problemas de ordem fundiária e social (SANTOS, 2011). Este tipo de visão mostra a fragmentação com que é encarada a realidade de Suape. Em sua pesquisa a autora comprovou o que fora registrado em nossas entrevistas e acompanhamentos sofre o enfraquecimento do segmento poder público municipal em relação a dinâmica que se estabelece em função do CIPS, onde tanto os municípios quanto os órgãos estaduais atuam para reiterar os interesses do CIPS sem interferir significativamente nas decisões.

A complexidade que se estabelece em torno do contexto dos recursos hídricos e da Governança das águas presentes em Suape precisa ser encarada também no âmbito da RMR (Figura 33), visto que a pressão sobre estes recursos não advém exclusivamente do CIPS e do crescimento econômico, urbano e demográfico dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

As alternativas para o abastecimento de água urbano, industrial e humano encontradas em Suape representam um desafio de Governança das Águas não apenas para a região

em si, mas sobretudo, para o âmbito de toda a RMR. Dessa forma, aumentam as possibilidades de conflito em torno desse recurso.

Figura 33 – Percurso reflexivo: Emergência da questão metropolitana na Governança das Águas



Se parece ser exagero afirmar que a criação e instalação do CIPS já na década de 1970 foi função da disponibilidade hídrica de Suape, pode-se atualmente afirmar que, caso esta disponibilidade não existisse (e com possibilidade de ampliação) Suape não teria se consolidado ao ponto de responder atualmente por mais de 20% do PIB estadual³⁵. Daí que esta pode ser uma das justificativas para a ampliação da base territorial de atuação do COBH GL 2 mediante a fusão dos comitês do Pirapama e do Jaboatão.

Os impactos socioambientais comentados no capítulo II são diversos e estão relacionados também com a disponibilidade de água encontrada em Suape e adjacências, embora a experiência no Estado de Pernambuco tenha mostrado que a maior parte dos conflitos se dá em áreas de pouca disponibilidade ou escassez, faz-se necessário romper com a lógica de só se preocupar com a gestão, e nesse caso, com a Governança, quando o recurso estiver em falta. Ou seja, é preciso atuar na prevenção de possíveis conflitos e solucionar os já existentes, motivo pelo qual a Governança das Águas emerge neste cenário.

³⁵ Segundo fala de um dos coordenadores do CIPS em visita feita no dia 17/10/2016.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Como mostrado no Capítulo III, a RMR continua a expandir-se avançando sobre áreas de proteção de mananciais, dependendo cada vez mais de água para o abastecimento e demais usos. Dessa forma, “as águas de Suape” que como já dissemos no Capítulo II abastecem a capital desde o início do século XX e com a entrada em funcionamento de Pirapama ampliou em 50% a disponibilidade para o abastecimento de grande parte da RMR, são estratégicas para além de Suape. Isto quer dizer, que mesmo tratando sobre a Governança das Águas no contexto de Suape, a presente tese procurou situá-la em um contexto maior (metropolitano, litorâneo e da Zona da Mata) dada a diversidade e interface de aspectos naturais e sociais, fato que fica claro quando se considera o TES – Território Estratégico de Suape.

Diante de todo investimento feito e previsto em infraestrutura para o CIPS, pergunta-se: O que tem ficado de bônus para os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca? Nota-se mais uma vez, que a visão dos governos municipais está focada no econômico, ou seja, no aumento de impostos e aquecimento do comércio local em função da geração de empregos, enquanto que, contraditoriamente, em vários bairros dos dois municípios, a população mais pobre, especialmente a que mora nos morros, não tem acesso ao direito básico de ter abastecimento de água em suas casas, nem tampouco, saneamento. Isto demonstra uma face perversa do crescimento nesta região que possui recursos financeiros e mananciais hídricos, mas esta disponibilidade não se traduz em acesso e qualidade de vida para a população mais pobre. Esta contradição fez com que prefeitura do Cabo de Santo Agostinho iniciasse em 2017 um processo de tentativa de municipalização dos serviços oferecidos pela COMPESA argumentando para tal, a insuficiência no abastecimento da cidade.

No contexto do Poder Local, as prefeituras tem atuado como um elemento de enfraquecimento dos espaços de participação, seja por suas ausências ou pela presença exagerada e também, pela descrença ou desprezo por estes espaços, além da reprodução dos vícios eleitorais e práticas coronelísticas de intimidação política que envolvem desde a cooptação de lideranças à ameaças verbais que foram relatadas durante algumas das reuniões que acompanhamos.

Nosso entendimento é que a Governança das Águas em Suape depende do fortalecimento do Poder Local. A análise dos COBHs e Conselhos apontam para um

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

fato importante: a fase de maior crescimento de Suape (2007 – 2012), com repercussões no cenário dos municípios, coincidiu com o processo de desestruturação e reorganização da base territorial (caso do GL 2) dos COBHs e Conselhos que tratam das temáticas ambiental e do desenvolvimento. Portanto, o que se verificou de alterações no meio natural e social em função dos investimentos atraídos por Suape, não teve a participação efetiva da Sociedade Civil visto que os principais espaços de participação e discussão passavam e passam, por dificuldades. Isto não se deu apenas por falta de apoio dos municípios, mas também, conforme observado por Silveira & Barros (2013) por ausência na estrutura organizacional do CIPS, de espaços de gestão compartilhada envolvendo os processos decisórios.

Soma-se a isto, o fato do desconhecimento por parte da população desses espaços de participação. Como verificado por Veiga (2007) em sua análise comparativa entre os Sistemas de Gestão de Recursos Hídricos do Brasil, França e Portugal, cita uma pesquisa da Ong WWF realizando em 2005 na qual 70% dos entrevistados não sabiam o que era um COBH e 2/3 não sabiam pra que servia. Acrescenta-se ainda, o total desconhecimento sobre em qual ou em quais bacias hidrográficas seu município está situado e o fato de que no Brasil, os espaços de comitês serem dominados por grupos de maior poder econômico.

Os COBHs e Conselhos são o espaço onde conflitos podem ser mediados. Sem o fortalecimento dos mesmos, não há conflito no sentido de que, o poder público (estadual e municipal) e o poder econômico (CIPS e suas empresas) facilmente definirão suas prioridades de projetos que necessitarão cada vez mais dos recursos hídricos e não encontrarão um Poder Local organizado e empoderado para travar este debate, ocasionando a aprovação e efetivação das políticas com ausência total de discussão e conhecimento da Sociedade Civil.

Da mesma forma, o poder público municipal do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca tem atuação discreta ou nula em tais arenas. A Governança das Águas do ponto de vista dos municípios que fazem parte de Suape não é uma prioridade, a não ser quando se ventila a possibilidade de recursos para o saneamento básico, o que evidentemente é apenas uma dimensão a ser encarada.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

O protagonismo pífio destes poderes locais no sentido da gestão do Território mostra que os mesmos atuam muito mais como legitimadores acríticos de políticas definidas pelo Estado e pela União, uma vez que a visão é meramente econômica. Seus Territórios tem leis alteradas ao sabor dos interesses ditados verticalmente pelos poderes estaduais e federal. O Território para além de seus respectivos municípios, caso das bacias hidrográficas, é praticamente ignorado no contexto da adoção das políticas ambientais e de desenvolvimento.

A criação de um único COBH denominado GL 2 em 2010 englobando as bacias e os antigos COBHs do Pirapama e do Jaboatão, ampliou a base territorial da Governança das Águas e em contrapartida, dificultou a atuação da Sociedade Civil principalmente de organizações com atuação mais localizada a exemplo das Colônias de Pescadores, Associações de Agricultores etc. Assim, fortalece-se os interesses do próprio CIPS e da metrópole sobre os recursos hídricos, enquanto que a participação social fica prejudicada.

.

As discontinuidades das administrações e das ações e obras por parte dos municípios em muito contribui para o enfraquecimento da Governança das Águas em Suape. Da mesma forma, os processos eleitorais, inclusive de membros dos COBHs e dos Conselhos, contribuem para que haja longos períodos de ineficiência, fato já identificado por Galindo (2009) como um traço marcante das administrações públicas em todas as suas áreas, fazendo com que, muitas políticas tenham horizonte temporal igual ao do mandato do gestor.

Embora pareça utópico, não é demais frisar a importância da Governança das Águas desvincular-se desses processos, sem, no entanto, deixar de levá-los em consideração visto que, sobretudo no âmbito dos municípios, a alternância de poder tem interferido diretamente no “bom humor” das políticas, dos dirigentes e de seus representantes nos COBHs e Conselhos. Os recursos hídricos não podem ser encarados pelos municípios apenas pelo lado do abastecimento público e do saneamento em detrimento de outros aspectos igualmente importantes como a proteção, a gestão e a Governança que são colocados em segundo plano.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

A estratégia que adotamos durante as entrevistas na qual a identificação nominal dos participantes era optativa permitiu maior liberdade de respostas, sobretudo, por parte dos representantes do Poder Público. Interessante notar que algumas deficiências apontadas como a falta de apoio, de representação, de respeito por parte do Poder Público para com os COBHs e Conselhos, foram compartilhadas por estes representantes. Ou seja, existe por parte dos representantes do poder público nos COBHs e Conselhos, certa autocrítica quanto ao papel deste segmento nestes espaços. Principalmente quando observamos na pesquisa que, a exceção do CMDRS, os demais Conselhos e COBHs acompanhados são presididos por representantes do poder público. Talvez a explicação para este fenômeno seja o fato de se tentar desta forma, garantir o mínimo de estrutura de transporte, comunicação, financeira etc. Assim, exerce-se uma forma de controle sobre a dinâmica dos COBHs e Conselhos reforçando uma dependência em relação ao poder público e colocando ainda mais estes espaços susceptíveis às discontinuidades políticas de gestão tanto no nível municipal quanto estadual.

A superação desta dependência passa também pela questão financeira destes espaços, incluindo aí a gestão dos recursos. Os COBHs analisados não dispõem de estrutura financeira visto que, a fonte de recursos para este fim, que seria a Cobrança pelo Uso da Água no âmbito das bacias hidrográficas, não está efetivada no Estado de Pernambuco. Igualmente dependentes os COMDEMAS e o CMDRS não tem uma fonte especificada de recursos muito menos autonomia efetiva para geri-los. Assim, uma alternativa seria dotá-los legalmente de uma fonte de recursos tal qual acontece com os Conselhos Tutelares onde por força de lei, os municípios são obrigados a garantir uma estrutura (transporte, telefone, espaço físico etc) e a pagar os conselheiros independentes da concordância política destes com os governos, visto que são eleitos democraticamente pela população. Não defendemos a remuneração dos membros dos COBHs, COMDEMAS e CMDRS, e sim, uma especificação de fonte de recursos financeiros e autonomia para geri-los, como proposta para que os mesmos não fiquem na dependência da vontade política dos governantes.

Por fim vale salientar que, embora as mais duras críticas verificadas nas entrevistas e nas reuniões e ações recaiam sobre o poder público, os demais segmentos, Usuários e Sociedade Civil não estão isentos de falhas no processo de participação na Governança

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

das Águas em Suape. As deficiências apontadas precisam ser corrigidas através do próprio processo de participação, acumulando experiência, empoderando-se das abordagens técnicas e ampliando o horizonte de compreensão para além da problemática local.

Embora durante a presente pesquisa tenhamos contado com razoável acesso e contribuição dos representantes do poder público que presidem, e em alguns casos acumulam a função de secretaria executiva nestes espaços de participação, em algumas reuniões e ações não pudemos estar presentes por absoluta falta de comunicação em tempo hábil. Mas, ao lermos as atas destas reuniões percebemos que nossa ausência nestas ocasiões não chegou a prejudicar a análise sobre o processo de Governança das Águas em Suape, uma vez que muitas discussões são reincidentes tornando em alguns casos, uma pauta repetitiva, sem avanços.

Por fim, a emergência dentro da complexidade aponta para novas qualidades que podem surgir no processo de Governança das Águas. Por si só, nenhum COBH ou Conselho, segmento ou órgão são suficientes para estabelecer o processo e torná-lo eficiente. A articulação nestes espaços faz emergir novas possibilidades para que a Governança das Águas em Suape, supere as fragilidades.

A Governança das Águas aponta para a necessidade de se encarar a complexidade hidrossocioambiental para além das próprias bacias hidrográficas presentes. A Governança das Águas supera a Gestão dos Recursos Hídricos, no sentido de que, enquanto a Gestão se encontra delimitado no ambiente da Bacia Hidrográfica, a Governança das Águas amplia a abordagem considerando aspectos que estão além da própria Bacia Hidrográfica. A Governança das águas surge como um desafio que, dada a quantidade de variáveis e aspectos a serem levados em consideração, sobretudo no espaço metropolitano da RMR, torna sua construção/efetivação ainda mais urgente.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

ANEXOS

ANEXO 1 = Principais atores do sistema francês de gestão da água

Nível nacional		
Atores	Competências e atividades	Informações complementares
Comissão interministerial do Meio Ambiente	Levantar, analisar, discutir e propor as questões superiores envolvendo a gestão da água	Representantes de diferentes ministérios relacionados à gestão da água, coordenados pelo Ministério da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável.
Missão interministerial da água	Análise e seleção das questões a serem direcionadas à Comissão Interministerial de Meio Ambiente. Tutela das agências da água.	Participação de representantes dos ministérios diretamente relacionados à gestão da água. Coordenação do Ministério da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável
Ministério da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável	Coordenação e administração do sistema nacional de gestão da água. Coordenação das agências da água	Na estrutura do ministério, a Diretoria da Água é a responsável pela coordenação da gestão da água na França
Ministério da Saúde	Coordenação/integração da gestão do setor de saúde. Divulgação de informações de utilidade pública sobre a saúde	O ministério da saúde, em conjunto com o Ministério da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável, publica, anualmente, uma síntese das análises de qualidade das águas de contato primário.
Comitê Nacional da Água	Consulta sobre as orientações da política nacional da água e sobre os projetos legislativos	Participação de representantes da Assembléia Nacional, do Senado, dos meios socioeconômicos e associativos e dos comitês de bacia
Comissão do Meio Aquático Natural	Proposições e orientações aos comitês de bacia	Três colegiados: associações de proteção à natureza, pescadores e demais usuários da água. As funções administrativas são exercidas pelas agências da água.
Conselho Superior da Pesca	Proteção e restauração do patrimônio aquático e promoção da pesca. Polícia da água	O CSP está sob a tutela do Ministério da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável
Ifremer – Instituto Francês de Pesquisa para a Exploração do	Observação e monitoramento das águas marítimas costeiras.	O Ifremer atua no monitoramento das águas marítimas: qualidade do meio,

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

Mar	Monitoramento da fisiologia e patologia de mariscos	níveis de eutrofização, contaminação química, qualidade biológica, etc. Nestas ações, um comitê científico e técnico visa, entre seus objetivos, elaborar indicadores de qualidade ambiental
Ifen – Instituto Francês de Meio Ambiente	Observatório nacional da evolução das zonas úmidas. Coletar de dados ambientais	O Ifen é um dos principais organismos franceses que desenvolvem indicadores para a gestão ambiental.
VNF – Vias Navegáveis da França	Gestão da Navegação Fluvial	A VNF recolhe uma taxa relativa às águas derivadas ou lançadas nos cursos d'água navegáveis
Météo-France	- Monitoramento meteorológico nacional	A Méteo-France é o órgão mais importante de monitoramento meteorológico na França
Nível de bacias hidrográficas		
Prefeitos coordenadores de bacia (PCB)	- Coordenação da Missão Delegada de Bacia	O PCB é o prefeito da região onde se instala o CBH. Eles coordenam a ação das agências da água e das Diren (Diretoria Regional do Meio Ambiente)
Missão Delegada de Bacia	- Coordenação das relações entre os atores no nível da bacia - Integração de informações úteis aos planos de gestão das bacias	A Missão Delegada de Bacia é presidida pelo prefeito coordenador de bacia
Diren – Diretoria Regional do Meio Ambiente	- Execução da política ambiental do Ministério da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável em nível de bacias hidrográficas - Coordenação da gestão da água nas bacias, apoiando as agências da água em termos executivos	As Diren e as agências da água devem homogeneizar a geração e utilização de informações e indicadores voltados para a gestão de bacias hidrográficas sob a coordenação do prefeito coordenador de bacia.
Comitês de bacia	- Elaboração das orientações da gestão da água e aprovação dos programas quinquenais de intervenção nas bacias - Elaboração e aprovação dos planos diretores de bacia (Sdage – Schéma Directeur d'Aménagement et de Gestions des Eaux) - Aprovação dos valores da	Os comitês são constituídos por representantes de três setores: - Eleitos das coletividade territoriais (regiões, departamentos e comunas). Os representantes são designados pelos conselhos regionais e departamentais e pela associação departamental dos prefeitos, no caso das comunas - Usuários e meios socioprofissionais:

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

	cobrança pelo uso da água nas bacias	pescadores, industriais, agricultores, associações de proteção à natureza ou de consumidores, grandes cidades e aglomerações urbanas - Estado: dispõe de representação minoritária nos comitês, já que o número de representantes dos eleitos nas coletividades territoriais aumentou nos últimos anos (média de mais de dois terços dos assentos) O número de membros de um comitê depende da extensão da bacia. O presidente é eleito pelos próprios membros e não pode ser do Estado. Um decreto de 6/9/99 aumentou a representação das grandes cidades e aglomerações urbanas, das associações de consumidores, das associações de proteção à natureza e das organizações agrícolas.
Agências da água	- Execução das deliberações dos CBHs (ex.: aplicação da cobrança) - Preparação de programas plurianuais de intervenção - Realização de estudos e projetos - Auxílio técnico-financeiro para projetos, construção e instalação de obras - Auxílio à operação de ETEs	As agências da água possuem um conselho de administração formado por representantes das coletividades territoriais, dos usuários da água, do Estado (todos estes indicados pelo comitê de bacia) e um representante da própria agência
Nível de unidades intrabacias		
Comitê de rio	Gestão global da água em sub-bacias hidrográficas, operacionalizando as orientações do Sage (plano de gestão da água) a partir da execução do contrato de rio	A composição do comitê de rio é determinada pelo prefeito do departamento, agrupando representantes do conjunto de atores envolvidos (políticos, associações civis, usuários da água, administrações, etc). o comitê de rio controla a execução do contrato de rio a partir de uma programação plurianual
CLE – Comissão Local da Água	Elaboração, revisão e	As CLEs são presididas por um político

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

	monitoramento da aplicação dos Sage	local. Sua constituição apresenta 50% de representantes das coletividades territoriais, 25% do Estado e 25% de usuários da água
Comunidade local da água	Operacionalização dos Sage incluindo a construção de obras Elaboração e adoção de programa plurianual de intervenção, que deve ser analisado pela CLE	Participação de representantes das coletividades locais (comunas e departamentos)
Nível das coletividades territoriais		
DRASS –Direção Regional de Serviços Sanitários e Sociais	Proteção da saúde pública em nível regional	Participação dos conselhos regionais
Prefeitos	Coordenação da política administrativa das águas em nível das regiões e dos departamentos - Aprovação de autorizações de captações e lançamentos de poluentes nas águas - Coordenação das Mise	Os prefeitos são os representantes oficiais do Estado em nível das regiões e dos departamentos e integrar a política da água com as demais políticas setoriais. Trabalham especialmente com as Diren, a Ddaf e a DDE
Mise – Missão Interserviços da Água	- Coordenação das ações dos serviços desconcentrados do Estado em nível departamental com respeito à política das águas (DDE e Ddaf)	A Mise é formada por representantes do Ministério da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável. A tendência é a de que a Mise integre outros organismos departamentais
Ddaf – Diretoria Departamental de Agricultura e Florestas	- Coordenação das ações de gestão da agricultura e da cobertura vegetal em nível departamental - Política das águas e dos meios aquáticos em partes do departamento definidas pelo prefeito	Representantes dos departamentos
Ddass – Diretoria Departamental de Serviços Sanitários e Sociais	- Organização e aplicação dos programas de vigilância sanitária das zonas de contato primário - Monitoramento da qualidade da água de contato primário - Elaboração de relatórios sobre situação sanitária (aprovados pelo Conselho Departamental de Higiene)	Representantes dos departamentos

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

DDE – Diretoria Departamental de Equipamentos	- Polícia das águas e dos meios aquáticos em partes do departamento definidas pelo prefeito	Representantes dos departamentos
Comunas	- Coordenação dos serviços de saneamento básico	Comunas
Nível não governamental		
Oieau Office International de l'Eau	- Animação da RNDE – Rede Nacional de Dados sobre água e gestão do Banco Nacional de Dados sobre água (BNDE)	O Oieau é uma associação sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública em 1991
Associações de consumidores e usuários das águas	- Pressões para maior qualidade, transparência, justiça e equidade social na gestão da água	As associações têm atuado principalmente nas questões relativas ao preço da água. Sua ação tem sido enfraquecida pela carência de estrutura e de reconhecimento público (nível do Estado)
Comissões consultivas	- Consultas sobre os processos de delegação e gestão dos serviços de águas e esgotos	Criadas oficialmente em 1992, poucas comissões formaram-se até o momento.

Autor: Magalhães Júnior, 2007 pp. 233-239.

Programa de Saneamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca



compesa **BID**

PSA IPOJUCA em FOCO 12/12/2016 Edição nº 74

Cuidar do rio é da nossa natureza

Ambiental



Visita à ETE Tacaimbó



Visita à Elevatória de Gravatá

■ CONSULTOR DO BID AVALIA ASPECTOS AMBIENTAIS DAS OBRAS DO PSA IPOJUCA

O BID, financiador do PSA Ipojuca, demonstra atenção às diversas áreas de uma obra, desde o planejamento à conclusão. E entre esses aspectos está o ambiental. Nos dias 05 e 06 de dezembro, a equipe da UGP recebeu o consultor em meio ambiente, Luiz Fernando Galli, para a supervisão ambiental dos sistemas de esgotamento sanitário de Tacaimbó e Gravatá. No local das obras, o consultor se impressionou com o que viu. "A obra em Tacaimbó está excelente, limpa, concentrada, toda a área foi recuperada e arborizada, muito bom o trabalho feito pelo PSA Ipojuca". Em Gravatá, Galli destacou algo raro quando se trata de serviços de construção. "A área da estação de tratamento está toda sinalizada, cercada, isso é um aspecto bastante positivo e raro. É muito gratificante encontrar esse tipo de organização, de método de intervenção, limpeza, cuidado com segurança", completou.

Ambiental

■ CONSULTOR DEL BID EVALÚA ASPECTOS AMBIENTALES DE LAS OBRAS DE PSA IPOJUCA

El BID, financiador de Ipojuca, demuestra la atención a las diferentes áreas de una obra, desde la planificación hasta su finalización. Y entre estos aspectos es el medio ambiente. En los días 05 y 06 de diciembre el equipo de la UGP ha recibido al consultor en medio ambiente, Luiz Fernando Galli, para supervisar el ambiental de los sistemas de alcantarillado de Tacaimbó y Gravatá. En el emplazamiento de las obras, el consultor estaba impresionado con lo que vio. "El trabajo en Tacaimbó está excelente, limpio, concentrado, toda el área fue recuperada y arbolado, muy bueno el trabajo realizado por el PSA Ipojuca". En Gravatá, Galli dijo algo raro cuando se trata de servicios de construcción. "El área de la planta de tratamiento está toda señalada, vallado, esto es un aspecto muy positivo y raro. Es muy gratificante encontrar ese tipo de organización, los métodos de intervención, la limpieza, el cuidado de forma segura", agregó.

1

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Pernambuco

Apac
Agência Pernambucana de Água e Clima

Agência Estadual de Meio Ambiente

GOV. DO PERNAMBUCO

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

ANEXO 3: Primeira página do Informativo Águas do Ipojuca



COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IPOJUCA
COBH-IPOJUCA

Águas do IPOJUCA

ABRIL 2016

Informativo do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Ipojuca

Índice de Notícias – 21ª Edição

- Eventos em Sanharó e em Primavera.
- Unidade de Conservação Serra dos Cavalos.
- Volume dos reservatórios.
- Documentário sobre o Ipojuca.
- Curso: Metodologias de Participação Social.
- Quatro eventos sobre o Dia da Água.
- Cobh na Câmara de Vereadores de Sanharó.
- AEB e Barragem Pedro Moura Junior.

EVENTOS EM SANHARÓ E EM PRIMAVERA



No sábado, dia 27 de fevereiro de 2016, foi realizado na Cidade de Sanharó um grande mutirão contra o Mosquito Aedes Aegypti, com limpeza de possíveis criadouros e pulverização com máquinas de fumacê. Sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde que tem como Secretária Maria Luzia Brito Guimarães, o evento contou com a participação de todas as secretarias do Município, Escolas Municipais e Estaduais, Exército, Cobh Ipojuca e Defesa Civil. O evento contou ainda com a colaboração dos Municípios de Pesqueira, Belo Jardim, além de banda de música, comércio local e toda a população. Parabéns Sanharó!

A Secretaria de Educação da Prefeitura de Primavera promoveu no período de 16 a 22 de março o "Projeto Água e Empregos – Investir em água é investir em empregos". Participaram do projeto alunos e professores das escolas da rede municipal. O objetivo foi sensibilizar e conscientizar os participantes sobre o uso racional da água, a preservação do meio ambiente e a geração de empregos. Segundo Piaba, *"este é um bom exemplo de envolvimento da sociedade no que diz respeito ao meio ambiente da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca"*. Parabéns Primavera!

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO SERRA DOS CAVALOS EM CARUARU

No dia 08 de março, o Presidente do Cobh Ipojuca, Edson Piaba esteve na Associação da Indústria e Comércio - ACIC, em Caruaru representando o Cobh Ipojuca, convidado pela Prefeitura e o Condema de Caruaru, para o Lançamento do Projeto de Atualização do Plano de Manejo e Sinalização de Trilhas Ecológicas do Parque José Vasconcelos Sobrinho, na Serra dos Cavalos. Participaram do evento representantes do Poder Público, Sociedade Civil, Professores, Biólogos, Ministério Público, moradores do entorno do Parque, entre outras lideranças.



Rua da Matriz, 126 – Centro, Bezerros-PE CEP: 55660-000
(81) 9 9938 8792 (Tim) / (81)9 9274 6826 (Claro)
Site: <http://cobhipojucarevital.wix.com/cobh-ipojuca>
Fan Page: <http://www.facebook.com/cobhipojuca>

cobhipojucarevitalizado@gmail.com

ÁGUAS DO SUL



BOLETIM INFORMATIVO DO COMITÊ METROPOLITANO SUL

2ª EDIÇÃO – Abril de 2016

CONHECENDO O PROGRAMA ÁGUAS DE SUAPE

A equipe de Suape apresentou na Reunião Ordinária do COBH Metropolitano Sul realizada em 19 de Abril, o “Programa Águas de Suape”. O programa é composto por 3 projetos: 1 – “Projeto Nascentes” na bacia do riacho Algodoads; 2 – “Projeto Jardins Filtrantes” com foco na bio-remediação de trecho do riacho Algodoads; e, 3 – “Monitoramento dos Recursos Hídricos”. O curso d’água fica localizado na bacia do GL2 e poderá ser modelo para futuras intervenções em outras áreas da bacia.



Riacho Algodoads



Jardins Filtrantes

NOSSO PARCEIRO GRUPO DE IDOSOS VIDA NOVA

O Grupo de Idosos Vida Nova é uma das instituições que compõem o Comitê Metropolitano Sul, através do seu representante Euclides Pacheco da Silva. No comitê o grupo integra a representação da sociedade civil. O Grupo de Idosos Vida Nova foi fundado em maio de 1992 e tem sua sede localizada na rua Francisco Soares Cunha, 31 no bairro do Curado III, em Jaboatão dos Guararapes. Hoje o Grupo tem mais de cem associados que participam de atividades físicas e recreativas, além de representação em diversos organismos da sociedade civil e poder público.



Atividade física



Presidente e Vice

Contatos importantes:

COBH MS - comitemetropolitanosul@gmail.com
APAC/GAOB - (81) 3183-1033/32 www.apac.pe.gov.br
CPRH/Ouvidoria - (81)3182 8923 ouvidoriaambiental@cprh.pe.gov.br
CIPOMA - (81) 3181 1700

Diretoria COBH MS - Mandato: 2015/2018:

Presidente - Sandra Maria Ferraz de Sá
Vice Presidente - Reginaldo Moraes
Secretária Executiva - Joana Aureliano

APÊNDICE

01: Modelo de entrevista aplicado na pesquisa.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG**

**Entrevista com membro do COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA
METROPOLITANO SUL – GL 2 (Pequenos rios litorâneos)**

Município:

Segmento: () Sociedade Civil () Poder Público () Usuários () Inst. de
Ensino/Pesquisa () Outros

Grau de instrução:

Tempo de Participação no Conselho:

Data: ____/____/____

1. Qual(is) são as principais dificuldades do Comitê?
2. No que tange as políticas de desenvolvimento nos municípios que estão dentro da área de abrangência do COBH, como você analisa o grau de conhecimento e atuação do comitê?
3. Como você avalia a participação do seu segmento e dos demais dentro do Comitê (sociedade civil, poder público, usuários)?
4. Qual a relevância que a temática dos recursos hídricos tem na pauta de discussão e atuação do Comitê?
5. Na sua opinião, qual a importância que os recursos hídricos tem no processo de desenvolvimento?
6. Analisando o Comitê como um todo, você acha que os/as participantes tem consciência sobre a problemática hídrica-ambiental?
7. O seu segmento participa de outros espaços de discussão sobre a questão do desenvolvimento, ambiental e recursos hídricos?
8. Como você analisa a relação do Comitê com os Órgãos que definem as políticas ambientais e de desenvolvimento para os municípios que estão dentro da área de atuação do COBH?
9. Questão aberta/livre. Que outros aspectos envolvendo os recursos hídricos e o COBH você considera importante ressaltar?

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABF Engenharia, Serviços e Comércio LTDA. RIMA da Barragem do Engenho Maranhão. Recife: 2010.

ANA - Agência Nacional de Águas. Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil: Brasília: ANA, 2015.

_____. Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil: 2013. Brasília: ANA, 2013.

_____. Atlas Brasil: Abastecimento urbano e água - resultados por estado. Brasília: ANA: Engecorps/Cobrape, 2010.

_____. A história do uso da água no Brasil: Do descobrimento ao século XX (versão preliminar). Brasília: ANA, 2007.

ALBUQUERQUE, Elielton Alves de; RAIMUNDO, Valdenice José. Da vontade à realidade: o desafio de lidar com os conflitos socioambientais em comunidades tradicionais. **In:** SILVA, Tarcísio A. Alves da; GEHLEN, Vitória R. Fernandes (Orgs.). **Conflitos Socioambientais em Pernambuco**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

ALBUQUERQUE, Maria da Conceição Lima da Silva. Econdinâmica e Alterações Ambientais na zona da Mata Sul de Pernambuco – O município de Ipojuca. Dissertação (Mestrado em Geografia) 92 pgs. - UFPE, Recife, 1997

ALMEIDA, Lucíola Perez. Análise da Efetividade dos Estudos Ambientais: O Caso do Complexo Industrial Portuário de Suape. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), UFPE, 2003.

ALVES, José Luiz. Suape e sua trajetória histórica: um olhar geográfico. Tese de doutorado (Geografia), Recife : UFPE, 2011.

AMBROZIO, Julio. O conceito de Território como campo de poder microfísico. Revista de Geografia. V. 3 nº 2, 2013. Disponível em: www.ufjf.br/revistadegeografia

AMORIM, Raul Reis. Um novo olhar na Geografia para os conceitos e aplicações de geossistemas, sistemas antrópicos e sistemas ambientais. Revista Caminhos da Geografia, v. 13, n. 41. Uberlândia – MG: 2012.

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão do Território no Brasil. 2 Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. Geografia Econômica. 7º Ed. São Paulo: Atlas, 1981.

_____. O Povo e o Poder. São Paulo: Oficina de Livros, 1991.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

_____. Espaço, Polarização & Desenvolvimento: uma introdução à economia regional. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 1987.

ANDRIGUETTO FILHO, José Milton. Das “dinâmicas naturais” aos “usos e conflitos”: uma reflexão sobre a evolução epistemológica da linha do “costeiro”. In: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente: Interdisciplinaridade, meio ambiente e desenvolvimento – desafios e avanços do ensino e da pesquisa**, n. 10, jul/dez. 2004. UFPR: Curitiba – PR.

ASSIS, Hortência Maria Barbosa de. Cartografia Geomorfológica do Cabo de Santo Agostinho. Projeto Singre. Recife: CPRM/FIDEM, 1999.

BARRAQUÉ, Bernard; NAHRATH, Sthépane. Usages et Régulations des Eaux Urbaines. Espaces et sociétés, n° 139, 2009.

BARROS, André Paulo de. A Política Ambiental e o Poder Local: Uma análise das Políticas Públicas de meio ambiente no município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), 152 pgs. – UFPE, Recife, 2009.

BARROS, Alexandre Morais de. O crescimento urbano formal e informal do Cabo de Santo Agostinho/PE e a consolidação de uma questão habitacional. Dissertação (Mestrado em Geografia) 191 pgs. – UFPE, Recife, 2004.

BERTRAND, Georges. Paisagem e Geografia Física Global – Esboço Metodológico. Revista RA'E GA, n. 8, Editora UFPR: 2004.

BELLEN, Hans Michael van. Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa. 2 Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BORDIN, Luigi. Democracia e Direito, a questão da cidadania na época da globalização. In: **Revista Perspectiva Filosófica**. Vol. VIII n° 15, Jan. – Junho/2001. Recife: UFPE

BRAGA, Ricardo. Instrumentos para a gestão ambiental e de recursos hídricos. Recife, Ed. Universitária, 2009.

BRAGA, Benedito P. F. *et al.* Federal Pact and Water Management. Revista Estudos Avançados. 22 (63), 2008.

BRAGA, Ricardo Augusto Pessoa; UCHOA, Terezinha Matilde de Menezes; DUARTE, Maria Tereza Menezes Bezerra. Impactos Ambientais sobre o manguezal de Suape. Revista Acta bot. bras. 3(2): UFMG, 1989.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. A regionalização da grande indústria do Brasil: Recife e Salvador na década de 70. Revista de Economia Política, vol. 5, n.º 4, Out.-dez./1985.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

BRANDÃO, Carlos Antônio. Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2 Ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2012.

BRANDÃO, Marcelo Henrique de Melo. O Aspecto Ambiental do Uso da Água no Espaço Metropolitano do Recife. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPE, Recife, 1995.

BRASIL. Constituição Federal da República. Brasília: 1988.

_____. Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a política nacional de recursos hídricos. Brasília, DF, 8 de jan. 1997.

BRITTO, Ana Lucia; FORMIGA-JOHNSSON, Rosa Maria. Nouvelles perspectives pour la Gouvernance de l'eau dans les Métropoles Brésiliennes. Revista Espaces et Sociétés. n° 139, 2009.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. A Geoestratégia da Natureza: a geografia da complexidade e a resistência à possível mudança do padrão ambiental planetário. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CAMARGO, Aspásia. Meio Ambiente e Governança. In: TRIGUEIRO, André (coord.). **Meio Ambiente no século XXI: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CAMPOS, Nivalda Aparecida. A grande seca de 1979 a 1983: Um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns). Revista Teoria e Pesquisa, Jan./Jul., 2004.

CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. Revista Economia e Sociedade, Campinas (8): 101-41, jun. 1997.

CARDOSO, Gil Célio de Castro. A Atuação do Estado no Desenvolvimento recente do Nordeste. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

CARMO, Erinaldo Ferreira do; NETO, Mário Queiroz de Andrade. Cidadão do Mundo – Os Novos Paradigmas da Cidadania Global. Olinda: Livrorápido, 2003.

CARVALHO, Fernanda Ferrário. SUDENE: do desenvolvimento cepalino ao desenvolvimento endógeno. In: FILHO, Jair do Amaral & CARRILO, Jorge. **Trajetórias de desenvolvimento local e regional: uma comparação entre a região Nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia (México).** Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

CASSETI, Valter. A Fisiologia da Paisagem. s.d, s.l.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. 10 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

CAVALCANTI, Vanessa Maria Marmede. Plataforma Continental: A última fronteira da mineração brasileira. Brasília: DNPM, 2011.

CAVALCANTI, Clóvis. Desenvolvimento a todo custo e a dimensão ambiental: o conflito do Complexo Industrial-Portuário de Suape, Pernambuco. Anais do IV Encontro da ANPPAS, 2008.

CHAVES, Paulo de Tarso (org.). O mar no espaço geográfico brasileiro. Brasília: MEC, 2006.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 10ª ed. São Paulo, Cortez, 2009.

CPRH – Companhia Estadual de Meio Ambiente. Resultados do Monitoramento de bacias (2014). Disponível em: <www.cprh.pe.gov.br/Controle_Ambiental/monitoramento/qualidade_da_agua/bacias_hidrograficas/resultados_monitoramento_bacias/41786%3B65294%3B4803010203%3B0%3B0.asp> Acesso em 02/11/2016.

_____. Projeto Pirapama. Recife: 1998.

_____. Diagnóstico Socioambiental: Litoral Sul de Pernambuco. Recife: CPRH, s.d.

COMPOSTO, Claudia. NAVARRO, Mina Lorena (orgs.). Territorios en disputa. Despojo capitalista, luchas en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América Latina. 1ª Ed. México, D.F.: Bajo Tierra Ediciones, 2014.

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento. Disponível em www.condepefidem.pe.gov.br.

CONDEPE – Agência Estadual de Planejamento. Estudos dos impactos dos investimentos na economia pernambucana: Unidades da BR FOODS, HEMOBRÁS, Estaleiro Atlântico Sul, Petroquímica Suape e Refinaria Abreu e Lima: uma visão a partir da Matriz Insumo-Produto de Pernambuco – 2005. Recife: CONDEPE/FIDEM, 2011.

_____. Contas Regionais 2014. Disponível em www.condepefidem.pe.gov.br

CONDEPE. Revista Pernambucana de Desenvolvimento. 6/2 jul./dez. Recife: 1979

_____. Território Estratégico de Suape – Diretrizes para uma Ocupação Sustentável (Versão Final), Recife, 2008.

_____. Caracterização do Complexo Estuarino-Lagunar da área de Suape. Volume Síntese Ecológica, Recife: CONDEPE, 1983.

_____. Revista Pernambucana de desenvolvimento. Vol. 6 nº 2 (julho/dez.), Recife, 1979.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

_____. Banco de Dados do Estado, 2006. Dados gerais sobre a Região Metropolitana do Recife. Disponível em: www.condepefidem.pe.gov.br/região_de Desenvolvimento/rmr.

CONTI, José Bueno. Resgatando a “fisiologia da paisagem”. Revista do Departamento de Geografia da USP, n. 14, 2001.

COSTA, Frederico Lustosa. A persistência da desigualdade. Fortaleza: BNB, 1992.

CUNHA, Sandra Baptista da & GUERRA, Antonio José Teixeira. Geomorfologia do Brasil. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

DARONCO, Giuliano Crauss. Evolução histórica da legislação brasileira no tratamento dos recursos hídricos: das primeiras legislações até a Constituição Federal de 1988. XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos da ABRH. Bento Gonçalves – RS: 2013.

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DINIZ, Fabiano Rocha Diniz; ROCHA, Danielle de Melo. A Região Metropolitana do Recife e o “interesse incomum”: Dimensões da governança de uma metrópole institucionalmente fragmentada. In: SOUZA, Maria Ângela de Almeida; BITOUN, Jan (Orgs.); RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Coord.). **Recife: Transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

DOWBOR, Ladislau. O que é poder local? s.l., 2016.

FERREIRA, Hermelinda Maria Rocha; RAMOS, Alexandre Sávio Pereira; BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. A política de racionamento de água no Recife, Brasil: Impactos e Desigualdades nos assentamentos precários. In: CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo; MORAIS, Maria da Piedade. **O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica**. Brasília: Ipea, 2015.

FIGUEIREDO, Laís Lopes. Conflitos ou (des) conflitos ambientais? Reflexões sobre a ideologia e governança das águas. In: **Anais do XVIII Congresso Nacional de Geógrafos**. São Luís – MA: AGB, 2016.

FILHO, Jair do Amaral. Globalização, transformações estruturais, desenvolvimento local e regional, um olhar sobre o Nordeste brasileiro. In: FILHO, Jair do Amaral & CARRILO, Jorge. **Trajetórias de desenvolvimento local e regional: uma comparação entre a região Nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia (México)**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

FILHO, Jair do Amaral & CARRILO, Jorge. Trajetórias de desenvolvimento local e regional: uma comparação entre a região Nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia (México). Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

FILHO, Paulo Alves da S. Estudo de dinâmicas de Paisagens no Baixo Curso do Rio Ipojuca, Pernambuco – Potencial para Sustentabilidade Socioeconômica e Cultural da Região. Dissertação (mestrado em Geografia), 98 pags. São Paulo: USP, 2010.

FILHO, Mário F. Lima. Análise estratigráfica e estrutural da Bacia de Pernambuco. Tese (doutorado em Geoquímica e Geotectônica). São Paulo: USP, 1998.

FIPE – Fundação Instituto Pernambuco. Série Monografia Municipais: Ipojuca. Recife, 1991.

GALINDO, Evânia Freire. Cidades e suas águas: a interface gestão urbana/ gestão de recursos hídricos para a sustentabilidade ambiental. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano). UFPE, Recife: 2009.

GIRÃO, Osvaldo; CORRÊA, Antônio Carlos de Barros; GUERRA, Antonio José Teixeira. Influência da climatologia rítmica sobre áreas de risco: O caso da Região Metropolitana do Recife para os anos de 2000 e 2001. Revista de Geografia, Recife: UFPE, 2006.

GLOBAL WATER PARTNERSHIP - GWP. **Dialogue on Effective Water Governance**: learning from the dialogues. GWP. Stockholm, Sweden, 2002. Disponível em: www.waterinfo.gr/pages/GWPfolderGovernance.pdf.

GOMES, Rodrigo Dutra; VITTE, Antônio Carlos. A Geografia Física e o objeto complexo: Algumas flexibilizações do processual. s.d, s.l.

GOMES, Rodrigo Dutra; ESPINDOLA, Carlos Roberto. Interdisciplinaridade sistêmica e estudos geográficos ambientais. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 16 jul./dez. Editora UFPR: 2007.

GOUVEIA, Enildo L. Aspectos Ambientais e Gestão dos Recursos Hídricos no litoral sul da Região Metropolitana do Recife – RMR: O caso da Microrregião de Suape. Dissertação (Mestrado em Geografia), 135 pgs. UFPB, João Pessoa, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Lei 9.861 de 25 de Agosto de 1986 – Institui o Fundo de Desenvolvimento Industrial de Suape – FDS. Recife: 1986.

GOHM, Maria da Glória. Os conselhos municipais da Região Metropolitana do Recife. In: JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio de (Orgs.). **Governança democrática e poder local**. Rio de Janeiro: REVAN, FASE, 2004.

GRANJA, Sandra Inês Baraglio; WARNER, Jeroen. A hidropolítica e o federalismo: possibilidades de construção da subsidiariedade na gestão das águas no Brasil? Revista RAP, Rio de Janeiro: Nov./Dez. 2006.

HAESBAERT, Rogério. As armadilhas do Território. In: SILVA, José Borzacchiello; SILVA, Cícero Nilton M. da; DANTAS, Wanderley Correia (Orgs.) **Território: Modo de pensar e usar**. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

HESPANHOL, Ivanildo. Um novo paradigma para a gestão dos recursos hídricos. *Revista Estudos Avançados*. v. 22, nº 63, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados Municipais referentes ao Censo 2010. Disponível em www.ibge.gov.br/cidades.

_____. Projeções da população 1980-2010. Disponível em www.ibge.gov.br

_____. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio - PNAD 2012. Disponível em www.ibge.gov.br

_____. Síntese dos Indicadores Sociais 2014 – SIS_2014. Disponível em www.ibge.gov.br

JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo de Almeida (Orgs.). *Dimensões Políticas Institucionais da Governança da Água na América Latina e Europa*. Volume II. São Paulo: Annablume, 2009.

JOURAVLEV, Andrei. *Los municipios y la gestión de los recursos hídricos (serie recursos naturales e infraestructura)*. Santiago de Chile: CEPAL, 2003.

_____. *Administración del agua en América Latina y el Caribe en el umbral del siglo XXI (serie recursos naturales e infraestructura)*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

JUCÁ, Antônio. Gestão local de políticas ambientais: dificuldades e possibilidades. In: MOURA, Alexandrina Sobreira de (Org.). **Políticas Públicas e Meio Ambiente: da economia políticas às ações setoriais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2012.

JUNIOR, Orlando Alves dos Santos; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio de (orgs.). *Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

JÚNIOR, José Arnaldo Ribeiro dos Santos. David Harvey e a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual do Capitalismo. *Revista Geografia em Questão*. V. 07 nº 02/2014. AGB – Seção local Marechal Cândido Rondon/PR.

KOENING, Maria Luise et al. Impactos da construção do Porto de Suape sobre a comunidade fitoplanctônica no estuário do Rio Ipojuca (Pernambuco – Brasil). *Revista Acta bot. bras.* 16(4): UFMG, 2002.

LANA, Paulo da Cunha. Novas formas de gestão dos manguezais brasileiros: a Baía de Paranaguá como estudo de caso. In: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente: Interdisciplinaridade, meio ambiente e desenvolvimento – desafios e avanços do ensino e da pesquisa**, n. 10, jul/dez. 2004. UFPR: Curitiba – PR.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. Papel dos atores econômicos na governança das cidades brasileiras. *Revista Movimentos sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife: UFPE/MSEU, v. 01, n. 1, 2012.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

LEFF, Enrique. Discursos Sustentáveis. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Epistemologia Ambiental. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEÃO, Albertina de Souza *et al.* Estatísticas do Nordeste – Nordeste em Números. Recife: SUDENE, 2011.

LE MOS, Hélio de Vasconcelos; JESUS, Paulo de. Desenvolvimento industrial e conflitos de terra: desafios do desenvolvimento local frente à questão fundiária entre a comunidade de Massangana e o Complexo Industrial de Suape-PE. Revista Geotextos, V. 11, n. 2, Dezembro de 2015.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. BITOUN, Jan. Os conselhos municipais da Região Metropolitana do Recife: aspectos da cultura cívica. In: JUNIOR, Orlando Alves dos Santos; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio de (orgs). **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

LIMBERGERG, Leila. Abordagem sistêmica e complexidade na Geografia. Revista Geografia, v. 15, n. 2. Londrina – PR: 2006.

LINSALATA, Lucia. Ni público, ni privado: común. Prácticas y sentidos de la gestión comunitaria del agua en la zona sur de Cochabamba en Bolivia. In: COMPOSTO, Claudia. NAVARRO, Mina Lorena (orgs.). **Territorios en disputa. Despojo capitalista, luchas en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América Latina**. 1ª Ed. México, D.F.: Bajo Tierra Ediciones, 2014.

LISBOA, Josefa Bispo de. A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis) simulação da esperança. Tese (Doutorado em Geografia), 288 págs. UFS, Aracaju, 2007.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Revista actual Marx, 18, 1995.

LÚCIO, Cláudio José Marinho. Os Recursos Hídricos em Pernambuco. In: MESSIAS, A. Sarconi; COSTA, M. R. Nunes (org.) Água Fonte de Vida. Recife: UNICAP, 2005.

LYRA, Maria Rejane Souza de Britto; VASCONCELOS, Valtemira Mendes. A metrópole do Recife na dinâmica demográfica brasileira. In: SOUZA, Maria Ângela de Almeida; BITOUN, Jan (Orgs.); RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Coord.). **Recife: Transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

MACÊDO, Renê Jota Arruda de. Caracterização morfodinâmica e geoambiental da praia de Maracaípe, Ipojuca – PE. Dissertação (Mestrado em Geociências). Recife: UFPE, 2011.

MADRUGA FILHO, José Diniz. Aspectos ambientais entre as praias do Paiva e Gaibú, município do Cabo de Santo Agostinho - litoral sul de Pernambuco. Tese (Doutorado em Geociências) 252 pgs. UFPE, Recife, 2004.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Pereira. Indicadores ambientais e recursos hídricos: realidade e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MANSO, Valdir do Amaral Vaz; CORRÊA, Iran Carlos Stalliviere; GUERRA, Núbia C. Morfologia e Sedimentologia da Plataforma Continental Interna entre as Praias de Porto de Galinhas e Campos – Litoral Sul de Pernambuco, Brasil. **Revista Pesquisas em Geociências do Instituto de Geociências da UFRGS**. Porto Alegre: 2003.

MARINHO, Geraldo; LEITÃO, Lúcia; LACERDA, Norma. Transformações Urbanísticas na região metropolitana do Recife: Um estudo prospectivo. *Cadernos Metrópoles* 17, 1º sem. 2007.

MANSON, Steven; O’SULLIVAN, David. Complexity theory in the study of space and place. *Environment and Planning A* 2006, volume 38.

MARÍN, Raúl Gómez; JIMÉNEZ, Javier Andrés. De los principios Del Pensamento Complejo. In: **Manual de Iniciación Pedagógica al Pensamento Complejo**. IFCES/UNESCO, 2002.

MARQUES, Katlyn Kelly Duclerc. Moradores invisíveis: o sofrimento social dos moradores da Ilha de Tatuoca - Ipojuca – PE – em seu processo de desterritorialização. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública), Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Osvaldo Cruz, Recife – PE: 2014.

MARTINS, Eduardo Sávio P. R. et al. As águas do Nordeste e o balanço hídrico. In: **A questão da água no Nordeste**. Brasília: CGEE, 2012.

MEDEIROS, Rogério de Souza; GODOY, José Henrique Artigas de. Desenvolvimento, Território e Políticas Sociais: Suape e uma nova agenda de pesquisa sobre os impactos sociais de grandes projetos. *Revista Repocs*, v. 12, n. 24, jul/dez. 2015.

MENDONÇA, Francisco. Geografia Socioambiental. *Revista Terra Livre*, n. 16, São Paulo: 2001.

MENDOZA, Josefina Gómez; JIMÉNEZ, Júlio Muñoz; CANTERO, Nicolas Ortega. El pensamiento geográfico. Alianza Universidad Textos, Madrid, 1988.

MONTEIRO, Antônio Luiz Ribeiro. A Refinaria Abreu e Lima em Suape: Perspectivas para o desenvolvimento socioeconômico regional. Tese (Doutorado em Geografia), 205 págs. – UFPE, Recife, 2011.

MORENO, Juan Carlos. Tres teorías que dieron origen al pensamiento complejo: Sistémica, Cibernética e Información. In: **Manual de Iniciación Pedagógica al Pensamento Complejo**. IFCES/UNESCO, 2002.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. 3ª Ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

MORETTI, Edvaldo Cesar; MARINHO, Vera Lúcia Freitas. A gestão de recursos hídricos no Brasil e os comitês de bacias hidrográficas – a experiência do CBH-Miranda (MS). Revista da ANPEGE, v. 12, n. 17, jan-jul. 2016.

MORETTI, Roberto; COX, Mônica. Impactos socioambientais ao longo da implantação e consolidação do Complexo Industrial Portuário de Suape – PE. Revista Gaia Scientia. vol. 10, n. 1. UFPB: 2016.

MOURA, Alexandrina Sobreira de; JATOBÁ, Jorge. Federalismo ambiental no Brasil. In: MOURA, Alexandrina Sobreira de (Org.). **Políticas Públicas e Meio Ambiente: da economia políticas às ações setoriais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2012.

MONTEIRO, Antônio Luiz Ribeiro. A Refinaria Abreu e Lima em Suape: Perspectivas para o desenvolvimento socioeconômico regional. Tese (Doutorado em Geografia), UFPE, Recife: 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente. Tese (Livre Docência em Geografia), 174 págs. USP, 2000.

_____. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

MOTA, José Aroudo. O Valor da Natureza: Economia e política dos recursos naturais. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

MOURA, Alexandrina Sobreira de. Políticas Públicas e Meio Ambiente: da Economia Política às ações setoriais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2012.

MUEHE, Dieter. O litoral brasileiro e sua compartimentação. In: CUNHA, Sandra Baptista da & GUERRA, Antonio José Teixeira. **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

MUÑOZ, Silvia Basualto. Crise da água ou crise de governabilidade. In: JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo de Almeida (Orgs.). **Dimensões Políticas Institucionais da Governança da Água na América Latina e Europa**. Volume II. São Paulo: Annablume, 2009.

NASCIMENTO, Bartolomeu Braz do. Vulnerabilidade do Sistema de Abastecimento de Água Potável da RMR: Intermittência e Poluição. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) - UFPE, Recife, 2003.

NOBRE, Paulo. As origens das águas no Nordeste. In: **A questão da água no Nordeste**. CGEE/ANA, Brasília – DF: CGEE, 2012.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. Cidadania e Cultura Política no poder local. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

OSMONT, Annick. La Governance: Concept Mou, Politique Ferme. In: **Les Annales de la Recherche Urbaine**. Washington: Banco Mundial, 1992.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

PERH – Plano Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco. Recife: Governo de Pernambuco/SECTMA, 1998.

PÉREZ, Mercedes Solá; GONÇALVES, Claudio Ubiratan. Desenvolvimento e conflito territorial – primeiras reflexões sobre as comunidades atingidas pelo Complexo Industrial e Portuário de Suape – PE, Brasil. *Revista de Geografia*. v. 9, n. 2, Recife, 2012.

PESSOA, Valdylene Tavares et. al. Comunidade zooplanctônica na Baía de Suape e nos estuários dos rios Tatuoca e Massangana, Pernambuco (BRASIL). *Revista Brasileira de Engenharia de Pesca*, 4(1), jan. 2009, UEMA: São Luís – MA.

PILAR, Carolina Villar; RIBEIRO, Wagner Costa. A percepção do direito humano à água na ordem internacional. *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*. V. 11, n. 11. Curitiba: 2012.

PLANO MESTRE PORTO DE SUAPE. Secretaria dos Portos/UFSC/LAbTrans. Florianópolis – SC: 2012

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 2.^a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Os (Des) caminhos do Meio Ambiente. 14 Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. Disponível em: <www.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200012/>

RAMALHO, Ana Maria Filgueira; MELLO, Germana Maria Santiago de; CAVALCANTI, Marcelo Allgayer de Holanda. A vez do oeste metropolitano: planejamento ou oportunidade? Breve leitura sobre o planejamento oeste da Região Metropolitana do Recife. In: SOUZA, Maria Ângela de Almeida; BITOUN, Jan (Orgs.); RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Coord.). **Recife: Transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

RATZEL, Friedrich. El Territorio, La Sociedad Y El Estado. In: MENDOZA, Josefina Gómez; JIMÉNEZ. Júlio Muñoz; CANTERO. Nicolas Ortega. **El pensamiento geográfico**. Alianza Universidad Textos, Madrid, 1988.

REBOUÇAS, Aldo da C. Água no Brasil: Abundância, desperdício e escassez. *Revista Bahia Análise & Dados*. v. 13, n. Especial, Salvador: 2003.

REIS, Thiago Nogueira de Vasconcelos et. al. Influence of the Industrial Port Complex of Suape (Western tropical atlantic) on the biodiversity and biomass of phaeophyceae. *Revista Tropical Oceanography*, v. 39, n. 2. Recife: UFPE, 2011.

RIBEIRO, Luiz Carlos de Santana et. al. Suape: Novo polo de crescimento? *Novos Cadernos NAEA*, v. 16, n. 1, junho de 2013, UFPA.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

RICHARD, Sophie; RIEU, Thierry. Uma abordagem histórica para esclarecer a governança da água. *In*: JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo de Almeida (Orgs.). **Dimensões Político Institucionais da Governança da Água na América Latina e Europa**. São Paulo: Annablume, 2009.

ROCHA, Daniele de Mello. A dialética do local e do global: os atores e a metamorfose dos lugares no litoral do Cabo de Santo Agostinho. Dissertação (Mestrado em Geografia) 217 pgs. UFPE, Recife, 2000.

ROCHA, Danielle de Melo Rocha; DINIZ, Fabiano Rocha. Arenas de decisão, arranjos institucionais e reconfiguração socioespacial ao sul da metrópole do Recife: o polo Suape no cerne das políticas de desenvolvimento de Pernambuco. *In*: SOUZA, Maria Ângela de Almeida; BITOUN, Jan (Orgs.); RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Coord.). **Recife: Transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ROSA, Jurema Regueira Arabyan Monteiro; OLIVEIRA, Fábio Lucas Pimentel de. Tendências de reestruturação territorial na Região Metropolitana do Recife: Economia e mercado de trabalho. *In*: SOUZA, Maria Ângela de Almeida; BITOUN, Jan (Orgs.); RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Coord.). **Recife: Transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ROSS, Jurandyr. Ecogeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SALES, Vanda de Claudino. Geografia, Sistemas e Análise Ambiental: Abordagem Crítica. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo. n. 16, São Paulo: 2004.

SANTOS, Breno Bittencourt. Impactos da organização social do território nas condições de vida urbana: uma análise do Índice de Bem-Estar Urbano Local na Região Metropolitana do Recife. *In*: SOUZA, Maria Ângela de Almeida; BITOUN, Jan (Orgs.); RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Coord.). **Recife: Transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SANTOS, Cecília Barreto Monteiro dos. A governança dos conflitos socioambientais nos limites do Complexo Industrial e Portuário de Suape. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA), UFPE, Recife: 2011.

SANTOS, Francisca Lia Girão; GUALDA, Nelio Lúcio Peres; CAMPOS, Antônio Carlos de. Diretrizes de Desenvolvimento para o Nordeste: As ideias de Furtado frente ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste. Revista de Economia do Nordeste. Fortaleza, v. 44, n. 2, abr-junho. 2013.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Maria Elisabete Pereira; MEDEIROS, Yvonilde Dantas Pinto. Possibilidades e limites de uma gestão integrada, participativa e democratizante das águas no Brasil. *In*: JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo de Almeida (Orgs.). **Dimensões Político Institucionais da Governança da Água na América Latina e Europa**. Volume II. São Paulo: Annablume, 2009.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

SAUER, Carl O. La morfología Del paisaje. Revista Polis, n. 15, 2006.

SCOTT, Russell Parry; SANTOS, Dayse Amâncio dos; SOUZA, Rosangela Silva de. Migrações, Desenvolvimento e Mulheres jovens no Complexo Portuário de Suape e Porto de Galinhas. IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. Fortaleza- CE: 2013.

SEP – Secretaria dos Portos da Presidência da República. Plano Mestre do Porto de Suape. Florianópolis – SC: UFSC –LABTRANS, 2013.

SEIFFERT, Maria Elizabete Bernardini. ISSO 14001 Sistemas de gestão ambiental objetiva e econômica. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVEIRA, Karla Augusta. Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial e Portuário de Suape. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA), UFPE: Recife, 2010.

SNSA - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2012. Brasília: SNSA/MCCIDADES, 2014.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes (Orgs.). Conflitos Socioambientais em Pernambuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

SILVA; Luclécia Cristina M. da Silva; SILVEIRA, Pedro C. Branco. Conflitos socioambientais no litoral Sul: A RESEX Sirinhaém-Ipojuca. **In: SILVA, Tarcísio A. Alves da; GEHLEN, Vitória R. Fernandes (Orgs.). Conflitos Socioambientais em Pernambuco.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013

SILVA, Fábio Benício da. O impacto do FINOR no processo de desenvolvimento da Região Nordeste 1974-1990 (Monografia de Especialização em Ciências Econômicas) – UFRPE, 2011.

SILVA, Maria José Pereira da. (In) Segurança Alimentar e os impactos sociambientais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF no município do Cabo de Santo Agostinho, PE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) 110 pgs. – UFPE, Recife, 2011.

SILVEIRA, Karla Augusta; BARROS, André Paulo de. Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial Portuário de Suape. **In: SILVA, Tarcísio A. Alves da; GEHLEN, Vitória R. Fernandes (Orgs.). Conflitos Socioambientais em Pernambuco.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

SOTO, Hernando de. O mistério do capital. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida; BITOUN, Jan (Orgs.); RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Coord.). Recife: Transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

SOUZA, Jonas Otaviano Praça de. Dos sistemas ambientais ao sistema fluvial – uma revisão de conceitos. Revista Caminhos da Geografia. v. 14, n. 46. Uberlândia – MG: 2013.

SOUZA, Tatiana Santana. “Controle Social” nas políticas ambientais do Cabo de Santo Agostinho. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), 82 pgs. – UFPE, Recife, 2010.

SRH – Secretaria Estadual de Recursos Hídricos. Plano Hidroambiental da Bacia do Rio Ipojuca. Tomo I – Volume 2. Recife: Projetos Técnicos, 2010.

_____. Plano Estratégico de Recursos Hídricos e Saneamento. Recife: Abril, 2008.

_____. Fortalecimento do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos de Pernambuco – SIRGH-PE (slides). Recife: 2007.

SUDENE. Programa de Fortalecimento da infraestrutura hídrica do Nordeste (1992 – 1995). Recife: abril de 1992.

_____. V curso internacional de planejamento rural integrado: O Polonordeste como estratégia de desenvolvimento regional. Salvador: Nov. de 1985c.

_____. Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste. Recife: 2011.

SUDENE/BNB. Avaliação do PROHIDRO e do Programa de Irrigação. Vol. 16 Série Projeto Nordeste. Fortaleza: SUDENE/BNB, 1985a.

_____. Avaliação do POLONORDESTE e do Projeto Sertanejo. Vol. 15 Série Projeto Nordeste. Fortaleza: SUDENE/BNB, 1985b.

_____. Águas Subterrâneas do Nordeste – conhecimento e uso. Recife: 1980

_____. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste (documento do GTDN). 2. Ed. Recife: 1967.

_____. III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1966-1968). Recife: SUDENE, 1965.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2001.

TROLL, Carl. A Paisagem Geográfica e sua investigação. Revista Espaço e Cultura, n. 4, junho/1997.

TUNDISI, José Galizia. Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções. Revista Estudos Avançados. 22 (63), 2008.

VALCÁRSEL, José Ortega. Los horizontes de la geografía – Teoría de la Geografía. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

**GOUVEIA, Enildo L. Governança das Águas em Suape:
Por entre Territórios, Crescimento e Poder Local.**

VASCONCELOS, Ronald F. Albuquerque. Revisitando o planejamento na RMR: necessidades e desafios. Revista Architecton. v. 2, n 2, Recife: 2012.

_____. O enigma de Hidra: o setor de saneamento entre o estatal e o privado. Tese (doutorado) Recife: MDU/UFPE, 2009.

VEIGA, Bruno Gonzaga Agapito da. Participação social e políticas de gestão das águas: olhares sobre as experiências do Brasil, Portugal e França. Tese (doutorado em CDS/UNB). Brasília: 2007.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VICENTE, Luiz Eduardo; PEREZ FILHO, Archimedes. Abordagem Sistêmica e Geografia. Revista Geografia, Rio Claro, v. 28, n.3, set./dez. 2003.

VIEIRA, Liszt. Os Argonautas da Cidadania – A Sociedade Civil na Globalização. Rio de Janeiro, Recorde, 2001.

VILLAR, Pilar Carolina. Governança hídrica: Definições e arcabouço legal (subsídio elaborado para o curso de Governança das Águas). Brasília: ANA, 2015.

_____. A busca pela governança dos aquíferos transfronteiriços e o caso do Aquífero Guarani. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais). São Paulo: USP, 2012.

VIEIRA, Vicente P. P. B. *et al.* A Água e o Desenvolvimento Sustentável no Nordeste. Brasília: IPEA, 2000.

VITTE, Antônio Carlos. O desenvolvimento do conceito de Paisagem e sua inserção na Geografia Física. Revista Mercator. Ano 6, n. 11, 2007.

VIEGAS, Eduardo Coral. Gestão da Água e Princípios Ambientais. Caxias do Sul, RS: Educs, 2008.

WARREN-SCHERER, Ilse. Cidadania sem fronteiras – Ações coletivas na era da globalização. São Paulo, Ed. Hucitec, 1999.